Click to verify



Fundamentos da economia 3 edição pdf download

Academia.edu uses cookies to personalize content, tailor ads and improve the user experience. By using our site, you agree to our collection of information through the use of cookies. To learn more, view our Privacy Policy. ,› . "“f ›«. _,fl*¿1§'¿'×:zw i ¡íw 'ag-.ëätziwz ›- «zw uma à» à. “ã” . ' WMM z, . *Q Êâtšféêí zé.. Í wâågféf ä” ' m,,ré-ig.. sa *mf «1. w
i ' giz: 'z g "'zâ 72» äzgzâ z; f. Aa, .www-1.3! Yang z' ' . .Mwíïwáëfil éäãwáàfl A Fundamentos de Economia 30 5.2 G Direito e dteerid dos mercedes: defesa do consumidor e dci concorrência Quando se estuda a teoria dos mercados, que e parte da Microeconomia, dois enfoques são encontrados: de um lado, no económico, analisa-se o comportamento
dos produtores e dos consumidores quanto a suas decisões de produzir e de consumir; de outro, nojurídico, o foco reside nos agentes das relações de consumo- consumidor e fornecedor -, sendo que, conforme o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, os direitos do consumidor colo~ cam-se perante os deveres do fornecedor de bens e serviços.
Quando se estuda o estabelecimento comercial e o papel do empresário, novamente, duas visões emergem da análise: a econômica e a jurídica. A visão económica ressalta o papel do administrador na organização dos fatores de produção -- capital, trabalhofterra e' tecnologia _, combinando-os de modo a minimizar seus custos ou maximizar seu lucro.
A jurídica, extraída do Direito Comercial, apresenta várias concepções, que enfatizam que o > estabelecimento comercial e um sujeito de direito distinto do comerciante, com seu patrimô~ nio elevado a categoria de pessoa jurídica, com a capacidade de adquirir e exercer direitos e obrigações. Consumidores e produtores/fornecedores encontram~se
nos mais variados mercados. Adam Smithl, analisando os mercados, descobriu uma propriedade notável: o principio da mão invisível, pelo qual cada indivíduo, ao atuar na busca apenas de seu bem-estar particular, realiza o que é mais conveniente para o conjunto da sociedade. Assim, em mercados compe» titivos, não concentrados em poucas
empresas dominantes, o sistema de preços permite que se extraia a máxima quantidade de bens e serviços úteis do conjunto de recursos disponíveis na sociedade, conduzindo a economia a uma eficiente alocação dos recursos. Ele ficou impressionado com a ordem económica estabelecida pelos mercados e preco- nizou que qualquer interferência
governamental na livre concorrência seria prejudicial, tanto para compradores como para vendedores de mercadorias ou serviços. Segundo essa visão do sistema econômico, o Estado deveria intervir o menos possivel no funcionamento dos mercados, porque estes livremente resolveriam da maneira mais eficiente possível os problemas econômicos
básicos da sociedade: o que, como e para quem produzir. Contudo, quando o Estado deveria intervir na economia? Ajustificativa económica para a intervenção governamental nos mercados se apóia no fato de que no mundo real observamse desvios em relação ao modelo ideal preconizado por Smith, Visto é, existem as chamadas imperfeições de
mercado: externalidades, informação imperfeita e poder de monopólio. As externalidades ou economias externas se observam quando a produção ou o consu~ mo de um bem acarreta efeitos positivos ou negativos sobre outros indivíduos ou empresas, l Confira a seção 2.2.4. Economia e Direito 31 que não se refletem nos preços de mercado. As
eXternaIidades dao a base econômica para a criação de leis antipoluição, de restrições quanto ao uso da terra, de proteção ambiental etc. Por seu lado, se os agentes econômicos possuem falhas de informação, ou seja, não têm informação completa a respeito de determinado bem ou serviço, eles não tOmarãO dedsóes corretas quando forem ao
mercado desejando adquiri-lo. A análise da chamada "Assimetria de informações" e' um dos campos mais estudados na moderna teoria econômica. E como meio de proteger os consumidores,justifica-se a ação governamental, com a regulamentação da comercialização de bens eserviços, por exemplo: estabelecendo-se normas quanto aos prazos de
validade de produtos; ou, no caso da segurança do motorista, exigindo-se o uso do cinto desegurança etc. Já o exercício do poder de monopólio caracteriza-se quando um produtor (ou grupo de produtores) aumenta unilateralmente os preços (ou reduz a quantidade), ou diminui a quali- dade ou a variedade de produtos ou serviços, com a finalidade de
aumentar os lucros. Em resposta a essas falhas de mercado, normas jurídicas possibilitaram que a atuação do governo na economia fosse cada vez mais abrangente. Pouco a pouco, a sociedade foi vivenciando a mão visível do governo como forma de aumentar a eficiência econômica. Sua atuação se faz por meio de leis, as chamadas leis de defesa da
concorrência, que regulam tanto as estruturas de mercado, como a conduta das empresas. Historicamente, o controle de monopólios e oligopÓlios surgiu nos Estados Unidos, no final do século XIX. Naquele periodo, empresas de pequeno porte passaram a ser absorvidas por outras maiores, que passaram a limitar a oferta e a encarecer os preços dos
bens e serviços. Paralelamente, maquiagens nos balanços permitiram colocar no mercado ações com preços bem acima do valor real dessas empresas. Devido a esses fatos, em i890, foi votada a lei Sherman contra os trusts, que proibiu a formação de monopólios, tanto no comercio como na indústria. E, em i914, com o Clayton Act, tratou'se de definir
mais concretamente quais condutas seriam consideradas ilícitas. Finalmente, em 1950, a lei Celler~Kefauver proi~ biu as fusões de empresas por meio da compra de ativos, se fosse verificado que essas fusões reduziriam a concorrência. . O Brasil, desde os anos i960, possui legislação em defesa da concorrência. Contudo, esse conjunto de normas,
até meados dos anos 1990, tinha sido pouco eficaz, devido aos altos níveis de proteção a indústria nacional e aos elevados índices de inflação. Em conseqüência, o Estado brasileiro fez, durante muitos anos, a opção pelos controles de preços. Mudança expressiva ocorreu, todavia, a partir da Constituição Federal de 19882. Nela en- contram-se os
principios básicos da atuação do Estado na economia, a sujeição do sistema econômico ao Estado sob a forma de proteção contra o abuso do poder económico e, na / / 2 Artigos 173 e 174 da Magna Carta. Fundamentos de Economia forma da lei, as funções de'fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e
indicativo para o setor privado. A partir dessa base legal, foi promulgada a Lei nQ 8.884, de 11 de junho de 19943, que criou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelos três Órgãos encarregados da defesa da concorrência no País: a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, a Secretaria de
Acompanhamento Económico (SEAE), do Ministério da Fazenda, e o Conselho Administrativo de Defesa Económica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, que possuem diferentes funções: o CADE tem um poder decisório sobre os processos por ele julgados, enquanto as secretarias apresentam um carater mais instrutor do processo. O
Conselho Administrativode Defesa Econômica _- CADE foi criado em 1962 e transformado em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça em 1994. Tem por finalidade orientar,~l fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico. O CADE é, assim, a última instância, ` na esfera administrativa, responsável pela decisão final sobre a matéria
concorrencial. de acordos O CADE baseia suas decisões na lei antitruste de 1994, que regulamenta os união e cooperação entre as empresas. Esta lei também julga os 'atos de cooperação', quando a junção representa mais de 20% do mercado. Após receber os pareceres das duas secretarias (SEAE e SDE), o CADE tem a tarefa de julgar os
processosdesempenhando três papéis principais: preventivo, repressivo e educativo. Em todas essas funções, o CADE tem por principal objetivo zelar pela conduta concorrencial, impedindo práticas que violem a essência compe- titiva do mercado, E Esses Órgãos do sistema atuam em duas frentes: a primeira, no controle das estruturas de mercado; a
segunda, procurando coibir condutas ou práticas anticoncorrenciais. O controle das estruturas de mercado diz respeito aos atos que resultem em qualquer forma de concentração econômica, seja por fusões ou por incorporações de empresas, pela constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento
societário, que implique participação da empresa, ou grupo de empresas. O controle de condutas, por seu turno, consiste na apuração de práticas anticoncor~ renciais de empresas que detêm poder de mercado; por exemplo: a fixação de preços de revenda, as vendascasadas, os acordos de exclusividade, a cartelização de mercados e os preços
predatórios. ` Como se pode notar, é de extrema importância a ação governamental para a política de defesa da concorrência. Por meio dela, busca-se coibir e reprimir abusos no mercado: con~ corrência desleal, utilização indevida das invenções, de signos distintivos, marcas e nomes cow merciais, tudo que possa induzir o consumidora erro,
causando-lhe prejuizos. Enfim, a defesa da concorrência implica necessariamente a defesa do bem~estar público. 3 A Lei nQ 10.149, de 21 de dezembro de 2000, alterou e acrescentou dispositivos a Lei ngl 8.884/94. Economia e Direito 33 3.3 fircobouço jurídico dos políticos macroeçonômims As politicas monetária, de crédito, cambial e de comércio
exterior são de competência da União. Esse ente federal'tem a competência para emitir moeda e para legislar sobre o Sistema monetário e de medidas, titulos e garantias de metais; sobre a política de crédito, cambio, seguros e transferências de valores; e sobre o comércio exterior. No entanto, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do
Presidente da República, dispor sobre moeda, seus limites de ' emissão e montante da dívida mobiliaria federal4. A política fiscal (arrecadação'e despesas públicas) é de competência das três entidades da fe- deração: União, Estados e Municipios. No tocante às receitas, a Constituição Federal de 1988 trata dos principios gerais; das limitações do
poder de tributar; das competências para instituir impos- tos da União, Estados, Distrito Federal e Municipios, além da repartição das receitas tributariass. > O papel da despesa do governo ganha destaque especial quando se estuda o papel do Estado na geração de renda, produção e emprego. Como veremos ao longo do livro, o governo, por meio de
gastos em investimentos _ obras de infra-estrutura, hidroelêtricas, rodovias, dentre outros -, gera um aumento da demanda agregada, com importantes reflexos sobre a produção, o emprego e a renda nacional. O processo de globalização, caracterizado pela integração económica internacional, fundamenta-se primordialmente sobre as bases
econômicas ejuridicas. Especialmente no Brasil, esse fato deve‹se à grande regulação dos mercados e ao intenso uso de bases contratuais como forma de organizar, viabilizar e proteger a produção, especialmente após a abertura comercial adotada a partir dos anos 1990. Justamente nesse momento em que países em desenvolvimento começam a
passar por reformas, tanto institucionais quanto econômicas, faz-se necessária a existência de um poderjudiciário forte e bem definido, que garanta o bom funcionamento da economia. No caso brasileiro, em particular com as privatizações, o fim dos controles de preços, e a abertura comercial, muitas das transações que antes eram realizadas dentro
do aparelho estatal passaram a ser realizadas por meio dos mecanismos de mercado. Com o processo de privatizações e concessões ocorrido no Brasil nos anos 1990, trouxeram a necessidade de criar Órgãos especiais de regulação, devido às especificidades de cada setor, tais como transportes, energia elétrica, telecomunicações, antes monopólios do
Estado. Como são setores estratégicos fortemente concentrados, a principal função desses Órgãos eI verificar o cumprimento dos contratos de concessão, e as metas acordadas com as empresas entrantes, em sua maioria multinacionaisõ. 4 5 6 Artigo 48 da Constituição Federal de 1988. Artigos 145 a 162 da Constituição Federal de 1988. As
principais agências reguladoras são: Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), autarquia vinculada ao Minis- tério de Minas e Energia, Anatel (Agência Nacional deTelecomunicações), autarquia vinculada ao Ministério das CoM municações, ANP (Agência Nacional do Petróleo), autarquia vincula ao Ministério de Minas e Energia, ANS (Agência
Nacional da Saúde), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, Susep (Superintendência de Seguros Privados), órgão do Ministério da Saúde, e Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), vinculada ao Ministério da Defesa. \ Fundamentos de Economia 34 Sem um poderjudiciário essencialmente forte e bem definido, seria tarefa árdua e ineficiente a
garantia dos direitos de propriedade e o cumprimento dos contratos dentro do cenário econômico. 3.4 Q ãstodo promovendo o bom-ostor do sociedade A ação do Estado, quer do ponto de vista econômico, querjurídico, supõe~se que esteja voltada para o bem-estar da população, e é o Direito que estabelece as normas que regulam as relações entre
indivíduos, grupos, e mesmo entre governos, indivíduos e organizações internacionais. Segundo John Locke7, um dos expoentes do liberalismo, os indivíduos, por um acordof teriam colocado parte de seus direitos naturais sob controle de um governo parlamentar, limitado em suas competências e responsável perante o povo. Assim, de maneira
voluntária e unâ- I nime, os homens decidiram entrar num acordo para criar uma sociedade civil cuja finalidade fosse promover e ampliar os direitos naturais do homem a vida, `a liberdade e à propriedade. Em parte baseando~se nesses princípios, as normas constitucionais brasileiras foram cria- das com a preocupação de promover o bem-estar da
coletividade, e encontram-se na Cons- tituição Federal de 1988, nos capítulos relacionados com a tributação, as finanças públicas e os orçamentos anuais. ç Em última instância, para a atuação do Estado brasileiro na economia, buscou-se o que está previsto no artigo 170 da Constituição de 1988: ` "A ordem economica, fundada na valorização do
trabalho humano e na livre inicia- tiva, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames dajustiça social, observados os seguintes principios: I. soberania nacional; II. propriedade privada; III. função social da propriedade; IV. livre concorrência; V. defesa do'consumidor; VI. defesa do meio ambiente; VII. redução das desigualdades
regionais e sociais; VIII. busca do pleno emprego; IX. tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. 7 Segundo tratado sobre o Governo Cívil. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. Economia e Direito 55 Parágrafo unico. É assegurado a todos 0 livre exercício de
qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de Órgãos públicos, salvo nos caSOS previstos em lei”. É possível ainda observar a ligação entre Economia e Direito quando se analisam os prin~ cipios gerais da atividade econômica; da política urbana, agricola e fundiária; o Sistema Financeiro Nacional; as políticas monetária, de
crédito, cambial e de comércio exterior. Nunca é demais repetir que a fundamentaçãojuridica para essas politicas encontra-se na Constituição, em que se definem as competências "econômicas"das varias esferas de governo. Por outro lado, os governos também tem tentado criar normas jurídicas que protejam a fauna, a flora e os mananciais, bem
como o meio ambiente de maneira geral, no qual se insere o Protocolo de Quioto e a regulamentação do mercado do carbono. Assim, as normas jurídicas buscam, em última análise, regular as atividades económicas, no sentido de tornar os mercados mais eficientes (função alocativa) e buscar melhor qualidade de vida para a população como um todo
(função distributiva). Questões perca revisãid 1. O objetivo das empresas e' maximizar os lucros. As normas jurídicas, entretanto, tem por fim proteger a sociedade de abusos e delimitam o campo de atuação das empre; sas. Você acha que a Lei n-Q 8.884/94 tem essa finalidade? 2. O que vem a ser lei antitruste? ' 3. Qual Órgão tem a competencia para
executar a politica monetária, de crédito, cambial e de comercio exterior? Qual o fundamento legal? 4. Exponha brevemente quais as justificativas econômicas para a intervenção governa- mentalnos mercados. 5. Descreva o Sistema Brasileiro de Defesa do Consumidor e o papel de cada Órgão componente dele. Fundamentos de Economia 38 A
abordagem econômica se diferencia da contábil mesmo quando são tratados os custos de produção, pois o economista analisa não sÓ os custos efetivamente incorridos, mas tam- bém aqueles decorrentes das oportunidades sacrificadas, ou seja, dos custos de oportunidade ou implícitos. Como detalharemos mais adiante, os custos de produçao do
ponto de vista económico não sao apenas os gastos ou desembolsos financeiros incorridos pela empresa Os agentes da demanda - os consumidores - (Custos explícitos). mas incluem também quanto as empresas gastariam se tivessem de alugar ou comprar no mercado os insumos que são de sua propriedade (custos implicitos). são aqueles que se
dirigem ao mercado com o intuito de adquirir um conjunto de bens ou serviços que lhes maximize sua função utilidade. No Direito, utilizou-se a conceituação econômica para se definir consumidor: pessoa natural ou jurídica que no mercado adquire bens ou contrata serviços como destinatário final, " visando atender a uma necessidade própria. A
conceituação de empresa, entretanto, possui duas visões: a econômica e a juridica. Do ponto de vista econômico, empresa ou estabelecimento comercial é a combinação realizada f pelo empresário dos fatores de produção: capital, trabalho, terra e tecnologia, de tal modo organizados para se obter o maior volume possivel de produção ou de serviços
ao menor custo. Na doutrina jurídica, reconhece-se o estabelecimento como uma universalidade de direito, incluindo-se na atividade econômica um complexo de relacöesjurídicas entre o empresário e a empresal. O empresário e', assim, o sujeito da atividade econômica, e o objeto é cons- tituído pelo estabelecimento, que é o complexo de bens
corpóreos e incorporeos utilizados no processo de produção. A empresa, nesse contexto, é o complexo de relaçõesjuridicas que v unem o sujeito ao objeto da atividade econômicaz. 4.2 Pressupostos básicos do análise microeconômicct 4.2.1 H hipótese coeterís paríbus Para analisar um mercado específico, a Microeconomia se vale da hipótese de que
tudo o mais permanece constante (em latim, coeterís paríbus). O foco de estudo é dirigido apenas aquele mercado, analisando-se o papel que a oferta e a demanda nele exercem, supondo que N cionando-se apenas as variáveis que influenciam os agentes econômicos - outras variáveis interfiram muito pouco, ou que não interfiram de maneira absoluta.
Adotando-se essa hipótese, torna-se possível o estudo de determinado mercado, seleconsumidores No Brasil, a lei reconhece o estabelecimento como uma universalidade de fato e não de direito. É de se notar que, no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, em vez de serem utilizados termos como "industrial", "comerciante", “banqueiro” etc., ou
genericamente "empresário", preferiu~se "fornecedor", na realidade o responsável, nas relações de consumo (relações jurídicas), pela colocação de produtos e serviços `a disposição do consumidor. Introdução à Microeconomia e produtores 59 - nesse particular mercado, independentemente de outros fatores, que estão em outros mercados, poderem
influenciá~los Sabemos, por exemplo, que a procura de uma mercadoria é normalmente mais afetada por seu preço e pela renda dos consumidores. Para analisar o efeito do preço sobre a procura. supomos que a renda permanece constante (coeteris paríbus); da mesma forma, para avaliar a relação entre a procura e a renda dos consumidores,
supomos que o preço da mercadoria não varia. Temos, assim, o efeito "puro" ou 'ílíquido" de cada uma dessas variáveis sobre a procura. 4.2.2 Papel dos preços relativos Na análise microeconômica, são mais relevantes os preços relativos, isto é, os preços de um bem em relação aos demais, do que os preços absolutos (isolados) das mercadorias. ' Por
exemplo, se o_preço do guaraná cair em 10%, mas também o preço da soda cair em i 0%, nada deve acontecer com a demanda (procura) dos dois bens (supondo que as demais variáveis permaneceram constantes). Agora, tudo o mais permanecendo constante, se cair apenas o preço do guaraná, permanecendo inalterado o preço da soda, deve-se
esperar um aumento na quantidade procurada de guaraná, e uma queda na de soda. Embora não tenha havido alteração no preço absoluto da soda, seu preço relativo aumentou, quando comparado com o do guaraná. 4.2.5 Objetivos do empresa A grande questão na Microeconomia, que inclusive e a origem das diferentes correntes de abordagem,
reside na hipótese adotada quanto aos objetivos da empresa produtora de bens e serviços. A análise tradicional supõe o princípio da racionalidade, segundo o qual o empresário sempre busca a maximização do lucro total, otimizando a utilização dos recursos de que dis- põe3. Essa corrente enfatiza conceitos como receita marginal, custo marginal e
produtividade marginal em lugar de conceitos de média (receitamédia, custo médio e produtividade mé- dia), dai ser chamada de marginalista. Como veremos no Capitulo ó, a maximização do lucro da empresa ocorre quando a receita marginal iguala-se ao custo marginal. As correntes alternativas consideram que o objetivo do empresário não seria a
maxi- mização do lucro, mas fatores como aumento da participação nas vendas do mercado, ou 3 O principio da racionalidade (que supõe um homo oeconomicus, isto é, um homem econômico)' e' aplicado extensamente na teoria microeconômica tradicional. Por esse princípio, os empresários tentam sempre maximizar lucros, estando condicionados
pelos custos de produção; os consumidores procuram maximizar sua satisfação (ou utilidade) no consumo de bens e serviços (limitados por sua renda e pelos preços das mercadorias); os traba- lhadores procuram maximizar lazer etc. 40 Fundamentos de Economia maximização da margem sobre os custos de produção, independentemente da demanda
de mercado. Geralmente, nos cursos de Economia, a abordagem marginalista compõe a teoria microe~ conómica propriamente dita, pelo que é chamada de teoria tradicional, enquanto as demais abordagens são usualmente analisadas nas disciplinas denominadas Teoria da Organização industrial ou Economia Industrial. 4.3 flplicoções do análise
microeconômico A análise microeconômica, ou teoria dos preços, como parte da ciência econômica, preocupa‹se em explicar como se determina o preço dos bens e serviços, bem como dos fatores'À de produção. O instrumental microeconômico procura responder, também, a questões apa- _ rentemente triviais; por exemplo, por que, quando o preço
de um bem se eleva, a quantidade demandada desse bem deve cair, coeteris paribus? V Entretanto, deve-se salientar que, se a teoria microeconômica não e um manual de técni- cas para a tomada de decisões do dia-a-dia, mesmo assim ela representa uma ferramenta útil para estabelecer políticas e estratégias, dentro de um horizonte de
planejamento, tanto para empresas como para políticas econômicas. VVVV Para as empresas, a análise microeconômica pode subsidiar as seguintes decisões: politica de preços da empresa; previsões de demanda e faturamento; previsões de custos de produção; decisões Ótimas de produção (escolha da melhor alternativa de produção, isto é, da
melhor combinação de fatores de produção, e do tamanho (escala) Ótima de operação); B» avaliação e elaboração de projetos de investimentos (análise custo-beneficio da compra de equipamentos, ampliação da empresa); B» política de propaganda e publicidade (como as preferências dos consumidores podem afetar a procura do produto); e
localização da empresa (se a empresa deve situar-se próxima aos centros consumido res ou aos centros fornecedores de insumos); P» diferenciação de mercados (possibilidades de preços diferenciados, em diferentes mercados consumidores do mesmo produto). Em relação à política econômica, a teoria microeconômica pode contribuir na análise e
tomada de decisões das seguintes questões: introdução à Microeconomia 41 a avaliação de projetos de investimentos públicos; efeitos de impostos sobre mercados específicos; VVVV.VVV politica de subsídios (nos preços de produtos como trigo e leite, ou na compra de . insumos como máquinas, fertilizantes); fixação de preços mínimos na agricultura;
fixação do salário mínimo; controle de preços; política salarial; politica de tarifas públicas (água, luz e outras); política de preços públicos (como petróleo, aço); leis antitruste (controle de lucros de monopólios e oligopÓlios). Como se observa, são decisões necessárias ao planejamento estratégico das empresas e à política e a programação econômica
do setor público. 4.4 iisão do estudo microeconômico A teoria microeconômica consiste nos seguintes tópicos: 4.4.1 Hnólisc do demanda A teoria da demanda ou procura de uma mercadoria ou serviço divide-se em teoria do consumidor (demanda individual) e teoria da demanda de mercado. 4.4.2 Í-'lnólisç do oferta A teoria da oferta de um bem ou
serviço também subdivide-se em oferta da firma individual e oferta de mercado. Dentro da análise da oferta da firma são abordadas a teoria da produção, que analisa as relações entre quantidades fisicas do produto e os fatores de produção, e a teoria dos custos de produção, que incorpora, alem das quantidades físicas, os preços dos insumos. 4.4.3
flnólise dos estruturas de mercado A partir da demanda e da oferta de mercado, são determinados o preço e a quantidade de equilibrio de um dado bem ou serviço. O preçoe a quantidade, entretanto, dependerão da \ \ Fundamentos de Economia 42 particular forma ou estrutura desse mercado, ou seja, se ele é competitivo, corn muitas empre- sas
produzindo um dado produto, ou concentrado em poucas ou em uma única empresa. Na análise das estruturas de mercado, avaliam-se os efeitos da oferta e da demanda, tanto no mercado de bens e serviços como no mercado de fatores de produção. As estruturas do mercado de bens e serviços são: a) concorrência perfeita; b) concorrência imperfeita
ou monopolistica; c) monopólio; d) oligopólio. As estruturas do mercado de fatores de produção são: a) concorrência perfeita; b) concorrência imperfeita; c) monopsônioy d) oiigopsónio. No mercado de fatores de produção, a procura de fatores produtivos é chamada de deman- da derivada, uma vez que a demanda por insumos (mão-de-obra, capital)
está condicionada à (ou derivada da) procura pelo produto final da empresa no mercado de bens e serviços. 4.4.4 Teorio do equilíbrio gerol A análise do equilíbrio geral leva em conta as inter-relações entre todos os mercados, diferentemente da análise de equilibrio parcial, que analisa um mercado isoladamente, sem considerar suas inter-relações
com os demais. Ou seja, procura-se analisar se o comporta- mento independente de cada agente econômico conduz todos a uma posiçao de equilibrio ' global, embora todos sejam, na realidade, interdependentes. A teoria do bem-estar, ou Welfare economícs, estuda como alcançar soluções socialmen- te eficientes para o problema da alocação e
distribuição dos recursos, ou seja, encontrar a "alocação Ótima dos recursos". V Há de se destacar que no estudo microeconômico um dos tópicos consiste na análise das imperfeições de mercado, em que se analisam situações nas quais os preços não são deter- minados isoladamente em cada mercado. Na realidade, tanto a teoria do equilíbrio geral e
do bem-estar como a teoria do consu- midor são fundamentalmente abstratas, utilizando-se, com freqüência, modelos matemáticos de razoável grau de dificuldade. Como o objetivo deste livro é fornecer aos estudantes e pro- introdução à Microeconomia 43 fissionais de Direito e de humanidades em geral conceitos básicos de Economia, que dêem
subsídios para sua atuação no dia-a-dia e um melhor entendimento das principais questÕeS econômicas de nosso tempo, essas teorias não serão discutidas aqui, pois não Costumam Ser v abordadas nos cursos introdutórios de Economia, sendo normalmente ministradas ao finai da disciplina de teoria microeconômica. -\ Questões pero revisão . Qual o
papel dos preços relativos na análise microeconômica? 2. O estabelecimento comercial pode ser conceituado de duas Óticas: a económica e a juridica. Explique cada uma delas. 3. No raciocínio económico, qual a importância da hipótese do coeteris paribus? 4. Qual o principal campo de atuação da teoria microeconómica? 5. Como se divide o estudo
microeconômico? 2,2" 'Mgwíšsgí á, . "ÎÊTÉN z' J'Ïái'ê . ; zzššz, 2, 24,, "'l 471,222 W 2- ' '222 . 2, .fi _j .. 222*fzá 1* . . . f» 2,22%" ,2222.22...ã/55%.52. 22A ‹ 2,4 . 2 2 . °~ '22622221 . .22 . f." 21%.. ,_ ,Maga *2% 252 2. 232142 2,52%” ” 122.., .2:4 2» ¬~ 2" z W" 2.2" W M :2 ,NK-22 * ,Á ,5% 2 .v *td/z. f. ,2 2.» 2.22%* ¢ *223. ‹" vššf'šfi z2 .. 2...»
"fë'ä'vízffi'í' 2 f w«xêfiàà .222W ,2.1, «W522 ,Wowm W _". v ,22.27, 42, ~ v ,gw 4% f . v f .2. ~ › àwãlwgw '1° 2 «2%22/22' 2.22» . . 21m» .z/ . 7252223”› . :2.2. ~”- Â', , 2 ,5, ,2132,; ...2,22% , .2. 222111-1' 222222 ~ .‹ ,2%2211,:~ 2222.2112* 222222. “22 . , 1 22%”2232” 2.22 , _ Hø, . W". «M gw, 1 wggyzêwâ'* * ,22' , ~,a. .›M2 'h' 22*.› 5.2 ,gh/,sá 123,, .,
' z, '. ,âzfi2â2úš~% *_l . 2;, 1 4 › fiiãäø,,,'~, " «2, 51,22? far" ,, . 2., ., .2% f. 2.222 23h.”,f¢› 222%* '2,M22% -múmäéwä-í “MW/á”. 2” MM' ...22222221 « . w. ' " _ 2.. . ,22 ,*12.21 .» 22.5.? ä' Í % m; 2. 2222 *ff ,22222.22 2...' › 2 «wãf-Í 2..2* .'f u ¬ v 'Ç' :r :WMV f w 22%'23524" f š., Í, .' s. 2 à' . .. . '212: 22%, f, f › y2,2% , ,,. ,,., â, .22. ' «í z, 2%»24 .2..222 2
«, 3%., .1, ,ã 2. 2.2.3.2., ~ Âgãiâyd, ø, 2 .. ...21,2 '23;n «52255.13 229.'w 2,2222' a Wë'd ~ . .412;W"< "igyáãñp agêšfàifi'äg'r 2 ,ça/f* 2.. "`.2.5.1 .v ,2. .2:22 .2.222,22 1-12 'fmwzõz'i Éfiüf 2 2,2» _fiêiašw W ,, _Êwvñâ. 2% “5.22” ,áššâ22h" 22.2 «22 ~ 1 22% z 2, 2 W Í ¿ v ~. à, . 2 m 1 ,mx ä.2¬‹›:^2~,.,. šfw «pggzš fwwãš. à 222252" M W' 22 ' ›. .2% 2.2.
222,22%: ` wêãfä'ì» 'Mx-Ê' 1.2.22 ,,` g! VÊ; VMA, ` A A... , 2.W 22%» M.. › ,a .... ,, ,¬~ ,ay 2 .V .y__., ":i' '222W ~_w . ¿ .42. .2-2 ,22222 É” 2. xy.. A, W222 2:2 .'1 22..., 2.2 A _,122 2.222,21 «Y /fl . a, “ÍZW 273,' v v / 21%. m2» . -» ,M2 ..;‹'.‹~É, 222. kâë . .v .2. .ff ›. 2;? 22 2 fêwüëéí' .‹ .z z' , 2,2% 2,252.22 www .z ›.×2;.›~.~ ...2,2% 2ø‹~ä,¿¿%% ø. .
‹_;..›'23«"f§ *7 Fundamentos de Economia 46 A teoria do valor-trabalho considera que o valor de um bem se forma do lado da oferreta, por meio dos custos do trabalho incorporados ao bem. Os custos de produção eram presentados basicamente pelo fator mão-de-obra, em que a terra era praticamente gratuita sur(abundante) e o capital pouco
significativo. Pela teoria do valor-trabalho, o valor do bem ge da relação social entre homens, dependendo do tempo produtivo (em horas) que eles incorporam na produção de mercadorias. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho é objetiva (depende de custos de produção). A teoria do valor-utilidade veio complementar a teoria do valor-trabalho, pois
não era mais possível predizer o comportamento dos preços dos bens apenas com base nos custos da mão-de-obra (ou mesmo custos em geral) sem considerar o lado da demanda (padrão de gostos, hábitos, renda, e outros). Além disso, a teoria do valor-utilidade permitiu distinguir o valor de uso do valor de troca de um bem. O valor de uso e a
utilidade que ele representa para o consumidor. O valor de troca se forma pelo preço no mercado, pelo encontro da oferta e da demanda do bem. A teoria da demanda, objeto deste capitulo, baseia-se na teoria do valor~utilidade. 5.1.2 uiiiiiddz :dial z utilidade. marginal Ao final doséculo passado, alguns economistas elaboraram o conceito de utilidade
mar- ginal e dele derivaram a curva da demanda e suas propriedades. Tem-se que a utilidade total tende a aumentar quanto maior a quantidade consumida do bem ou serviço. Entretanto, a utilidade marginal, que e a satisfação adicional (na margem) obtida pelo consumo de mais uma unidade do bem, é decrescente, porque o consumidor vai perdendo
a capacidade de percepção da utilidade proporcionada por mais uma unidade do bem, chegando a saturação. O chamado paradoxo da água e do diamante ilustra a importância do conceito de utili- dade marginal.Por que a agua, mais necessária, é tão barata, e o diamante, supérfluo, tem preço tão elevado? Ocorre que a água tem grande utilidade
total, mas baixa utilidade marginal , (é abundante), enquanto o diamante, por ser escasso, tem grande utilidade marginal. 5.2 Dormindo de mercado 5.2.1 Conceito A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado periodo de tempo. A procura depende de
variáveis que influenciam a escolha do consumidor. São elas: o preço do bem ou serviço, o preço dos outros bens, a renda do consumidor e o gosto ou \ Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado 47 preferência do individuo. Para estudar-se a influência isolada dessas variáveis utiliza~5€ a hipótese do coeteris paribus, ou seja, considera-se cada uma
dessas variáveis afetando Separadamente as decisões do consumidor. 5.2.2 Relação entre quantidade procurada e prego do bem: a lei geral dq demanda Há uma relação inversamente proporcional entre a quantidade procurada e o preço do bem, coeteris paribus. É a chamada lei geral da demanda Essa relação quantidade procurada/preço do bem
pode ser representada por uma escala de procura (veja a Tabela 5.1), curva de procura ou função demanda. Tabela 5.1: Escola de procuro l `y"Àlfffer'lr/1'ativas"de/:preço,(S),Íf' 'f l I i1 ,h *_Í' 1,00 11.000 13,00 VV9.000, , * 8,00 600 | 10,00 1 "Quantidade'demandadaj ~ ` l .só-000W, 4.000 ¬ 2.000 Outra forma de apresentar essas diversas alternativas
é pela curva de procura (veja a Fí- gura 5.l). Para tanto, traçamos um gráfico com dois eixos, colocando no eixo vertical os vários preços P, e no horizontal as quantidades demandadas Q. Assim: Figura 5.1: Curva de procuro do bem Il. Pit 10,00 - `8,00 ~ 6,00 _ 2.0 00 4.0 00 6.0 00 8.0 00 l V 2,00 - 4,00 ~ 10.0 00 12.0 00 14.0 00 Q Apenas por questão
de simplificação, vamos supor que a relação entre a quantidade procurada e o preço de uma dada mercadoria ou serviço seja do tipo linear. Na realidade, essa relação pode assumir outras funções matemáticas, como potência, exponencial. Fundamentos de Economia '48 as preferências dos Os economistas supõem que a curva ou a escala de procura
revela grau de satisfação consumidores, sob a hipótese de que estão maximizando sua utilidade, ou de valor, que no consumo daquele produto. Ou sejaI subjacente à curva há toda uma teoria envolve, como vimos, os fundamentos psicológicos do consumidor? A curva de procura inclina-se de cima para baixo, no sentido da esquerda para a direita, nte
refletindo o fato de que a quantidade procurada de determinado produto varia inversame com relação a seu preço, coeteris paríbus. bem ou Matematicamente, a relação entre a quantidade demandada e o preço de um : serviço pode ser expressa pela chamada função demanda ou equação da demanda Qd =f(P) em que: Qd = quantidade procurada de
determinado bem ou serviço, num dado período de tempo; P = preço do bem ou serviço. preA expressão Qd=f(P) significa que a quantidade'demandada Qd é uma função f do ço P, isto é, depende do preço P. A curva de demanda e' negativamente inclinada devido ao efeito conjunto de dois fatores: o efeito substituição e o efeito renda. Se o preço de
um bem aumenta, a queda da quantidade demandada será provocada por esses dois efeitos somados: a) efeito substituição: se um bem X possui um bem substituto Y, ou seja, outro bem similar que satisfaça a mesma necessidade, quando o preço do bem X aumenta, coeteris paribus, do bem X. Exemplo: se o preço da caixa de fósforos subir
demasiadamente, os consumidores passarão a demandar isqueiros, reduzindo assim sua demanda por fósforo; (renda b) efeito renda: quando aumenta o preço de um bem X, tudo o mais constante do consumidor e preços de outros bens estando constantes), o consumidor perde i. o consumidor passa a adquirir o bem substituto (o bem Y), reduzindo
assim a demanda poder aquisitivo,`e a demanda por esse produto (X) diminui. Assim, embora seu salário pomonetário não tenha sofrido nenhuma alteração, seu salário "real", em termos de der de com pra, foi corroidos. anteriormente, ela é Essa parte da análise microeconomica e' denominada teoria do consumidor. Como observamos em
relativamente abstrata, inclusive com razoável grau de formalização matemática e não costuma ser aprofundada cursos introdutórios de Economia. de ocorrer na prática, Existe uma exceção à lei da demanda - o bem de Giffen. Essa situação, pouco provável e quantidade procupreço entre direta relação uma há quando acontece Giffen, de paradoxo
conhecida como rada do bem (curva de demanda positivamente inclinada). Como exemplo, suponha que as pessoas consumam de grande quantidade de um produto e que ocorra uma queda no preço desse bem. Com o aumento relativo reduzem seu seu poder aquisitivo, as pessoas, em vez de gastar mais nesse produto, do qual já estão enfastiadas,
consumo, demandando outros _ ou seja, a queda de preço desse bem leva a queda em seu consumo, o que contraria a lei da demanda. Demanda, Oferta e Equilibrio de Mercado 49 5.2.3 Outras variáveis que, afetam a demanda de um bem Efetivamente, a procura de uma mercadoria não e influenciada apenas por seu preço. . Existe uma se'rie de
outras variáveis que também afetam a procura. Para a maioria dos produtos, a procura será também afetada pela renda dos consumidou res, pelo preço dos bens substitutos (ou concorrentes), pelo preço dos bens complementares e pelas preferências ou hábitos dos consumidores. [Se a renda dos consumidores aumenta e a demanda do produto
também,temos um bem normal. Existe também uma classe de bens que são chamados bens inferiores, cuja demanda va* ria em sentido inverso às variações da rendai por exemplo, se o consumidorficar mais rico, diminui- rá o consumo de carne de segunda e aumentará o consumo de carne de primeira. Analogamente. tem-se a categoria deibens
superiores ou de luxo: se o consumidor fica mais rico, demandará mais produtos de maior qualidadía Temos ainda o caso de bens de consumo saciado, quando a demanda do bem não é influenc/iada pela renda dos consumidores (como arroz, farinha, sal). [A demanda de um bem ou serviço também pode ser influenciada pelos preços de outros bens e
serviços. Quando há uma relação direta entre preço de um bem e quantidade de ou- tro, coeteris paribus, eles são chamados de bens substitutos ou concorrentes, ou ainda sucedâneos oãfior exemplo, um aumento no preço da carne deve elevar a demanda de peixe, tudo o mais constante. Quando há uma relação inversa entre o preço de um bem e a
demanda de outro, eles são chamados de bens complementares (por exemplo, quantidade de automó~ veis e preço da gasolina, quantidade de camisas sociais e preço das gravatas). Finalmente, a demanda de um bem ou serviço também sofre a influência dos hábitos e preferências dos consumidores. Os gastos em publicidade e propaganda objetivam
justa- mente aumentar a procura de bens e serviços influenciando preferências e hábitos. Além das variáveis anteriores, que se aplicam ao estudo da procura pela maior parte dos bens, alguns produtos são afetados por fatores mais específicos, como efeitos sazonais e Iocalização do consumidor, ou fatores mais gerais, como condições de crédito,
perspectivas da economia, congelamentos ou tabelamentos de preços e salários Podemos, então, resumir as principais variáveis que afetam a demanda de determinado bem ou serviço: Demanda do bem X = f (preço de X, preços dos bens substitutos do bem X, preço dos bens complementares ao bem X, renda dos consumidores, preferências dos
consumidores) 5.2.4 Distinção entre demanda e quantidade demandada Embora tendam a ser utilizados como sinônimos, esses termos tem significados dife- rentes. Por demanda entende-se toda a escala ou curva que relaciona os possíveis preços a 50 Fundamentos de Economia determinadas quantidadesPor quantidade demandada devemos
compreender um ponto especifico da curva relacionando um preço a uma quantidade. Na Figura 5.2, a demanda corresponde à reta indicada pela letra D;já a quantidade procurada relacionada ao preço PO é QO. Caso o preço do bem aumentasse para P1, haveria uma di- minuição na quantidade demandada, não na demanda. Ou seja, as alterações da
quantidade demandada ocorrem ao longo da própria curva de demanda (reta D). QV Figurci 5.2: filteroção no quantidade demondodo. Suponhamos que agora a curva da procura inicial (veja a Figura 5.3) fosse a reta indicada pela letra DO. Sendo o bem normal, caso houvesse um aumento na renda dos consumidores, coeteris paribus, a curva da
procura D0 iria se deslocar para a direita, o que estaria indicando que, aos mesmos preços, por exemplo, P0, o consumidor estaria disposto a adquirir maiores quanti- dades do bem, passando de QO para QZ. A nova curva de demanda é representada pela reta D`l QV Figura 5.3: filteroção no demondo. ao preço PO, oconsumidor pode comprar QO ao
mesmo preço P0, o consumidor pode comprar Q2 Demanda, Oferta e Equilibrio de Mercado 51 Dessa forma, movimentos da quantidade demandada ocorrem ao longo da própria curva, devido a mudanças no preço do bem. Quando a curva de procura se desloca (em virtude de variações da renda ou de outras variáveis, que não o preço do bem), temos
uma mudança na . demanda (e não na quantidade demandada). 5.3 Gforto de merecido Pode-se conceituar ofertacomo as várias quantidades que os produtores desejam ofe- recer ao mercado em determinado periodo de tempo. Da mesma maneira que a demanda, a oferta depende de vários fatores; dentre eies, de seu próprio preço, do preço (custo)
dos fatores de produção e das metas ou objetivos dos empresários. Diferentemente da função demanda, a função oferta mostra uma correlação direta entre quantidade ofertada e nível de preços, coeterísparibus. É a chamada Iei geral da oferta. Podemos expressar uma escala de oferta de um bem X: dada uma série de preços, quais seriam as
quantidades ofertadas a cada preço: Tobeid 5.2: Escola de oferto ' ,sfff~¶~1:~í'_,~~'¿`tPre`Ço',($)-'j¶í"“ff~;*'jf} __"'Ç'ÍfQuantidadeÍofertada” s 1.0001” 6.000 ffr'zmoo ,f 10.000 Essa escaia pode ser expressa graficamente: Figure 5.4: Curvo de oferta do bem X. 12,001* 10,00 8,00 ' 6,00 4,00 2,00 2.000 4.000 6.0.00 8.0001000012200014000 ._ ..
Fundamentos de Economia 52 Matematicamente, a função ou equação da oferta é dada pela expressão: Q,=ƒ‹P› em que: Qo = quantidade ofertada de um bem ou serviço, num dado período; P = preço do bem ou serviço. A relação direta entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem deve-se ao fato de que, coeteris paribus, um aumento
do preço de mercado estimula as empresas a elevar a produção; novas empresas serão atraídas, aumentando a quantidade ofertada do produto. Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matériasprimas, salários, preço da terra), por alterações tecnológicas e pelo aumento do número de
empresas no mercado. Parece claro que a relação entre a oferta e o custo dos fatores de produção seja inversamente proporcional. Por exemplo, um aumento dos salários ou do custo das matérias-primas deve provocar, coeteris paribus, uma retração da oferta do produto. _ A relação entre a oferta e nível de conhecimento tecnológico é diretamente
propor- cional, dado que melhorias tecnológicas promovem melhorias da produtividade no uso dos fatores de produção e, portanto, aumento da oferta. Da mesma forma, há uma relação direta entre a oferta de um bem ou serviço e o númerode empresas ofertantes do produto no setor. Oferta do bem X = f (preço de X, custos dos fatores de produção,
nível de conhecimento tecnológico, número de empresas no mercado) 5.3.1 Oferta e quantidade ofertado Como no caso da demanda, também devemos distinguir entre a oferta e a quantidade ofertada de um bem. A oferta refere-se à escala (ou toda a curva), enquanto a quantidade ofertada diz respeito a um ponto específico da curva de oferta. Assim,
um aumento no preço do bem provoca um aumento da quantidade ofertada, coeteris paribus (movimento ao longo da curva -- diagrama a), enquanto uma alteração nas outras variáveis (como nos custos de produção ou no nivel tecnológico) desloca a oferta (isto é, a curva de oferta). Por exemplo, um aumento no custo das matérias-primas provoca uma
queda na oferta: mantido o mesmo preço Po (isto e', coeteris paribus), as empresas são obrigadas a diminuir a produção (diagrama b). . Demanda, Oferta e Equilibrio de Merca do 53 Figura 5.5: Hlteração da quantidade ofertado e da oferta. (a) Aumento na quantidade ofertada P P1 O _______________ | PO """" l /:i l l Í I I I I I ao o1 Õ (cl Aumento da
oferta o1 0,, 00 QV Dir à. .D"""'" p-__________ (b) Diminuição da oferta Por outro lado, uma diminuição no preço dos insumos, ou uma melhoria tecnológica em sua utilização, ou ainda um aumento no número de empresas no mercado, conduz a um aumento da oferta, dados os mesmos preços praticados, deslocando-se, desse modo, a curva de oferta
para a direita (diagrama c). n 5.4 éíquilíbtio de mercado 5.4.1 H lei da oferta e da procura: tendência ao equilíbrio A interação das curvas de demanda e de oferta determina o preço e a quantidade de equilíbrio de um bem ou serviço em um dado mercado. Seja a Tabela 5.3 representativa da oferta e da demanda do bem X; V Tabela 5.3: Oferta e
demanda do bem I 1,00 1 1.000 1.000 6,00 6.000 6.000 2.000 10.000 10 Excesso de ra (escassez de oferta) entre oferta e ra Excesso de oferta escassez de Fundamentos de Economia 54 demanda do bem X quanComo se observa na Tabela 5.3, existe equilibrio entre oferta e do o preço é igual a 6,00 unidades monetárias. Graficarnente: 1*Figura 5.6:
Equilibrio de mercado. P li 12,00 ' 10,00 - 8.00 t 6,00 ' 4,00 ' 2,00 ~ r | i | t i | | i 2.000 4.000 6.000 8000100001200014000 Q A s o preço e a quantidade Na intersecção das curvas de oferta e demanda (ponto E), teremos dos consumidores e de equilibrio, isto é, o preço e a quantidade que atendem às aspirações dos produtores simultaneamente? rio E
(A, por. exemplo), Se a quantidade ofertada se encontrar abaixo daquela de equilíb tição entre os consumido~ teremos uma situação de escassez do produto. Haverá uma compe s. Formar-se-ão filas, o que res, pois as quantidades procuradas serão maiores que as ofertada E), quando as filas cessarão. forçará a elevação dos preços, até atingir-se o
equilíbrio (ponto do ponto de equilibrio E (B, Analogarnente, se a quantidade ofertada se encontrar acima um acúmulo de estoques não por exemplo), haverá um excesso ou excedente de produção, os produtores, conduzindo programado do produto, o que provocará uma competição entre rio E. a uma redução dos preços, até que se atinja o ponto de
equilíb como de ofertantes, há Como se observa, quando há competição tanto de consumidores o de equilíbrio estacionário urna tendência natural no mercado para se chegar a uma situaçã - sem filas e sem estoques não desejados pelas empresas. dos preços, ou seja, se o Desse modo,se não há obstáculos para a livre movimentação tendência natural
de o preço sistema e' de concorrência pura ou perfeita, será observada essa pelos consumidores como pelos e a quantidade atingirem determinado nível desejado tanto ência nem do governo nem ofertantes. Para que isso ocorra, é necessário que não haja interfer o. de forças oligopÓIicas, que tem poder de afetar o preço de mercad 4 ados o preço e a
quantidade de equilíbrio. No Apêndice, demonstramos aigebricamente como são determin Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado 55 5.4.2 Deslocamento dos curvos de demanda e oferta Como vimos, existem vários fatores que podem provocar deslocamento das curvas de oferta e demanda, com evidentes mudanças do ponto de equilíbrio.
Suponhamos, por exemplo, que o mercado do bem X(um bem normal, não inferior) esteja em equilibrio. O preço de equilíbrio inicial é PO e a quantidade, QO (ponto A). rf Figure 5.7: Deslocamento dolponto de equilibrio. p-_---_ c,o Preço do bem X Quantidade do bem X Se, por hipótese, os consumidores obtêm um aumento de renda real (aumento de
poder aquisitivo), coeterisparibus, a demanda do bem X, aos mesmos preços anteriores, será maior. Isso significa um deslocamento da curva de demanda para a direita, para DI. Assim, ao preço PO teremos inicialmente um excesso de demanda, que provocará um aumento de preços ate' que o excesso de demanda acabe. O novo equilíbrio se dará ao
preço P` e quantidade Q1 (ponto B). Da mesma forma, um deslocamento da curva de oferta afetará a quantidade de mercado e o preço de equilibrio. Suponha, para exemplificar, que haja uma diminuição dos preços das matérias-primas usadas na produção do bem X. Çonseqüentemente, a curva de oferta do bem X se deslocará para a direita, e, por
raciocinio análogo ao anterior, o preço de equilíbrio se tornará menor e a quantidade maior. O leitor podera, como exercício, construir o gráfico para esse caso. 5.5 interferência do governo no equilíbrio de mercoclo O governo intervém na formação de preços de mercado quando fixa impostos, dá subsídios, estabelece os critérios de reajuste do salário
mínimo, fixa preços mínimos para produtos agrícolas, decreta tabelamentos ou, ainda, congela preços e salários. Fundamentos de Economia 56 5.5.1 Estabelecimento de impostos Embora seja tratado nos capitulos de Macroeconomia o papel do governo por meio dos instrumentos da política tributária, é interessante observar o enfoque
microeconômico da tributação, que ressalta a questão da incidência do tributo. Sabemos que quem recolhe a totalidade do tributo é a empresa, mas isso não quer dizer que é ela quem efetivamente o paga. Assim, saber sobre quem recai efetivamente o ônus do tributo e uma questão da maior imponência na análise dos mercados. Os tributos podem
ser impostos, taxas ou contribuições de melhoria. Os impostos dividem'se em: impostos indiretos: impostos incidentes sobre o consumo ou sobre as vendas. Exem- e plos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e impostos diretos: impostos incidentes sobre a renda e o patrimônio.
Exemplos: Imposto de Renda (IR) e Imposto Predial eTerritorial Urbano (IPTU). Entre os impostos indiretos destacamos: e imposto específico: o valor do imposto é fixo, independentemente do valor da unidade vendida. Exemplo: para cada carro vendido, recolhe-se, a titulo de Imposto, RS 5.000 ao governo (esse var é fixo e independe do valor do
automóvel);V i> imposto ad valorem: é um percentual (alíquota) aplicado sobre o valor da venda. Exemplo: supondo a alíquota do IPI sobre automóveis de 10%, se o valor do automóvel for de RS 50.000, o valor do IPI será de RS 5.000; se seu valor aumentar para RS 60.000, o valor do IPI será de RS 6.000. Assim, como se pode notar, a alíquota
permanece inaIterada em 10%, enquanto o valor do imposto varia com o preço do automóvel. No BrasiI, há poucos impostos especificos, sendo a quase totalidade dos impostos inci- dentes sobre o consumo do gênero ad valorem. No ato do recolhimento, um aumento de impostos representa um aumento de custos de produção para a empresa. Se eIa
quiser continuar vendendo as mesmas quantidades an- teriores, terá de elevar o preço de seu produto, ou seja, procurará repassar o imposto para o consumidor. Caso contrário, terá de reduzir seu volume de produção. A proporção do imposto paga por produtores e consumidores é a chamada incidência tributária, que mostra sobre quem recai
efetivamente o ônus do imposto. O produtor procurará repassar a totalidade do imposto ao consumidor. Entretanto, a margem de manobra de repassá~lo dependerá do grau de sensibilidade desse a alterações do preço do bem. E essa sensibilidade (ou elasticidade) dependerá do tipo de mercado. Quanto mais compe~ Demanda, Oferta e Equilíbrio de
Mercado 57 titivo ou concorrencial o mercado, maior a parcela do imposto paga pelos produtores, pois Eles nao poderão aumentar o preço do produto para nele embutir o tributo. O mesmo ocorrerá se os consumidores dispuserem de vários substitutos para esse bem. Por outro lado, quanto mais concentrado o mercado - ou seja, com poucas empresas
_, maior o grau cle transferência do imposto para os consumidores finais, que contribuirão com maior parcela do imposto. Há uma diferença entre o conceito jurídico e o conceito econômico de incidência. DO ponto de vista legal, a incidencia refere-se a quem recolhe o imposto aos cofres públicos; do ponto de vista económico, dizrespeito a quem arca
efetivamente com o ônus. Normalmente os impostos indiretos são recolhidos pelas empresas, mas elas repassam parte do imposto, aumentando o preço do produto e, assim, onerando o consumidor final. 5.5.2 Político de pregos mínimos no agricultura Trata-se de umapolitica que visa dar uma garantia de preços ao produtor agrícola, com o propósito
de protege-lo das flutuações dos preços no mercado, ou seja, ajuda-lo diante de uma possível queda acentuada de preços e conseqüentemente da renda agrícola. O governo, antes do inicio do plantio, garante um preço que ele pagará após a colheita do produto. Se, por ocasião da colheita, os preços de mercado forem superiores aos preços mínimos, o
agri~ cultor preferirá vende-la no mercado. Contudo, se os preços mínimos forem superiores aos preços de mercado, o produtor preferirá vender sua produção para oégoverno ao preço ante~ riormente fixado. Nesse caso, com o preço mínimo acima do preço de equilíbrio de mercado, haverá um excedente de produto adquirido pelo governo, que será
utilizado como estoque regulador em momentos subseqüentes. Graficamente: Figura 5.8 Fixação do preco mínimo. s PA Excedente gv .P ato Subsídio Fundamentos de Economia 58 Nesse caso, o governo pode adotar dois tipos alternativos de políticas: a) comprar o excedente (QO menos Q'o) ao preço mínimo Pmin (política de compras); b) pagar
subsidio no preço (política de subsídios): o governo deixa os produtores co- locarem no mercado toda a produção QO, o que provocará grande queda no preço pago pelos consumidores (PM). Os produtores receberão P,We o governo bancara a diferença (Pmm - PCM) Evidentemente, o governo optará pela politica menos onerosa. 5.5.3 Tobelomento
Refere~se à intervenção do governo no sistema de preços de mercado visando coibir abusos por parte dos vendedores, controlar preços de bens de primeira necessidade ou, então, refrear o processo inflacionário, como foi adotado no Brasil (Pianos Cruzado, Bresser), quando se aplicou o congelamento de preços e salários. f. 5.6 Conceito de
elasticidade Cada produto tem urna sensibilidade especifica com relação às variações dos preços e da renda. Essa sensibilidade ou reação pode ser medida por meio do conceito de elasticida~ de. Genericamente, a elasticidade reflete o grau de reação ou sensibilidade de uma variável quando ocorrem alterações em outra variável, coeterís paríbus.
Trata-se de um conceito econômico que pode ser objeto de cálculo a partir de dados do mundo real, permitindo-se, desse modo, o confronto das proposições da teoria econômica com os dados da realidade. O conceito de elasticidade representa uma informação bastante útil tanto para as empresas como para a administração pública. Nas empresas, a
previsão de vendas é de extrema importância, pois permite uma estimativa da reação dos consumidores em face das alterações Í nos preços da empresa,.dos concorrentes e em seus salários. Para o planejamento macroeco~ nõmico, a elasticidade e de igual importância, pois pode-se prever, por exemplo, qual seria o impacto de uma desvalorização
cambial sobre o saldo da balança comercial, ou qual a sensibi- lidade dos investimentos privados a alterações na tributação ou na taxa dejuros. 5.6.1 EIcisticidode-preço do demanda a) Conceito É a resposta relativa da quantidade demandada de um bem X às variações de seu preço, ou, de outra forma, é a variação percentual na quantidade procurada
do bem X em relação a urna variação percentual em seu preço, coeteris paribus. Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado 59 Podemos expressar simbolicamente tal conceito da seguinte forma: EFD: 4 variaçãopercentual em Qd variação percentual em P Como a correlação entre preço e quantidade demandada é inversa, ou seja, a uma alteração
positiva de preços corresponderá uma variação negativa da quantidade demandadã, o valor encontrado da elasticidade-preço da demanda será negativo. Para evitar problemas com o sinal, o valor da elasticidade normalmente é colocado em módulo. Éuponhamos, por exemplo, os seguintes dados: P0 = preço inicial = S 20,00 P1: preço final = S 16,00
QO = quantidade demandada, ao preço Qo = 30 Q1 à quantidade demandada, ao preço Q1 = 39 P1 - A variação percentual do preço é dada por: PO _ «4 PO w = -o,2 ou -2o% 20 A variação percentual da quantidade demandada é dada por: Qtfigo QO 9 :_:OB Ou 30% 30 O valor da elasticidade-preço da demanda é dado por: D= variação variação
percentual percentua/ de Q d de P = + 30% -20% =-i,5 ou [EpDizts Significa que, dada uma queda de 20% no preço, a quantidade demandada aumenta em 1,5 vez os 20%; ou seja, 30%. Trata~se de um produto cuja demanda tem grande sensibilida~ de a variações do preço. isso nos remete aos conceitos de demanda elástica, inelâstica e de
elasticidade unitária. a Demanda elástica: a variação da quantidade demandada supera a variação do preço, ou IEPDI > i No exemplo anterior: EpD = «i ,5, ou, em módulo [EpD |= i,5. Os consumidores desse produto têm grande reação ou resposta, nas quantidades, a eventuais variações de preços. Em caso de aumentos de preços, diminui
drasticamente o consu- mo; quando há quedas do preço de mercado, aumenta o consumo em uma vez e meia a variação do preço. Fundamentos de Economia 60 Demanda inelástica: ocorre quando uma variação percentual nopreço provoca uma variação percentual relativamente menor nas quantidades procuradas, coeteris paribus, ou a lEpD| < i
Exemplo: EpD = ~ 0,5 ou IEPDI = 0.5 Nesse caso, uma redução, suponhamos, de 10% nos preços provoca um aumento de 5% nas quantidades procuradas. Os consumidores desse produto reagem pouco a variações dos DYÊÇOS, isto é, possuem baixa sensibilidade ao que acontece com os preços de mercado. a Demanda de elasticidade~preço
unitária: as variações percentuais no preço e na quantidade são de mesma magnitude, porém em sentido inverso, ou seja: Em): -i ou lEl = i Observa-se que o conceito de elasticidade fornece um número puro, pois independe das unidades de medida consideradasjá que Se refere a urna razão entre duas percentagens (variação percentual da quantidade
sobre variação percentual do preço). Por exemplo, e' indi-' ferente se a quantidade está expressa em quilos ou toneladasjá que a variação percentual e' a mesma, embora as variações absolutas sejam diferentes (a variação percentual de 5 toneladas sobre 10 toneladas é igual à variação percentual de 5.000 quilos sobre 10.000 quilos, ou seja, 50%).
Essa característica nos permite comparar a elasticidade entre produtos e setores dife~ rentes (algodão x aço, alimentos x manufaturados, dentre outros). b) Fatores que ínfluencíam o grau de elasticidade-preço da demanda Afinal, o que faz com que alguns bens tenham demanda elástica ou inelástica, isto é, que fatores explicam os valores obtidos
para a elasticidade-preço da demanda? a existência de bens substitutos: quanto mais substitutos houver para um bem, mais j elástica sera' sua demanda, pois pequenas variações em seu preço, para cima por exemplo, farão com que o consumidor passe a adquirir seu substituto, provocando queda em sua demanda mais que proporcional à variação do
preço. Nesse sentido, quanto mais ampla a definição do bem, menor a elasticidade. Ou seja, a elasticidade-preço da demanda de guaraná será maior que a de refrigerantes em geral, pois existem mais substitutos para o guaraná do que para refrigerantes em geral. Na mesma linha, a elasticidade~preço da procura da pasta de dente de mentol é maior
que a de pastas de dente em geral. a» essencialidade do bem: se o bem é essencial, sua demanda será pouco sensível `a variação de preço; terá, portanto, demanda inelástica; Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado Õ'l e importância do bem, quanto a seu gasto, no orçamento do consumi dor: quanto maior o gasto referente a determinado bem
(maior ponderação) em relação ao gasto total (orçamento) do consumidor, mais sensível torna se o consumidor a alteração si em seu preço (ou seja, a demanda e mais elástica). Por exemplo, a elasticidade-preço da demanda de carne tende a ser mais elevada que a de fósforosjá que o consumidor gasta uma parcela maior de seu orçamento com carne
do que com fósforos, c) Formas de cálculo: elasticidade num ponto específico, ou no ponto médio e elasticidade num ponto específico: quando calculamos a elasticidade apenas para um dado preço e quantidade, como no exemplo anterior; i> elasticidade no ponto médio (ou no arco): em vez de utilizar apenas um ponto, consideram-se as medias de
preços e de quantidades em um dado trecho da demanda . Basta substituir, na fórmula anterior, P e Q0 pelas medias entre Poe PI e entre QO e QI. Chamando de Pm o preço médio e de QO] a quantidade média, e retomando o exemplo da página À59, tem-se: E pa .___/êL 9 Ap -4 :Wzšz_9ió .z-H 0,22 a ' Nesse exemplo, temwse que a demanda é elástica
entre os preços RS 20,00 e RS 16,00 (a quantidade demandada varia 1,18 vezes a variação de preços do produto em sentido oposto). d) Relação entre receita total do produtor e o grau de elasticidade A receita total do produtor, que equivale ao gasto total dos consumidores, para uma dada mercadoria e igual à quantidade vendida vezes seu preço
unitário de venda. RT=P×Q em que: RT: receita total; P = preço unitário; Q = quantidade vendida. Dada uma variação no preço do produto, o que acontecerá com a receita total do produtor? Tal resposta dependerá da reação dos consumidores, isto é, do grau de elasticidadepreço da demanda. Podem ocorrer três possibilidades: Fundamentos de
Economia 62 à demanda elásticaia redução no preço do bem tenderá a aumentar a receita total, pois o aumento percentual na quantidade vendida será maior do que a redução percen- tual do preço (trata~se de umlmercado em que os consumidores têm demanda bastante sensível a preços). Da mesma forma, um aumento de preço provocará redução
da receita total; i> demanda inelástica: o raciocinio é inverso _ aumento de preço provoca aumento da. receita total, e redução de preço provoca diminuição da receita total; > demanda de elasticidade unitária: aumento ou redução no preço não afetam a recei~ ta total,ja' que o percentual de variação no preço corresponde a igual percentual de
variação na quantidade (em sentido contrário). Isso explica, por exemplo, o que ocorre com mercados agrícolas. Via de regra, a demanda por alimentos é inelástica, dada sua essencialidade. Ou seja, a variação da quantidade e inferior a variação de preço. Assim, se a produção for reduzida, ela será compensada por uma variação de preços
proporcionalmente mais elevada,l o que representará um aumento de seu faturamento. lsso explica por que, muitas vezes, o produtor agricola prefere até destruir parte de sua produção para manter os preços. Evidentemente essa possibilidade tem um limite, pois poder-se-ia imaginar que, sempre que a demanda e' inelástica, é vantajoso aumentar os
preços do produto, de forma indefinida. Entretanto, vimos que um dos fatores que determinam o valor da elasticidade-preço e' o peso do bem no orçamento do consumidor. Então, quando se eleva o preço de mercado, o gasto com o bem aumenta, e o consumidor passa a ser cada vez mais sensível as variações de pre- ços desse produto, tornando a

demanda cada vez mais elástica. Esse exemplo revela outro ponto: quanto maior o preço do bem, maior a elasticidade- preço da demanda. Ou seja, a elasticidade-preço varia ao longo de uma mesma curva de demanda. e) Incidência tributária e elasticidade-preço da demanda Vimos que o recolhimento de impostos aos cofres públicos efeito pelas empresas; en- tretanto, isso não significa que ela efetivamente pagará a totalidade do imposto, pois pode repassar parte do ônus para o consumidor final, via aumento de preços de seus produtos. Parece claro que: > quanto mais inelástica for a demanda do bem, maior será a proporção do imposto repassada ao consumidor e menor a parcela paga pelo produtor. O consumidor não tem muitas condições de diminuir o consumo do bem, provavelmente porque tem poucos produtos substitutos ou sucedâneos. Trata-se de uma característica mais co» `mum em mercados em que a produção está concentrada em poucas empresas; :r ~~ _,._ Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado e 63 quanto mais elástica for a demanda do bem, menor será a proporção do imposto repas- sada ao consumidor e maior a parcela paga pelo produtor. Mercados com um número bastante grande de empresas produtoras costumam apresentar esse comportamento. › 5.6.2 Einsticidcide-rendci dci demanda O coeficiente de elasticidadewrenda da demanda (ER) mede a variação percentual da quantidade da mercadoria comprada resultante de uma variação percentual na renda do consumidor, coeteris paríbus. variação percentual na quantidade demandado variação percentual na renda do consumidor Se a elasticidade-renda da demanda (ER) é negativa, o bem é inferior, ou seja, aumentos de renda levam a quedas no consumo desse bem, coeteris paribus. Se a elasticidade-renda da demanda (ER) é positiva, mas menor que l,o bem e normal, isto é, aumentos de renda levam a aumentos menos que proporcionais no consumo. Se a elasticidade-renda da demanda (ER) e' positiva e maior que 1,0 bem é superior ou de cional no consumo do bem. Por exemplo: ER = i,5 - luxo, ou seja, aumentos na renda dos consumidores levam a um aumento mais que proporum aumento da renda do consumidor de, digamos, 10% levará a um aumento do consumo desse bem de 15%, coeteris paribus. Éoportuno salientar que essa distinção não tem muito significado para os consumidores mais pobres, para os quais praticamente não existem bens inferiores. Produtos mais sofisticados, como eletrônicos e automóveis, apresentam elasticidade- renda da demanda superior à dos produtos básicos, como alimentos, que tem um limite fisiológico a seu consumo. Ou seja, se houver aumento da renda dos consumidores, eles nao consumirão muito mais arroz, feijão, açúcar do que já consomem, mas certamente gastarão em bens de consumo duráveis, como TV, automóvel, microcomputador. Esse conceito e muito utilizado para ilustrar uma`questão bastante discutida na literatura eco~ nómica denominada deterioração dos termos de-trocano comércio internacional. Estudos empíricos mostram que os países desenvolvidos tendem a exportar bens manufaturados, de elasticidade-renda elevada (eletrônicos, automóveis), enquanto os paises mais pobres e tendem a exportar produtos básicos ou commodities (alimentos, matériasprimas), de elasticidade-renda relativamente mais baixa, e importar bens manufaturados. Com o desenvolvimento da economia mundial, e o conseqüente aumento da renda mundial, a tendência é ocorrer um aumento relativamente maior no comercio de manufaturados (alta elasticidade-renda), beneficiando as exportações dos países mais ricos, o que tenderia a gerar deficits cada vez maiores na balança comercial (exportações menos importações) dos países pobres. idtii'Sàí üíë. Utiiíšü EEUÜTEÊÂ iliëi ã: PiCULD/etllšl'š DE üãÊNGlÊÀS Etlfiãtâü Fundamentos de Economia 64 5.6.3 Elosticidcide-preço cruzado do demanda A elasticidade-preço cruzada da demanda mede a mudança percentual na quantidade de- mandada do bem x quando se modifica percentualmente o preço de outro bem. Desse modo, a elasticidade-preço cruzada da demanda (Exy) mede a variação percentual na quantidade pro- curada do bem x com relação à variação percentual no preço do bem y, coeterís paribus. variação percentual na quantidade demandada de um bem x Xy variação percentual no preço de um bem y Se x e yforem bens substitutos, Exy será positiva: um aumento no preço do guaraná deve provocar uma elevação do consumo de soda, coeteris paribus. Sex eyforem bens complementares, Exy será negativa: um aumento no preço da camisa social levará a uma queda na demanda de gravatas, coeteris paríbus. 5.6.4 Elosticidode-preço do oferta O mesmo raciocínio utilizado para a demanda também se aplica à oferta, observando-se, no entanto, que o resultado da elasticidade será positivo, pois a correlação entre preço e quantidade ofertada é direta. Quanto maior o preço, maior a quantidade que o empresário estará disposto a ofertar, coeteris paribus. variação percentual da quantidade ofertada po variação percentual do preço do bem Como na demanda, a elasticidadepreço da oferta também pode ser calculada num ponto específico, ou no ponto medio. As elasticidades da oferta são menos difundidas que as da demanda. A elasticidade-preço da oferta mais freqüentemente estudada é a dos produtos agrícolas, sendo inclusive aponta-ø da como a principal causada inflação, de acordo com a chamada corrente estruturalista. Segundo essa tese, em países em via de desenvolvimento, a elasticidade da oferta de pro~ dutos agrícolas seria inelástica, pouco sensível a variações de preços. Isso se deve a estrutura fundiária na agricultura, pouco voltada a estímulos dados pela demanda (e, portanto, de pre~ ços). De um lado há latifúndios que estão mais preocupados com a especulação corn terras do que corn produtividade; e, de outro, existem os minifúndios, que praticam uma agricultura apenas para sua subsistência, não produzindo para o mercado. Assim, a produção agrícola seria ínelástica a estímulos de preços. flpêndice Determinação cio preço e quantidade de equilíbrio Dadas as equações representativas da demanda e da oferta, o preço e a quantidade / de equilibrio serão determinados na intersecção dessas duas curvas. Suponhamos, por simplificação, que ambas sejam lineares, ou retas, e que dependàam apenas do preço, assim: ` DX=a-bl°x Ox=c+dPx em que: Dx z quantidade demandada do bem x Ox = quantidade ofertada do bem x PX = preço do bem x a = intercepto da função demanda c = intercepto da função oferta b = declividade cla função demanda d = declividade da função oferta Como era de esperar, pela lei da procura, a declividade da função demanda é negativa (-b), evidenciando uma reta negativamente inclinada, e, pela `lei da oferta, a declividade da função oferta e' positiva (+d) (reta positivamente inclinada). /M \ Fundamentos de Economia 66 Exemplo numérico Suponhamos que, estatisticamente, foram calculadas as funções oferta e demanda do bem x, assim: ` Dx = 300 ~ 8PX Ox=48+1OPX O preço e a quantidade do bem x que equilibram o mercado são calculados fazendo~sez DX: OX Portanto: 300 - 8Px=48 +1OPX 252 = 18Px 252 P2 = -= 14 18 Para determinar QQ, basta substituir P2 = 14 na função oferta ou na função demanda (em equilíbrio, o resultado tem de ser idêntico). og:48+io(i4)=188 Pg=i4,oo 02:188 êxercicio proposto São dadas as seguintes funções de demanda e oferta de certa mercadoria: Dx=300_Px-2PY_R ox=100+51>x em que PX e Qx são o preço e a quantidade; Py, o preço de outro produto, igual a S 10,00; e R, a renda dos consumidores, igual a S 100,00. Calcular: a) O preço e a quantidade de equilibrio da mercadoria x. b) Os bens x e y são substitutos ou complementares? Porquê? c) Classifique o bem x de acordo com a renda dos consumidores. Justifique a resposta. d) Supondo que haja um aumento de 10% na renda dos consumidores, calcular o novo ponto de equilíbrio. Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado 67 Questões porca revisão 1. Conceitue a função demanda. Que diferenças há entre demanda e quantidade de- v mandada? Para muitos produtos, tanto seus preços como as vendas têm aumentado. isso signifi- ca que a lei geral da demanda não funciona na prática? Justifique. Conceitue a função oferta. De que variáveis depende a oferta de uma mercadoria? Por que o governo costuma estabelecer preços mínimos (garantidos) para os produtos agrícolas? Quais as políticas que pode adotar? Sobre a elasticidade-preço da demanda: a) Quais os fatores que influenciam a elasticidade-preço da demanda? b) Por que a elasticidade-preço da demanda de sale próxima de zero? c) Por que, quando a demanda é inelástica, aumentos do preço do produto devem elevar a receita total dos vendedores? Supondo uma demanda eslástica, um aumento de um imposto sobre vendas incidirá. mais sobre consumidores ou vendedores? Justifique. Defina: elasticidade-renda, elasticidade-preço cruzada da demanda e elasticidade~pre~ ço da oferta. 70 Fundamentos de Economia Este capitulo está dividido em três partes. Na Parte I, apresentamos a teoria da produção. Em seguida, na Parte ll, discutimos os conceitos relativos aos custos de produção. Na Parte ill, mostramos qual o nivel de produção ideal para a firma maximizar seus lucros dentro do modelo tradicional. _ og Conceitos básicos do toorio do produção 6.2.1 Produção É o processo de transformação dos fatores adquiridos pela empresa em produtos para a venda no mercado. O conceito de produção não se refere apenas aos bens físicos e materiais, mas também a serviços, como transportes, atividades financeiras, comércio e outras atividades. w , No processo de produção, diferentes insumos ou fatores de produção são combinados, de forma a produzir o bem ou serviço final. As formas como esses insumos são combinados constituem os chamados processos ou métodos de produção, que podem ser intensivos em mão-de-obra (utilizam mais mão-decora em relação a outros insumos), intensivos em capital ou intensivos em terra. Se, a` partir da combinação de fatores, for possivel produzir um único produto (ou output), teremos um processo de produção simples; se for possível produzir mais de um produto, teremos um processo de produção múltiplo, ou produção múltipla. A escolha do método ou processo de produção depende de sua eficiencia. O conceito de eficiência pode ser enfocado do ponto de vista técnico ou tecnológico, ou do ponto de vista econômico. Um método e' tecnicamente eficiente (eficiência técnica ou tecnológica) quando, com‹ parado corn outros métodos, utiliza menor quantidade de insumos para produzir uma quantidade equivalente do produto. A eficiência econômica está associada ao método de produ- ção mais barato (isto é, os custos de produção são menores) relativamente a outros métodos, para produzir uma mesma quantidade do produto. 6.2.2 Função do produção O empresário, ao decidir o quê, como e quanto produzir, com base nas respostas do mercado consumidor, modificará a quantidade utilizada dos fatores, para com isso variar a quantidade produzida do produto. A função de produção é a relação que mostra a quantidade física obtida do produto a partir da quantidade fisica utilizada dos fatores de produção em determinado periodo de tempo. \ E Produção e Custos TI A função de produção assim definida admite sempre que o empresário esteja utilizando a maneira mais eficiente de combinar os fatores e, conseqüentemente, obter a maior quantidade produzida do produto. 'A melhor tecnologia de produção é, na realidade, mais uma . questão de engenharia vdo que de economia. É possível representar a função de produção, analiticamente, da seguinte maneira: q = f(x1, xz, xa, em que: xn) ' q é a quantidade produzida do bem ou serviço, em determinado período de tempo; Xfxz, xa, ..., xn identificam as quantidades utilizadas de diversos fatores de produção; ƒ indica que q depende de xi, xz, x3, ..., xn, ou seja, é uma função da quantidade de insumos . utilizados. Para efeitos didáticos, costuma-se considera-la uma função de apenas duas variáveis: ', q = f(N, K) em que: N = a quantidade utilizada de mão~de~obra; K: a quantidade utilizada de capital. Supoe~se que todas as variáveis (q, N, K) são expressas num fluxoçno tempo, isto é, consideradas ao longo de um dado periodo de tempo (produção mensal, produção anual etc), e que o nivel tecnológico está dadol. 6.2.3 Fatores fixos e. fatores variaveis de produção › curto e longo prazos I» fatores de produção variáveis são aqueles cujas quantidades utilizadas variam quan- do o volume de produção se altera. Por exemplo: quando aumenta a produção, são necessários mais trabalhadores e maior quantidade de matérias-primas; a fatores de produção fixos são aqueles cujas quantidades não mudam quando a quantidade do produto varia. Por exemplo: as instalações da empresa e a tecnologia, que são fatores que sÓ são alterados no longo prazo. A análise microeconômica considera dois tipos de relações entre a quantidade produzida e a quantidade utilizada dos fatores: l Há uma diferença entre nível de tecnologia e método ou processo de produção. O nivel de tecnologia é o "estado da arte'í o conhecimento tecnológico global, enquanto um método de produção é a escolha de uma particular combinação de fatores, com a tecnologia conhecida e disponivel. } Fundamentos de Economia 72 1 . na função de produção, quando alguns fatores são considerados fixos e outros variáveis, identifica-se o que a teoria denomina uma situação de curto prazo. Ou seja, curto prazo é o periodo de tempo em que pelo menos um fator de produção se mantém fixo. Nesse sentido, o curto prazo para uma siderúrgica será maior que o curto prazo para uma padaria, já que as instalações de uma siderúrgica demandam mais tempo para serem alteradas do que as instalações de uma padaria; 2. quando todos os fatores da fu nção de produção são considerados variáveis, identifica- se uma situação de longo prazo. A seguir desenvolvemos a teoria da produção de acordo com as duas situações acima: curto e longo prazos. (1.3 finélise de curto prazo Tomemos uma função de produção simplificada, ou seja, com apenas dois fatores (um fixo e outro variável): q =ƒ(Nl K) em que: q = quantidade, N = mão-de-obra (fator variável); K : capital (fator fixo). A curto prazo, a quantidade produzida depende somente de uma variação da quantidade utilizada do fator variável, isto e, de uma variação daçquantidade de mão-de-obra. Podemos, então, expressar a função de produçao simplesmente como: q=ƒ(N) 6.3.1 Conceitos de produto total, produtividade me'dia e produtividade marginal É produto total: é a quantidade do produto que se obtém da utilização do fator variável, mantendo-se fixa a quantidade dos demais fatores; > produtividade média do fator: e' o resultado do quociente da quantidade total produ- zida pela quantidade utilizada desse fator.Tem-se então: a) produtividade média da mão-de-obra: _ quantidade de produto PM e" número de trabalhadores Produção e Custos 75 b) produtividade média do capital: quantidade de produto P/l/lek = _-- __~I l . numero de maquinas r> produtividade marginal do fator: e a relação entre as variações do produto total e as variações da quantidade utilizada do fator. Ou seja, é a variação do produto tgtal quando ocorre uma variação no fator de produção. V a) produtividade marginal da mão-de-obra: PM _ g" vvariação de produto acréscimo de l unidade de máo-de-obra b) produtividade marginal do capital: variação de produto P/l/lgk = acréscimo de l unidade de capital Especificamente no caso da agricultura, pode-se definir também a produtividade do fator terra (área cultivada).Tem-se então: c) produtividade média da terra: quantidade produzida PMe = ___-___- ! área cultivada d) produtividade marginal da terra: PM variação do produto- = gt ' acréscimo de i unidade de área cultivada 6.3.2 Lei dos`rendimentos decrescentes Um dos conceitos mais conhecidos entre os economistas, dentro da teoria da produção, é o da lei ou princípio dos rendimentos decrescentes, que pode- ser assim enunciado: elevando-se a quantidade do fator variável, permanecendo fixa a quantidade dos demais fatores, a produção inicialmente aumentará a taxas crescentes; a seguir, depois de certa quantidade utilizada do fator variável, continuará a crescer, mas a taxas decrescentes (ou seja, com acrésci~ mos cada vez menores); continuando o incremento da utilização do fator variável, a produção Considerando-se dois fatores - total chegará a um máximo, para depois decrescer. terra (fixo) e mão-de-obra (variável) -, se várias combi- nações de terra e mão-de-obra forem utilizadas para produzir, digamos, arroz, e se a quantidade de terra for mantida constante, os aumentos da produção dependerão do Vaumento 74 Fundamentos de Economia da mão-de-obra utilizada na lavoura. Nesse caso, a produção de arroz aumentará até certo ponto e depois decrescerá, isto e', a maior quantidade de homens para trabalhar, associada a área constante de terra, fará com que a produção cresça inicialmente a taxas crescentes. Após um determinado ponto, porém, continuará crescendo a taxas decrescentes até atingir um má« ximo, e depois passe a decrescer. Ou seja, o número de trabalhadores aumenta com o aumento da produção, mas terão dificuldades cada vez maiores para utilizar as ferramentas e o espaço disponivel, que são fixos. Como a proporção entre os fatores fixo e variável vai se alterando, quando aumenta a produção, essa lei também é chamada de lei das proporções variáveis. ATabela 6.1 ilustra os conceitos acima definidos: Tabela 6.1: Produção e produtividades médio e morginol de um fdtor voriówel A Tabela .6.1 foiconstruída colocando-se arbitrariamente números para as três primeiras colunas. Os valores das duas últimas colunas decorrem das anteriores. Verifica-se que, de inicio, podem ocorrer rendimentos crescentes, isto é, os acréscimos de utilização do fator variável provocam incrementos na produção. A partir da quarta unidade de mão-de-obra incluída no processo produtivo, começam a surgir os rendimentos decrescentes. A oitava unidade, associada a lO unidades do fator fixo terra, maximiza o produto (44 toneladas). A produtividade marginal dessa oitava unidade é nula. Dai por diante, cada unidade do fator variável mão-de-obra, associada às iO unidades do fator fixo terra, passará a ser ineficiente, ou seja, sua produtividade marginal torna-se negativa. Produção e Custos 75 Tais relações permitem traçar os gráficos das Figuras 6.1 e 6.2: Figura 6.1: Produto totol. Produto total (toneladas) A 45 40 _ . PrOdUÍO total 35 30 25 20 - . *seus 15 v 10 - 5 _ . l r 2 r 3 r 4 r 5 ~ 6 r 7 r 8 ~ 9 > Número de trabalhadores (milhares) Figura 6.2: Produtividades médio e morginol. Produtividades média e marginal da mão-de-obra (toneladas) “darmibiar :H r *s 10 ' z \ \ / \ / \ 5 Produtividade média da ` \ ` r mão-decora (PMen) \ O ` \ ' ' ' 1 2 3 ' ` ` 4 5 6 ' -5 ' Número de " ' ":trabalhadores 7' 8`×9 (milhares) Produtividade u marginal da mão-de~obra (PMgn) Para melhor vizualização, as figuras anteriores podem ser aproximadas por curvas contínuas, como nas Figuras 6.3 e 6.4, a seguir: 76 Fundamentos de Economia Figura 6.3: Produto totol; Produto total (toneladas) A 45 ~ 4o 35 30 25 20 15 10 Número de trabalhadores (milhares) 5 Figura 6.4: Produtividades médio e morginol. Produtividades média e marginal da mão-depbra (toneladas) Número de > trabalhadores (milhares) -5 ' ` PMQn Corno pode ser observado, a curva do produto inicialmente sobe a taxas crescentes, de- pois a taxas decrescentes, até atingir seu máximo; em seguida, decresce. As curvas de prod uti- vidade média e marginal são construídas a partir da curva do produto totaIZ. O formato dessas curvas deve-se à lei dos rendimentos decrescentes. Como se observa, a produtividade marginal (nn) corta a produtividade média (Pmen) no máximo da Pmrn. Isso é intuitivo: se a nn > Pmen, signiñca que a média está crescendo (a produtividade do trabalhador adicional é maior do que a produtividade média anterior; se nn < Pmen, a adição de mais trabalhadores reduzirá a Pmen. Portanto, quando nn = Pmen, é o máximo da Pme". Produção e Custos 77 A lei dos rendimentos decrescentes e' tipicamente um fenômeno de curto prazo, com pelo menos um insumo fixo. Se, no exemplo anterior, a quantidade de terra também fosse variável (por exemplo, passasse'de iO para i5 alqueires), o produto total teria um comporta- mento completamente diferente. Se isso ocorrer, sairemos de uma análise de curto prazo e entraremos na análise de longo prazo, pois também o fator capital variará, não existindo mais fatores fixos de produção. Na prática, para uma firma individual, não é fácil imaginar que um empresário racional permita que a situação chegue ao ponto de o produto marginal ser negativofAntes que isso ocorra, ele por certo procurará investir em novas instalações, ou comprar mais máquinas. Para determinado setor produtivo, existe um exemplo clássico na literatura econômica de- nominado desemprego disfarçado, que pode ser verificado em agriculturas de subsistência, em países subdesenvolvidos. São agriculturas não voltadas ao mercado (por exemplo, as roças), A com familias muito numerosas, de sorte que a retirada de parte dessa população do campo não provocaria queda do produto agrícola (ou seja, a produtividade marginal na mão-deobra é nula). A transferência desse tipo de mão-de-obra para as regiões urbanas, embora em ativida~ des de pouca qualificação eleva o produto urbano, e pode ser um dos primeiros requisitos para que um pais inicie um processo de industrialização e de crescimento económico. éÁl- finólise de longo prazo A hipótese de que todos os fatores são variáveis caracteriza a análise de longo prazo. A função de produção simplificada, considerando a participação de apenas dois fatores de produção, e representada da seguinte forma: q=flNl K) A suposição de que todos os fatores de produção variam, inclusive o tamanho da empresa, dá origem aos conceitos de economias ou deseconomias de escala. 6.4.1 Economias de. escola ou rendimentos de. os'colci Os rendimentos de escala ou economias de escala representam à resposta da quantidade produzida a urna variação da quantidade utilizada de todos os fatores de produção, ou seja, quando a empresa aumenta seu tamanho. Os rendimentos de escala podem ser: a) rendimentos crescentes de escala (ou economias de escala): ocorrem quando a va- riação na quantidade do produto total é mais do que proporcional à variação da quan~ Fundamentos de Economia 73 tidacle utilizada dos fatores de produção. Por exemplo, aumentando-se a utilização dos fatores em i0%, o produto cresce 20%. Equivale a dizer que a produtividade dos fatores aumentou. Pode~se apontar como causas geradoras dos rendimentos crescentes de escalaB: à maior especialização no trabalho, quando a empresa cresce; a» a existência de indivisibilidades entre os fatores de produção (por exemplo, numa side~ rúrgica, como não existe "meio forno"; quando se adquire mais um forno, deve ocorrer grande aumento na produção). b) rendimentos constantes de escala: acontecem quando a variação do produto total é proporcional a variação da quantidade utilizada dos fatores de produção. Aumentandoi se a utilização dos fatores em 10%, o produto também aumenta em i0%; c) rendimentos decrescentes de escala (ou deseconomias de escala): aparecem quan; do a variação do produto é menos do que proporcional a variação na utilização dos fatores. Por exemplo, aumenta-se a utilização dos fatores em iO% e o produto cresce em 5%. Houve, nesse caso, uma queda na produtividade dos fatores. A causa geradora dos rendimentos decrescentes de escala reside no fato de o poder de decisão e a capacidade gerencial e administrativa serem "indivisíveis e incapazes de aumentar"; ou seja, pode ocorrer uma descentralização nas decisões que faça com que o aumento de produção obtido não compense o investimento feito na ampliação da empresa. 3 Estas são economias de escala do ponto de vista tecnológico (economias de escala técnicas). Existem também economias de escala pecuniárias: maior a empresa, compra um maior volume de insumos, e pode obter redução nos preços unitários do insumo. V / e é ustos pe Pfiobucião / 6.5 introdução O objetivo básico de uma firma e' a maximização de seus resultados quando da realização de sua atividade produtiva. Assim sendo, ela procurará sempre obter a maxima produção possível em face da utilização de certa combinação de fatores. A otimização dos resultados da firma poderá ser conseguida quando for possivel al~ cancar um dos dois objetivos seguintes: a) maximizar a produção para um dado custo total; ou b) minimizar o custo total para um dado nível de produção. Em qualquer uma das situaçoes, a firma estará maximizando ou otimizando seus resulta~ dos. Estará, pois, em uma situação que a teoria econômica denomina equilíbrio da firma. Uma observação e importante: nas curvas de custosque veremos a seguir, são consi- derados também os custos de oportunidade, que são custos implícitos, e não apenas os custos contábeis, que são explícitos, pois envolvem desembolso monetário. Por exemplo, é considerada nas curvas de custos, no sentido econômico, uma estimativa do aluguel que uma firma, que possui prédio próprio, eventualmente ganharia se resolvesse aluga-lo, bem como uma estimativa da remuneração que o empresário poderia obter em outro negócio. Ao final deste tópico discutiremos um pouco mais detalhadamente essa questão. '70 Fundamentos de Economia 80 6.o ãustos totaisV de produção de produ~ Conhecidos os preços dos fatores,_e sempre possível determinar o custo total como o ção Ótimo para cada nível de produção. Assim, define-se custo total de produção ca dos total das despesas realizadas pela firma com a utilização da combinação mais econômi fatores, por meio da qual e obtida determinada quantidade do produto. Os custos totais de produção (Ci) são divididos em custos variáveis totais (CVT) e custos fixos totais (CFO: CT= CVT+ CFF e da produção, e e custos variáveis totais (CVD: parcela dos custos totais que depend realipor isso muda com a variação do volume de produção. Representam as despesas zadas com os fatores variáveis de produção. Por exemplo: folha de pagamentos, gastos com matérias~primas Na contabilidade privada, são chamados de custos diretos; e da proa custos fixos totais (CFT): correspondem à parcela dos custos totais que independ aluguéis, dução. São decorrentes dos gastos com os Êtores fixos de produção. Por exemplo: . indiretos custos de iluminação. Na contabilidade empresarial, são também chamados em Como na teoria da produção, a análise dos custos de produção também é dividida curto elongo prazos: os por i> custos totais de curto prazo: são caracterizados pelo fato de serem compost parcelas de custos fixos e de custos variáveis; Ou seja, > custos totais de longo prazo: são formados unicamente por custos variáveis. tamanho no longo prazo, não existem fatores fixos de produção, inclusive a planta ou da empresa (normalmente considerado fatorfixo no curto prazo). 6.6.1 Custos de curto prozo / fixos e Suponhamos que uma firma realize sua produção por meio da utilização de fatores fixo, identificado variáveis. Consideremos, a titulo de exemplo, a existência de apenas um fator pelo tamanho ou dimensão da firma, e de um fator variável: mão-de-obra. Assim, essa firma só poderá aumentar ou diminuir sua produção por meio da utilização do aumentado ou fator mão-de-obra, uma vez que seu tamanho é constante, não podendo ser diminuído em curto prazo. Como o custo fixo total permanece inalterado, o custo total de curto prazo variará apenas em decorrência de modificações no custo variável total. i; Produção e Custos 8] Custos Médios e Marginais > custo total médio (CTMeou CMe): é obtido por meio do quociente entre o custo total e a quantidade produzida: CTA/Ie CT custo total (em S) = CMe = -- = __-f_.a total produz/do Ou seja, é o custo por unidade produzida, também chamado custo unitáriof w ` custo variável médio (Cl/Me): é o quociente entre o custo variável total e a quantidade produzida: ' CVA/ie CVT custo variável tota/ = --=-_--q total produzido ø custo fixo médio (CFMe): eo quociente entre o custo fixo total e a quantidade produzida: CFi' custo fixo total CFA/ie = -- = ¬~ q total produz/do a custo marginal (CMg): e dado pela variação do custo total em resposta a uma variação da quantidade produzida: CM A CT g : : Aa variação do custo total acréscimo de l unidade na produçao Como o custo fixo total não se modifica com as variações da produçao, no curto prazo, o custo marginal é determinado apenas pela variação do custo variável total. Formato das Curvas de Custos: a Lei dos Custos Crescentes Para verificar o formato das curvas de custos, vamos utilizar os dados da Tabela 6.2. 4 interessante observar que, enquanto os economistas utilizam o termo "custo variável medio", no ambiente das empresas, utiliza-se mais o termo“custo unitário”. 82 Fundamentos de Economia Tobolo 6.2: Custos de produção ProduçãO, I ,z fítptal \ 1 ÍCUSto ` yariáVél¬ A partir dos dados da Tabela 6.2, podem-se construir curvas de custos das Figuras 6.5 e 6.6: Figuro 6.5: Curvos de custos totois. Custos totais (R$/d¡a) 55 ~ 50 - / 45 v / 40 * 35 _ Custo total 30 _ (cr)/'// f 25 - 15 _ 1o 5 _ O / // C t /` /. “É ° variavel total / / . Custo fixo total rrrrrrrrrl (GIFT) Produto 1234567891011 pordia Produção e Custos 83 Figura 6.6: Curvos de custos médios e morginois. Custos médios e marginais (R$ por produto por dia) 16 14 12 10 ~ 8 _ Custo marginal (CMg) 6 ` Custo médio (CMe) 4 _ Custo variável médio (CVMe) 2 -IO ¡ I I I I 1 2 3 4 5 ~.,,_____ Custo fixo ¡ ¡"'¡"T"|“"| médio (CFMe) 6 7 8 9 1011Produm pordia As figuras 6.5 e 6.6 podem ser aproximadas pelas figuras 6.7 e 6.8: Figure 6.7: Curvos de custos totois. Custos totais (R$/diaI 50 40 Custo 30 variável 20 (CVT) total 10 Custo fixo total (CPT) ||||||||i | | 1234567891011 Produto por dia 84 Fundamentos de Economia Figurci 6.8: Curvos de custos médios e marginais. Custos médios e marginais (R$ por produto por dia) 16 _ 14 _ 12 ~ 10 ~ Custo marginal (CMg) 8 _. Custo médio (CMe) 5 _ Custo variável médio (cvivie) 4“ __________________ 2 _ i | i i r | i i | r Custo fixo rmédíOlCFMe) 01234567891011F,mduto pordia Como podemos observar nas Figuras anteriores, com o aumento do volume produzido, os custos totais, com exceção dos custos fixos, só podem crescer. Os custos médio e marginal, entretanto, podem ser decrescentes em certa etapa do processo de produção. O custo variável médio, o custo total me'dio e o custo marginal tem todos o formato em U: primeiro decrescem, para depois crescerem. isso porque, no início do processo de produção, a empresa trabalha com reservas de capacidade (muito capital e pouca mão-decora). Assim, o custo total cresce menos que a produção, fazendo com que os custos medio e marginal decresçam (o "denominador"cresce mais que o”numerador"). Após certo nível de produto, o custo total passa a crescer mais que o aumento da produ- ção, e os custos médio e marginal passam a ser crescentes. Observa-se que, como o custo fixo médio tende a zero, quando aumenta o volume de produção, o custo total médio tende, no limite, a se igualar ao custo variável. Finalmente, tem-se que a curva do custo marginal corta as curvas do custo me'dio e variável no ponto mínimo dessas duass. Essa é a chamada lei dos custos crescentes, que no fundo e' a lei dos rendimentos decrescentes, da teoria da produção, aplicada a teoria dos custos da produção. 6.6.2 Custos de longo prazo Conforme observado, uma situação de longo prazo caracteriza-se pelo fato de todos os fatores de produção serem variáveis, inclusive o tamanho ou dimensão da empresa. Ou seja, 5 Intuitivamente, se o custo marginal (adicional) superar o médio, o custo médio crescerá; se o custo adicional for menor que o médio, o custo médio diminuirá. Portanto, o custo marginal passa pelo ponto minimo do custo médio (tanto total, como variável). Produção e Custos 85 os custos totais correspondem aos custos variáveis, uma vez que não gastam Custos fiXQS ng longO DYaZO É importante saber que o comportamento do custo total e do custo médio de longo pra~ zo está intimamente relacionado ao tamanho ou dimensão da planta escolhida para Operar em longo prazo. Tomando como exemplo a curva de custo médio de longo prazo (CMeL), ela também terá um formato em U, como o custo médio de curto prazo, devido a existência de rendimentos ou economias de escala, pois o tamanho da empresa esta' variando em cada ponto da curva. Na Figura 6.9, até o ponto A, o aumento da produção da empresa leva a uma diminuição do custo médio (existem ganhos de produtividade), revelando a existência de rendimentos crescentes ou economias de escala. Após esse ponto, o custo médio de longo prazo tende a crescer, revelando rendimentos decrescentes ou deseconomias de escala. Figuro 6.9: ÀCusto médio do longo prozo. cMeL o-H-m- > CMeL (escala ótima) Dessa forma, o formato em U da curva de custo médio de longo prazo deve-se às economias de escala, com todos os fatores de produção variando, incluindo o próprio tamanho ou escala da empresa, enquanto o formato em Uvdo custo médio de curto prazo deve'se à lei dos custos crescentes (lei dos rendimentos decrescentes), que supõe um fator fixo de produção. 6.7 Diferenços entre o visão economico o o visão contobil-finoncoiro dos custos do produção Existem muitas diferenças entre a Ótica utilizada pelo economista e a utilizada nas empresas, por contadores e administradores. Em linhas gerais, pode-se dizer que a visão econômica e mais global, olhando mais o mercado (o ambiente externo da empresa), enquanto na Ótica Fundamentos de Economia 86 contábil-financeira é específica, centrando-se mais no detalhamento dos gastos da empresa especifica. As principais diferenças estão nos seguintes conceitos: r> custos de oportunidade e custos contábeis; e externalidades (custos privados e custos sociais); ø custos e despesas. 6.7.1 Custos de oportunidade versus custos contábeis Custos contábeis são os normalmente conhecidos na contabilidade privada, ou seja, são custos explícitos, que sempre envolvem um dispêndio monetário. É o gasto efetivo, explícito, na compra ou aluguel de insumos, contabilizado no balanço da empresa. > Custos de oportunidade são custos implicitos, relativos aos insumos que pertencem à empresa e que não envolvem desembolso monetário. Esses custos são estimados a partir do que poderia ser ganho no melhor uso alternativo (por isso são também chamados custos alternativos ou custos implicitos). Embora os custos de oportunidade não sejam contabilizados no balanço das empresas, trata-se de um conceito útil para a tomada de decisões empresariais. Os exemplos a seguir ilustram a sua utilidade: a) o capital que permanece parado no caixa da empresa: o custo de oportunidade é o que a empresa poderia estar ganhando se aplicasse esse capital no mercado financeiro; b) quando a empresa tem predio próprio, ela deve imputar um custo de oportunidade correspondente ao que ganharia se alugasse um imóvel e utilizasse o valor correspondente ao do predio em outra aplicação (outro negócio, mercado financeiro); c) quanto os proprietários ou acionistas ganhariam se aplicassem em outra atividade. É oI custo de oportunidade do capital; cl) qual o menor salário que a empresa deveria pagar aos assalariados para mantê-Ios empregados, ou seja, correspondente ao salário potencial em outra atividadeTrata-se do custo de oportunidade da mão-de-obra. A Para o economista, as curvas de custos das firmas devem considerar, além dos custos contábeis, os custos de oportunidade, pois assim estariam refletindo os custos de todos os fatores de produção envolvidos numa dada atividade, inclusive a capacidade ou talento empresarial. Como todos os recursos produtivos são limitados, o conceito de custo de oportunidade per- mite captar a verdadeira escassez relativa do recurso utilizado. Ou seja, qual o custo para a sociedade da alocação de recursos (o custo social). Produção e Custos 87 6.7.2 Custos privados e custos sociois: os externolidodos ou economias externos As externalidades (ou economias externas) podem ser definidas como as alterações cle . custos e benefícios para a sociedade derivadas da produção das empresas, ou tam bem como as alterações de custos e receitas da empresa devidas a fatores externos. Temos uma externalidade positiva (ou economia externa) quando uma unidade econó- mica cria benefícios para outras, sem receber pagamento por isso. Por exemplo, uma empresa treina a mão-de-obra, que acaba, após o treinamento, transferindo-se para outra empresa; a beleza dojardim do vizinho, que valoriza sua casa; uma nova estrada; os comerciantes de um mesmo ramo que se localizam na mesma região. Temos uma externalidade negativa (ou deseconomia externa) quando uma unidade l econômica cria custos para outras, sem pagar por isso. Por exemplo, poluição e congestionamento causados por automóveis, caminhões e ônibus; uma indústria que polui um rio e impõe custos à atividade pesqueira; a construção de uma barragem etc. O conceito de externalidade revela a diferença entre custos privados e custos sociais. É particularmente importante para a avaliação social e avaliação privada de projetos de investimentos. Por exemplo, numa obra pública, como a construção de estradas, para a construtora (ou seja, da ótica privada), importa os custos efetivos, como mão-de-obra, materiais. Já da Ótica social, devem-se avaliar quais as externalidades provocadas pelo empreendimento, que poderão ser positivas (aumento do emprego, do comércio na região)ly ou negativas (poluição do meio ambiente). ` Como foi visto no Capítulo 3, as externalidades dão a base econômica para a criação de leis antipoluição, proteção ambiental, dentre outras, podendo ser incorporadas (internaliw zadas) com a aplicação adequada de taxas ou impostos sobre a fonte causadora. No Brasil, exige~se, em toda obra pública, o Relatório de lmpacto Ambiental (Rima), que incorpora a avaliação social do projeto (as externalidades positivas e negativas). 6.7.3 Custos versus despesos Na teoria microeconômica tradicional, não é feita uma distinção rigorosa entre os conceitos de custos e despesas, como e' feito na Contabilidade. A definição contábil coloca que custos são os gastos associados ao processo de fabricação de produtos, enquanto despesas são associadas ao exercício social e alocadas para o resultado geral do periodo (como despesas financeiras, comerciais e administrativas). Os custos são normalmente divididos em custos diretos (que correspondem aos custos variáveis) e custos indiretos (que se referem aos custos fixos). Os custos diretos são os salários da mão~de-obra direta, custo das matérias-primas e componentes, e gastos correntes com o estoque de capital, tais como energia, manutenção e Fundamentos de Economia 88 reparação. Os custos indiretos referem~se aos salários da administração, aluguel do pre'dio, de~ preciação do equipamento e das instalações, retorno sobre capital fixo e provisão para risco. Na grande maioria dos manuais de Economia, o conceito de custo fixo engloba também as despesas financeiras, comerciais e administrativas. A exceção está dentro do campo da cha~ mada teoria da organização industrial, que e' um desenvolvimento relativamente recente da teoria microeconômica, em que as definições de custos e despesas são tratadas com mais pre~ cisão, pelo fato de essa teoria ter muita proximidade. com os conceitos contábeis e financeiros utilizados pelas empresasfi. 6 Um resumo da teoria da organização industrial pode ser encontrado em EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de economia. 4, ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Capitulo 9. r-iximizr-ição pos iucraos (2.8 Maximiácição do lucro total A teoria microeconômica tradicional (também chamada teoria neoclássica ou / ' teoria marginalista) parte da premissa de que as empresas têm como objetivo maior a maximização de lucros, seja no curto ou no longo prazos. Define-se lucro total como a diferença entre as receitas de vendas da empresa e seus custos totais de produção. Assim: LT= RT- CT em que: LT= lucro total; RT= receita total de vendas; CT = custo total de produção. A empresa, desejando maximizar seus lucros, escolherá o nível de produção para o qual a diferença positiva entre RTe CT seja a maior possível (máxima). Define-se como receita marginal (RMg) o acréscimo da receita total da empresa quando essa vende uma unidade adicional de seu produto. Custo marginal (CMg), como vimos, é o acréscimo do custo total de produção da empresa quando essa produz uma unidade adicional de seu produto. Pode~se demonstrar que a empresa maximizará seu lucro num nível de produção tal que a receita marginal da última unidade produzida seja igual ao custo marginal dessa última unidade produzida: RMg = CMg /gq \ Fundamentos de Economia 90 O raciocínio da maximização e o seguinte: suponhamos que a empresa esteja num ponto de produção em que a receita marginal supera o custo marginal (RMg > CMg). Nesse caso, o empresario terá interesse em aumentar a produção, porque cada unidade adicional fabricada aumenta seus lucros,já que sua receita marginal é maior que o custo marginal. Suponhamos agora um outro nível de produção: RMg < CMg. Nesse caso, o empresário terá interesse em diminuir a produção, pois cada unidade adicional que deixa de ser fabricada aumenta seus lucros, uma vez que seu custo marginal é maior que a receita marginal. Em conseqüência, o empresário fabricará a quantidade de seu produto no ponto em que RMg = CMg, pois desse modo seu lucro total será máximo7. ATabeIa 6.3 exemplifica esses conceitos. Tabela 6.3: Moximizcição do lucro total* 10,00 1 1500 18,00 _ 366,0, 21,00 ,, _ 023,00 ...0; _1 fo ._l 26,00 V V30,00W 35,00 W r iI tp'yioo ` ¬ i› \1,o\ u¬ i à mim 0' 111.00 '48,00 ,s6'00'l' Â z l * Supondo uma firma em um mercado de concorrência perfeita. Rigorosamente, podem existir duas situações em que RMg = CMg: uma na qual o custo marginal e' decrescente; outra quando o custo marginal é crescente. Se RMg = CMg, mas CMg é decrescente, é possível que o aumento da produção ainda leve a um lucro maior, se a receita superar o custo marginal Então, a empresa não estava maximizando o lucro, mesmo com RMg = CMg. O lucro só será maximizado se, quando RMg = CMg, o custo da produção adicional (CMg) for crescente, e maior que a RMg, pois um aumento da produção provocaria uma diminuição do lucro. Usando a terminologia matemática, a igualdade entre RMg e CMg é uma condição neces» sária, mas não suficiente, para que a empresa opere com o nivel de produção que maximize seus lucros. Produção e Custos 91 Para o nivel de produção de 8 unidades, quando RMg = C/t/lgI temse O ¡UUO máxmo no valor defRS 5,00. 6.9 Conceitos de lucro normal e lucro extraordinário Como vimos no item 6.7.i, os economistas consideram os chamados custos de oportunidade nas curvas de custos. Mostramos que, dentre os custos de oportunidade, um dos mais significativos e represent-ado pelo custo de oportunidade do capital, que seria o ganho alternativo que os proprietários ou acionistas aufeririam se empregassem o capital em outra atividade ou aplicação. O custo de oportunidade do capital é também chamado de lucro normal. O lucro normal é o valor que mantem o proprietário numa dada atividade: se o lucro fosse mais baixo, o empresário sairia desse mercado, aplicando em outro negócio, ou no mercado financeiro. ' O que exceder o lucro normal é chamado de lucro extraordinário ou lucro extra, também denominado lucro econômico. O lucro calculado na Tabela 6.3 é o lucro extraordinário, pois os custosjá incluem o lucro normal. Existem, desse modo, três conceitos diferentes de iucro: e lucro contábil: diferença entre a receita e os custos efetivamente incorridos (custos contábeis, explícitos); e lucro normal: custo de oportunidade do capital; ø lucro extraordinário (ou lucro extra ou lucro econômico): diferença entre a receita e o total dos custos contábeis e custos de oportunidade. éfiü 0 conceito de breokzeven point Outra diferença entre o enfoque contábil e o enfoque econômico e' o conceito de breakeven pointou ponto de equilíbrio. Esse ponto representa o nível de produção em que a receita total e igual ao custo total (lucro total zero), e a partir do qual a empresa passa a gerar lucros. Trata-se de um conceito mais utilizado pelas empresas e que não considera os custos de oportunidade, mas apenas os custos contábeis, explícitos, que envolvem desembolso financeiro. Por essa razão, é pouco citado na literatura econômica, que sempre considera os custos de oportunidade. Fundamentos de Economia 92 Questões peito revisão Defina produto, insumos e função de produção. Explique o significado da lei dos rendimentos decrescentes. Defina produto total, produto marginal e produto médio. Mostre as principais relações entre esses conceitos. Explique por que a maximização dos lucros ocorre no ponto em que a receita marginal se iguala ao custo marginal. Mostre as diferenças entre a visão económica e a contábil-financeira dos custos de produção. Explique as diferenças entre os conceitos de lucro contábil, lucro normal e lucro ex~ traordinário. Conceitue break-even point, e diga qual conceito de lucro e levado em consideração.. www l_ WM A v at” zëššëãwr wàw . Wrâ «é wá. wwa ,f Áëä z. W z» Y ›' .mà ‹ .g ag M . J ' í A .vw h" “ft/*3% f Àëífw.: › www M w «W gw '9 âw .zw * Q “2% “a 'š Íiâiwà .www Wim MQ. äyáävâššwfi «Mr ‹ w; *www/«7 .by zw* mai: .z mw» 4. «5. wëwwäix. A É? › www E. Q Í'Kâfâ' 2 www fwâflwúâzfâ ' v w, v .. ›«~ 15 ,564/1 W759. q 22% ,iq «m e.: if? ššá «a ~ W' › '. arm" .Y A ' ' . máfäwffê v' “ÁÚZZÂ › ' ` . fm «_ Wiz; ' z z ' z- m2? J' .Â, ` aff* ~ z' “2m w. ~ ,M2 ,gwW? ‹- ,Md W413? ...._' Mm Wi» ` ~ f» y; ..wa, 1..: h fz .A ,.` /~:~M:rfä,, í . J.,zäãàzôëwä âw , , fä? *2 à m E " ...flw*É 'M222,, í, www ~ ,zw š; 96 Fundamentos de Economia Especificamente para ocaso de estruturas oligopolistas de mercado, veremos que existe uma teoria alternativa, que pressupõe que a empresa maximiza o mark-up, que é a margem entre a receita e os custos diretos (ou variáveis) de produçao. íä Coneorrêncid puro ou perfeito A concorrência pura ou concorrência perfeita é um tipo de mercado em que há grande numero de vendedores (empresas), de tal sorte que uma empresa, isoladamente, não afeta a oferta do mercado nem, conseqüentemente, o preço de equilibrio. O grande número de empresas nesse mercado faz com que elas sejam apenas tomadoras de preços, ou price- takers. Nesse tipo de mercado, devem prevalecer as seguintes premissas: r› mercado atomizado, composto de grande número de empresas, como se fossem "átomos"; a A 'f produtos homogêneos: nao existe diferenciação entre produtos ofertados pelas em- presas concorrentes; > não existem barreiras para o ingresso de empresas no mercado; e transparência do mercado: todas as informações sobre lucros, preços etc. são conhe- f cidas por todos os participantes do mercado. ' Uma caracteristica do mercado em concorrência perfeita é que, no longo prazo, não exis- tem lucros extras ou extraordinários (em que as receitas superam os custos), mas apenas os chamados lucros normais, que representam a remuneração implícita do empresário (seu custo de oportunidade). Em concorrência perfeita, como o mercado é transparente, se existirem lucros extraordinários a curto prazo, isso atraira' novas firmas para o mercado, pois também não há barreiras ao acesso. Corn o aumento da oferta de mercado (devido ao aumento no número de empre- sas), os precos de mercado tenderão a cair, e conseqüentemente também os lucros extras que tendem a zero. Existirão apenas lucros normais, implicitos nos custos, quando então cessa o ingresso de novas empresas nesse mercado. Deve~se salientar que, na realidade, não existe o mercado tipicamente de concorrência perfeita, sendo talvez o mercado de produtos hortifrutigranjeiros o exemplo mais próximo a esse modelo. A Figura 7.1 representa a situação de uma empresa operando em um mercado de con~ corrência perfeita. Estruturas de Mercado 97 Figure 7.1: Concorrência perfeito. (a) P ' Oferta do mercado (b) Pll Oferta da empresa P0 ______________________________ . I I i E z / Demanda da empresa Demanda de mercado E 00 Equilíbrio de mercado Equilibrio da empresa configuração de uma reta (gráfico b), mostrando o preço estabelecido pelas forças de mercado (gráfico a), e todas as firmas componentes desse mercado tornam~se tomadoras de preço. Nenhuma firma isoladamente tem condições de alterar o preço ou praticar preço superior ao estabelecido no mercado. Ela possui uma pequena participação no mercado (e um “átomo”) e sua atuação não influenciará o preço de mercado por não dispor de quantidade suficiente para tanto. Contudo, a esse preço dado pelo mercado, ela podera' vender quanto puder, limitada apenas por sua estrutura de custos. Como o preço é fixado, a receita adicional (marginal) também é fixada e igual ao preço. Assim, em concorrência perfeita, a condição na qual a empresa maximiza lucro, vista no capítulo anterior, RMg = CMg, pode ser dada por P = CMg. 7.3 monopólio O mercado monopolista caracteriza-se por apresentar condições diametralmente opostas as da concorrência perfeita. Nele existe um único empresário (empresa) dominanl do inteiramente a oferta, de um lado, e todos os consumidores, de outro. Não há, portanto, concorrência, nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, ou os consumidores se submetem as condições impostas pelo vendedor, ou simplesmente deixarão de consumir o produto. Nessa estrutura de mercado, a curva da demanda da empresa é a própria curva da demanda do mercado como um todo. Ao ser exclusiva no mercado, a empresa monopolista determina o preço de equilíbrio, de acordo com sua capacidade de produçao: se ela aumentar a oferta, o preço .JH A curva da demanda, do ponto de vista da empresa perfeitamente competitiva, tem a 98 Fundamentos de Economia de mercado diminuirá; se reduzir a oferta, o preço aumentará. Assim, enquanto em concorrência perfeita a demanda para a firma e' dada, e é uma reta paralela ao eixo das quantidades, em monopólio a firma defronta com uma curva de demanda negativamente inclinada, como na Figura 7.2. Figura 7.2: Monopólio. PA Demanda de mercado (= Demanda da firma monopolista) E Como vimos no item sobre elasticidades, quando não existirem bens concorrentes ou substitutos, como acontece no mercado monopolista, a demanda de mercado tende a ser inelástica. Então, quando o preço se elevar, haverá uma queda relativamente pequena no consumo da mercadoria, o que redundará em aumento da receita total da empresa (o au~ mento do preço supera proporcionalmente a queda no consumo). Contudo, isso não significa que o monopolista poderá aumentar os preços indefinidamente: se o preço se elevar em demasia, pesará muito no orçamento dos consumidores, que tenderão a consumir menos do produto. Em outras palavras, a demanda deixará de ser inelástica, e passará a ser elástica (quando, então, a queda no consumo supera o aumento do preço). Para que existam monopólios, deve haver barreiras que praticamente impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras à entrada podem advir das seguintes condições: ' e monopólio puro ou natural: ocorre quando o mercado, por caracteristicas próprias, exige elevadoivolume de capital. As empresasjá instaladas operam com grandes plan- tas industriais, com elevadas economias de escala e custos unitários bastante baixos, o que possibilita a cobrança de preços relativamente baixos por seu produto, o que acaba sendo uma grande barreira para a entrada de novos concorrentes; l» patentes: enquanto a patente não cai em domínio público, a empresa é a única que detém a tecnologia apropriada para produzir aquele determinado bem; E» controlede matérias~primas básicas: por exemplo, o controle das minas de bauxita pelas empresas produtoras de alumínio. Estruturas de Mercado 99 Existe, ainda, o monopólio institucional ou estatal em setores considerados estratégicos ou de segurança nacional (por exemplo, energia, comunicações e petróleo). Isso ocorreu e ainda ocorre com muitos desses setores no Brasil e no mundo. Dada a existência 'de barreiras a entrada de novas empresas, os lucros extraordinários devem persistirtambém no longo prazo em mercados monopolizados, diferentemente dO que ocorre em concorrência perfeita, quando no longo prazo sÓ existirão lucros normais. 14 Glgopólio O oligopólio é um tipo de estrutura normalmente caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Ele pode ser definido como um mercado em que há pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou então em que há grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como na indústria de bebidas. O setorprod utivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebi~ das, indústria química, indústria farmacêutica, dentre outras. No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas como os preços são fixados entre as em- presas por meio de conluios ou carteis. O cartel é uma organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor que determina a politica de preços para todas as empresas que a ela pertencem. Elas costumam adotar uma politica de preços comum, agindo como monopolistas (a chamada solução de monopólio). Elas podem fazer uma concorrência ex~ tra-preço em termos de propaganda, publicidade, promoções, etc. Nos-oligopólios, há empresas líderes que, via de regra, fixam o preço, respeitando as es« truturas de custos das demais, e há empresas satélites que seguem as regras ditadas pelas lideres. Esse e um modelo chamado de liderança de preços. Como exemplo, no Brasil, pode- se citar a indústria de bebidas. Épossívelcaracterizar também tanto oligopólios com produtos diferenciados (como a in- dústria automobilística) como oligopólios com produtos homogêneos (aluminio, cimento). Quanto aos objetivos da empresa oligopolista, a teoria microeconômica tem duas cor- rentes principais: a teoria marginalista ou neoclássica, pela qual o oligopolista maximiza lucros, vista no capítulo anterior, e a teoria da organização industrial, na qual o objetivo principal1 do oligopolista é maximizar mark-up, que é igual a: Mark~up = Receita de vendas - Custos diretos (ou variáveis) ' A teoria da organização industrial discute ainda outros prováveis objetivos, tais como: maximização ou manuten~ ção da participação no mercado; diferenças entre as metas desejadas pelos acionistas e o comportamento do executivo responsável, que normalmente é contratado e quer maximizar seu prestígio no mercado; diferenças entre objetivos de curto e de longo prazo das empresas etc Ver EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. Capitulo 9. 100 Fundamentos de Economia O preço cobrado pela empresa, no modelo de mark-up, é calculado da seguinte forma: p :(1 + m) C em que: p z preço do produto; C = custo direto unitário (que corresponde, na teoria marginalista, ao custo variável médio); m :taxa de mark-up, que e uma porcentagem sobre os custos diretos. A teoria do mark-up repousa na constatação empírica de que as empresas, ao fixar seu preço de venda, não conseguem prever adequadamente a demanda por seu produto e, por- tanto, suas receitas, mas conhecem muito bem seus custos. Como elas tem poder monopolistico, podem, então, fixar os preços numa base mais objetiva, nos seus custos, dependendo menos da demanda prevista de mercado. Difere assim da teoria marginalista, segundo a qual a empresa, para fixar seu preço no lucro máximo, precisa prever também as receitas (o que envolve ter razoável poder para prever a demanda por seu produto), para igualar suas receitas marginais aos custos marginais. 15 Concorrência monopolístico A concorrência monopolistica é uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com o oligopÓlio, pelas seguintes características: ' e número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos de mercados e produtos diferenciados, seja por características físicas, embalagem, seja pela prestação de serviços complementares (pos-venda); a margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado. Essas características acabam dando um pequeno poder monopolista sobre o preço do produto, embora'o mercado seja competitivo (daío norne concorrência monopolistica, que é aparentemente contraditório). i utilizado na contabilidade privada, com a diferença de que esse último é calculado para cada . linha de produto, enquanto o conceito de mark-up é mais geral, normalmente fixado pelos acionistas para os negócios globais da empresa. Wfli'fil'ffiwë'wflw, A taxa de mark~up deve ser fixada de tal forma a cobrir, além dos custos diretos, os custos fixos, e atender a certa taxa de rentabilidade desejada pelos acionistas da empresa. O conceito de mark-up corresponde aproximadamente ao conceito de margem de contribuição Estruturas de Mercado 101 Corno em concorrência perfeita, não há barreiras ao acesso de empresas no mercado. AsSim, lucros extraordinários a curto prazo atrairão novas empresas, e, a longo prazo, sÓ existirão i lucros normais. O Quadro 7.1 resume as principais diferenças entre as estruturas do mercado de bens e serviços. Quadro 7.'l: Principais caracteristícos dos estruturas básicos de mercado , ,_ _i'rn'onopíolisticaz L Quanto ao número de empresas Muito grande. SÓ ha' uma empresa. Grande. Pequeno. Difere''ncit'ådofH V' homogêneo ou ~_ diferenciado. [diferença 3. Quanto ao controle l das empresas sobre os preços Não há possibilidades de manobras pelas empresas. As empresas têm grande poder para manter preços Embora dificultado pela interdependência Pouca margem de manobra, devido à existencia relativamente entre as de substitutos elevados, sobretudo empresas, próximos. quando não há essas tendem a intervenções formar carte'is restritivas do controlandofy governo (leis preços e cotas de antitrustes). produção. š V Ëintensa,_ ~ V, exercendo-se y' Ëlintensa,› ., `W y'sobretudo pelas diferenças Í~ quandoha ydiferenciaçãodoy fisicas,de e V :V embalagensJ e prestação, V deserviços V' f f Í Ícvornplementares.y 5. Quanto às condições de ingresso na indústria Não há barreiras. Barreiras ao acesso de novas empresas. Barreiras ao acesso de novas Não ha' barreiras. empresas. É i 7.o éstruturos do merecido de fatores de produção Ate' aqui foram identificadas as estruturas de mercados de bens e serviços. O mercado de fatores de produçao - mão-deobra, capital, terra e tecnologia -~ também apresenta diferentes estruturas. Como o mercado de fatores depende da demanda de insumos pelos setores produtores de bens e serviços, ou seja, deriva do mercado do produto, a demanda por esses fatores e chamada 102 Fundamentos de Economia de demanda derivada. Por exemplo, como a demanda de autopeças deriva da demanda de auto- móveis, se houver redução da demanda de automóveis, cairá também a demanda por autopeças. As estruturas no mercado de fatores são resumidas a seguir. 7.6.1 Concorrência perfeita no mercado de fatores A concorrência perfeita no mercado de fatores corresponde ao mercado cuja oferta do fator de produção (por exemplo, máo-de-obra não especializada) e abundante, o que torna o preço desse fator constante. Os ofertantes ou fornecedores, como são em grande número, não têm condições de obter preços mais elevados por seus serviços. 7.6.2 Monopólio no mercado de fatores Quando há um monopolista na venda de insumos. 7.6.3 Oligopólio no mercado de fatores Ocorre quando poucas empresas produzem umdeterminado insumo (oligopólio na ven- da do insumo). ' 7.6.4 Monopsônio (monopólio na compra cle insumos) O monopsônio ou monopólio na compra de insumos compreende uma forma de mercado na qual há somente um comprador para muitos vendedores dos serviços dos insumos. É o caso da empresa que se instala em determinada cidade do interior e, por ser a única, torna-se demandante exclusiva da mao-de'obra local e das cidades próximas, tendo para si a totalida- de da oferta de mão-de-obra. 7.6.5 Oligopsônio (oligopólio na compra de insumos) O oligopsônio ou oligopólio na compra de insumos é o mercado em que há poucos com* ' pradores negociando com muitos vendedores. Por exemplo: a indústria de laticínios, pois em cada cidade existem dois ou três laticínios que adquirem a maior parte do leite dos inúmeros produtores rurais locais. A indústria automobilística, além de oligopolista no mercado de bens e serviços, também é oligopsonista na compra de autopeças. 7.6.6 Monopólio bilateral O monopólio bilateral ocorre quando um monopsonista, na compra do fator de produção, defronta com um monopolista na venda desse fator. Por exemplo, só a empresa A compra um tipo de aço que é produzido apenas pela siderúrgica B. A empresa A é monopsonista, porque só ela compra esse tipo de aço, e a siderúrgica B é monopolista, porque só ela vende esse tipo de aço. Estruturas de Mercado 103 Nesses casos, a determinação dos preços de mercado dependerá não SÓ de fatores econômicos, mas do poder de barganha de ambos: o monopsonista tentando pagar o preço mais baixo (usando a força deser o único comprador), e o monopolista tentando vender por. Um preço mais elevado (usando o poder de ser o único fornecedor). 1.7 Grau do concentração econômica no Brasil Uma medida comumente utilizada para verificar o grau de concentração económica é calcular a proporção do valor do faturamento das quatro maiores empresas de cada ramo de atividade sobre o total faturado no ramo respectivo. Em termos percentuais, quanto mais próximo de l00%, maior o grau de concentração do setor (as quatro maiores respondem com a quase totalidade do faturamento); quanto mais próximo de 0%, menor o grau de concentração (e, portanto, maior o grau de concorrência) do setor. ATabela 7.l (na página seguinte) apresenta esse indicador de concentração econômica para os ramos da indústria e do comércio em 1990. Observa-se que os setores mais concentrados na- quela data eram aços planos 000%), material de transporte (94%), fumo (9l%), amianto e gesso (88%) e cerveja (86%). Os setores mais competitivos são fiação e tecelagem (20%), petroquimica (43%) e confecções (46%). 4 '7.8 H ação governamental e os abusos do poder econômico nos mercados ' Como vimos no Capítulo 3, o Brasil possui, desde os anos 1960, extensa legislação que procura coibir os abusos do poder econômico em defesa da concorrência e da proteção aos consumidores. Dentro do chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, o Conselho Administra- tivo de Direito Econômico (Cade), a Secretaria de Desenvolvimento Economico (SDE) e a Se- cretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) são os Órgãos que tem por objetivojulgar os processos administrativos relativos a abusos do poder econômico, bem como analisar fusões de empresas que podem criar situações de monopólio ou maior domínio de mercado. Quando se prova que a limitação da concorrência não propicia ganhos aos consumidores em termos de menores preços ou produtos tecnologicamente mais avançados, o Cade pode determinar que o negócio seja desfeito. 104 Fundamentos de Economia Tobelci 7.1: Grou de concentração no indústria e comércio por setores (Faturamento das quatro maiores empresas, sobre o faturamento total de cada setor) `Setor industrial i. Aiimentos b Açúcar e álcool ø Moinhos 4 59 b Frigoríficos 4 53 > Conservas 4 74 54 4 Si ` 2.8ebidase fumo V B» Sucoseconcentrados .f V ' Í 78 V. nCerveja e Cigarros efumo i 'l 85 V' ' ' / 86 M :971 ¬,¬ 3 Eletroeletrônico 66 b Eletrodomésticos n Equipamentos para construção 4 4 60 . 72 k Condutores elétricos 4 8i b Computadores 2* 64 4 Borracha (pneus e artefatos) .5A Material de transporte Í ;~ I 2.7.5! 4 94 _ç 6 Mecanica , _¿ ¿ v Motoreseimplementos H , i agrícolas ,. f V E» Equipamentos pesados y V 7. Metalurgia > Aços planos 75 94 a y67.; ~" " V 8 f 65V . 't > Máquinas operatrizes ' a 68 Í ' 69 y V_ V 72 i* iOO > Aços não-planos e especiais e Metalurgia de nao-ferrosos 8 Quimica J É? Petroquímica , í» Fertilizantes f _ , ' 7 gb Produtos de higiene e limpezaV 9. Papel e celuiose 56 56 t' yiOTeXtil` Conünua Estruturas de Mercado 105 Continuação ii, Minerais não-metálicos a Cimento e cal a Vidro e cristal i> Amianto e gesso 73 v 12. Mineraçao 13, Construção civil 4 68 4 4 76 88 4 76 76 4 47 47 À a Construção pesada ` O grupo que segue e' inexpressivo. " Monopólio absoluto. O 4Q e 5Q estão bem próximos. Setor comercial Grau de V ffvI'Grau'de ç, V concentração v ` ff média do setor (%) l.Varejista 4 ë> Supermercados (redes) 2 Distribuiçao de gas V V _W f 3. Distribuiçao de derivados de petróleo 55 41:/'fffi'ë 4 55 "66 f ' ‹- i í' › 79 66 y 79 i Media da concentração na indústria dos setores considerados 63% Me'clia da concentração no comércio dos setores considerados 71% Média da concentração geral: 64,35% f ø Questões pero revisão 1. Caracterize o mercado concorrencial. Que regra o empresário segue para maximizar seus lucros? 2. Diferencie lucro normal de lucro extraordinário. 3. Confronte o monopólio com o oligopólio. Mostre as caracteristicas de cada estrutura de mercado e o modo como o preço é fixado em cada uma delas. 4. Quais as estruturas do mercado de fatores? Como elas se caracterizam? 5. O que vem a ser o monopólio bilateral? 108 Fundamentos de Economia Entretanto, embora exista um aparente contraste, não há conflito entre a Micro e a Macroeco~ nomia, uma vez que o conjunto da economia é a soma de seus mercados individuais. A diferença V é primordialmente uma questão de ênfase, de enfoque. Ao estudar a determinação de preços num dado setor, na Microeconomia consideram-se constantes os preços dos outros setores (a hipotese de coeteris paribus). Na Macroeconomia, estuda-se o nivel geral de preços, ignorandose as mudanças de preços relativos dos bens dos diferentes setores. A teoria macroeconômica propriamente dita preocupa-se mais com aspectos de curto prazo. Especificamente, trata de questões como o desemprego, que aparece sempre que a economia está trabalhando abaixo de seu máximo de produção, e da estabilização do nivel geral de preços. Em outras palavras, a análise de curto prazo avalia fundamentalmente questões conjunturais, como desemprego e inflação. A parte da teoria econômica que estuda questões de longo prazo e' denominada teoria " do desenvolvimento e crescimento econômico. Analisa também os grandes agregados, mas com um enfoque um pouco diferenciado, preocupando-se com a trajetória de longo prazo da economia. A teoria do desenvolvimento e crescimento econômico dedica-se fundamen- talmente as questões estruturais, que não envolvem apenas a utilização de instrumentos de politica econômica, mas também a fatores institucionais, sociais, tecnológicos, como qualifi- cação da mão-de-obra, progresso tecnológico, qualidade de vida da população, distribuição de renda etc. Em resumo, ateoria macroeconômica tradicional trata fundamentalmente das questões do desemprego e da inflação, consideradas como problemas de curto prazo ou conjunturais, enquanto as teorias de desenvolvimento e crescimento incorporam questões estruturais, que envolvem politicas cujos efeitos demandam um período maior de tempo para apresentarem resultados, pois exigem mudanças profundas na estrutura econômica e institucional do país. 8.2 ietivos de politico mocroeconômico VVVV São os seguintes os objetivos de política macroeconômica: alto nivel de emprego; estabilidade de preços; distribuição de renda socialmentejusta; crescimento econômico. As questões relativas ao emprego e à inflação são consideradas conjunturais, de curto prazo. É a preocupação central das chamadas políticas de estabilização. As questões relativas ao crescimento económico e a distribuição de renda envolvem aspectos também estruturais, que são predominantemente de longo prazo. Introdução à Macroeconomia 109 Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, ou equilíbrio externo, mas esse não representa um objetivo em si mesmo, mas Sim Um meio, um instrumento que depende da orientação geral da política econômica determinada pelo gover~ no sobre as metasjá assinaladas. Isso posto, segue-se uma visão geral dessas questoes, 8.2.1 fllto nível de emprego Pode~se dizer que as discussões sobre desemprego, a partir dos anos 1930, permitiram Um aprofundamento da análise macroeconômica. E o livro de John Maynard Keynes, Teoria geral do emprego, dosjuros e da moeda, de I 936, forneceu aos governantes os instrumentos necessários para que a economia recuperasse seu nível de emprego potencial ao longo do tempo. Deve-se salientar que antes da crise mundial dos anos I 930, o desemprego não preocupava a maioria dos economistas, pelo menos -nos países capitalistas. Isso porque predominava o pensamento liberal, que acreditava que os mercados, sem interferência do Estado, conduziriam a ecoe milhares de empresas, como que guiados por uma"mão invisivel'Ç determinariam os preços e a produção de equilíbrio, e, desse modo, não haveria problemas de desempenho. De fato, desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII, até o início do século XX, o mundo econômico parece ter funcionado mais ou menos assim. Entretanto, a evolução da economia mundial trouxe em seu bojo novas variáveis, como o surgimento dos sindicatos de trabalhadores, os grupos econômicos e o desenvolvimento do mercado de capitais e do comércio internacional, de sorte a complicar e trazer incertezas sobre o funcionamento da economia. A não interferência do governo levou à quebra da Bolsa de Nova York em i929, e uma crisede desemprego atingiu todos os países do mundo ocidental nos anos seguintes. Com a contribuição de Keynes, contudo, fincaram-se as bases da moderna teoria ma~ croeconômica, e da intervenção do Estado na economia de mercado. Na verdade, Keynes praticamente inaugurou a seguinte discussão macroeconômica, que perdura até hoje: qual deve ser o grau`de intervenção do Estado na economia e em que medida ele deve ser produ- tor de bens ou serviços. A corrente dos economistas liberais (hoje neoliberais) prega que, na economia, o governo deva cuidar apenas da política monetária e deixara produção de bens e serviços para o setor privado, enquanto outras correntes apregoam maior grau de atuação do Estado na atividade econômica (keynesianos, desenvolvimentistas, socialistas, etc). 8.2.2 estobilidode de preços Define-se inflação como o aumento contínuo e generalizado no nivel geral de preços. Por que a inflação e' um problema? Como será mostrado nos próximos capítulos, a inflação acarreta distorções, principalmente sobre a distribuição da renda, sobre as expectativas dos agentes econômicos e sobre o balanço de pagamentos. .A__.-¡ nomia ao pleno emprego de seus recursos, ou a seu produto potencial: milhões de consumidores "O Fundamentos de Economia Costuma~se aceitar que um pouco de inflação faça parte dos ajustes de uma sociedade dinâmica, em crescimento. Efetivamente, a experiência histórica mostra que existem algumas condições inflacionárias que são inerentes ao próprio processo de crescimento econômico. As tentativas dos países em via de desenvolvimento de alcançar estágios mais avançados de crescimento econômico dificilmente se realizam sem que também ocorram, concomitantemente, elevações no nivel geral de preços. Mesmo em países mais desenvolvidos, o controle da inflação também é uma preocupação sempre presente, dado que, quanto maior o nível de atividade econômica, a utilização dos recursos produtivos tende a atingir sua capacidade máxima, gerando tensões inflacionárias. 8.2.3 Distribuição eqüitotivci de renda A economia brasileira cresceu razoavelmente entre o fim dos anos 1960 e a maior parte ` da decada de i970. Apesar disso, verificou-se uma disparidade muito acentuada de nivel de renda, tanto entre diferentes grupos socioeconômicos como entre as regiões brasileiras. Tal situação fere, evidentemente, o sentido de eqüidade ou justiça social. No Brasil, os críticos do "milagre econômico"argumentam que a concentração de renda no país piorou entre os anos 1967 e 1973 devido a uma política deliberada do governo de primeiro crescer' para depois distribuir (a chamada teoria do bolo). A posição oficial era de que certo aumento na concentração de renda seria inerente ao próprio desenvolvimento capitalista, dadas as transformações estruturais que ocorrem nesse processo: êxodo rural, com trabalhadores de baixa qualificação, aumento da proporção de jovens, entre outros. Em paises que tiveram um crescimento bastante rápido, principalmente apos a 2Ê guer- ra mundial, como Brasil, Chile, México, Coréia do Sul, gerou-se um aumento abrupto da demanda por mão-de-obra qualificada, que, por ser escassa, obtém ganhos extras relativa- mente aos trabalhadores menos qualificados (que também tiveram ganhos nesse processo, mas menores'que os mais qualificados). Assim, a falta de qualificação da mão-de-obra teria sido o principal determinante da piora distributiva nesses paises. Deve ser observado que, embora tenha ocorrido no Brasil

uma concentração de renda naquele periodo, o padrão de vida de toda a população melhorou, o que e aparen- temente contraditório. O que ocorreu é que a renda média por habitante (renda per capita) de todas as classes aumentou, mas a renda das classes mais ricas aumentou proporcionalmente mais que a renda das classes mais pobres. A renda
dos pobres au~ mentou, melhorou seu padrão de vida no periodo, mas a participação deles na renda do paisdiminuiu. li Introdução à Macroeconomia 'm 8.2.4 Crescimento econômico Se existe desemprego e capacidade ociosa, pode~se aumentar o produto nacional por meio de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. No entanto,
feito isso, há um limite à quantidade que se pode produzir com a tecnologia e os recursos disponíveis. Aumentar o produto ale'm desse limite exigirá: `a) ou um aumento nos recursos disponíveis; b) ou um avanço tecnológico, ou seja, melhoria tecnológica, novas maneiras de organi- zar a produção, qualificação da mão-de-obra. Quando se fala em
crescimento económico, estamos nos referindo ao crescimento da renda nacional per capita, ou seja, em colocar à disposição da coletividade uma quantidade de mercadorias e serviços que supere o crescimento populacional. A renda per capita e con- siderada um razoável indicador _ o mais operacional _ para se aferir a melhoria do padrão de vida da
população, embora apresente falhas (os paises árabes têm as maiores rendas per capita no mundo, mas não o melhor padrão de vida em relação a outros países com renda per capita elevada). 8.2.5 Dilemas de político econômico: inter-relações e coríflitos de objetivos O crescimento económico pode facilitar a soluçãofide problemas relativos `a
pobreza, pois os conflitos sociais sobre a divisão do bolo produtivo podem ser abrandados quando ele au» menta. Nesse sentido, poder-se-ia aumentar a renda dos pobres sem diminuir a dos ricos. Entretanto, no Brasil e em outros paises em desenvolvimento, as metas de crescimento e eqüidade distributiva têmese mostrado conflitantes,
fundamentalmente devido ao fator educacionalpcom a maioria da mão-de-obra com baixa qualificação e, portanto, com baixos rendimentos. Outro conflito gerado por políticas econômicas pode ser observado entre as metas de redução de desemprego e a estabilidade de preços. É-fato que, quando o desemprego di- minui e a economia aproxima-se da
plena utilização de recursos, passam a ocorrer pressões por aumentos de preços, principalmente nos setores fornecedores de insumos basicos (aço, embalagens, matérias-primas), o que explica o freqüente controle do crescimento do consumo pelas autoridades para não provocar inflação. Por outro lado, observa~se que, numa situação recessiva
(desemprego elevado), as taxas de inflação tendem a ceder, uma vez que as empresas estarão mais voltadas a desovar seus estoques acumulados e os sindicatos de trabalhadores não estarão tão preocupados em obter salarios mais elevados, mas sim com a manutenção do emprego. Essa tendência a uma relação inversa entre inflação e desemprego "2
Fundamentos de Economia é denominada na literatura econômica trade-off entre inflação e desemprego, que é um reflexo de uma tendência cíclica da economia, alternando períodos de maior prosperidade com outros mais recessivos. Outro exemplo bastante claro desses dilemas de politica econômica ocorreu no Plano Real, a partir de 1994: a meta
de redução da inflação e de estabilização de preços foi plenamente atingida (de taxas de inflação de cerca de 50% mensais passou-se a taxas em torno de 5% a 6% ao ano). Entre os instrumentos utilizados, recorreu-se à valorização da moeda nacional perante o dólar, o que promoveu um aumento das importações e da concorrên- cia dos produtos
estrangeiros com os nacionais e o conseqüente barateamento dos preços internos. Entretanto, houve uma redução do ritmo das exportações (os produtos brasileiros ficaram mais caros em relação ao dólar), a balança comercial tornou~se deficitária e aumentou a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Decidir qual o objetivo prioritário e
tarefa que pertence mais ao âmbito do poder político. Cabe aos economistas apresentar os custos e os benefícios de cada alternativa de política econômica, mas a decisão final sobre qual caminho percorrer pertence aos politicos. 8.5 instrumentos de político mocroec'onêmicci A política macroeconômica envolve a atuação do governo sobre a
capacidade produtiva (oferta agregada) e as despesas planejadas (demanda agregada), com o objetivo de permitir que a economia opere a pleno emprego, com baixas taxas de inflação, com distribuição de rendajusta, e cresça de forma contínua e sustentável. Os principais instrumentos para atingir tais objetivos são as politicas fiscal, monetária,
cambial e comercial, e de rendas. 8.3.1 Político fiscal Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para arrecadar tributos (polí- tica tributária) e controlar suas despesas (política de gastos). A política tributária, além influir sobre o nível de tributação, é utilizada, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, para
estimular (ou inibir) os gastos de consumo do setor privado. Se o objetivo da política economica for reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais nor- malmente adotadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo). Logo, essas medidas visam diminuir os gastos da coletividade. Se o objetivo for maior
crescimento e emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para elevar a demanda agregada. x Introdução à Macroeconomia 113 Para uma política que vise melhorar a distribuição derenda, esses instrumentos devem ser utilizados de forma seletiva, em beneficio dos grupos menos favorecidos. Por exemplol impostos
progressivos, gastos do governo em regiões mais atrasadas etc. Toda politica tributária deve obedecer a um princípio constitucional, chamado principio da anterioridade (antes conhecido como princípio da anualidade), segundo o qual a implementação de uma medida só pode ocorrer a partir do ano seguinte ao de sua aprovação pelo Congresso
Nacional. Como consta do art. i50, inciso lll, b, da Constituição Federal de i988, e vedado às autoridades públicas cobrar tributos no mesmo exercicio financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. 8.3.2 Político monetário Refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos existentes na
economia. Como veremos no Capítulo ii, os instrumentos disponíveis para tal são: e emissões; a reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos que os bancos comerciais devem colocar à disposição do Banco Central); e open market (compra e venda de títulos públicos); a redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais); e
regulamentação sobre crédito e taxa dejuros. Assim, por exemplo, se o objetivo tor o controie da inflação, a medida apropriada de po~ litica monetária seria diminuir o estoque monetário da economia (por exemplo, aumento da taxa de juros, aumento das reservas compulsórias, ou venda de titulos no open market). Se a meta foro crescimento
económico, seria o inverso: redução da taxa de juros e da taxa de compulsório, compra de titulos no open market. ` As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finaiidades. A política económica deve ser executada por meio de uma combinação adequa~ da de instrumentos fiscais e monetários. V Pode-se
dizer que a politica fiscal tem mais efi'cácia quando o" objetivo e' uma melhoria na distribuição de renda, tanto na taxação às rendas mais altas como pelo aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária e' mais difusa no tocante a questão distributiva. Uma vantagem freqüentemente apontada da
politica monetária sobre a fiscal e que a primeira pode ser implementada logo após sua aprovação, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto o processo de implementação de políticas fiscais e' muito lento, pois depende de votação no Congresso, e deve obedecer ao principio da anterioridade, aumentando a
defasagem entre a tomada de decisão e a implementação das medidas fiscais. Fundamentos de Economia 8.3.3 Políticos combiol'e comercial São políticas que atuam sobre as variáveis relacionadas ao setor externo da economia. A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio. As autoridades monetárias podem fixar a taxa de
câmbio (regime de taxas fixas de câmbio) ou permitir que ela seja flexível e determinada pelo mercado de divisas (regime de taxas flutuantes de câmbio). A política comercial diz respeito aos instrumentos de incentivos as exportações e/ou ao estímulo e desestimulo às importações, ou seja, refere-se a estímulos fiscais (crédito-prémio do lClVlS, IPl etc.)
e creditícios (taxas de juros subsidiadas) às exportações e ao controle das importações (via tarifas e barreiras quantitativas sobre importações). No Brasil, as decisões de política cambial são de alçada do Conselho Monetário Nacional, enquanto a política comercial é comandada pelos Ministros do Planejamento, da indústria eCome'rcio e Agricultura,
com apoio do Ministério das Relações Exteriores. 8.3.4 Político de rendas A política de rendas refere-se à intervenção direta do governo na formação de renda (salários, aluguéis), com o controle e congelamento de preços. Alguns tipos de controle exercidos pelas autoridades económicas podem ser considera- dos dentro do âmbito das políticas
monetária, fiscal ou cambial. Por exemplo, o controle das taxas dejuros e da taxa de câmbio. Entretanto, os controles sobre preços e salários situam-se em categoria própria de política econômica. A característica especial e que, nesses controles, os preços são congelados e os agentes econômicos não podem responder às influências econômicas
normais do mercado. Normalmente esses controles são utilizados como política de combate a inflação. No Brasil, a fixação da política salarial, o salário mínimo, a atuação do Conselho Interministerial de Preços (CIP), depois da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (Seap), e os congelamentos de preços e salários nos planos econômicos
(Cruzado, Bresser, Verão, Collor) situara m- se no contexto de políticas antiinflacionárias. 8.4 éstruturo de análise mocroeâccmômitci1 Tradicionalmente, a estrutura básica do modelo macroeconômico compõe-se de cinco mercados: ' Neste tópico, os autores beneficiaram-se da colaboração do Prof. Carlos Antonio Luque, titular da FEA-USP. VVVVV
Introdução à Macroeconomia mercado de bens e serviços mercado de trabalho mercado monetário mercado de títulos n 115 n parte real da economia l parte "monetária"da economia mercado de divisas As variáveis ou agregados macroeconômicos são determinados pelo encontro da oferta e da demanda em cada um desses mercados. A seguir
apresentamos u_m esboço da estrutura básica do modelo macroeconômico. Nos próximos capítulos, essa estrutura, bem como as variáveis macroeconômicas determinadas, será discutida com mais detalhes. 8.4.1 Mercado de. bens e serviços A ide'iaba'sica seria a de idealizarmos a economia como se ela teoricamente produzisse apenas um único b'em,
que seria 'obtido pela agregação dos diversos bens produzidos. Esse mercado determina o nível de produção agregada, bem como o nível gera! de preços. A determinação do níveI geral de preços e do nível agregado de produção está condicionada pela evolução do nível de demanda e oferta agregadas de bens e serviços. A demanda agregada depende
fundamentalmente da evolução da demanda dos quatro grandes setores ou agentes macroeconômicos: a consumidores; > empresas; r> governo; 9 Setor eXÍemO. ' Por outro lado, a oferta ou produção agregada depende da evolução do nível de emprego e da capacidade instalada na economia. A condição de equilibrio do mercado é dada por: Oferta
agregada de bens e serviços = Demanda agregada de bens e serviços VVVVVV As variáveis determinadas nesse mercado são as seguintes: nível de renda e produto nacional; nível de preços; consumo agregado; poupança agregada; investimentos agregados; exportações totais; importações totais. "6 Fundamentos de Economia 8.4.2 Mercado de
trobolho Assim como no mercado de bens e serviços não se levam em conta os diferentes tipos de bens produzidos pela economia, nesse mercado não se distinguem os diferentes tipos de trabalho. Admite-se a existência de um único tipo de mão~de-obra, independentemente de características como grau de qualificação, escolaridade, sexo etc. Esse
mercado determina a taxa de salários e o nível geral de emprego. A demanda ou procura de mão-de-obra dependeide dois fatores básicos: da taxa de salário real (ou custo efetivo da mão~de-obra para as empresas) e do nivel de produção desejado pelas empresas. A oferta de mão-de-obra depende do salário real (custo efetivo da cesta bási~ ca de
consumo para os trabalhadores) e da evolução da população economicamente ativa. A condição de equilibrio nesse mercado é dada por: Oferta de mão-de-obra :Demanda de mão‹de~obra As variáveis determinadas são: > nivel de emprego; a taxa de salários monetários. Em conjunto com o mercado de bens e serviços, que determina a taxa de
inflação, o mercado de trabalho determina também o salário real, isto é, o salário monetário, descontada a inflação. 8.4.3 Mercado monetário Dado que todas as transações da economia são efetuadas com a utilização de moeda, V admite-se também a existência de um mercado monetário. Nesse mercado, supõe-se a exis` tência de uma demanda de
moeda (em função da necessidade de transações dos agentes econômicos, ou seja, da necessidade de liquidez) e de uma oferta de moeda, determinada pelo Banco Central2 e pela atuação dos bancos comerciais. A demanda e a oferta de moeda determinam a taxa dejuros. A condição de equilibrio é dada por: Oferta de moeda = Demanda de moeda As
variáveis determinadas nesse mercado são: e taxa dejuros; e estoque de moeda (meios de pagamentos). No Brasil, as principais normas e decisões de política monetária são feitas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como o Banco Central é o Órgão executor dessas políticas, implicitamente estamos também nos referin- do ao CMN. introdução à
Macroeconomia "7 8.4.4 Mercado de. títulos O mercado de títulos e' incluído no modelo macroeconômico básico para que seja analisado o papel de agentes econômicos superavitários e deficitários, e como interagem. Os agentes econômicos superavitários, que possuem um nível de gastos inferior a seu volume de renda, podem efetuar empréstimos
para os agentes econômicos deficitários (aqueles que possuem nivel de gastos superior a seu nível de renda). De maneira semelhante aos mercados de bens e Serviços e ao mercado de trabalho, não se considera a existência de diferentes tipos de títulos; ao contrário, supõe~se que exista Um titulo~padrão. Normalmente utiliza-se o título público
federal como exemplo. A condição de equilíbrio nesse mercado e' dada por: Oferta de títulos = Demanda de títulos e a variável determinada nesse mercado é o preço dos títulos. Normalmente os mercados monetário e de títulos são analisados conjuntamente, que podem genericamente ser chamados de mercado financeiro, dada sua grande
interdependência. Na verdade, a taxa dejuros é determinada por esses dois mercados. 8.4.5 Mercado de. divisas Como a economia mantém transações com o resto do mundo, existem mercados de divisas ou de moeda estrangeira. A oferta de divisasldepende das exportações e da entrada de capitais financeiros, enquanto a demanda de divisas é
determinada pelo volume de importa~ ções e saída de capital financeiro. Assim, a condição de equilíbrio nesse mercado é dada por: Oferta de divisas = Demanda de divisas sendo que a variável determinada nesse mercado é a taxa de câmbio. O Banco Central pode interferir no mercado de divisas fixando antecipadamente a taxa de cambio (regime de
taxas de câmbio fixas) ou deixando a taxaflutuar (regime de taxas de câmbio flutuantes ou flexíveis), mas praticamente determinando a taxa de equilibrio, pois ele atua tanto na compra como na venda de divisas (o que é chamado de"flutuação suja", ou dirty floating). Na análise macroeconômica, os gastos do governo e a oferta de moeda são exógenos,
isto é, não são determinados nesses mercados, mas sim de forma autónoma pelas autoridades. Dizemos que são variáveis determinadas institucionalmente, já que dependem do tipo de politica económica adotado pelas autoridades. Por exemplo, se a meta for a estabilização da taxa de inflação, deve ocorrer uma diminuição tanto nos gastos do governo
como na oferta "8 Fundamentos de Economia de moeda; se o objetivo fordesenvolvimentista, devem ser adotadas políticas de expansão monetária e de gastos públicos. Elas vão condicionar o comportamento de todos os demais agregados, mas não são determinadas por eles. O mercado de capitais físicos está'embutido no mercado de bens e serviços
por meio dos investimentos (gastos com a formação de capital) e da poupança (financiamento da for- mação de capital). O mercado de capitais financeiros e' estudado com o mercado monetário e de titulos. ç A análise que se segue nos próximos capitulos acompanha a maior parte da literatura contemporânea, que se baseia na obra Teoria geral do
emprego, dos juros e da moeda, do economista inglês John Maynard Keynes, cuja preocupação principal eram as questões con~ junturais, de curto prazo, e em particular a questão do desemprego. Ao final do livro dis- cutiremos alguns aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico de " longo prazo. Questões porq revisão 1.
Conceitue e aponte as principais diferenças entre os ,enfoques da Macroeconomia e da Microeconomia. 2. Sintetize os objetivos de politica econômica. 3. Politicas de estabilização da inflação não são compativeis com melhoria no grau de distribuição de rendaVocê concorda? Justifique sua resposta. 4. Comente a questão da compatibilidade (ou não)
entre as metas de melhoria no grau de distribuição de renda e a busca do crescimento econômico, a luz da experiência brasileira no período do"milagre econômico". 5. Resuma os instrumentos de política econômica. 6. Qual é a condição de equilibrio e quais são as variaveis macroeconômicas determinadas: a) no mercado de bens e serviços; b) no
mercado monetário; c) no mercado de títulos; d) no mercado de trabalho; e) no mercado de divisas. 122 9.1.1 Fundamentos de Economia Sistemas de contabilidade social Os agregados macroeconômicos, que serão definidos neste capitulo, são determinados a partir de um sistema contábil que trata o país como se ele fosse uma grande empresa que
produz um produto único, o produto nacional bruto, que e o agregado de tudo o que e' pro- duzido nessa economia. Existem dois sistemas principais de contabilidade social, adotados na quase totalidade dos paises: o sistema de contas nacionais e a matriz de relações intersetoriais. A Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta modelos e
manuais desses sistemas, que orientam os institutos de pesquisas na medição dos agregados nacionais. 9.1.2 Sistema de contas nacionais Assim como na contabilidade privada, o sistema de contas nacionais utiliza o método tradicional das partidas dobradas, discriminando as transações dos grandes agentes (setores) macroeconômicos: familias,
empresas, governo e setor externo, cada um representado por uma conta específica.1 Nesse sistema, medem-se apenas as transações com bens e serviços finais, e não as transações com insumos ou matériasprimas, utilizados na produção dos bens finais. 9.1.3 Matriz de relações intersetoriais (ou matriz insumo-produto ou matriz de Leontiei)
Diferentemente do sistema de contas nacionais, a matriz de Leontief inclui as transações intermediárias, permitindo analisar também relações económicas entre os vários setores de atividade (o que cada setor gasta e o que vende para outros setores). Essa matriz fornece informações mais completas, por incluir também as transações in- tersetoriais.
Entretanto, ela exige dados mais detalhados, que sÓ são obtidos nos censos económicos, elaborados normalmente com intervalos de cinco anos. Assim, por questões operacionais, o sistema de contas nacionais e' o mais adotado no mundo todo, permitindo obter mais rapidamente estimativas anuais dos agregados macroeconômicos. Os conceitos
apresentados neste capítulo baseiam-se nesse sistema? N. da R. Por exemplo, os impostos pagos pelas empresas são considerados débitos para as empresas e crédito para o governo Os salários representam débito para empresas e governo, e crédito para as familias. Para mais informações sobre a estrutura contábil do sistema de contas nacionais e da
matriz insumo produto, ver PAULANI, L, BRAGA, M B., A nova contabilidade social. São Paulo: Saraiva, 2006 Contabilidade Social 123 9.2 Princípios básicos dos contos nacionais Alguns principios básicos devem ser observados no levantamento e medição dos agregados macroeconômicos, a saber: i> consideram-se apenas as transações com bens e
serviços finais, não sendo computadas as transações com bens e serviços intermediários (materias-primas, componentes). Os custos de produção referem-se, então, apenas a remuneração aos fatores de produção (salários, juros, aluguéis e lucros), não sendo considerados os custos de matérias-primas e demais produtos intermediários; v mede-se
apenas a produção corrente do próprio periodo. Assim, não e' levado em conta o valor de transações com bens produzidos em períodos anteriores (automo- veis, máquinas, imóveis usados, por exemplo). Entretanto, como as atividades econô~ micas compõem-se também do setor de serviços, a atividade comercial e' um serviço corrente. Então,
considera-se a remuneração do vendedor (mesmo que de um produ- to de segunda mão) como parte do produto corrente, mas não o valor do objeto de transação (o produto em si); e as transações referem-se a um fluxo, ou seja, são definidas ao longo de certo periodo de tempo. Normalmente, considera-se o ano, embora existam também estimativas
trimestrais, como no Brasil, mas que são amostras parciais; › a a moeda é neutra, no sentido de ser considerada apenas como unidade de medida, ou seja, um padrão para permitir a agregação de bens e serviços fisicamente diferentes, e instrumento de troca; i> ' não são considerados os valores das transações puramente financeiras, dado que essas
não representam diretamente acréscimos do produto real da economia. Esses agregados (depósitos e empréstimos bancários, transações na Bolsa de Valores) são consi~ deradostransferências financeiras entre aplicadores e tomadores4. Nessa mesma linha de raciocinio, as taxas de juros e a taxa de câmbio também não são apresentadas no sistema
de contabilidade social. Ou seja, a contabilidade social preocupa~se apenas em mensurar os agregados reais, que representam diretamente alterações da renda e da riqueza. Tudo que e' vendido diretamente a familias, governo e setor externo e' considerado bem ou serviço final. Assim, também são considerados bens finais a reposição de peças,
exportações de matérias~primas, bem como os estoques de matérias-primas e componentes que não chegaram a ser utilizados na elaboração de outros produtos. Deve ficar claro que não são computados os montantes dessas transações financeiras como parte da formação do produto e da renda nacionais. Entretanto, a remuneração dos corretores da
Bolsa de Valores, os salários e os lucros gerados pelas atividades financeiras são computados, já que representam geração de renda oriunda da atividade de prestação de serviços pelo setor financeiro da economia. Fundamentos de Economia 124 9.3 êconomio ci dois setores: families e empresas Seguindo a metodologia tradicionalmente adotada na
teoria macroeconômica, partiremos inicialmente de algumas hipóteses simplificadoras. Primeiro, serão considerados apenas dois agentes: empresas e familias (economia a dois setores). A seguir serão introduzidas as variáveis relativas do setor público (economia a três setores), e, finalmente, agrega-se o setor externo (economia a quatro setores).
9.3.1 O fluxo circular de rendci: análise do ótico do produto, do despesa e do renda A análise macroeconômica trata da formação e distribuição do produto e da renda gera-h dos pela atividade econômica a partir de um fluxo continuo que se estabelece entre os chamados agentes macroeconômicos: famíliasfempresas, governo e setor externo. Esse
fluxo › (fluxo circular de renda) precisa ser periodicamente quantificado, para se avaliar o desempe- ' nho da economia no periodo. O resultado da atividade econômica do pais pode ser medido de tres Óticas: pelo lado da produção e venda de bens e serviços finais na economia (ótica do produto e Ótica da despesa), e também pela renda gerada no
processo de produção (ótica da renda), que vem a ser a remuneração dos fatores de produção (saláriosjuros, aluguéis e lucros). As análises das Óticas do produto e da despesa são medidas no mercado de bens e serviços, enquanto a da renda é medida no mercado de fatores de produção. 4 Para entender melhor os conceitos dos agregados
macroeconômicos, vamos supor uma economia em que só existam três empresas. A empresa A produz trigo, sendo que o total de sua produção é vendido para a empresa B, que produz a farinha de trigo. O total de farinha de trigo produzido pela empresa B é vendido para a empresa C, que produz o pão e vende aos consumidores finais. Suponhamos
que os balancetes das três empresas sejam os seguintes: Tobelo 9.1: Empresa Fi › produção de trigo (em $) ,_ Despesas Salários 80 Juros 30 ,_ Alugueis Lucros `ÂTEtälff 20 if z _f à ' , Receitas,y , Vendas de trigo para a empresa B 140 iO i40f, f ,ElflÍóÍ/àl" f ' f › ffÍy f y1401 Contabilidade Social 125 Tobelci 9.2: Empresa B > produção de forinho de trigo
VÍ _, Compra de trigo da empresaA Salários 50 Juros iO Aluguéis i5 Lucros 30 ' â, a z, Toa/f, . _, _ , Í DespesasVV ,_ , Receita W , Vendas de farinha de trigo para a 140 245 empresa C 105 Vfzziâff' z â zziâií Tobelo 9.3: Empresa C e produção de pães (em 5) ç í" ,V ` D'espesasí 245 da empresa B Salários 60 Juros 20 Aluguéis 30 Lucros 35 a`~ z ' Vendas
de pães para os Compra de farinha de trigo Toràì ~ ' 7 ` Receitas,y f V consumidores finaiš 390 i45 z J 390;; ilTÓtaiiš; f 7 1 f É z , a a z , 390 Consideremos, inicialmente, apenas o balancete da empresa A. Do lado esquerdo da Tabela 9.1 encontramese relacionadas as despesas necessárias para a produção de $ 140 de trigo. Por simplificação, e
supondo que só existam as três empresas citadas, o setor trigo não tem`despesas com a compra de matérias-primas. Assim, a despesa da empresa A (5 i40) é apenas o que ela gasta com o pagamento ou remuneração dos fatores de produção: v salário, que é a remuneração do trabalho: S 80; n» juros, que remuneram o capital: 5 30; e aluguel da terra:
S 20; a Iucro:$ iO. O lucro é interpretado nas contas nacionais como a remuneração da capacidade empre- sarial, ou gerencial, obtida da diferença entre a receita da venda (S 140) e o pagamento dos demais fatores (80 + 30 + 20 = S 130). Como ja foi mostrado na parte de microeconomia, há uma diferença entre a interpretação económica e a
contábil, pois, para os economistas, o lucro 126 Fundamentos de Economia e uma parcela dos custos'de produção das empresas, que remuneram seus proprietários ou acionistas. Na visão contábil, é apenas a diferença entre as receitas e as despesas, e não e' inter- pretado como custo. Consolidando as informações das três empresas, vamos introduzir
os conceitos de produto nacional, despesa nacional e renda nacional, e mostrar que, embora sejam conceitos i ir l diferentes, levarão ao mesmo resultado numéricos. Produto Nocionol Produto nacional (PN) é o valor de todos os bens e serviços finais, medidos a preços de mercado, produzidos num dado período de tempo: em que: PN = produto
nacional; p, = preço unitário dos bens e serviços finais; I q,- z quantidades produzidas dos bens e serviços finais; Z = símbolo de somatório, ou soma; i: bens e serviços finais. PN : sacas de feijão ` qsacas de feijão + Setor primário + pauromáveis ' qautomóveis + ` Setor secundário + pranr'asde onibus f ' qmrífas de ônibus Setor terciário (agricultura,
(indústria, extração (serviços, comércio, pecuária, pesca, mineral) transportes, extração vegetal) comunicação) No exemplo anterior, o produto nacional é determinado apenas pela venda de pães, que e o único bem final correspondendo a $ 390. Então, nesse modelo básico, a economia sÓ produz bens de consumo (C), e PN=c 5 Considerando 'apenas
a empresa A, as vendas de trigo representam o produto final, ou consumo final. Quando se consideram as três empresas, o trigo é um produto intermediário, e o pão passa a ser o produto final. Na prática, o trigo pode ser também um bem final, desde que vendido diretamente ao consumidor, para uso final. Contabilidade Social 127 Despesa Nocionol
Despesa nacional (DN) e o gasto dos agentes econômicos com o produto nacional . Reve- la quais são os setorescompradores do produto nacional. ' No exemplo anterior, bastante simplificado, a despesa nacional e composta apenas pelos gastos das familias com bens de consumo (C), isto é: DN=C que e' igual à compra de pão, S 390. Ou seja, é um
valor identico ao produto nacional, mas medido pela Ótica de quem compra (Ótica da despesa), enquanto o produto nacional e medido da Ótica de quem produz e vende (Ótica da produção). A fórmula mais completa, que inclui os demais agentes de despesa (empresa, governo e setor externo), que discutiremos adiante, e' a seguinte: DN=C+I+G+(X-
M) emque: C: despesas das familias com bens de consumo; l= despesas das empresas com investimentos; G = despesas do governo; X ~ M = despesas líquidas do setor externo (sendo X = exportações ie M = importações). Isso significa que o produto nacional é vendido para os quatro agentes de despesa: consu- midores, empresas, governo e setor
externo (este em termos de saldo liquido, já que estamos . - . 6 interessados nas despesas com o nosso produto, o que exclui. as despesas com importações) . Rendo Nocioncil Renda nacional (RN) e' a soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção no período: RN = Salários + Juros + Aluguéis + Lucros RN = w +j + a + I em que W = Wages =
salário. Se somarmos todos os pagamentos de saláriosjuros, aluguéis e lucros das três empresas do exemplo anterior, chegaremos novamente ao valor de S 390. Ô Rigorosamente, a identidade deveria ocorrer entre o produto nacional e a despesa com o produto nacional (PN = C + l + G + X), independentemente das importações. Ocorre que as
estatísticas dos quatro itens de despesa não permitem excluir o componente importado; entretanto, como existe a estatistica do valor global das importações, basta exclui-lo por seu total, permitindo a identidade entre produto nacional e despesa nacional. Se as importações (M) forem passadas para o lado direito da identidade, tem-se o conceito de
oferta global (soma do produto nacional com as importações), que representa o total de mercadorias e serviços colocados à disposiçâqda coletividadeA 128 Fundamentos de Economia Observe, finalmente, a identidade básica das contas nacionais: Produto nacional = Despesa nacional: Renda nacional À ou: PN = DN = RN No exemplo, consolidando as
três empresas, tem-se que: PN=DN=RN=$390 isso ocorre porque, como os bens intermediários acabam se anulando (venda de empresa a empresa), tudo o que a empresa recebe (PN = DIV)7 ela gasta na remuneração aos fatores de produção (RN), que inclui o lucro dos empresários, igualando o fluxo do produto e o fluxo dos rendimentos. Essas são
as três Óticas de medição do resultado da atividade económica de um país num " dado período. Em termos operacionais, entretanto, a forma mais prática utilizada pelos estatísticos é a do valor adicionado, que veremos a seguir. Volor Fidicionodo Valor adicionado (ou valor agregado) é o valor que se adiciona ao produto em cada está- gio de produção,
ou seja, e a renda adicionada por cada setor produtivo. Somando o valor adi- cionado em cada estágio de produção, chegaremos ao produto final da economia. Na Tabela 9.4, o valor adicionado é calculado por diferença (valor das vendas menos os custos dos bens intermediários). Na Tabela 9.5, o valor adicionado é calculado diretamente pelo
somatório da remuneração dos fatores de produção, alocados nos três estágios da produção do pão (trigo, farinha de trigo e pão), o que da', evidentemente, o mesmo resultado. Tobelo 9.4 , f, '_ y' f: ` Í f V ,PValoradicionado , _ .z . ~; ,. "z ~Í f ,ÍxESÍaglo de " y(i)~,(2c) by, EmpresaA-Trigo EmpresaB - Farinha de trigo Empresa C - Pão Liv' ` 140 O 140
245 140 105 ` ` 390 Valor adicionado :produtofinaí 245 / j 145 _ r . ,f , _ , . 390 J Como nesse modelo básico não há ainda formação de estoques, tudo que as empresas produzem (PN), vendem (DN). Contabilidade Social 129 Tabela 9.5 ,, Estágio de ,_ ,V [SaláriosV "ÍAllug/uéis ~;_¡ z~.ƒ.:fT°Fë'Í§f (5),] , V Í , (s) produção ' '¬ Trigo so 20 ro V V Farinha de
trigo Pão SO 60 i5 30 30 35 Total ~ , , 190 Hicós. , 'V 140y V 105 145 75,-,¿ _y-y¡¬3~90 . Como dificilmente se dispõe de informações tão detalhadas como as da Tabela 9.5 (no Brasil, há dados de salários apenas em anos de Censo), em termos práticos o valor adicionado é medido por diferença, como na Tabela 9.4, ou seja: Valor adicionado = Valor
bruto da produção (receita de vendas) » Compra de bens e serviços intermediários A vantagem é que o valor adicionado pode ser obtido a partir de notas fiscais, já que todas essas transações são realizadas entre empresas (vendas de bens finais e intermediários), e cópias dessas notas sao enviadas aos Órgãos de arrecadação. De outra forma, para
obter a renda nacional, seria necessário medi~la somando todas as declarações de imposto de renda do país, que e' menos seguro do que a obtida por notas fiscais. 9.3.2 Formação de capital: poupança, investimento e depreciação Até agora, foram consideradas apenas transações com bens de consumo corrente. Admitamos, ainda dentro do modelo de
uma economia a dois setores, que as famílias não gastam toda sua renda em bens de consumo (elas também poupam para o futuro), e as empresas não produzem apenas bens de consumo, mas também bens de capital, que aumentarão a capacidade produtiva da economia. Isso introduz os conceitos de poupança, investimento e depreciação, em nivel
agregado. Poupança Flgregoda (S)a É a parcela da renda nacional (RN) que não é consumida no periodo, isto é: S = RN - C em que C é o consumo agregado. Ou seja, de toda a renda recebida pelas famílias, na forf ma de salários, juros, aluguéis e lucros, a parcela que não for gasta em consumo num dado 8 S = saving em inglês. Fundamentos de
Economia 130 período é a poupança agregada, não importando o que será feito posteriormente com ela (se ficará embaixo do colchão, se será aplicada, se será transformada em investimentos etc). Poupança é o ato de não consumir no período, deixando~a para consumo futuro. Investimento negodo (I) É o gasto com bens que foram produzidos, mas
não foram consumidos no período, e que aumentam a capacidade produtiva da economia' nos periodos seguintes. O investimento (também chamado de taxa de acumulação do capital) é composto pelo investimento em bens de capital (máquinas e imóveis) e pela variação de estoques9 de produtos que não foram consumidos (ou seja, diferença entre o
início e o fim do periodo). Os bens de capital são chamados, nas contas nacionais, de formação bruta de capital fixo. Tem-se, então, que: Investimento total = lnvestimen tos em bens de capital + Variação de estoques Deve ser observado que o investimento agregado e um conceito que envolve produtos físicos. Assim, "investir em ações", por exemplo,
nãoé um investimento no sentido econômi- co. Trata~se de uma transferência financeira, que não aumentou a capacidade produtiva da economia. Entretanto, quando a empresa utiliza esse recurso ou parte dele para a compra de equipamentos, por exemplo, aí, sim, tem-se caracterizado um investimento no sentido ma- croeconômico (a compra do
equipamento, não a transação na Bolsa de Valores). Alem disso, o investimento em ativos de segunda mão (máquinas, equipamentos, imóveis) não entra no investimento agregado, pois, no fundo, constitui uma transferência de ativos que se compensa: alguém "desinvestiu'Í Esse bem já foi computado como investimento no passado. Com a introdução
do lnvestimento (I), o produto nacional (PN) fica PN=C+I (ou seja, as empresas produzem bens de consumo (C) e bens de capital (I)). Deprecioção É o desgaste do equipamento de capital da economia num dado período. Sabe~se que, no processo de produção, as máquinas e os equipamentos sofrem desgas~ tes, tornando-se obsoletos, de forma que
precisam ser repostos, para garantir a manutenção da capacidade produtiva. A depreciação éjustamente a parte do produto que se destina a tal 9 Os estoques são vistos nas contas nacionais como bens que foram produzidos num período, mas não foram consumidos, ficando para o periodo seguinte; ou seja, aumentam a capacidade produtiva no
período seguinte, representando então investimento Contabilidade Social 131 reposição. O conceito de depreciação introduz uma diferenciação entre ¡nvesfimento bruto e investimento líquido, que e' dada pela depreciação: Investimento líquido :Investimento bruto - Depreciação Da mesma forma, pode-se distinguir o produto nacional líquido (PNL) e o
produto nacional bruto (PNB), assim: Produto nacional líquido = Produto nacional bruto - Depreciação 9.4 êconomio o três setores: agregados relacionados oo setor púbiico Vamos adicionar ao nosso modelo, que continha apenas famílias e empresas, o setor público. O setor público é considerado em suas três esferas: União, Estados e Municípios. Com
sua inclusão, introduzimos os conceitos de receita fiscal e gastos públicos. 9.4.1 Receita fisco! do governo A receita ou arrecadação fiscal do governo constitui~se das seguintes receitas: e impostos indiretos: incidem sobre transações com bens e serviços. Por exemplo: lPl, lCMS; ' e impostos diretos: incidem sobre as pessoas físicas e jurídicas. Por
exemplo: imposto de renda; a contribuições à previdência social (de empregados e empregadores); > outras receitas: taxas, multas, pedágios, aluguéis. 9.4.2 Gostos do governo Nas contas nacionais, são considerados três tipos de gastos do governo: a gastos dos ministérios e autarquias, cujas receitas provém de dotações orçamentárias. Como os
serviços do governo (justiça, educação, planejamento) não tem preço de venda de mercado, o produto gerado pelo governo é medido por suas despesas correntes ou de custeio (salários, compras de materiais para a manutenção da máqui» na administrativa) e despesas de capital (aquisição de equipamentos, construção de estradas, hospitais, escolas,
prisões); 132 Fundamentos de Economia a gastos das empresaspúblicas e sociedades de economia mista: como suas receitas advém da venda de bens e serviços no mercado, atuando como empresas privadas, elas são consideradas, nas contas nacionais, dentro do setor de produção, junto com empresas privadas, e não como governo. Por exemplo:
Petrobras, USP, Eletrobrás; e gastos com transferências e subsídios: são considerados nas contas nacionais como transferências (normalmente, donativos, pensões e subsídios), não são computados como parte da renda nacional, pois representam apenas uma transferência financeira do setor público ao setor privado, não ocorrendo qualquer aumento
da produção cor~ rente. Por exemplo: aposentadorias e bolsas de estudo, que nào são fatores de produ- ção do período corrente. 9.4.3 Superávit ou déficit público Se o total da arrecadação superar o total dos gastos públicos nas várias esferas de gover~ no, tem-se um superávit das contas públicas, caso contrário, tem-se um déficit (também chamado
de necessidades de financiamento do setor público). Excluindo-se os juros da divida pública, interna e externa, tem-se o conceito de supe- rávit ou déficit primário ou fiscal. Quando são incluídos os juros nominais sobre a dívida, tem-se o conceito de superávit ou déficit total ou nominal. Se forem considerados apenas os juros reais (excluindo a taxa de
inflação e a variação cambial), tem«se o conceito de su« perávit ou déficit operacional". yNos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMl), o conceito relevante é o fiscal ou primário. Para o FMI, um pais que apresenta superávit primário, mesmo que apresente déficit nominal ou total, está com suas contas relativamente equilibradas
e revela ' condições de honrar seus compromissos futuros, ganhando mais credibilidade para negociar sua dívida externa, com juros menores e prazos maiores". 9.4.4 Banda nacional a custo de fatores e. produto nacional a pregos de mercado O preço de mercado de um produto normalmente está acima do valor remunerado aos fatores de produção
utilizados. Isso porque em seu preço estão incorporados os impostos indiretos cobrados pelo governo (lClVlS, lPl e outros). Além disso, quando o produto é No Capítulo i4, sobre o setor público, aprofundamos um pouco mais esses conceitos e seu comportamento para o caso brasileiro no periodo recente. É interessante ressaltar que o conceito de
déficit ou superávit representa um fluxo, expresso ao longo de determinado período de tempo (ano, trimestre, mês), enquanto o conceito de divida pública é o saldo (estoque) acumulado até determinado instante do tempo. yContabilidade Social 133 essencial para a população, o governo, em alguns casos, subsidia o preço do produto, fa~ zendo com
que o preço pelo qual o produto é vendido seja inferior a seu custo de produ- ção. Por exemplo, o governo concede subsídios ao produtor de trigo para que esse tenha condição de vendê«lo abaixo do custo de produção, sem sofrer prejuízo, pois O diferencial entre o preço de mercado e o preço do produto é coberto pelo governo, Com isso, torna-se
necessário distinguir os conceitos de custo de fatores e preços de mercado. Custo de fatores é o que .a empresa paga aos fatores de produção, salários, juros'aluguéis e lucros, enquanto preço de mercado, que e' o preço final pago na venda, adiciona ao custo de fatores de produção os impostos indiretos (ICMS e iPI) e subtrai os subsídios. Assim,
partindo, por exemplo, da RNL (ou PNL) a custo de fatores para se Chegar ao PNL a preços de mercado, tem-sen: PNL a preços de mercado = RNL cr custo de fatores + Impostos indiretos - Subsídios ou: PNm = RNc + Impostos indiretos ~ Subsídios Evidentemente, a mesma diferença vale em termos brutos, não sÓ líquidos: se se parte, por exemplo,
da RNBcf em vez da RNc, chega-se ao PNBpm, ao se somarem impostos indiretos e subtraírem os subsídios. Apenas os impostos indiretos, e não os diretos, são relevantes nessa diferenciação. Isso porque os impostos diretos não representam uma diferença entre o custo de fatores para a empresa e o preço final de mercado,ja que não são as empresas
que pagam, mas os proprieta'rios dos fatores de produção. Ou seja, incidirá sobre salários, juros, aluguéis e lucros. Não e custo para a empresa, mas para os proprietários dos fatores de produção. 9.4.5 Rendo pessoal disponível Esse conceito procura medir quanto da renda gerada no processo econômico fica em poder das famílias. Partindo da renda
nacional líquida a custo de'fatores, oue e a soma dos salários, juros, aluguéis e lucros e já descontada a depreciação, é preciso deduzir os lucros retidos (não distribuídos) pelas empresas para reinvestimentos, pois, apesar de essa parcela da renda se en- contrar de posse das empresas, não é transferida de imediato as famílias. Devem-se deduzir ainda
os impostos diretos e as contribuições previdenciárias pagas pelas famílias e empresas ao *2 Por convenção, costuma-se associar aos preços de mercado o produto; e ao custo de fatores, a renda. Assim, quando passamos de custo de fatores para preços de mercado, também passamos do conceito de renda para o de produto. Contudo, muitos textos
consideram isso uma convenção de pouca imponência. É comum encontrarmos na literatura os conceitos de renda nacional a preços de mercado e produto nacional a custo de fatores. 'Wi rw B4 Fundamentos de Economia governo. Finalmente, tem-'se de deduzir as demais receitas correntes do governo e adicionar as transferências correntes do
governo às famílias, como aposentadorias, bolsas de estudo. Tem-se, então: Renda pessoal disponível = RNLcf ~ Lucros retidos - Impostos diretos - Contribuições previdenciárias - Outras receitas correntes do governo + Transferências do governo às famílias Ou seia, a renda pessoal disponível mede quanto "sobra" para as famílias decidirem gastar na
compra de bens e serviços ou, então, poupar. 9.4.6 (cargo tributário bruto e líquido A carga tributária bruta é o total da arrecadação fiscal do governo (impostos diretos e indire- tos e outras receitas do governo, como taxas, multas e aluguéis). No entanto, parte desses tributos retorna ao setor privado na forma de transferências e subsídios. Ao se
deduzirem da carga tributa- ria bruta os subsídios e as transferências do setor privado, chega-se a carga tributária liquida: Carga tributária líquida = Carga tributária bruta - Transferências e subsídios do governo ao setor privado 9.5 êconomio o quotro setores: agregados relocionoclos oo setor externo Finalmente, o esquema da contabilidade social
fica completo quando se considera a eco- nomia "aberta"ao exterior. Corn isso, definem-se os conceitos de exportação, importação e ren- da líquida do exterior, e introduz-se uma diferença entre produto interno e produto nacional. 9.5.1 Exportações e importações As exportações representam as compras pelos estrangeiros, de mercadorias produzidas
pelas empresas que pertencem a nosso país. As importações representam as despesas que nós fazemos com produtos estrangeiros. 9.5.2 Produto interno bruto, produto nocionol bruto e rendo líquido do exterior O produto interno bruto (PlB) é o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado periodo,
valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes. Contabilidade Social 135 Entretanto, para produzir o PlB, utilizamos fatores de produçao que pertencem a nãoresidentes, cuja remuneração e' remetida a seus proprietários no exterior, na forma de Juros, lucros e
royalties Os juros representam o pagamento pela utilização do çapitar monetáflo externo (isto e, da divida externa); as remessas de lucros são a remuneração pelo CapiLaI físico de propriedade das empresas estrangeiras instaladas no pais; e Os royalties representam O pagamento pela utilização da tecnologia estrangeira. Tambem existem residentes
que p05~ suem fatores de produção fora do país e recebem, portanto, renda do exterior (extração de petróleo pela Petrobrás, grandes construtoras brasileiras no exterior etc). ' Somando ao PIB a renda recebida do exterior e subtraindo a renda enviada ao exterior, tem-se o produto nacional bruto (PNB), que é a renda que efetivamente pertence aos
residentes do país. Tem-se então: PNB = PIB + Renda recebida do exterior~ Renda enviada ao exterior A diferença entre a renda recebida e a renda enviada ao exterior é chamada de renda líquida do exterior (RLE).Tem-se então: PNB = PIB + RLE No Brasil, como a renda enviada supera a renda recebida, a diferença e' chamada de renda líquida
enviada ao exterior. Então, o PIB é maior que o PNB, o que significa que utilizamos mais os serviços dos fatores de produção estrangeiros do que eles utilizam os nossos. 9.5.3 êxercício de fixação de conceitos Suponhamos que sejam dados, em bilhões de reais: b renda interna bruta, a custo de fatores (salários +juros + aluguéis + lucros) (Rl) = 500 a
impostos diretos = 50 e impostos indiretos = 60 e subsídios do governo às empresas privadas = 5 > transferências do governo `as famílias (aposentadorias e bolsas de estudo) a renda enviada ao exterior (juros, lucros, royalties) = = 8 3 a z i renda recebida do exterior (lucros) a depreciação de ativos fixos Calcular: a) Produto interno bruto a preços de
mercado (PIBpm). b) Produto nacional bruto a preços de mercado (PNBpm). c) Produto nacional liquido a preços de mercado (PNm). = 25 vw." ,o , E 136 Fundamentos de Economia d) Carga tributária bruta. e) Carga tributária liquida. Respostas: a) Ppm = Rcf + Impostos indiretos - subsídios = 500 + 60 ~ 5 = 555 I b) PNBpm = PIBpm + Renda
líquida do exterior (RLE) como: RLE = Renda recebida do exterior- Renda enviada ao exterior Tem~se: RLE = 1 - 3 = -2 Então: " PNBpm = 555 - 2 = 553 c) PNm = PNBpm - Depreciação i V ` = 553 - 25 = 528 A d) Carga tributária bruta = Impostos indiretos + Impostos diretos + Outras receitas do governo = 60 + 50 + O = l lO e) Carga tributária
liquida = Carga tributária bruta ~ (Transferências + Subsídios) z 1 10 _ (8 + 5) = 97 Para medir a carga fiscal costuma-se utilizar como indicador a carga tributária bruta ou liquida como percentagem do PIBpm. São os chamados indice da carga tributária bruta (ICTB) ou liquida (lCTL): ' Erg; WM X100 = ll-O. xiOO :19,82% PIBpm 555 97 ioo :17,480/
UL: EW × 100 = ._P/Bpm 555 X O 9.o FEB nominal e PIB real Até o momento lidamos com valores nominais ou monetários, a preços correntes do periodo. Quando comparamos esses valores em periodos diferentes, eles incorporam o aumento da inflação. Para tirarmos o efeito da inflação, precisamos desinflacionar esses valores, Contabilidade Social
137 transformando valores nominais em valores reais ou deflacionados. Daí surge a diferença entre PIB nominal e PIB real` 9.6.1 PIB nominol ou monetário O PIB nominal ou monetário é o PIB medido a preços correntes, do próprio ano; PIB 2005 = Z oos qzoos PIB 2006 = Í ooõ qzooõ PIB 2007 = Z oo7 (12007 Quando comparamos os valores do PIB
nominal ou monetário entre os três anos, não sabemos diferenciar qual parcela deve-se ao aumento de preços (p) e qual deve-se à da quan- tidade fisica (q). 9.6.2 PiraÀ rzai Para medir o crescimento do produto fisico (q), temos de supor que os preços mantivel ram-se constantes entre os três anos. O PIB real é o PIB medido a preços constantes de um
dado ano qualquer, chamado ano-base. Os preços ficam fixados nesse ano, como se a inflação fosse zerada a partir de entao. Por exemplo, se tomarmos 2005 como ano-base teremos: PIB real 2005 = X [31005 q2005 PIB real 2006 = Z pzogS qzooõ PIB real 2007 = 2 'pms noy Como se observa, só as quantidades variaram, enquanto os preços
permaneceram fixados em 2005, como se a inflação fosse zero desde então. Nota-se também que no ano-base 2005 o PIB real e o nominal são iguais. Assim, quando se compara o PIB real nos vários anos, tem-se o crescimento real, ou da produçao física e de serviços, livre do efeito da inflação. Para transformar uma série nominal em uma série real e
preciso cleflacionar a série nominal. isso pode ser feito para qualquer serie monetária (salários, impostos, custos de produção, faturamento da empresa, depósitos etc). Para tanto, e' necessário encontrar um indice de preços (deflator) que represente o crescimento da inflação no periodo. No caso do PIB, aplicamos a fórmula: marea: ' PIB nominal
indice geral de preços Como o numerador está "inflacionado'Ç parece claro que, dividindo-o justamente pelo indice de preços, estamos tirando esse componente do PIB monetário, restando apenas a componente real (q). Fundamentos de Economia 138 A Tabela 9.6 ilustra esses conceitos. Apresenta, ainda, o PIB per capita, que é o PIB totaI dividido
pela população do pais (PIB por habitante). Tabela 9.6: Produto Interno Bruto (PIB) Ano I PIB Deflator TaxašIÍ'eai's'de/v ação (%) .a preços f " 'impli-j correntesVV cito* em RS", I K V 9' População V' " ` ' ' GQ; _ f .11000 V VTaxade ' Preços cresci? constan-V 'mento tesde ' " 3 "1%1 Ç" 11 548 795 2737,0 -4,3 -3,7 -8,2 -0,8 146593 1,7 60285999 ,4167 ,
1,0 [21,41 0,3 20 "149094 I' 1,73% 640 958 768 696,0 -0,5 1,5 151547 1,6 1993;V 14097114182 19961 ,NI-'4,9 W1994 349 204 679 _000 22402 ' ' " Í hab 1990 H1991 1992 PIBpercapita V W ' 3,2 `y153 986 5,9 f 4,7 v156 431 Taxa "' real de variação 2007185) 1%) " 10827.18 -7,1_À NV"10"Í`7V"r"5fl5,16VÍ_0',7" 10523.58 ~2,2 _ 1,6'W V'10815697":
33 1,6 4,2 1132318 1995 :W705 640 892 092H 939 P, 282:; 'ff V' 32 V158 875 16 ' v'1161991 V f 26"",V 1996 843 965 631 319 199719939146616912 1998 17,1 76 4,2 3,0 1,1 3,4 -2,6 1,5 1168966 0,6 1,5 "1190296718 1,5'v 1173010 -1,5 2,7 4,8 "19995 ø f"`"'"'8;5""fí'0,3 2000 1 179 482 000 000 V > 6,2 2091V 1302136000000 2002 A2003 2004 2005
2006 2007 2,2 34 0,0 4,3 2,2 161323 26 :163780 1,1A 166 525 _ yf168754"V 3,6 , 9,0",Í "13 5,6.1Ê 40.6) 1,9! y›Í"`173 822 1477 822 000 000 10,6 2,7 6,6 _1 6999418000000" 137 "1,1A 1941498000000 8,0 5,7 2,3 :2147 239 000 000 ' (7,2 '3,2 "fpaj 2332 935 544 000 4,7 3,8 4,2 2558821348408'9741' 7541; 5.3 2,1 7,9V 21 2,9 *(4,95* 3,2 08 5.0' c'ia 7
3,8 4,7,y 15 171280 v A1,5 176 391 "178 985 181586 "184184 v186 771 V189300 í 1158559v -1,2,WV 11906.24 2,8 "15 f 1188585 "" 1,5 15'V 1,5 V V 1,4. 1,4 1,4"7 1202410 1,2 V11985.71:y -03 1248936 4,2 :12702 07 17 1299651 H ` 2,3 1351728 4,0'VH *Deflator lmplicito de Renda: obtidoa partir da divisão do PIB nominal pelo PlBreaI. Corresponde
aproximada- mente às variações do Indíce Geral de Preços (IGP). Fonte: IBGE. 9.6.3 Exercício sobre deflação Suponha que uma empresa hipotética apresente informações sobre o faturamento mensal (coluna l da Tabela 9.7) e queira saber qual a evolução do faturamento real a preços constantes de um dado mês, digamosjaneiro. Para tanto, precisa
deflacionar o faturamento nominal (a preços correntes dos respectivos meses), o que requer o conhecimento de um indice de preços, divulgado pelas instituições especializadas, como IBGE, FIPE, Dieese e Fundação Getulio Vargas (coluna 2 da Tabela 9.7). Contabilidade Social 139 l Tabela 9.7: Faturamento nominal v "Mam Faturamento Mês É
ÍndiceÍde preços (Rsmii): m> Janeiro, , Fevereirm , s , Março . . _, , o o ¡~ z 500W _, ,. 508W , 600 Maio , ,s (janeirozioo) (2) , , WÃQO., , , , . 660 102 103' e lO8 Para obter a se'rie do faturamento real, a preços constantes dejaneiro, basta dividir a colu- na l pela coluna 2 e multiplicar por lOO. Obtém-se: Tabela 9.8: Faturamento real f; (3)=l×100 __ Mês
V sfvjzz/ ' 2 z V yVÊ:filffFaturamento real Í š Í V(Vá/preços dejaneiro) ,'(Rsmrir l .Janete , VFsvsrëire . 50010,. .Moscas ,_,šQššbÇfflf' f , , ,a ,_ Março ,AbrilV - s,__ Maio 582,5 600W, óll,l Cabem duas observações quando da deflação de uma série: e escolha do índice deflatar: o indice a ser utilizado deve representar o crescimento dos preços do setor.
Assim, para deflacionar uma série agrícola, utiliza-se como deflator o ín~ dice de preços agrícolas; numa serie do setor metalúrgico, utiliza-se o indice de preços do setor metalúrgico. Nessa linha de raciocinio, para deflacionar o PIB, utiliza-se o indice geral de preços (lGP); para saber a evolução do salário real, que reflete a variação do poder
aquisitivo dos trabalhadores, utiliza-se o índice de preços ao consumidor (lPC); :› mudança da base de comparação do índice de preços: no exercicio 9.6.3, desejava-se obter o faturamento real a preços dejaneiro. E se quisermos o faturamento a preços de março, por exemplo? Basta fazer uma"regra de 3"para cada mês, dando o valor lOO para o mês
de março, e dividindo toda a série anterior pelo valor do mês de março, com base em janeiro (ou seja, 103), assim: Fundamentos de Economia Janeiro 100 :x 103:1OO Fevereiro 102:x ioazroo Março Abril 100,0 105:x 103z100 Maio 108:x 103l0 e obtém-se uma nova série para o índice, o que nos permite calcular o faturamento a preços de março, como
mostrado na Tabela 9.9: Tobelo 9.9: Foturomento reol > mudonçci de bose z Mes ,V ,, - , 1. " Faturamento f lncl ede preços , - 1. z , . f _~ (RS mil) V f mar' Janeiro i 500 Fevereiro' , 508VV Março › Abril;V ^ 1 í~ 1 Maio e Faturamento rea1 (R$mil) , ,‹ (a preços de março) ~ 514,9 5131:]V ,5.600 5,, 1,. 630y 660 _ f ` 6000,51 12,6183äzz'f ' 629,2 É
interessante observar que a alteração do mês-base afeta o valor (em RS) do faturamento real, mas não afeta a variação percentual (ou taxa de crescimento) mês a mês. Tanto com 1 base emjaneiro como em março (ou qualquer outro mês), as taxas entre um mês e outro são calculadas pela expressão: mês de referência --^-__-1 mes anterior x 100 e as
taxas serão: Tabela 9.10: Toxo de crescimento do faturamento "Mê51111 "Êf ÊífízfešÍ'f? Í yfVê'aríz-zição percentual (%)~Í Janeiro """ Fevereiro Março Desconhecida* f1 É: Í Íj -0,3 1 Abril * O exemplo não apresenta o mês de dezembro do ano anterior. 16,9 3,1 1 ' 1 Contabilidade Social 141 Dada a necessidade de utilização de indices de preços para
atuanzar Valores de demandas jurídicas, apresentamos no Apêndice uma discussão mais detalhada sobre eles, incluindo al' guns exemplos práticos. Q? Ô PIB como medido do bem-estar Muitos economistas argumentam que o PIB não mede adequadamente o bem-estar da coletividade, isto é, não reflete as condições econômicas e sociais de um país.
Ou seja: i> não registra a economia informal", > não considera os custos sociais derivados do crescimento econômico, tais como polui~ ção, congestionamentos, piora do meio ambiente etc; e não considera diferenças na distribuição de renda entre os vários grupos da sociedade. Dentro da discussão da adequação (ou não) do PIB como medida de
bem-estar, e inte- ressante observar que as Nações Unidas calculam periodicamente um índice de desenvol- vimento humano (IDH), que, além de um indicador econômico (PIB per capita), inclui dois indicadores sociais: um índice de expectativa de vida e um índice de educação. É uma média aritmética desses três indicadores, e varia de O a izquanto
mais próximo de i, maior o padrão de desenvolvimento humano do país. `= O indice de expectativa de vida (anos de esperança de vida ao nascer) indicaria indiretamente as condições de saúde e saneamento do pais. O indice de educação é uma média ponderada, composta pela taxa de alfabetização de adultos (dois terços do índice) e pela taxa de
escolaridade bruta (um terço), que e' a parcela da população em idade escolar que está estudando. Há nações com diferenças notáveis entre o indicador socioeconômico (IDH) e o pura mente econômico (PIB), principalmente os paises árabes, que apresentam alta renda per capita, mas padrão social relativamente baixo. Em 2005, de um total de i77
paises, 79 apresentavam posição IDH menor do que sua posição PIB percapita, enquanto 98 tinham posição IDH maior do que sua posição PIB per capita. Contudo, no geral, ha' uma razoável correlação do PIB per capita com o grau de desenvolvimento social de um paísJSe os paises forem classificados em iO grupos, o Brasil, por exemplo, localiza-se
no quarto grupo (países de desenvolvimento médio), tanto em termos de renda per capita como pelo IDH. '3 A economia informal é a desobediência civil às atividades formais de mercado, como a sonegação fiscal, o nãoregistro de empregados, o"cai×a 2"etc., e não se refere a atividades ilegais (quando essas são incluidas, tem-se a chamada economia
subterrânea ou economia submersa). l 142 Fundamentos de Economia As Tabelas 9.11 e 9.12 mostram os dados para o Brasil. IDH BRASIL - Tabela 9.11: IDH Brasil 2005 V f f V _, ç × V 2005 , * Esperança de vida ao nascer (anos) HW' l*Taxa de alfabetizaçao de adultos (0/9 5 anos e mais) *Taxa de escolaridade bruta no 1°, 2° e 3° graus (%) V*PIB
percaplta (dolares PPP)" f , Cleffffisflrêrp, , , floH f , f f 'I , f~ ¿ 71,7 88,6 f ' V W , , Mc, W TT f ' ' Classificaçâo À 87 5 V' 8402 67° 0800 700 ¿ Fonte: PNUD - Programa das Naçoes Unidas para o Desenvolvimento ~ Relatório 2007-8 (www, undporgbr), Tabela 9.12: IDH Brasil ~ 19752004 IDH BRASIL _- 2005 'fz f ¡DH Brasflz Ano Í ~ 1975 ,,, _M, 1980: ,
W, = ` , , :l 0640 _, ~ " 0,685; 1985 yr990* "1.995 _, , ,0100,V ., w 0,7231, , ,,,......_.,,t,,,.,.a,-_.,_, 2001 *í fšif~ífffl 2002,, , 2 l V2005 ' ., ., , W Í i y f' *_ , r , 0,753 0,789 , ,,,0'790 , ,0.192, ,,,,0'792,,., 0,800 Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD, vários anos. O Brasil está um pouco mais bem posicionado em termos de PIB percapita (conceito
"econômico"), do que pelo IDH (conceito "sócio-econômico"), mas em 2005 atingiu pela primeira vez o "status"de pais com Alto Desenvolvimento Econômico, como são classificados os paises com IDH igual ou acima de 0,800. Antes, era classificado como país com Desenvolvimento Econômico Médio (IDH entre 0,500 e 0,799). Abaixo de 0,499, estão os
paises com Desenvolvimento Humano Baixo. Pode-se concluir que, apesar de algumas limitações, a medida do PIB e' um indicador útil tanto para comparações internacionais como para medir o crescimento do país ao longo dos anos, captando o grau de desenvolvimento social e económico. Entretanto, e' sempre oportuno considerar também outros
indicadores, como grau de distribuição de renda, analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida, leitos hospitalares per capita, consumo Conta bilidade Social 143 de calorias e proteínas per capita, para que se tenha uma avaliação mais completa da real condição socioeconômica de um país` 9.8 PIB em dólares Para comparações
internacionais, .utilizamos o PIB em dólares, mas não os dolares correntes, que são muito afetados pela politica cambial de cada pais. I Por exemplo, emjaneiro de 1999, o PlB brasileiro era lde aproximadamente RS 900 bilhões, que equivalia a cerca de US$ 750 bilhões (o dólar era cotado a RS 1,20). Houve um aumento da taxa de câmbio para RS
1,80, o que reduziu o PIB do Brasil para USS 500 bilhões. Embora tenha caído o poder de compra dos brasileiros na compra de produtos impor- tados, isso não significou que o Brasil ficou 50% mais pobre (a renda interna, salarios, lucros, aluguéis não cairam em 50%). Para sanar esse problema, a ONU criou, para comparações internacionais, o
conceito de dólar PPP - purchasing power paríty, ou paridade do poder de compra, que toma como valor de referência os preços dos produtos dos Estados Unidos, assim: uss_ PPP _ PIBBmm _ Xp EUA qm, PPP _ uss_ PIBMé×i^w`ZpEuA qmm ou seja, tomam~se as quantidades produzidas em cada pais, mas não a preços desses produtos do país em
dólares (dólar corrente), mas aos preços dos Estados Unidos. Como o próprio nome diz, esse procedimento supõe que o dólar tenha o mesmo poder de compra em todos os países. Para esse cálculo, considera-se uma cesta de produtos homo- gênea, consumida em todos os países. De acordo com as Nações Unidas", em 2005.0 Brasil apresentou um PIB
de 796,1 bilhões de dólares correntes, colocando-se em 10.Q lugar, e um PlB de USS 1.5663 bilhões, em dolares PPP, colocando-se em 9Q lugar na economia mundial. Outro exemplo e' a China, que e a Áli economia em dólares correntes (USS 2.2343 bilhões), e passa para o 29 posto em termos PPP (USS 8.8149 bilhões). Significa que, nesses dois
países, amoeda -nacional está desvalorizada perante o dólar (o dólar compra mais produtos no Brasil e na China que nos Estados Unidos). '4 PNUD - Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-8. f-ipênclico Números-índices Conceito de número-índice Número-índice é uma estatística da variação de um conjunto composto por bens fisicamente
diferentes. Não haveria dificuldades se fosse o caso de conhecer a variação de preços de um úni» co bem. A necessidade da construção de índices aparece quando e' preciso saber a varia- ção conjunta de bens que são fisicamente diferentes e/ou que variam a taxas diferentes. Existem índices de preços e indices de quantidade. Os indices de preços são
mais difundidos, dada sua utilidade para deflacionar (tirar o efeito da inflação) ou inflacionar informações monetárias e para o acompanhamento da taxa de inflação. Os índices de quantidade (ou de quantum) são úteis para determinar a variação física de séries com- postas por produtos diferentes (por exemplo, o produto real). Índices de preços
Existem indices de preços por atacado (indústria e agricultura) e índice de preços de varejo (consumidor e construção civil). Até agora estivemos considerando como principal base de referência os índices de preços ao consumidor (IPC), também chamados indices de custo de vida (ICV). Contabilidade Social 145 Suponha três bens na economia e a
respectiva variação de preços entre do¡5 meses; Tobizlo 9.13: Vorioção de preço (em percentagem) ~ *Çyêfizçâ § Carne Arroz Ú . Fósforo . y-fSOl\,/lA No conjunto, quanto variou a taxa de inflação? Evidentemente, não podemos calcular uma média aritmética, pois os três bens têm pesos diferentes. Calculamos, então, uma média aritmética ponderada:
Média aritmética ponderada = 0,1 × 0,3 + 0,1 × 0,6 + 1 × 0,1 = = 0,03 + 0,06 + 0,1: 0,19 ou 19% Esse exemplo revela que, para calcular um número-índice, são necessários três componentes: a) a variação de preços no período; b) a importância relativa (ou peso relativo) de cada produto ou serviço no orçamento mensal do consumidor; c) a fórmula
de cálculo. A forma como as instituições de pesquisa determinam esses componentes e o que provoca algumas diferenças entre os indices. Apresentamos, na Tabela 9.14, um resumo dos prin- cipais índices de preços no Brasil. A necessidade de se dispor de um índice de inflação nos primeiros dias do mês, para rea- juste de contratos financeiros,
salários etc., levou à criação de índices cujo período de coleta de preços não e do dia 1Q ao ultimo dia do mês (que sÓ são divulgados cerca de 10 dias após o levantamento das informações), o que gera um fato curioso. Porexemplo, o lGP e o lGP-M sÓ se diferenciam justamente no período de coleta (o IGP-M é levantado do dia 21 de um mês a 20 do
outro, e o lGP corresponde ao mês completo). Se a inflação for crescente nos últimos 10 dias do mês (digamos abril), a inflação de abril medida pelo IGP será maior que a inflação de abril medida pelo IGP-M,já que o IGP captou a inflação desse final de mês, e o lGP-M não. Notamos que os indices diferem também na região considerada. Por exemplo, o
lPC~Fipe refere‹se apenas ao Municipio de São Paulo, o IPC-Dieese cobre a Região Metropolitana de São Paulo, enquanto os demais índices são mais abrangentes, considerando dez capitais mais o Distrito Federal. ataâ oa uma WWW oa Facutortot os eramos-as Ecomow Fundamentos de Economia 146 ƒ ,, , , f _` 'ü' ¢ fz Indice/_ lnStltLHçQeS , _
Periodo de ' zz f , coleta de '¡, ,Vyf ~ ,f x f Local'de Mês completo IGP-,Oi FGV* I\/I'êscomplewtoÍV,IU/SPe/IOÍ:v IGP-M FGV* _ Dias 21 a 20 , f familiarem z' _ ,, I f. ,, f ,¬ , ~ _ Paraquee _ , usado salarios minimos i I regiões ,f I a 40 sm. civil), ' , f ,_ Contratos` f] 'preços' por ataca- _ 'do eco'ristruçãr)y ~ _ ø _ 'a ø ›_ 5 Genérico Vi'a33 sm. (inclui regiões ` y
H _l . í, __ '1351 IPCA IBGE _ ~ pesqulsai preçosz _ ~ , Orçamento i 1; ' Tnbelo 9.14: Principais indices que acompanham os preços ` RJ/SP eiO i a 33 sm. (inclui regiões preços por ataca- ,W " Í , V ' , Contratos do e construção civil) IPC-Fipew* Mëflcompletò " SãQ Pauióf ,i azosm VCQYIUÍB'CQSAí ICVIDieese**:* Mescbrnpleto Acordos sala- São Paulo
I a 30 sm. V riais * É uma composição de três subindices: Índice de Preços por Atacado (60%), Índice de Preços ao Consumidor (30%) e Índice Nacional do Custo da Construção Civil (i 0%). ** *** W Divulga prévias de iO em iO dias. Divulgado semanalmente, considera variações quadrissemanais. Pesquisa também para famílias com renda de i a 3
salários minimos e de i a 5 salários minimos. Índices: Instituições IPCA IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IGP-Dl FGV Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna Fundação Getulio Vargas IGP»M Fipe Índice Geral de Preços do Mercado Fundação Instituto de Pesquisas Económicas ICV
Dieese ` Índice de Custo de Vida Departamento Intersindical de Estatistica e Estudos Socioeconômicos Outra diferenciação reside nas classes de renda consideradas, que e' uma informação necessária para o cálculo da importância relativa dos bens e serviços no orçamento do consu- midor. Assim, por exemplo, o INPC considera, em sua amostra, os
preços dos bens e serviços relevantes para famílias que têm renda de i a 8 mínimos, enquanto o IPCA (IPC amplo) con- sidera famílias com renda de i a 40 salários mínimos. Obviamente, a escolha das classes de ConwbflmadeSodal 147 renda da amostra fara' com que os pesos relativos dos itens componentes do indice Sejam significativamente
diferentes. Por exemplo, o item "alimentação" tem peso maior nos índices que incluem mais classes com renda menor. Interpretação de uma série de um número-índice As séries de índices divulgados tem sempre um mês~base (ou ano) iguala 100, Todos 05 demais valores da série devem'ser comparados com o valor do mês-base. Suponhamos uma
serie de um índice hipotético, com base em janeiro: Tabela 9.15: Índice de preços Mês f 'f V- ~ f ~ Fevereiro' ` "f `Abrir. ~_Í fv¡ :Índicede Dreços(base:janeiro) .f V 1 I ~ ff'z;¿y Maio ' _, M HiZQv , m V 152 V _1; ç É l77 Assim, os preços cresceram 20% em fevereiro, o que é a taxa de inflação do mes. Agora, em março, o valor do indice (i 38) indica que
os preços cresceram 38% em relação a janeiro, mas não indica a taxa de inflação de março, que deve ser calculada sobre o mês anterior (fevereiro) da seguinte forma: äšâ- - i =O,i 5 ou 15%, em valores percentuais A mesma interpretação vale para os meses seguintes. Ou seja, o indice representa uma estimativa do nível de preços do mes, e não da
taxa de variação. Normalmente as publicações especializadas trazem as duas series (a do indice e sua taxa de variação). Exemplo de atualização de uma dívida No item 9.6.3, foi apresentado um exemplo de como deflacionar, ou seja, retirar o efei» to da inflação de uma se'rie expressa em valores correntes, que e a utilização mais usual de números-
índices. Embora existam tabelas de atualização de dividas, julgamos interessante apresentar alguns exemplos. 148 Fundamentos de Economia êxemplo 1 Suponhamos que em 10/2/2001 A. ingressou em juizo pedindo a tutela jurisdicional para cobrar divida de B., representada por nota promissória, com vencimento em 31/1/2001, no valor de R$
50.000,00. Ojuiz prolatou sentença em 31/10/2001, condenando B. a pagar a diví- da atualizada em 24 horas. Qual o valor que A. deve receber? Para atualizar o valor da dívida, é usual tomar-se o lGP-Dl (índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), calculado pela FGV~RJ, publicado na Revista Conjuntura Econômica e reproduzido a seguir:
Tabela 9.16: lGP~Dl Base: agosto de 2001 = 100 Janeiro/2001 93,5694 Março/2001 94,6404 Maio/2001 Junho/2001' 96,1285 V 7 , › _~ 9911043 Julho/2001 Setembro/2001 100,3816 bro/2001 2;' Novembro/2001 1 ,à f M í f V' * ` ~ * '- O i 1026114 102,7943" Deve-se levar em conta a inflação de fevereiro de 2001, pois o titulo de crédito teve seu
vencimento em 31/1/2001, e também a inflação do rnês de outubro, uma vez que a sentença condenatória foi prolatada em 31/10/2001. Tem~se que a inflação acumulada de fevereiro a outubro de 2001 foi; 101,0407 -1 = 0,021964 OU 2,1964% 98,8757 isto é, o indice apurado em outubro dividido pelo índice calculado em janeiro. O resultado dessa
divisão menos a unidade indica a taxa de inflação do período fevereiro a outubro de 2001. Corn a taxa de inflação acumulada e o valor da divida em 31/10/2001, calcula-se o valor atual da dívida fazendo-se os seguintes cálculos: a) RS 50.000,00 vezes 2,31964% = R$1.098,22; Contabilidade Social 149 b) esse valor e' somado a dívida inicial de RS
50.000,00, gerando O valor de RS 51.098,22, que corresponde à dívida atualizada. Em atualizações de valores muito antigos, dois pontos devem ser observados. Primeiro, tornar cuidado com as constantes alterações do valor da moeda nacional. Por exemplo, em açõesjudiciais com inicio anterior à implantação do Plano Real, em lQ dejulho de 1994, os
va~ lores em cruzeiros reais, para passar para reais, têm de ser divididos por 2.750. Segundo, tornar cuidado ainda ao utilizar números diferentes de uma mesma revista, pois podem ter bases diferentes, mesmo se tratando de um sÓ indice. Por exemplo, a Fundação Getulio Vargas, que publica a revista Conjuntura Econômica, altera o mês~base de
comparação de seus índices a cada dois anos. Nesse caso, a atualização deve ser feita por etapas, tantas quantas forem as alterações ocorridas. Questões paro revisão 1. Mostre como opera o fluxo circular de renda e como surge a identidade entre as três Óticas de medição do resultado da atividade econômica de um pais, conforme a contabilidade
social. Sobre o setor de formação de capital, na contabilidade social; a) Defina poupança agregada e investimento agregado, e mostre a identidade entre ambos. b) Quais os componentes do investimento agregado? A compra de ações constitui um investimento no sentido macroeconômico? c) Defina depreciação de ativos fixos, investimento bruto e
investimento liquido. . Com relação ao setor governo: a) Em que se constituem a receita fiscal e os gastos do governo, na contabilidade social? b) Defina produto nacional a preços de mercado e renda nacional a custo de fatores. c) Defina carga tributária bruta e carga tributária liquida. ›_ Quanto ao setor externo, na contabilidadesocial:vy a) Defina
renda liquida ao exterior, produto nacional bruto (PNB) e produto interno bruto (PIB). b) No Brasil, a renda enviada supera a renda recebida do exterior. Qual o maior: o PNB ou o PIB? 5. Conceitue PIB real, PIB nominal e deflação. W i WMM 4 wàzwf , M fl" WW 152 Fundamentos de Economia Desde então, o grande paradigma da teoria

macroeconômica tem sido a questão do grau de intervenção do Estado na atividade econômica, que é provavelmente o maior divisor entre as correntes de pensamento econômico (neoliberais ou monetaristas, fiscalistas ou keynesia~ nos, estruturalistas e marxistas, entre outros), como veremos mais adiante. Essa parte do estudo econômico é denominada teoria de determinação do equilíbrio da renda nacional, ou modelo keynesiano básico, que se divide em lado real (mercado de bens e serviços e mercado de trabalho) e lado monetário (mercado monetário e de titulos). Neste capitulo discutiremos o lado real; no próximo, o lado monetário. Antes de prosseguir, entretanto, é oportuno destacar novamente a diferença entre a abordagem da contabilidade social e a utilizada na teoria macroeconômica. A contabilidade social trabalha com informações efetivas, reais, quejá se realizaram . Com esses dados, são calculados os valores do produto nacional, do consumo, do investime nto e dos de- " mais agregados macroeconórnicos. Já a Macroeconomia preocupa-se em formular proposiç es de politica econômica para atuar sobre os valores previstos ou planejados das variáveis globais. Em outras palavras: a contabilidade social trabalha com valores ex post (após ocorrerem), enquanto a teoria macroeconômica lida com valores ex ante (antecipados, antes de ocorre- rem). Quando se fala em consumo, poupança, investimento, na contabilidade social, são os valores realizados (ex post); para a teoria macroeconõmica, são os planejad os (ex ante). 'm2 Hippiteses do modelo básico 10.2.1 Economia com desemprego de recursos (subemprego) O modelo macroeconômico básico foi criado por Keynes a partir da crise dos anos i930, periodo em que a taxa de desemprego alcançou valores elevados não só nos Estados Unidos, mas também em todos os paises da Europa Ocidental. O modelo keynesiano supõe a existência de desemprego, ou seja, que a economia esteja em equilibrio abaixo do pleno emprego, produzindo abaixo de seu potencial: as empresas estão com capacidade ociosa e uma parcela da força de trabalho esta' desempregada'. Existem várias definiçöese tipos de desemprego na literatura económica. Neste capítulo, utilizamos o conceito de desemprego keynesiano, que se refere a insuficiência de demanda agregada em relaçãoà produção (oferta) de pleno emprego. Há outras definições: › desemprego estrutural ou tecnológico: o desenvolvimento tecnológico do capitalismo leva ao desemprego de › › trabalhadores, pois é capital intensivo e marginaliza a mãodeeobra. É também chamado de desemprego marxista ("os trabalhadores devem formar um exército de reserva, tomar o poder e impora ditadura do proletariado'); desemprego friccional: ocorre devido à mobilidade transitória da mão-de-ob ra. Por exemplo, trabalhador que vem do interior para a capital a procura de emprego. É também chamado de taxa natural de desemprego; desemprego disfarçado: quando a produtividade marginal da mao-de-obra e' zero. Por exemplo, numa agricultura de subsistência, a transferência de trabalhadores do campo para as cidades praticamente não diminui a produção agricola. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 155 10.2.2 Nível geral de preços constante Como a economia está eml desemprego, não há razões para as empresas elevarem 05 preços de seus produtos, num eventual aumento da demanda. Ou seja, supõezse que as empresas, quando estimuladas por um aumento de demanda por seus produtos, procurarão elevar sua produção, e não os preços, porque estão com capacidade ociosa, e existem muitos trabalhadores disponiveis, a custos relativamente baixos. Em decorrência dessa hipótese tem-se que todas as variáveis monetárias do modelo que veremos a seguir são, ao mesmo tempo, variáveis reais, pois os preços estão fixados. 10.23 Curto prazo O modelo basico analisa a teoria de determinação da renda no curto prazo, ou seja, analisa o papel das politicas macroeconômicas na estabilização do nivel de atividade e emprego, e do nivel de preços. Como vimos na teoria da produção, em Economia o curto prazo e definido como o período em que pelo menos um fator de produção permanece constante. SupÕe-se que o estoque de fatores de produção (como mão-de-obra, capital e tecnologia) não se altera no curto prazo: o que se modifica é apenas o grau de utilização desse estoque. Por exemplo, pode existir um "estoque"de 80 milhões de trabalhadores disponíveis, mas iO% não estão empregados. O objetivo fundamental da política econômica nesse modelo é a criação de empregos para esses 10% de trabalhadores desempregados. 10.2.4 Oferta agregada potencial fixada a curto prazo A oferta agregada de bens e serviços (OA) é o valor total da produção de bens e serviços fi~ nais colocados a disposição da coletividade num dado periodo. É o próprio produto real, ou PIB. A oferta agregada varia em função da disponibilidade de fatores de produção: mão-de-obra (força de trabalho ou população economicamente ativa), estoque de capital e nivel de tecnologia. É interessante distinguir oferta agregada potencial e oferta agregada efetiva ou real. A oferta agregada potencial refere~se à produção máxima da economia, quando os fatores de pro- dução estão plenamente empregados (toda a população economicamente ativa está empre- gada, não há capacidade ociosa, a tecnologia disponivel está sendo plenamente utilizada). A oferta agregada efetiva refere-se a produção que está sendo efetivamente colocada no mercado, o que pode ocorrer sem que os fatores de produção estejam sendo plenamente empregados. Ou seja, a produção pode atenderà demanda desejada pelo mercado, mesmo apre- sentando capacidade ociosa, desemprego de mão-de-obra etc. Evidentemente, a oferta agre~ gada efetiva será igual a potencial quando os recursos estiverem plenamente empregados. Fundamentos de Economia 154 Como a teoria keynesia'na supõe curto prazo e, portanto, fatores fixos de produção, a ofer- ta agregada potencial permanece constante no curto prazo. A oferta agregada potencial só se altera se houver alterações na quantidade fisica de fatores de produção ou no nível de tecnologia. Contudo, a produção efetiva (oferta agregada efetiva) pode estar abaixo do pleno emprego, e pode ser alterada em função de mudanças na demanda do mercado. 10.2.5 Princípio do demondci efetivo A demanda ou procura agregada de bens e serviços (DA) é a soma dos gastos planejados dos quatro agentes macroeconômicos: despesas das familias com bens de consumo (C), gas~ tos das empresas com investimentos (I), gastos do governo (G) e despesas líquidas do setor - externo (X M), isto é: DA=c+/Í+G+(x-M) lembrando que Xsäoas exportações e M, as importações. Uma vez que a oferta agregada potencial não se altera no curto prazo, dados os estoques de fatores de produção, as alterações do nível de equilibrio da renda e do produto nacional devem-se exclusivamente as variações da demanda agregada de bens e serviços, em outras palavras: as flutuações da demanda agregada são as responsáveis pelas variações do pro- duto e da renda nacional no curto prazo` Esse é o chamado principio da demanda efetiva? Assim, numa situação de desemprego de recursos, a política econômica deve procurar elevar a demanda agregada, o que permitiria às empresas recuperar sua produçao potencial e restabelecer os niveis de renda e emprego. Embora a elevação da demanda agregada possa se dar por meio de políticas que estimulem o consumo, o investimento privado e as exportações, Keynes enfatizava o papel dos gastos do governo para que a economia saísse mais rapidamente da crise de desemprego. De fato, a demanda agregada (global) e realmente mais sensível, e responde mais rapidamente aos instrumentos de politica econômica. Já a resposta da oferta (produção) agregada é mais lenta, pois depende'da disponibilidade de recursos, da infra-estrutura, ambiente de negócios, etc3. 2 O princípio da demanda efetiva, que prioriza o papel da demanda agregada na condução de políticas macroeconômicas, inverteu completamente a crença que prevalecia até então, segundo a qual "a oferta cria sua própria procura", a chamada lei de Say. Como vimos no Capítulo 2, segundo o francês Jean-Baptiste Say, a produção das empresas transformar-seia automaticamente em renda dos trabalhadores e capitalistas, que seria gasta na compra de bens e serviços. Ele tinha como suposição que as pessoas não especulavam com a moeda, por isso só lhes restava gastar a renda que recebiam. De fato, quando foi criado esse conceito, praticamente não existia o mercado de capitais, e tudo o que as pessoas recebiam, elas gastavam. O modelo keynesiano no fundo e' um modelo que enfatiza fundamentalmente o papel da demanda agregada. A oferta agregada ficou relativamente negligenciada pela teoria macroeconômica até a ocorrência da crise do pe- tróleo em 1973, que popularizou a expressão"choque de oferta". O aumento dos preços do petróleo, ao elevar os custos de produção, provocou uma retração nas atividades econômicas e a conseqüente escassez da oferta de bens e serviços em muitos paises. Determinação da Renda e do Produto Nacional Mercado de Bens e Serviços 155 11.3 O equilibrio moctoeconômico As observações anterioresl revelam que existe uma diferença entre produto ou renda de» equilibrio e produto de pleno emprego. Vimos que a renda de pleno emprego ocorre quando todos os recursos produtivos disponiveis estão empregados e a economia está produzindo com plena capacidade. A renda de equilibrio ou renda efetiva é determinada quando a oferta agregada iguala a demanda agregada de bens e serviços. Isso pode ocorrer abaixo do pleno emprego, significando que a produção agregada, apesar de abaixo de sua capacidade potencial, atende as necessidades da demanda. É uma situação tipicamente keynesiana, com equilíbrio macroeconômico com desemprego, ou equilibrio abaixo do pleno emprego. Desse modo, o objetivo da politica econômica, no modelo keynesiano, é encontrar o equilíbrio a pleno emprego, ou seja, fazer o equilíbrio entre oferta e demanda agregadas coincidir com a renda ou produto de pleno emprego. Corno a oferta agregada é fixada no curto prazo, a política económica deve se concentrar em elevar a demanda agregada, por meio de instrumentos que proporcionem aumento dos gastos em consumo, investimento, gastos do governo, elevação das exportações acima das importações etc. 10.3.1 flnólise gráfico A situação de equilíbrio macroeconômico pode ser ilustrada por um diagrama. Na análise microeconômica, e' usual utilizar um diagrama com preço e quantidade de uma ou mais fir« mas nos eixos cartesianos; na teoria macroeconômica, os valores são agregados: nivel geral de preços e produto real, como na Figura lili. Figure 10.1:`Oferto e demondo ogregodos. Nível geral de preços Oferta agregada de bens e serviços ii (OA) Demanda agregada i de bens e serviços l (DA) _g Renda (Produto) Nacional Real V .'56 Fundamentos de Economia A curva de demanda agregada é negativamente inclinada (como na Microeconomia), revelando uma relação inversa entre produto (renda) real e nível geral de preços, pois como: _ Produto nominal (monetário) Produto rea/ = m Nível geral de preços supondo o produto nominal dado, se o nivel de preços se eleva, o produto real se reduz (inversamente: se os preços caem, o produto real se eleva). Já o formato da curva de oferta agregada depende cla hipótese sobre o nível de produto corrente da economia: a» economia com desemprego de recursos (trecho horizontal nas Figuras iO.i e 10.2): situação em que as empresas estão operando com capacidade ociosa. Se houver algum estímulo de demanda (DAO para DAI), as empresas preocupar-se-äo em aumentar a produção e as vendas (RNO para RNI), e não seus preços (que permanecem constantes' em Po); a» economia com pleno emprego de recursos (trecho vertical): situação em que as em~ presas operam com capacidade máxima. Qualquer aumento de demanda (DA3 para DA4) provocará apenas aumento do nível geral de preços (P3 para P4). A produção não pode ser aumentada no curto prazo, pois não há recursos ou fatores de produção disponiveis, por estarem plenamente utilizados; a economia com alguns setores em desemprego e outros em pleno emprego (trecho intermediário na Figura 10.2). Aumentos da demanda geram aumentos tanto no pro- duto quanto no nivel de preços. Figura 10.2 Nivel geral de prÍços Nivel geral de pÃeços OA OA P4 ----------------- P ° r : I I I : i i DAO I I q1 Renda *k_l-*M nacional RNO _ RN1 real DAS z ` RNPlenuemprego Renda > nacional real Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 157 Simplificando a análise, vamos considerar apenas as duas situações extremas - economia corn desemprego de recursos e com pleno emprego de recursoe acordo com as hipóteses do modelo basico, a economia encontra-se numa situação de equilibrio Com de- . semprego na posição O na Figura 10.3. Figure 10.3: Equilibrio mocroeconômico. Nível geral de preços OA A O 1 I I l I I I l l I I I I l DA,a : ' ' Renda Renda de de pleno equilibrio entre OA e DA emprego (no ponto O) DA1 Renda > nacional real O objetivo da politica econômica é elevar a demanda agregada até o ponto i, quando a economia estará em equilibrio de pleno emprego. Nesse ponto, a renda nacional de equilíbrio é a própria renda de pleno emprego, ou seja, a oferta agregada efetiva e' a própria oferta agregada potencial de pleno emprego. No Apêndice A deste capítulo, apresentamos a determinação da renda nacional de egui' Iibrio na forma algébrica. Ainda neste capítulo, exploraremos com maior detalhamento os instrumentos de políti- ca fiscal mais adequados para levar a economia ao equilíbrio de pleno emprego. Nos capi- tulos seguintes, verificarernos os demais instrumentos. Contudo, antes, cabe explorar mais detidamente as variáveis componentes da demanda agregada, em especial o consumo, a poupança e o investimento agregados. 'ii .4- Comportctmento dos agregados mdcroeconômicos no merecido de bens e serviços Para a atuação eficaz das políticas macroeconômicas, torna-se necessário tentar estabe- lecer relações funcionais, de causa e efeito, entre os grandes agregados, isto é, que fatores Fundamentos de Economia afetam seu comportamento. Ao conseguir estabelecer essas relações, as autoridades econô- micas poderão ter melhor visao de como agir sobre as variáveis agregadas e aplicar-lhes os instrumentos de política económica. Essas relações entre variaveis macroeconômicas devem ser relativamente estáveis e regu- lares, isto é, ser válidas tanto na expansão como na recessão económica, de forma a permitir as autoridades maior margem de previsibilidade para seu comportamento. 10.4.1 Consumo agregado O consumo global de um país é influenciado por uma série de fatores, tais como: renda nacional, estoque de riqueza ou patrimônio, taxa de juros de mercado, disponibilidade de. credito, expectativas sobre a renda futura e rentabilidade das aplicaçoes financeiras. Os estudos empíricos (estatísticos) mostram, entretanto, que as decisões de consumo da ‹ coletividade são influenciadas fundamentalmente pela renda nacional disponivel, que pode ser definida como a renda nacional deduzidos os impostos. A renda disponível é a parcela da renda que os consumidores podem gastar (ou poupar) livremente. Há uma relação diretamente proporcional entre a renda disponível e o consumo da coletividade. É possível expressar essa relação assim: C=ƒ(RND) em que: C = consumo agregado; RND = renda nacional disponível. Um conceito importante, criado por Keynes, é o de propensão marginal a consumir, que e a variação esperada no consumo decorrente de uma variação na renda disponível. Ou seja, é a propensão que a coletividade tem ao consumo, dada uma variação na renda: Propensão marginal Variação no consumo agregado AC `a consumir _ Variação na renda nacional disponivel _ ARND Por exemplo, uma propensão marginal a consumir igual a 0,8 indica que, dado um aumento na renda nacional disponivel de S iOO milhões, o consumo aumentará em 0,8 de S lOO milhões, isto é, S 80 milhõesf. Existe também Ó conceito de propensão média a consumir, que é o nível (não a variação) de consumo sobre o nível de renda disponível. A propensão marginal a consumir refere-se a variação (à "margem') do consumo, dada uma variação na renda Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 159 10.4.2 Poupança agregado A poupança é a parte residual da renda nacional disponivel, ou seja, a parcela da renda nacional que não é gasta em bens de consumo. Ela pode ser assim expressa; S = ƒ(RND) em que: 5 = poupança agregada; RND = renda nacional disponível. Define-se também a propensão marginal a poupar, que é a relação entre a variação da poupança e a variação da renda disponível. Assim como a propensão marginal a consumir, a propensão marginal a poupar também guarda uma relação diretamente proporcional com a variação da renda nacional disponivel. No exemplo anterior, a propensão marginal a poupar e' igual a 0,2, significando que, de cada acréscimo da renda, as famílias no agregado destinam 20% à poupança e 80% ao consu mo. A partir de séries estatisticas de consumo, poupança e renda nacional disponível, e' pos» sível calcular essas relações, que são de grande utilidade para a política e a programação econômica. Os estudos revelam que os paises mais pobres apresentam propensão marginal a poupar menor (e propensão a consumir maior) que os países desenvolvidos. Ou seja, a po- pulação dos paises mais pobres tendem a gastar, no conjunto, a quase totalidade da renda gerada em bens de consumo, com pequena margem para poupança. 10.4.3 Investimento agregado Investimento e' o acréscimo ao estoque de capital que leva ao crescimento da capacidade produtiva (construções, instalações, máquinas, dentre outros). Na teoria macroeconómica, ele pode ser interpretado sob dois ângulos: no curto prazo e no longo prazo. No curto prazo, o investimento é visto pelo lado dos gastos necessários para a ampliação da capacidade produtiva. Já a produção ou ofertaagregada serão afetadas somente no longo prazo, uma vez que sempre decorre certo período de tempo entre os gastos incorridos para ampliação da capacidade produtiva e o aumento efetivo da quantidade produzida (isto e', até a maturação do investimento). Ou seja, no curto prazo o investimento afeta apenas a demanda agregada. O investimento é a principal variável para explicar o crescimento da renda nacional de um país. Entretanto, apresenta grande instabilidadefpois seu comportamento e' de dificil previsão, por depender de fatores não apenas econômicos, mas também das expectativas quanto ao futuro, ambiente de negócios, etc. i 160 Fundamentos de Economia Em linhas gerais, pode-se dizer que o investimento agregado é determinado por dois fatores básicos: a taxa de rentabilidade esperada e a taxa dejuros de mercado. A taxa de rentabilidade esperada ou taxa de retorno é calculada a partir da estimativa do re- torno liquido esperado pela aquisição do bem de capital. Esses valores são calculados, em mate» mática financeira, pelo valor presente ou valor atual dos retornos futuros (ou seja, da renda espe- rada ao longo da vida útil do capital físico, descontam~se a taxa de inflação futura e os custos de manutenção e depreciação previstos). A taxa de rentabilidade esperada e também chamada, na literatura econômica, de eficiência marginal do capitais. Quanto maior a rentabilidade esperada dos projetos, maiores serão as inversões das empresas na ampliação da capacidade produtivas. O investimento tem uma relação inversamente proporcional com as taxas de juros de mercado. Se a empresa já dispõe de capital próprio, a taxa de juros representará quanto a empresa ganharia se, em vez de investir em suas instalações, aplicasse o dinheiro no mercado" financeiro. Se a empresa precisa tomar emprestado, por exemplo, para comprar equipamen~ tos ou ampliar suas instalações, a taxa de juros de mercado representa para ela o custo do i empréstimo. Nas duas situações, quanto maior a taxa de juros de mercado, menores os investimentos em bens de capital. V Para a tomada de decisões sobre as despesas de investimento, o empresário compara, então, as duas taxas: i> sea taxa. de retorno superar a taxa dejuros de mercado, ele investirá na compra de bens de capital; e se a taxa de retorno for inferior à taxa dejuros de mercado, ele não investirá, preferindo direcionar seus recursos em aplicações financeiras. A demanda de investimentos também pode ser afetada pela disponibilidade de fundos de longo prazo, o que depende, em última análise, do desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais do pais. 'lOB Vozomentos o lnjeções do Rendo Nocíonol Considerando que o fluxo básico de renda é o que se estabelece entre famílias (proprietários dos fatores de produção) e empresas (unidades produtoras), o nivel de renda nacional dependerá de vazamentos e injeções nesse fluxo. Rigorosamente, a eficiência marginal do capital e' a taxa de desconto que iguala o valor presente do fluxo de rendas líquidas esperadas na compra de um bem de capital a seu preço de custo (ou de aquisição). Estamos nos referindo basicamente ao investimento em bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações) das empresas. Existem também os investimentos em moradias, que dependem das condições de financiamento e das taxas dejuros de mercado, e os investimentos em estoques, que dependem também das taxas dejuros e das oscilações de mercado. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 161 Ocorrem vazamentos de renda quando parcela da renda recebida pelas famílias (salários. juros, aluguel e lucros), não é gasta com as empresas nacionais. É o que acontece com a poupança agregada, os impostos pagos ao governo e as im portações: Vazamentos = Poupança Agregada + Total de Impostos + Importações Por outro lado, as injeções de renda são todos os recursos que são injetados no fluxo básico, e que não e originado da venda de bens de consumo às familias no periodo É o caso dos novos investimentos, gastos públicos e exportações: Injeções = Investimento Agregado + Gastos Públicos + Exportações Portanto, quando: Injeções > Vazamentos ~à a renda nacional está crescendo Injeções < Vazamentos -› a renda nacional está em queda Injeções = Vazamentos -› a renda nacional está em equilíbrio7 'l o Q multiplicador keynosiono de gostos Um dos principais conceitos criados por Keynes foi o do multiplicador de despesas ou gastos. Ele mostra que, se urna economia estiver com recursos desempregados, um aumento na demanda agregada provocará um aumento da renda nacional mais que proporcional ao aumento da demanda. Isso ocorre porque, numa economia em desemprego, abaixo de seu produto potencial, qualquer injeção de despesas, seja por gastos com consumo, seja por investimento ou por exportações, mas principalmente pelas despesas do governo, provoca um efeito multiplicador nos vários setores da economia. O aumento de renda de um setor significará que os assalariados e em presários desse setor gastarão sua renda em outros setores (por exemplorcom alimentação, vestuário e lazer), que, por sua vez, gastarão com outros bens e serviços, e assim continuamente. Suponhamos que o governo resolva gastar, por exemplo, S lOO milhões em estradas, hos- pitais e escolas. Ele contratará construtoras, que aumentarão a produção da construção civil nesse valor. isso se transformará em renda dos trabalhadores e capitalistas do setor de cons- trução civil, que, por sua vez, gastarão com, digamos, alimentos e vestuário. Esses gastos dependerão das propensões marginais a consumir e a poupar. Supondo a propensão a consumir igual a 0,8 e a propensão a poupar igual a 0,2, os trabalhadores e capitalistas da construção civil gastarão S 80 milhões com alimentos e vestuário, poupando S 20 milhões. A produção de alimentos e vestuário elevar-se-á em S 80 milhões, e será trans7 Portanto, o equilibrio da Renda Nacional pode ser definido tanto quanto a oferta agregada é igual à demanda agregada de bens e serviços, como em termos da igualdade entre vazamentos e injeções. 162 Fundamentos de Economia ` formada em renda (salários; lucros) dos trabalhadores e empresários dos setores de alimentos e vestuário. Com a propensão a consumir agregada de 0,8, esses, por sua vez, gastarão $ 64 milhões (80% de S 80 milhões) com, digamos, lazer. O setor de lazer recebera' um incremento de renda de S 64 milhões, e o processo'continuará. Evidentemente, tende a se encerrar, pois a propensão a poupar limita esse mecanismo: em cada etapa, "vazam"20% da renda adicional. Ao final desse processo ocorrerá um acréscimo da renda e produto nacionais muito supe- rior ao gasto inicial de S iOO milhões. _ Como se observa, essa multiplicação dependerá das propensões marginais a consumir e a poupar: quanto maior a propensão a consumir da coletividade, maiores os gastos com bens e serviços, em cada etapa, e maior o efeito multiplicador; maior a propensão a poupar, menor o multiplicador. O multiplicador keynesiano (k) costuma ser expresso genericamente como: k _ ARN ADA _ variação da renda nacional a variação da demanda agregada Os mais conhecidos são o multiplicador dos gastos de investimentos (kl) e o de gastos de governo (kG), iguais a: kl z ARN AI ARN kG _ AG z variação da rena'anaciona/ variação dos gastos de investimentos variação da renda nacional z variação dos gastos do governo Se, no exemplo anterior, o multiplicadorfosse igual a 5, o aumento inicial de gastos do governo de S iOO milhões levaria a um aumento da renda nacional de S 500 milhões (5 >< iOO milhões). Entretanto, deve~se observar que: a) o multiplicador também tem um efeito perverso: se os gastos caírem em S iOO milhões, a renda cairá num múltiplo de S iOO milhões (no exemplo anterior, S 500 milhões). Os multiplicadores de tributos e de importações são negativosjá que representam vazamentos do fluxo de renda; b) supõe-se que a economia esteja operando abaixo de seu potencial, ou seja, com de~ sem prego. Em todas as etapas do processo, os setores sempre responderão ao estímulo de recursos com aumentos de produção. Parece claro que, se os setores estivessem operando à plena capacidade, uma injeção adicional de recursos só levaria ao aumen- to de preços, não do produto, podendo detonar um processo inflacionário. No Apêndice'B deste capitulo, mostramos como o multiplicador keynesiano é determina- do algebricamente. Determinação da Renda e do Produto Nacional Mercado de Bens e Serviços 163 'im eairiiza riscar, infração a daszmpmga Nesta seção, veremos como podem ser aplicados os instrumentos de politica fiscal para reclu› zir inflação e desemprego. Trataremos de política fiscal pura, que é a aplicação de políticas tributárias ou de gastos públicos independente de políticas monetárias, ou seja, não nos preocuparemos com as implicações monetárias dessas políticas (o que sÓ será feito no próximo capitulo). 10.7.1 Economia com desemprego de recursos Como já observamos, o modelo macroeconômico básico, ou keynesiano, preocupa-se mais com a questão do desemprego de recursos, quando a economia está operando abaixo de seu potencial, ou pleno emprego. Essa situação também e' denominada hiato deflacionário, que e' a insuficiência da demanda agregadaem relação à produção de pleno emprego. A questão básica, nesse caso, é como tirar a economia do desemprego. Lembrando que a produção agregada potencial, de pleno emprego, não se altera no curto prazo, a política económica deve recair sobre os elementos da demanda agregada, que precisará ser elevada, para que todo o produto potencial da economia possa ser comprado. Isso pode ser feito com os seguintes instrumentos de politica fiscal: a) aumento dos gastos públicos; b) diminuição da carga tributária, estimulando as despesas de consumo e de investimento; c) subsídios e estímulos às exportações, que elevam a demanda do setor externo pela produção interna; d) tarifas e barreiras às importações, que protegem a produção nacional da concorrência externa. O governo pode também aumentar a demanda agregada e manter o orçamento publico equilibrado. Mostra-se, pelo chamado teorema do orçamento equilibrado, que, numa situa` ção de desemprego, se os gastos públicos forem elevadosno mesmo montante da arrecada~ ção fiscal, a renda nacional aumentará nesse mesmo montante. isso ocorre devido à diferença exercida pelos gastos públicos e pelos impostos sobre a demanda agregada. Um aumento nos gastos, por exemplo, de S lOO milhões aumenta imediatamente a demanda agregada nesse montante, enquanto um aumento de impostos nesse mesmo valor não reduz a demanda agregada em S lOO milhões, porque os consumidores não reduzirão seu consumo nesse valor, pois parte do imposto será pago com sua poupança, e não pela redução do consumo. Supondo uma propensão marginal a consumir igual a 0,8, o consumo agregado diminuirá em S 80 milhões, e não em S lOO milhões. Ou seja, um aumento nos gastos do governo no Fundamentos de Economia 164 mesmo valor dos impostos (S iOO milhões) ainda permitirá um aumento da demanda agre- gada e da renda nacionalem S 20 milhões num primeiro momento. Se levarmos em consi~ deração o efeito multiplicador nos momentos seguintes, prova~se8 que o aumento da renda ‹ nacional chega aos S iOO milhões, ou seja: Aumento dos gastos públicos = Aumento da tributação = Aumento da renda nacional = $ 100 milhões 10.7.2 Economic: com inflação Embora o arcabouço teórico criado por Keynes esteja baseado em uma situação de de~ semprego, ele pode ser aplicado, mutatis mutandi, para uma conjuntura inflacionária. O hiato inflacionário ocorre quando a demanda agregada de bens e serviços supera a ca- pacidade produtiva da economia. Ou seja, a procura agregada está muito aquecida, e a oferta de bens e serviços não tem condições de acompanha-la, o que leva à elevação dos preços. Trata-se de um diagnóstico de inflação de demanda. Nesse caso, os instrumentos de politica fiscal seriam: a) diminuição dos gastos públicos; b) elevação da carga tributária sobre bens de consumo, desestimulando os gastos em consumo; c) elevação das importações, pela redução das tarifas e barreiras, o que aumentaria o grau de abertura da economia para produtos estrangeiros, acirrando a competitivida- de, inibindo elevações de preços internos. O aumento da carga tributária deve sempre preservar, na medida do possível, os investimentos e as exportações, mesmo numa conjuntura inflacionária, sob o risco de comprometer a produção futura e de perder mercadosjá conquistados. Ressalte-se que essas medidas antiinflacionárias devem ser aplicadas dentro de um I diagnóstico de inflação de demanda. Se houver inflação de custos, isso significa que a produção está abaixo do pleno emprego, pois, como veremos mais tarde, a inflação de custos, ou de oferta, deveese ao aumento dos custos de produção, que retrai a produção agregada. Nesse caso, politicas de contenção da demanda agregada apenas rebaixarão ainda mais o nível de produção, aprofundando a crise de desemprego. No capítulo seguinte, discutiremos como os instrumentos de politica monetária podem ser utilizados para debelar inflação e desemprego. E, no Capitulo i2, veremos os instrumentos de politica comercial e cambial dentro desses mesmos objetivos. a Essa prova pode ser encontrada, por exemplo, em VASCONCELLOS, M. A. S. Economia micro e macro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Êpendice lã Determinação dci tendo nocionol de equilíbrio: análise olgébrico O modelo macroeconômico básico, ou modelo keynesiano, pode ser formalizado ma- tematicamente como segue. A renda nacional de equilíbrio (RN) é determinada pelo encontro da oferta agregada (OA) com a demanda agregada de bens e serviços (DA): OA = DA A oferta agregada é o próprio produto ou renda nacional: oA = R/v e a demanda agregada é dada por: DA=C+I+G+ (X-M) em que Césa despesa com bens de consumo, I, os gastos das empresas com investimen~ tos, G, os gastos do governo, X, as exportações e M, as importações agregadas A condição de equilíbrio, isto é, o valor da RN que equilibra a oferta e demanda agre~ gadas, e' determinada a partir da igualdade: ' RN=C+I+G+(X-M) Um exemplo numérico mostra como a RN é determinada. Suponhamos uma economia a dois setores (sem governo e setor externo) e que a estimativa da relação entre consumo e renda seja dada pela equação: C==10+0,8RND em que RND é a renda nacional disponível (renda nacional menos o total dos tributos). / fm: \ Fundamentos de Economia 166 Note que a função de consumo C é uma relação crescente, com inclinação igual a 0,8, e intercepto igual a iO. Suponhamos ainda que o investimento seja igual a 5 e, apenas para simplificar, não de~ penda de variações da renda nacional. Vimos que a condição de equilibrio é igual a: OA = DA ou RN=C+I+G+(X-M) Substituindo i C = 10 + 0,8 RND I=`5 na condição de equilíbrio, e lembrando que, por simplificação, G = O, X = O, M = O e T: O (com o que a renda nacional disponível RND = RN- Ttorna-se igual à renda nacional RN), segue que: RN=10+0,8RN+5 RN=15+0,8RN isolando RN no primeiro termo, vem: RN ~ 0,8 RN = 15 0,2 RN§ i5 RN :_ 0,2 ou RN = 75 Essa seria, então, a renda nacional de equilíbrio. Ou seja, a renda efetiva da economia, que equilibra a oferta e a demanda agregadas de bens e serviços. Substituindo na função consumo o valor RN= 75 = RND, tem~se C: 70. O valor da poupança agregada também pode ser obtido: S=RND-C=75-70=5 Essa RN de equilíbrio não necessariamente corresponde a renda ou produção de pleno emprego. Lembremos que a caracteristica principal do modelo basico éjustamente supor a economia operando abaixo do pleno emprego, o que diferencia a renda de equilíbrio (entre a oferta e a demanda agregadas) da renda de pleno emprego. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 167 éxercição proposto Dados: função consumo agregado: C = 30 + 0,7 RND investimento agregado: gastos do governo: I: 30 tributação: T= 50 exportações agregadas: importações agregadas: G = _50 e X = 15 M = 10 Calcular os valores de equilíbrio da renda nacional, do consumo e da poupança agregadas. npêndizz'e Ô multiplicador keuncasicmolde gostos Para exemplificarncomo opera o multiplicador keynesiano, suponhamos, no exercicio do Apêndice A, um aumento de 2 nos gastos de investimento (AI = 2). Assim, o investi- / mento inicial dado passa de um nível IO: 5 para um nivel li = 7. / Agora, determinemos o equilíbrio da renda (quando a oferta agregada e igual à de- manda agregada), para uma economia a dois setores (sem governo e sem o setor externo), supondo que para um investimento igual a 5, a RN seja 75, e sabendo que a estima- tiva da relação entre consumo e renda é dada pela equação: C = 10 + 0,8RND em que: RND e' a renda nacional disponivel, isto é, renda nacional menos o total de tributos. Então: OA = DA Como estamos supondo economia a dois setores, segue que RN=C+I RN=iO+0,8 RN+7 RN: i7+0,8 RN RN=85 Observe que um acréscimo dos gastos de investimento de 2 (AI: 2) elevou a renda nacional de 75 para 85 (ARN = iO); ou seja, houve um efeito multiplicador igual a 5, pois: / 1m! \ __.. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Mercado de Bens e Serviços 169 k :EA/42% A/ 2 Prova~se matematicamente9 que o multiplicador keynesiano de gastos é o inverso da propensão marginal a poupar, ou l k z ' propensão marginal a poupar A ou ainda kl = - l _ _ _ i _ propensao marginal a consumir No exemplo anterior, pode~se comprovar que: l l k': 14,08 z _ií- 5 Por essa razão, um aumento de investimentos de apenas 2 levou a um aumento da renda nacional de iO (2 × 5). Os multiplicadores dos demais elementos da demanda agregada (I, G, X, M) têm a mesma fórmula, com a diferença de que o multiplicador das importações tem um sinal negativo, pois representa um vazamento de renda para o exterior, e não para a compra da produção nacional. Questões para revisão 1. Qual a diferença fundamental entre a abordagem da contabilidade social e a da teoria macroeconômica? 2. Defina oferta agregada e demanda agregada de bens e serviços. Quais hipóteses são feitas para esses conceitos no modelo keynesiano básico? 3. Do que depende a demanda de investimentos em bens de capital? 4. Explique, usando um exemplo, como opera o multiplicador keynesiano de gastos. 5. Coloque-se na posição de uma autoridade governamentale dê um exemplo de urna medida de política fiscal para cada um dos casos a seguir: a) desemprego de recursos produtivos; b) inflação de demanda; c) desigualdade na distribuiçao entre classes de renda. 9 Ver VASCONCELLOS, 2006. ,zzâzu- wâww 'w '" 141?? 3...:Mzirán à.. ~›1'§,11*~M , 0,. *12.21 Ewšâgzu IQ' à.w.. ...z 22 9% "1;w 3...... «Gia cINN x 'ä Ízâ 15,1» e ~. . ~.«M'à ' šâãf 1vzëfiwâ'" 12% "'1* Á'f* .a *ã Hz., .. *é v ‹ 1.1 JiÈS,v, 114" f '5°. šwz,M . 1,/«1m Wv ãvwwgwwwäf . .W51 3 ,M 1.1.11? .1 .1-1 "gw . ,wi . «ø 1%... f' w fz ‹ ...é *Y 1 _; fm ø ,MM . "1111/11 A Q «W ...wr'éiw -'-«www :11,222 .. . sã.' É» 4 AML-rf; Ipiaú . M wmww. 5,3 ___ .. 'yu 1 *WV šz. ,,. " ...z w.., áwçãfl É." é* '1,' ,z M» «gw ¿ÉW1..zw31' «VÉÉñQfiâ'W é 5%* é. _ 1 ,zw-1 41'. '0 _ . Í. y nígm *ÉÍÉ"111W É* fãzfix äwfx' * f` www ' *'zjfiwxvš.. 1:' .f a. JJ.. w 3* ‹ *1.1. w-..fz f ¡wfãäâfšfig- zw., . ,vw p»,32. . *14.11% rf .gp wrøswz« 'É' 11° " .., *tw/ã» ,. '‹ ,fïifzyfirãšfiwx '1 . ...M M *É *íí' "'15" *az/E É "W awwwfä . f «gäâšäv É", 30%,' wšffš «M11 f ,vz 19 - im.: .VW fa 6 Ú? Ěšrz..t N: ... É . M.Wfëâsâógâ ,y .' í'äm» ._ ,HMÍ ffw .. .m ,Jeff gw..l «âwãf 1111...'- . ~ QR111×4£ã¢~ *111% 131W* awwwävw mwfiívua . .4 »' ã 2.1a., ' É" "ëmfií'së'ê 1.» . M,.zâsg É; fíä- .¿_,.. A» M., ` âí'í'ñ .1'MM* ~,,1;.11% 1w.zê~ «~ 1. «mz/w.: 'xfi'ífl ' É" f~ ›.. «161 :f ‹www f ø 1. 'f'aíäy W.f 1.13.. .à x..méw-íffzw . m. ...š-«1 ., ú» ffwww «4 1%... Q *13%` "ÊÊÊÊ 1...» «fz W «1111. «2 wâzøfi...4: ;www. 1..., ... 1 . Qfãzw* W a... Q'Q` f' . ã*WwW ~` "é r»z» w ' Q w Mä ' 'aNTTWHÍÉ'É A' "Nä'É m , zw .3; 11%,. 1.41%? ~ 11'» 1, š. ...31. ~ _ , . z: ...W ..› z... "11.1153 'Mr/"Jú . ‹ ~' 'w 11% -¿ ~ ...1v Qf ,1 , .z vii" . W 1 . -. fgçs. QÉÉJ. .www . ~ MW ,1°.ä'zw1;. *f Fundamentos de Economia 172 Os metais preciosos passaram a assumir a função de moeda por diversas razões: são limitados na natureza, possuem durabilidade e resistência, são divisiveis em peso etc. Para exercer o controle sobre os metais em circulação, foi implantada a "cunhagem"da moeda pelos go- vernantes, o que deu origem `a atual moeda metálica. O papel-moeda de hoje teve origem na moeda-papel. As pessoas de posse de ouro, por questão de segurança, guardavam-no em casas especializadas (embrião do atual sistema bancário), onde ourives _ pessoas que trabalhavam-o ouro e a prata -‹ emitiam certifica- dos de depósitos dos metais. Ao adquirir bens e serviços, as pessoas podiam, então, fazer os pagamentos com esses certificados, já que, por serem transferíveis, o novo detentor do título poderia retirar o montante correspondente de metal com o ourives. Como o depositário do metal merecia a confiança de todos, esses certificados foram ganhando livre circulação, passando a ter aceitação geral, porque possuíam lastro e podiam ser convertidos a qualquer J instante em ouro. Ao longo do tempo, entretanto, o lastro tornou-se menor que 100%, pois o ‹ ourives, percebendo que sempre permanecia em sua firma determinado montante de metais , preciosos que não eram utilizados, passou a emitir moeda-papel em proveito próprio, sem nenhum lastro. Mais tarde, a partir do seculo XVll, surgiram os bancos comerciais privados. Esses ban- cos começaram a emitir notas ou recibos bancários que passaram a circular como moeda, dando origem ao papel-moeda. Alguns desses bancos receberam o privilégio do monopólio da emissão de notas bancárias, sendo esse monopólio a origem de muitos bancos centrais, como o Banco da Inglaterra, fundado em 1694 por um grupo de banqueiros privados para financiar os déficits da Coroa. Posteriormente, o Estado passou a monopolizar a emissão de papel-moeda lastreado em ouro (padrão-ouro). O ouro, contudo, e' um metal com reservas limitadas na natureza, e o padrão~ouro passou a apresentar um obstáculo à expansão das economias nacionais e do comércio internacional, ao impor um limite à oferta monetária, uma vez que a capacidade cle emitir moeda estava vinculada `a quantidade de ouro existente. Dessa forma, a partir de 1920, o padrão-ouro foi abandonado, e a emissão de moeda passou a ser livre, ou a critério das autoridades monetárias de cada país. Assim, a moeda passou a ser aceita por força de lei, denominando-se moeda de curso forçado ou moeda fiduciária (de fidúcia, confiança), não sendo lastreada em metais preciosos. Um último esforço da manutenção de um regime de moeda lastreada foi o Acordo de Bretton Woods (1944), pelo qual o dólar norte-americano respeitava uma regra de padrãoouro, e as demais moedas tinham suas paridades fixadas em relação ao próprio dólar. Em 1971, com a suspensão da conversibilidade do dólar em ouro, quase todas as moedas nacio- nais do mundo passaram a ser fiduciárias. z Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 173 11.2 Funções e tipos de moeda As funções da moeda no sistema econômico são fundamentalmente as seguintes: i> instrumento ou meio de trocas: por ter aceitação geral, serve para intermediar o fluxo de bens, serviços e fatores de produção da economia; a denominador comum monetário: possibilita que sejam expressos em unidades monetárias os valores de todos os bens e serviços produzidos pelo sistema econômico. É um padrão de medida;4 > ç reserva de valor: a posse da moeda representa liquidez imediata para quem a possui. Assim, pode ser acumulada para a aquisição de um bem ou serviço no futuro. Claro está que o requisito básico para que a moeda funcione como reserva de valor e sua estabilidade diante dos preços dos bens e serviços, ja' que a inflação corrOi o poder de compra da moeda, e a deflação (queda de preços) a valoriza. 11.2.1 Tipos de moeda Existem três tipos de moeda: a moedas metálicas: emitidas pelo Banco Central, constituem pequena parcela da ofer- ta monetária e visam facilitar as operações de pequeno valor e/ou como unidade mo~ netária fracionada (troco); > papel-moeda: também emitido pelo Banco Central, representa parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder do público; a moeda escritural ou bancária: é representada pelos depósitos à vista (depósitos em conta corrente) nos bancos comerciais (é a moeda contábil, escriturada nos bancos comerciais). O papel«moeda e as moedas metálicas em poder do público (famílias e empresas) são denominados moedas manuais. " 113 Qfertci de moeda Como qualquer mercadoria, a moeda tem seu preço e quantidade determinados pela oferta e demanda. A oferta de moeda e o suprimento de moeda para atender as necessidades da coletividade. Veremos que a moeda pode ser ofertada pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais. 174 . Fundamentos de Economia 11.3.] Conceito de meios`äe pagamento A oferta de moeda também e' chamada de meios de pagamento. Os meios de pagamento constituem o total de moeda à disposição do setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para efetuar transações. A liquidez da moeda e a capacidade que ela tem de ser um ativo prontamente disponivel e aceito para as mais diversas transações. Os meios de pagamento em sua forma tradicional são dados pela soma da moeda em poder do público mais os depósitos a vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da moeda manual e da moeda escritural. Meios de pagamento = moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais Os meios de pagamento representam, então, quanto a coletividade tem de moeda "física" (metálica e papel) com o público ou no cofre das empresas somado a quanto ela tem em conta corrente nos bancos. Enfim, e' a moeda que nao está rendendojuros. aquela que não está aplicada em contas ` ou ativos remunerados. Note, também, que o conceito econômico de moeda é representado apenas pela moeda que esta' com o setor privado não bancário, ou seja, excluem-se a moeda que está com os próprios bancos comerciais e a que está com as autoridades monetárias. Nesse sentido, os depósitos a vista ou em conta corrente não são dinheiro dos bancos, mas dinheiro que pertence ao público não bancário. O dinheiro que pertence aos bancos são seus encaixes (caixa dos bancos comerciais) e suas reservas (quanto os bancos comerciais mantêm depositado no Banco Central). Também não são considerados, na definição tradicional de meios de pagamento, as ca- ' cados de depósitos bancários - dernetas de poupança e os depósitos a prazo nos bancos comerciais (captados via certifiCDBs), por duas razões: não são de liquidez imediata e são remunerados, isto é, rendem juros. Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não ren» dem juros, tambem sao chamados, na literatura mais específica, de M7. Para alguns objetivos, os economistas incluem como moeda a chamada quase-moeda1 - ativo que tem alta Iiquidez (embora não täoimediata) e que rendejuros, como os títulos públicos, as cadernetas l A inclusão da quase-moeda origina outras definições de moeda. Sabendo-se que M1 = moeda em poder do público + depósitos a vista nos bancos comerciais, podemos também conceituar: M2 = M1 + depósitos de poupança + titulos privados (depósitos a prazo, letras cambiais, hipotecárias e > imobiliárias); À › M3 = M2 + fundos de renda fixa + operações compromissadas com títulos federais; › M4 = M3 + títulos públicos federais, estaduais e municipais. Determinação da Renda e do Produto Nacional Lado Monetário 175 de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, como letras de câmbio e letras imobiliárias. Os meios de pagamento no conceito M7 também são chamados de ativos ou haveres monetários. Os demais ativos financeiros, que rendem juros, são chamados de ativos ou haveres não monetários. Monetizoção e Desmonetizoção do Economia Em processos inflacionários intensos normalmente ocorre a chamada desmonetização da economia, isto e, diminuição da quantidade de moeda sobre o total de ativos financeiros, em decorrência do fato de as pessoas procurarem defender-se da inflação com aplicações financeiras que rendem juros. A monetização é o processo inverso: com inflação baixa, as pessoas mantêm mais moeda que não rendejuros em relação aos demais ativos financeiros. O grau de monetização ou desmonetização pode ser medido pela razão _Ml. M4 quando M 7 aumenta em relação a M4, há monetização; quando M1 cai relativamente a M4, ocorre a desmonetização. Observando aTabela l l.2_, nota-se como o grau de monetização manteve-se relativamente constante no periodo de 1995 a 2006, com M7 representando aproximadamente ll% do total dos ativos financeiros (M4). : Crioção e Destruição de Moeda (ou de Meios de Pogomento) Ocorre criação de moeda quando há aumento do volume de meios de pagamento; inver- samente, a destruição de moeda ocorre quando se faz uma redução dos meios de pagamen~ to. Alguns exemplos ilustram esses fatos: e o aumento dos empréstimos ao setor privado é criação de moeda, pois os bancos comerciais tiram~na de suas reservas e a emprestam ao público; e o resgate de um empréstimo no banco é destruição de moeda, reduzem-se os meios de pagamentojá que saem do público e retornam ao caixa dos bancos; e quando o depositante retira depósito à vista e o coloca em depósito a prazo, ocorre destruição de moeda, pois os depósitos a prazo não são meios de pagamento, dado que não são de liquidez imediata, e rendemjuros. Já com o saque de um cheque no balcão do banco não ha nem criação nem destruição de meios de pagamento, pois simplesmente houve uma transferência de depósitos à vista (moeda escritural) para moeda em poder do público (moeda manual). 176 Fundamentos de Economia 11.3.2 Oferta de. moeda' pelo Bonco Central O Banco Central é o Órgão responsável pela politica monetária e cambial do país, que tem como objetivo regular o montante de moeda, crédito, taxas dejuros e câmbio, de forma compativel com o nivel de atividade econômica e o equilibrio do balanço de pagamentos. Ou seja, o Banco Central deve procurar manter a liquidez da economia, atendendo às necessida- des de transações do sistema econômicoz. Compete ao Banco Central do Brasil (Bacen) cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN e o Bacen desempenham o papel de autoridade monetária. A Lei n-Q 4595, de 31/i 2/i 964, que criou os dois Órgãos, deu ao CMN as principais funções decisórias e ao Bacen as funções executivas de supervisão e fiscalização bancária, cabendo~lhe cumprir e fazer cumprir as decisões do CMN. Funções clássicas do Banco Central: a» execução da politica monetária: a principal atribuição de um Banco Central é o con~ trole da oferta de moeda e crédito; i> banco emissor: cabe à autoridade monetária de um país a função de emitir o papelmoeda e a moeda metálica; a» banco dos bancos: o fluxo de caixa dos bancos tanto pode apresentar insuficiência de recursos como excesso. No primeiro caso, precisam ser socorridos, e quem o faz é o Banco Central. No segundo caso, os bancos, para não deixarem seus recursos ociosos, depositam-nos no Banco Central. Além disso, há a necessidade de transferência de fundos entre os bancos comerciais, como resultado positivo ou negativo da câmara de compensação de cheques e outros papéis, o que é feito por meio de suas contas no Banco Central. No Brasil, a câmara de compensação de cheques e outros papeis foi delegada ao Banco do Brasil, sob supen/isão do Bacen; a banco do governo: cabe ao Banco Central receber depósitos do governo e lhe conce- der créditos. Muitos hoje questionam essa função, devido à eventual utilização abusiva ' do Banco Central pelo governo para o financiamento de de'ficits públicosB; > controle e regulamentação da oferta de moeda, que é uma função normativa: regula a moeda e crédito do sistema econômico. O Copom ~ Comitê de Política 2 No Brasil, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre limites de emissão monetária e montante da dívida mobiliária federal, conforme o art. 48 da Constituição Federal. Essa questão do financiamento inflacionário das necessidades do governo é uma das preocupações principais de vários defensores, no mundo, da independência do Banco Central. Esse cuidado também existe no Brasil, o que explica a vedação constitucional de o "Banco Central conceder. direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer Órgão ou entidade que não seja instituição financeira"(art 164, š ig). Não obstante, o mesmo artigo constitucional determina que"as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central"(art i64, ã 3a). Determinação da Renda e do Produto Nacional Lado Monetário 177 Monetária do Banco Central, e' o Órgão responsável pela fixação da taxa de juros Selic4; i> execução da política cambial e administração do câmbio: controle das operações com moeda estrangeira e capitais financeiros externos. Uma das mais importantes missões do Banco Central é a defesa da moeda nacional; e fiscalização das instituições financeiras. Para exercer essas funções, o Banco Central utiliza os instrumentos de politica monetária. Instrumentos de Político Monetário, As alterações de política monetária, sejam em função dos objetivos mais gerais de polí~ tica econômica, sejam para correções de eventuais desvios na expansão ou contração dos meiosde pagamento com relação a programação monetária, são feitas por meio dos seguintes instrumentos: e controle das emissões: o Banco Central controla, por força de lei, o volume de moeda manual da economia, cabendo a ele as determinações das necessidades de novas emissões e respectivos volumes; e depósitos compulsórios ou reservas obrigatórias: os bancos comerciais, além de pos- suirem os chamados encaixes técnicos (o caixa dos bancos comerciais), são obrigados a depositar no Banco Central um percentual determinado por esse sobre os depósitos à vista. Basta o Banco Central aumentar ou diminuir o percentual do depósito compulsório para influir no volume ofertado de empréstimos bancários (e, portanto, na criação de depósitos ou moeda escritural). Além de uma conta de depósitos compulsórios, os bancos comerciais mantêm no Banco Central uma conta de depósitos voluntários (ou reservas livres), em que são lançados os cheques de compensação entre os bancos; e operações com mercado aberto (open market): consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. O Banco Central mantém uma carteira de títulos para realizar operações reguladoras da oferta monetária. Quando o governo coloca seus títulos para o público, o efeito é o de reduzir os meios de pagamento ("enxuga"os meios de pagamento),já que parte da moeda em poder'do público retoma ao governo como pagamento desses títulos. Ao contrário, quando o governo compra os titulos, efetua pa- gamento em moeda a seus portadores, o que aumenta a oferta de moeda (os meios de pagamento). Essas operações afetam e são afetadas pelas remunerações oferecidas por esses titulos, que e' a taxa dejuros básica da economia (no Brasil, a taxa Selic): para vender os títulos públicos, o Banco Central normalmente deve elevar a taxa dejuros; 4 Selic - Serviço Especial de Liquidação e Custódia. O Copom reúne-se a cada 45 dias, e, além de fixar a taxa de juros Selic. indica a tendência da taxa dejuros no período que antecede a próxima reunião. Sobre o Copom, veja mais no Capitulo 13, tópico l3.6. Fundamentos de Economia 178 a operações de redesconto: englobam a liberação de recursos pelo Banco Central aos bancos comerciais, que podem ser empréstimos ou redesconto de títulos. Existem os redescontos de liquidez, que são empréstimos para os bancos comerciais cobrirem eventual débito na compensação de cheques, e os redescontos especiais ou seletivos, que são empréstimos autorizados pelo Banco Central visando beneficiar setores específicos. Por exemplo, para estimular a compra de máquinas agrícolas, o Banco Central abre uma linha especial de crédito, pela qual os bancos comerciais emprestam (descontam) aos produtores rurais e redescontam o título no Banco Central. A mudan- ça na taxa cobrada pelas autoridades monetárias influi no sentido de aumentar ou diminuir o crédito concedido aos bancos comerciais. Além desses instrumentos típicos da política econômica, o Banco Central pode afetar o__ fluxo de moeda pela regulamentação da moeda e do crédito, por exemplo, contingencian~ do o credito, fixando a taxa dejuros, os limites de prazos para o credito ao consumidor etc. 11.3.5 Oferta de moeda pelos bancos comerciais. O multiplicador monetário Os bancos comerciais também podem aumentar os meios de pagamento (isto é, aumen- tara oferta de moeda) com a multiplicação da moeda escritural ou depósitos a vista. Um depósito `a vista ou em conta corrente num banco comercial representa um fundo disponivel, que pode ser movimentado a qualquer instante pelo titular da conta corrente por meio de cheque. No entanto, existe um fluxo contínuo de depósitos e saques, de tal forma que o banco não precisa manter a totalidade dos recursos captados de depósitos a vista para fazer frente aos pagamentos dos cheques emitidos pelos correntistas. Dessa forma, o banco precisa guardar em seus cofres apenas a parte dos depósitos à vista que lhe permita cobrir as reservas técnicas ou de caixa (para pagamento dos cheques) e os depósitos compulsórios e voluntários (cheques de compensação), podendo emprestar o restante a seus clientes, pois dispõe de uma carta-patente que lhe permite fazer isso. O cliente que tomou'o dinheiro emprestado faz um depósito `a vista no mesmo ou em outro banco. Desse novo depósito, o banco retém o montante de reservas que cubra as reservas técnicas, bem como o depósito compulsório e o depósito voluntário no Banco Central, e o restante torna a emprestar para outro cliente, que, por sua vez, faz novo depósito à vista, e assim sucessivamente. Note que apenas os bancos comerciais, dentre os intermediários financeiros privados, podem efetuar empréstimos com suas obrigações, isto é, depósitos à vista. Os chamados intermediários financeiros não bancários, como as financeiras, bancos de investimentos, apenas transferem recurw sos de aplicadores para tomadores, e suas obrigações não são consideradas meios de pagamento. Ou seja, apenas os bancos comerciais podem criar oferta de moeda, por terem carta-patente que lhes permite emprestar os depositos do público, enquanto as instituições financeiras não bancárias Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 179 não são autorizadas a manter depósitos, apenas transferindo dinheiro de emprestadores para tomadores, não criando moeda (meios de pagamento) adicional com essas operações. O efeito de criação múltipla de depósito à vista e, portanto, de meios de pagamento pode , ser visualizado na Tabela 11.1; supõe-se que: a) a emissão primária da moeda pelo Banco Central é de S 100.000, sendo essa quantidade de moeda entregue ao público; b) as pessoas depositam todo o'dinheiro nos bancos comerciais para movimenta-Io por meio de cheques (por'simplificação, estamos supondo por enquanto que, nesse pro- cesso, o público não retem essa moeda adicional; c) os bancos precisam manterem reservas técnicas, compulsórias e voluntárias 40% dos depósitos; d) os bancos retem apenas o necessário para cobrir as reservas e emprestarão os recursos remanescentes. Tobelo 11.1: O efeito de criogão múltiplo do depósito o visto Banco z, sí; r Depositoa z V'sta ç z ,_ 'V a|s(40%`dos Empréstimos": e dèróózsítos'åwsfta); , i '_ 60.000 l 24.000 36.000 ` 14.400 21 .600 21.600 8.640 12.960 E 12.960 5.184 7.776 Demais bancos somados 19.440 7.776 1 1.664 A l 00.000 40.000 B 60.000 C 36.000 D _ '1190-000 .raiar` 1.:,1 ' r fiz Vz25 r . 1 f 150.000, z ' ` Como observado, a oferta inicial de moeda manual de até S 100.000 transformou-se em uma oferta total de moeda escritural (depósitosà vista) de S 250.000. O efeito multiplicador da moeda escritural é dado por uma progressão geométrica de‹ crescente. De uma forma mais simples, ele é dado pelo inverso da porcentagem da reserva bancária, ou: 1 m:- Í em que: m = efeito multiplicador monetário; r :taxa ou percentagem de reserva dos bancos comerciais sobre os depósitos à vista. Fundamentos de Economia 180 Multiplicador do Bosel Monetário O multiplicador do exemplo anterior está bastante simplificado, uma vez que não consi~ dera o efeito da retenção de moedaem poder do público no mecanismo de multiplicação. ' Quanto mais o público (pessoas físicas e empresas não financeiras) retém, menos deposita nos bancos, e menor a multiplicação monetária. A fórmula do multiplicador mais conhecida é a do multiplicador da base monetária. A base monetária é a soma da moeda em poder do público e das reservas bancárias (técnicas, compulsórias e voluntárias). É praticamente o total da moeda emitida, excluindo apenas a moeda que permaneceu com o Banco Central. Assim, do que foi emitido, uma parte está em mãos do público e nos cofres das empresas, e a outra está em poder de bancos comerciais (ou em seu caixa, ou, então, depositado no Banco Central, à sua ordem). Chamando: P = saldo da moeda em poder do público; R :total das reservas bancárias; D = saldo dos depósitos à vista; M = saldo dos meios de pagamento = P + D; B = saldo da base monetária = P + R; e sabendo que os meios de pagamento são um múltiplo da base monetária (pois os depósi~ tos a vista superam o total de reservas bancárias), tem-se: M = mB O multiplicador da base monetária é dado pela formula: m z M. B Ha' uma relação inversa entre o multiplicador e as taxas de retenção de moeda pelo público e de reservas bancárias. A decisão do público de reter mais moeda em seu poder, não depositando nos bancos comerciais, bem como o aumento da taxa de reservas requeridas pelos bancos comerciais (um aumento no compulsório), diminui a quantidade disponível de recursos na rede bancária para os bancos emprestarems. 5 Prova-se (verVASCONCELLOS, 2006) que o multiplicador da base monetária pod(e também ser calculado a partir 1 +c) das taxas de retenção do público e da taxa de reservas bancárias. Assim: m = , em que c é a percenta- gem de moeda manual sobre os depósitos à vista, e ré a taxa de reservas bancárias sobre os depósitos à vistaA No Brasil, a fórmula utilizada pelo Banco Central, que leva aos mesmos resultados da anterior, é: m l Z ----_-_-- C + D (R1 + R2) ,em que C e a percentagem da moeda retida pelo público sobre M 1; D é a percenta~ gem dos depósitos à vista sobre os meios de pagamento M1; Rl é a taxa de encaixes (caixa dos bancos comerciais) sobre os depósitos à vista; e R2 é a taxa de reservas (voluntárias mais compulsórias) sobre os depósitos à vista. O comportamento desses indicadores no Brasil pode ser observado nas Tabelas 11.2 e 11.3. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário '181 Ressaltamos que o multiplicador monetário não tem nenhuma relação com o multiplic ador keynesiano de gastos visto no capitulo anterior O multiplicador monetário se refere ao mecanismo de multiplicação de moeda (meios de pagamento), enquanto o multiplica dor keynesiano diz respeito ao efeito dos gastos sobre o nível de renda (não na moeda), refletindo um efeito na produção real de bens e serviços. Observando as Tabelas 11.2 e 11.3,verificamos que houve uma elevação do multiplica dor da base monetária a partir da implementação do Plano Real, em julho de 1994: de um valor de 1,21 em 1994, situawse atualmente em torno de 1,4. Isso ocorreu'porque uma das principais medidas na fase inicial do Plano foi o aumento da taxa de reservas compulsórias (100% sobre todo o volume de depósitos que excedesse o saldo dos depósitos a vista em 30 dejunho de 1994). Passada essa primeira fase, com o objetivo de estimular o nível de atividade, a taxa de reservas compulsórias vem se reduzindo, e desde 2000 é de 45% dos depósitos à vista dos bancos comerciais, elevando a disponibilidade dos bancos para efe- tuarem empréstimos ao público. TM- Demondo de moeda A demanda ou procura de moeda pela coletividade corresponde à quantidade de moeda que o setor privado não bancário retém, em média, seja com o público, seja no cofre das empresas, e em depósitos a vista nos bancos comerciais. z~ O que faz com que pessoas e empresas retenham dinheiro que não rendejuros, em vez de utiliza-Io na compra de titulos, imóveis etc? lsto é, quais os motivos ou razões para a demanda de moeda perse? São três as razões pelas quais se retém moeda: e demanda de moeda para transações: as pessoas e empresas precisam de dinheiro para suas transações do dia-a-dia, para alimentação, transporte, aluguel etc; B» demanda de moeda por precaução: o público e as empresas precisam ter certa reserva monetária para fazer face a pagamentos imprevistos ou atrasos em recebimentos esperados; __ _ e demanda de moeda por especulação (ou porwportfólio): dentro de sua carteira de aplicações (portfólio), os investidores devem deixar uma "cesta" para a moeda, obser- vando o comportamento da rentabilidade dos vários títulos, para fazer algum novo negócio. Ou seja, a moeda, embora não apresente rendimentos, tem a vantagem de ter liquidez imediata, e pode viabilizar novas aplicações. As duas primeiras razoes (transações e precaução) dependem diretamente do nível de renda. É de esperar que, quanto maior a renda (seja das pessoas, seja a renda nacional), maior a necessidade de moeda para transações e por precaução. Fundamentos de Economia 182 Considerando que a taxa de juros, para quem possui moeda, representa um rendimento, isto é, quanto se ganha com aplicações financeiras, na' uma relação inversa entre demanda de moeda por especulação e taxa dejuros. Quanto maior o rendimento dos titulos (a taxa de juros), menor a quantidade de moeda que o aplicador retém em sua carteira, ja' que é melhor utiliza-la na compra de ativos rentáveis. O motivo especulação (e, portanto, a influência da taxa dejuros sobre a demanda de moe- da) foi outra contribuição de Keynes para a teoria macroeconômica. Antes, na chamada teoria clássica e neoclássica, a demanda de moeda era associada apenas à renda nacional, ou seja, só eram considerados os motivos transação e precaução para reter moeda. 11.5 Q papel das terms de juros A taxa dejuros tem um papel estratégico nas decisões dos mais variados agentes econômicos. ` Para as empresas, as decisões dos empresários quanto a compra de máquinas, equipamen- tos, aumentos ou diminuição de estoques, de matériasprimas ou de bens finais, e de montantes de capital de giro serão determinadas não só pelo nivel atual, mas também pelas expectativas quanto aos níveis futuros das taxas dejuros. Se as expectativas quanto à trajetória das taxas de juros se tornarem pessimistas, os empresários deverão manter niveis baixos de estoques e mesmo de capital de giro no presente, uma vez que o custo de manutenção desses ativos poderá ser extremamente oneroso no futuro. O nível da taxa dejuros também vai afetar as decisões de investimento em bens de capital: se as taxas estiverem elevadas, isso inviabilizará muitos projetos de investimentos, e os empresários optarão por aplicar seus recursos no mercado financeiro. Os consumidores, por sua vez, exercerão um maior poder de compra à medida que as taxas dejuros diminuirem, e o contrário, se as taxas dejuros aumentarem. Desse modo, se as autori‹ dades governamentais optam por uma redução do nivel da demanda, a taxa dejuros tem um importante papel, pois a determinação de seu patamar acabará por influenciar o volume de consumo, notadamente de bens de consumo duráveis, por parte das familias. Além de repre- sentar um aumento do custo do financiamento de bens de consumo, taxas dejuros elevadas fazem com que as pessoas passem a preferir poupança a consumo, e dirigem sua renda não gasta para o mercado financeiro. A fixação da taxa dejuros doméstica, por outro lado, está relacionada com a demanda de crédito nos mercados financeiros internacionais. Se, por exemplo, tudo o mais constan- te, a taxa de juros no Brasil se tornar relativamente mais elevada do que a taxa praticada nos Estados Unidos, haverá maior demanda de cre'dito externo por parte das empresas brasileiras comparativamente a situação anterior; o contrário se observará se a taxa de juros diminuir no'mercado interno. O movimento de capitais financeiros internacionais está, desse modo, condicionado aos diferenciais de taxas de juros entre os diversos paises. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 183 11.5.] Tom de. juros nominal e tom de juros reol As diferenças entre as taxas de juros nominais e as taxas de juros reais merecem uma atenção especial, pois elas têm implicações nas decisões de investimento. As taxas de juros nominais constituem um pagamento expresso em percentagem, mensal, trimestral, anual etc., que um tomador de empréstimos faz ao emprestador em troca do uso de determinada quantia de dinheiro Se não houver inflação no período, a taxa de Juros nominal será igual a taxa de Juros real desse mesmo periodo de tempo Contudo, quando há inflação, torna-se importante distinguir a taxa dejuros nominal da taxa dejuros real. Assim, enquanto a taxa dejuros nominal mede o preço pago ao poupador por suas decisões de poupar, ou seja, de transferir o consumo presente para o consumo futuro, a taxa dejuros real mede o retorno de uma aplicação em termos de quantidades de bens, isto é,já descontada a taxa de inflação. A relação entre a taxa nominal de juros, a taxa real e a inflação é dada pela equação de Fisher: (1 + Í)=(1+r)(1+71) em que: i= taxa nominal dejuros; r= taxa real dejuros; s n = taxa de inflação esperada. Tem-se, então, que: (i+¡) (1 +r)= (1+11) e: (i+í) (1+rr) Como exemplo, vamos supor que a taxa de inflação esperada para o ano seja de 4,5%. Supondo ainda que o Copom fixe a taxadejuros Selic-(nominal) em 12% para o anoõ, qual será a taxa real de juros? Aplicando-se a fórmula anterior, temos: 1,12 (1+O,12) r=-_--1= -_~1Ê1,067~1=O,067 1,05 (1+0,05) ou, em termos percentuais (0,067 x iOO), a taxa real dejuros é de 6,7% no ano. 6 A Constituição Federal de 1988, em seu art. 192, š 39, diz que: 'as taxas dejuros reais, nelas incluidas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser su~ periores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite sera conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar". Fundamentos de Economia 184 11.6 Moeda, níve'llde atividade e inflação: interligação entre o lodo real e o lodo monetário da eeonomio No capítulo anterior analisamos o mercado de bens e serviços (lado real) e destacamos o papel dos instrumentos fiscais (tributação e gastos públicos) e sua aplicação no equacionamento de questões econômicas como desemprego e inflação. Mostraremos agora como os instrumentos de política monetária podem ser utilizados na solução dessas questões. A base para essa análise e' a chamada teoria quantitativa da moeda, que passamos a discutir. 11.6.] Teoria quantitativo do moeda Existe uma relação direta entre o volume de moeda no sistema econômico e o lado real da economia, ou seja, há uma correspondência entre o total dos meios de pagamentos num ' sistema econômico e o valor global dos bens e serviços transacionados. Para entender como se da' a correspondência entre moeda, nível de atividade e inflação, precisamos de um novo conceito, o de velocidade-renda da moeda. A velocidade-renda da moeda, também chamada de velocidade de circulação da moeda, é o número de vezes que o estoque de moeda passa de mão em mão, em certo período, gerando produção e renda. É o número de giros da moeda, criando renda. É dada pela expressão: PIB nominal saldo dos meios de pagamento (M) Supondo um PIB nominal (ou PIB monetário, igual ao PIB real vezes o nível geral de preços) igual a S 500 bilhões, e um saldo de meios de pagamento de S iOO bilhões: S 500 bilhões V z Sioo bilhões _ Isso significa'que o estoque de moeda de S iOO bilhões girou cinco vezes no período, criando S 500 bilhões de renda e produto (PIB). Cada unidade monetária criou cinco unidades de renda. Na Tabela ll.3, na última coluna, está listado o comportamento da velocidade-renda da moeda a partir de janeiro de 1994. Observa-se uma grande mudança em seu valor a partir de julho de 1994, quando a taxa de inflação caiu substancialmente, após a implantação do Plano Real. Isso ocorreu porque as pessoas diminuíram o giro da moeda, retendo mais moeda que não rendejuros (M1). Ou seja, como a velocidade é a razão entre o PIB nominal e M1, M7 aumentou mais que proporcionalmente em relação ao PIB, o que corresponde a um aumento do grau de monetização da economia. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 135 isso posto, a teoria quantitativa da moeda, que mostra a correspondência entre 05 flu×os real e monetário, e' dada pela expressão: MV=Py em que: M z a quantidade de moeda na economia (manual + escritural), isto é, nas mãos do público le das empresas e em depósitos em conta corrente nos bancos Comerciais; V= velocidade~renda da moeda; P= nível geral de preços; y= nivel de renda nacional real (que é igual ao PlB nominal, deflacionado pelo índice geral _ de preços, ou seja, y :____.__P'B "Sminaq O lado esquerdo da equação (MV) é explicado a partir do fato de que a quantidade de moeda na economia depende da velocidade com que ela circula. O laclo direito da equação (Py) mostra que o valor total do PIB nominal será igual à quantidade de bens e serviços finais (PIB real) produzida vezes o preço dos bens e serviços transacionados no período. Evidentemente, os dois lados da equação são iguais, por definição: a quantidade de moeda multiplicada pelo número de vezes que ela circula, criando renda, e igual ao valor da renda (PlB) criada. Usando o exemplo anterior, o saldo monetário de S iOO bilhões, multiplicando sua veloci« dade-renda (5), será igual ao próprio PIB monetário de S 500 bilhões. Existem várias teorias sobre os fatores que afetam a_ velocidade-renda da moeda. Na chaman da teoria clássica, supõe-se que seja constante no curto prazo, já que depende de fatores que sÓ atuam no longo prazo, tais como os hábitos da coletividade (uso de cartões de crédito, de cheques) e o grau de verticalização da economia. O grau de verticalização ocorre quando, por exemplo, as empresas produtoras de bens finais resolvem também produzir alguns componentes (por exemplo, a Ford, na compra da Philco). Evidentemente, a Ford não precisa pagar a Philco em moeda corrente, bastando apenas o registro contábil, o que dispensa o uso de numerário. Para Keynes, a velocidade~renda da moeda é afetada no curto prazo pelas taxas dejuros, Com o aumento do nível das taxas dejuros, as pessoas reterão menos moeda, e

sua velocidade de giro aumentará (isto é, como o saldo M diminui e, a um dado PIB, Vse eleva). As pessoas procuram livrar-se rapidamente da moeda que não rendejuros. Outros economistas, principalmente os chamados monetaristas, consideram que a velocidade-renda da moeda é afetada também pelas expectativas de inflação futura: se as pessoas julgam que a inflação deve aumentar, elas procuram se livrar da moeda, que não rendejuros, e seu poder aquisitivo é corroído pela inflação. A velocidade de giro aumentaria, então. A queda da velocidade-renda da moeda desde i994 (ver item ii.8) foi em larga medida devido à queda gradativa das taxas de inflação no período. Fundamentos de Economia 186 11.6.2 Moeda e. políticos/de expansão do nível de atividade Suponhamos que a economia esteja operando abaixo do pleno emprego de sua produ» ` ção potencial. Como vimos no capítulo anterior, a estratégia adequada, no curto prazo, e estimular a demanda ou procura de bens e serviços para que as empresas tenham compradores para sua produção. Vimos também que a politica fiscal de efeito mais rápido é o aumento dos gastos públicos. O governo deve promover o estímulo ao consumo de bens e serviços e aos investi- mentos em bens de capital e na ampliação de empresas, reduzindo a carga tributária. Ainda dentro da política fiscal, as autoridades econômicas devem criar estímulos às exportações (como isenções fiscais, por exemplo). Agora estamos interessados na contribuição da politica monetária para elevar o nível de ati~ .vidade e de em prego da economia no curto prazo. Evidentemente, trata-se de promover uma V política monetária expansionista, o que pode ser feito utilizando-se vários instrumentos: reduzir a taxa dejuros básica (no Brasil, a taxa de juros Selic); e aumentar as emissões de moeda, na exata medida das necessidades dos agentes ecoA nômicos, para não gerar inflação; > diminuir a taxa do compulsório, ou seja, diminuir o percentual dos depósitos que os bancos comerciais devem reter à ordem do Banco Central, o que permitirá elevar o crédito bancário; e recomprartítulos públicos no mercado, ou seja,"trocar papel por moeda", o que eleva- rá a quantidade de moeda disponivel no mercado; B› diminuir a regulamentação no mercado de crédito, principalmente nos limites impos- tos aos prazos de empréstimos, ou no montante do crédito direto ao consumidor etc. Tais medidas causarão impactos diretos sobre o nível de produto e renda da economia. Em termos da teoria quantitativa da moeda, e supondo que a velocidade-renda (V) e o nível de preços (P) não se alterem, se tivermos um aumento, por exemplo, de 10% na oferta mone- tária M, pode-se 'esperar um aumento de renda (e do emprego) da mesma magnitude, pois: M (aumenta i 0%) ' V (consta nte) = P ,V (constante) (aumenta 10%) O sentido geral de uma política monetária expansionista é esse. Evidentemente, na prá- tica, não existem em Economia proporcionalidades tão exatas. A expansão da moeda e do crédito deve diminuir a taxa de juros de mercado. Se for válida a hipótese de Keynes de que existe uma demanda especulativa de moeda, parte da expansão monetária ficará retida em mãos dos especuladores, dependendo do nível de taxas dejuros, e não será utilizada imediatamente para atividades produtivas. Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 187 Por outro lado, precisamos conhecer a elasticidade dos investimentos em relação às taxas dejuros, isto e', a sensibilidade ou resposta dos investimentos das empresa s em relação à taxa dejuros de mercado, para verificar qual o impacto final sobre a demanda agregada e sobre o nível de atividade e emprego É oportuno salientar que a expansão monetária deve levar ao aumento do nivel de renda realy, mas também pode conduzir ao aumento de preços P. Apesar de um desemprego em nivel agregado, alguns setores ou ramos de atividade podem estar operando a plena capacidade. Nesses setores, o estímulo ao aumento da demanda agregada, por meio de políticas monetárias ou fiscais expansionistas, provocaria apenas aumento do nível de preços, e não da produção e emprego. 11.63 Fl relação entre o oferta monetário e o processo inflocionório Vamos supor agora uma economia que esteja atravessando um processo inflacionário. Vejamos como os instrumentos de política monetária podem ser utilizados para debelar ou amenizar esse processo. Definimos no capítulo anterior o hiato inflacionário, que ocorre quando a demanda agregada de bens e serviços esta bastante aquecida e supera a capacidade produtiva da econo- mia, ou a oferta de pleno emprego. É uma tipica inflação de demanda. Em tese, como se trata de uma situação em que a oferta agregada é escassa em relação à demanda, o ideal seria elevar a oferta, e não diminuir a procura. Em termos de política mo- netária, a oferta pode ser elevada por maior disponibilidade de financiamento a produção e diminuição das taxas de juros, inclusive subsidiadas. Entretanto, a oferta agregada e relativamente rígida no curto prazo, pois depende de recursos para ampliar as instalações da empresa, disponibilidade de mão-de-obra e tecnologia, que requerem um prazo maior para aquisição e posterior maturação, quando a produção se inicia. Assim, para obter resultados mais rápidos, a política antiinflacionária deve centrar~se mais no controle da demanda agregada. Os instrumentos recomendados de política monetária seriam dirigidos no sentido de "enxugar"os meios de pagamento, tais como: a) aumento da taxa dejuros basica (Selic); b) controle das emissões pelo Banco Central; c) venda de títulos públicos, retirando moeda de circulação; d) elevação da taxa sobre as reservas compulsórias, diminuindo a disponibilidade dos bancos comerciais de efetuar empréstimos ao setor privado; e) alteração das normas e regulamentação da concessão de créditos, diminuindo os pra- zos ou aumentando as exigências de contrapartida do comprador no crédito direto ao consumidor. Fundamentos de Economia 188 Recorrendo novamente à teoria quantitativa da moeda, supondo a velocidade~renda e a renda real y constantes, no nivel de pleno emprego tem-se: M v . (consta nte) (queda) = P y (queda) (constante) Medidas de controle da demanda agregada, sejam fiscais ou monetárias, sÓ são eficazes se a inflação for de demanda. No caso de um diagnóstico de inflação de custos em que existe uma escassez de oferta devido aos altos custos de produção (a oferta encontra-se abaixo do pleno emprego), apertos monetários e fiscais aprofundam ainda mais o desemprego já exis- tente. Voltaremos a esse ponto no Capítulo 13. 11.6.4 Eficácia dos políticos monetário e fiscal A eficácia das políticas monetária e fiscal pode ser avaliada a partir de sua velocidade de implementação, pelolgrau de intervenção na economia e pela importância relativa das taxas dejuros e do multiplicador keynesiano. Quanto a velocidade de implementação, já pudemos observar que a política monetária é mais eficaz que a política fiscal, pois as decisões das autoridades monetárias normalmente são aplicadas de imediato, enquanto as decisões na área fiscal, de acordo com a Constituição Federal, devem ser aprovadas pelo Poder Legislativo, e só são implementadas no exercício fiscal seguinte, devido ao princípio da anterioridade. Quanto ao grau de intervenção na economia, a política fiscal é mais profunda que a politica monetária. Uma alteração numa alíquota de impostos, a criação de novos im- postos, elevação dos gastos públicos, por exemplo, afeta muito mais o setor privado do \ que qualquer politica monetária (que sempre deixa um grau de liberdade para o setor Í privado para tomada de decisões). l de juros - A discussão da eficácia das politicas econômicas também depende do papel da taxa ' li em particular, na sensibilidade (elasticidade) dos investimentos privados e na l demanda de moeda especulativa em relação à taxa dejuros -_ e do multiplicador keynesiano, a saber: ` l a) quanto maior a sensibilidade dos investimentos em relação à taxa de juros, maior a eficácia da política monetária. Por exemplo, uma política monetária ex- pansionista tende a diminuir o custo do dinheiro (e, portanto, da taxa dejuros). Se os investidores forem sensíveis a essa queda dos juros, tenderão a aumentar seus investimentos, com o conseqüente aumento da demanda agregada e do nível de produto e renda; e Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 189 b) quanto maior a sensibilidade da demanda especulativa relativam ente à taXa de juros, menor a eficácia da política monetária. Supondo novamente uma política monetária expansionista, e a conseqüente queda dos juros, pode ocorrer que a maior parte da moeda fique nas mãos dos especuladores, já que a rentabilidade dos títulos está baixa (juros baixos) e eles esperam que deva melhorar no futuro (por isso guar~ dam moeda para especulação). Keynes imaginou uma situação, inclusive, em que toda moeda adicional iria para especulação. A essa situação ele denominou armadilha da liquidez, quando a política monetária é totalmente ineficaz (e a única política económica adequada seria a'política fiscal); c) quanto maior o valor do multiplicador keynesiano de gastos, maior a eficácia da política fiscal. Por exemplo, dada uma expansão dos gastos públicos, ou investimentos, ou redução da carga fiscal, o impacto sobre o nível de atividade e emprego seria mais poderoso quanto maior o efeito multiplicador. A questão da efica'cia das políticas monetárias e fiscais está no cerne do debate entre os fiscalistas ou ativistas, ou ainda keynesianos, e os monetaristas ou neoclássicos. Os fiscalistas utilizam mais os instrumentos de politica fiscal (que e mais intervencionista que a política monetária), e também enfatizam o papel do mecanismo multiplicador keyne- siano, que coloca em evidência o papel da política fiscal no aumento do nível de renda. Já os monetaristas consideram que a política monetária interfere menos:na estrutura econômica, pois discrimina menos os setores, regiões e público do que a política fiscal (por exemplo, uma elevação das taxas dejuros afeta praticamente todo mundo de maneira indistinta, en- quanto um aumento na alíquota de um imposto, ou de gastos em determinada região, é mais discriminatório). 11.7 Q sistema financeiro Para avaliar o grau de desenvolvimento de determinado país, ha' vários indicadores eco- nômicos. Um deles, sem dúvida alguma, é o tamanho e a diversificação de seu sistema financeiro. Um sistema financeiro forte e bem diversificado é condição necessária para atrair poupanças, sejam essas nacionais ou estrangeiras. Com o crescimento econômico, inúmeros agentes vislumbram possibilidades de ganhos em determinados setores da produção. Pelo fato de não possuírem os recursos necessários para montar seus negócios, buscam nos intermediários financeiros os montantes requeridos para poder iniciar o processo de produção desejado. Essa decisão, embora seja hoje bastante corriqueira, levou muitos anos para se consolidar. Isso porque ela pressupõe, de um lado, a existência de unidades econômicas que apresen- 190 Fundamentos de Economia tem balanços corn superávit, ou seja, que possuam gastos menores do que os rendimentos recebidos, e, de outro, que os agentes econômicos confiem no papel exercido pelos interme diários financeiros. lado, de agentes econômicos superavitários (poupadores) - A precondição para o estabelecimento da intermediação financeira é a existência, de um dispostos a transformar suas disponibilidades monetárias em ativos financeiros, sujeitando-se aos riscos de mercado, com (investidores) - o fim de obter retornos reais positivos _ e, de outro, de agentes econômicos deficitários com disposição para financiar seus déficits aos custos de mercado. Podemos entender o sistema financeiro como sendo um fundo do qual as unidades deficita'rias retiram recursos, enquanto as superavitárias nele depositam. Na verdade, o fato de haver agentes superavitários implica a possibilidade de geração de poupança, que e condição necessária para o crescimento econômico, em bora não suficiente; já a existência de agentes deficitários, cuja necessidade de obtenção de recursos deriva de sua vontade de incorrer em gastos com bens de capital, demarca a criação de investimentos, ^ condição suficiente para o crescimento econômico. Assim, sem um sistema eficiente de intermediação financeira, o objetivo do crescimento econômico e do aprimoramento das condições de vida da sociedade fica comprometido, uma vez que passa a existir uma obstrução à indispensável transformação da poupança em investimentos produtivos. Devemos entender por eficiência do sistema financeiro sua capacidade de viabilizar a rea- minam a oferta de recursos recursos. - - lização de financiamentos de curto, médio e longo prazos, sob condições de minimização de riscos e de atendimento aos desejos e necessidades dos agentessuperavitários que deter- e dos agentes deficita'rios ~ que materializam a demanda de 11.7.1 Segmentos do sistemci financeiro No que diz respeito a suas finalidades e às instituições que as praticam, as operações do sistema financeiro podem ser agregadas em cinco grandes mercados: Mercodo Monetário Nesse segmento, são realizadas as operações de curtíssimo prazo com a finalidade de suprir as necessidades de caixa dos diversos agentes econômicos, entre os quais se incluem as instituições financeiras. A oferta de liquidez nesse mercado é afetada pelas operações que sensibilizam as reservas bancárias que os bancos mantêm no Banco Central, por meio de operações de mercado aberto, para evitar flutuações muito acentuadas na liquidez bancária. Por Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 191 exemplo: fundos de curto prazo, open market, hot--money, certificados de depositos inter- bancários (CDIs) etc Mercado de Crédito Nesse mercado, são atendidas as necessidades de recursos de curto, de médio e de longo prazos, principalmente oriundas da demanda de crédito para aquisição de bens de consumo duráveis e da demanda de capital de giro das empresas. A oferta, no mercado de crédito, é determinada fundamentalmente pelas instituições bancárias. Por exemplo: crédito rápido, desconto de duplicatas, giro etc. Em linhas gerais, os financiamentos de longo prazo (investimentos) são atendidos por instituições oficiais de crédito, principalmente pelo Banco do Brasil e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social (BNDES) Por exemplo: Finame. Mercodocle Copitois (Mercado de Valores Mobiliários) Esse segmento supre as exigências de recursos de médio e de longo prazos, principal- mente com vistas à realização de investimentos em capital. Nesse mercado e' negociada gran- de variedade de títulos, desde os de endividamento de curto prazo (commercial papers) e de longo prazo (debêntures), passando por títulos representativos do capital das empresas (ações) e até de outros ativos ou valores (mercadorias, parcerias em gado etc.) São típicos desse mercado os chamados derivativos, ou seja, titulos emitidos a partir de variações no valor de outros títulos, como opções, futuros etc. As negociações nesse mercado podem ocorrer tanto nas Bolsas de Valores, Mercadorias ou Futuros, como fora delas, também chamadas de mercado de balcão. Mercado Combicil Nele, são` realizadas a compra e a venda de moeda estrangeira, para atender a diversas finalidades, como a compra de câmbio, para a importação; a venda, por parte dos expor- tadores; e venda/compra, para viagens e turismo. As operaçõeslno mercado cambial são realizadas pelas instituições financeiras _ bancos e casas dehcâmbio - autorizadas pelo Banco Central. Mercoclo de Seguros, Copitolizoção e Previdência Privado Nesse mercado, são coletados recursos financeiros ou poupanças'destinados a cobertura de finalidades específicas, como a proteção a riscos (seguro), capitalização e obtenção de aposenta- dorias e pensões (previdência privada). Em razão da importância que tem na formação de pou- panças no longo prazo, essas instituições também são chamadas de investidores institucionais. Há, complementarmente a essa classificação, duas outras: Fundamentos de Economia ' 192 Mercados Primc'irios e Secundários Os mercados primários são aqueles em que se realiza a primeira compra/venda de um ativo recém-emitido; os mercados secundários caracterizam-se por negociarem ativos financeirosja' negociados anteriormente. Mercados o Visto, Futuros e de Opções Os mercados à vista negociam apenas ativos com preços à vista; os mercados futuros nego~ ciam os preços esperados de certos ativos e de mercadorias para certa data futura; os merca- dos de opções negociam opções de compra/venda de determinados ativos em data futura. No Apêndice, analisamos um pouco mais a estrutura do Sistema Financeiro Nacional e o papel dos principais agentes do sistema no país. WB indicadores do comportamento monetário no Brasil Tabela 11.2: figregodos monetários - Brosil _ 1994-2006 1994 22,8 173,1 i 1995y ' f 1996 29,8 1997 474 1998 50,7 1999s 2000 322,1 ' 406 459,3 72. 74,4 y«2001 f ~›.í'*183,7 ,a f 2002 107,8 1 27,9 *2005 174,3 " Úm9š8,5fi; 1 1 09,5 144.8:VV 2006 * v 807,5 2003; ; V109 ' : 2004 ¬,'*55.1,'1;%~f . 652,1 ' , 4,1312; 15586 * 1884 Fonte: Banco Central do Brasil, www.bcb.gov.br. (a) e (b): Saldos no final do ano, (c): Relação entre Mi e M4. , _Îâišf Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário 193 Tabela 11.3: Coeficientes de comportamento monetário - Brasil ~ l994-20 06 , Público Comportamento dos Nlultíplica'clorll/lonetário ' Velaçida+. 4 Bancos? * ADO; VC':fl/l_Plf‹4_›D _DV115› R7: CX 1:1 R2 gfä4ldl4 :kg/Vl? _ _ M1 1994 0,37 0,63 0,1 1 1995 1996 0,43 0,50 0,57 0,50 Y'0,12 0,15 0,38 0,62 0,09 _ 1997 V M1 E 1998 0,42 _1999 0,40 2000 ~_D_Vz4,¿ 0,62 0,40 2003 _ y0,40 2004 0,40 2005 _ 0,40 2006 0,40 2007 0,38 0,60 0,60 0,60 0,60 0,60 0,62 _ 0,62 0,35 0,13 0,13 0,14 _ 0,1 6 0,15. 0,334 W 0,34 034 0,35 0,34 _ø Í 191 da mãšc: ` 22 9 v W _ v1,283V M D D '7/33'3238 1,44 H 269W 440,444444'V 4 0,09 " f '5,7 _ 9501814513213, 1,21 0,50 4 0,23 0,58 0,11 0,55 _ 0,60 _ 4 0,_11f__ "04.5414" 0,38v 5555 , 2002 12v _ de_renda 1,41 _ 1,25 _ _ 1,3044 ' ,0,125.55 ,f 555;; 0,36 1,52 . f 1,46 1,48y 1,46 71,45.,`1 É , 1 ,41 1,47 '19,0'y 18,2'WV 16,7" 4 H15,3M 4514,7 W V Comportamento do 15,94V 15,9 14,9` 1 3,6 11,6 Fonte: Banco Central do Brasil, wwwbcbgovbr. (a): C= taxa de retenção da moeda pelo público (média dos saldos diários); PMPP = papelmoeda em poder do público (média dos saldos diários]; M7 = meios de pagamento em poder do público (média dos saldos diariosl (b): D = preferência do público por depositos à vista (DV). (c): Rl = taxa de encaixe em moeda Corrente dos bancos Comerciais sobre os depósitos à vista; CX = caixa dos bancos comerciais (media dos saldos diários). (d): R2 = taxa de reservas dos bancos comerciais sobre os depósitos à vista; (e): RB = reservas obrigatórias e voluntárias dos bancos comerciais (média dos saldos diários). K: multiplicador da base monetária; B = base monetária (média dos saldos diários). (f): V= velocidade~renda (ou de circulação) da moeda; PIB = produto interno bruto a preços correntes. 1 . í Y fipêndice H bose jurídico do Sistema Financeiro Nacional7 O Sistema Financeiro Nacional possui dois subsistemas: o normativo, que engloba o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliá- rios, e o da intermediação financeira. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e tem como finalidade formular a política de moeda e crédito, objetivando o pro- gresso econômico e social do país (art. 2g da Lei nQ 4.595, de 31/1 2/1 964). O Banco Central do Brasil, por meio de resoluções, circulares e instruções, decorrentes das decisões do Conselho Monetário Nacional, fiscaliza, controla e regula a atuação dos intermediários financeiros. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) possui caráter normativo. Sua principal atribuição é fiscalizar as bolsas de valores e a emissão de valores mobiliários negociados nessas instituições, principalmente ações e debêntures. Compete a CVM, de acordo com a Lei ng 6.385, de 7/12/1976, art. 89, regulamentar, com observância da politica definida pelo CMN, .as matérias expressamente previstas nessa lei e na lei das sociedades por ações, e fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários. ` No subsistema da intermediação financeira, existem instituições bancárias e não ban- cárias. As primeiras sãoconstituídas pelos bancos comerciais e pelo Banco do Brasil, que deixou de ser autoridade monetária. Já as não bancárias são: 7 Para mais informações sobre as instituições e os aspectos legais que regem o Sistema Financeiro Nacional, consultar o site do Banco Central, wwwbcbsgovbr. / W. \ Determinação da Renda e do Produto Nacional: O Lado Monetário a» 195 o Sistema Financeiro da Habitação, que, com a extinção do Banco Nacional da Habitação (criado em 1964), tem na Caixa Econômica Federal (CEF) seu Órgão máximo, estando, porem, atrelada as decisões do Conselho Monetário Nacional; a as caixas econômicas e as sociedades de crédito imobiliário (Lei nQ 4.380, de 2l/8/1964). As caixas econômicas estaduais, conforme o art. 24 da Lei nQ 4.595, foram equiparadas a Caixa Económica Federal; a os bancos de desenvolvimento, sendo o BNDES a principal instituição financeira de investimentos do governo federal, nos termos das Leis n'Q 1.628, de 20/6/1952, e nQ 2.973, de 26/11/1956. O BNDES foi criado na década de 1950, com o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia. Antes dessa década, tinha sido criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo-Sul. Mais tarde foram criados bancos estaduais de desenvolvimento, para atuarem no fomento das atividades económicas do pais e, em particular, do Estado-sede; a os bancos de investimento, que tiveram sua base legal estabelecida pela Lei nQ 4.278/65, em seu art. 29, que estabeleceu a competência ao Banco Central para autorizar a constituição de bancos de investimento de natureza privada, cujas operações e condições de funcionamento são reguladas pelo Conselho Monetário Nacional. Essas instituições foram criadas nas décadas de 1950 e 1960 para canalizar recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo e de giro das empresas. Elas repassam recursos de instituições oficiais no país, notadamente programas especiais, tais como PIS, Fi~ name etc., bem como repassam e avalizam empréstimos obtidos no exterior. Ja' as companhias de credito, financiamento e investimento começaram a surgir espon- taneamente no pós-guerra, em função da mudança observada na estrutura de produção do país, que se tomou mais complexa, notadamente após a década de 1960. Essa alteração na estrutura de produção teve de ser acompanhada de um sistema credití» cio adequado, em face dos novos prazos de produção e financiamento das vendas dos bens de consumo duráveis, exigidos pelas novas condições de mercado. Ocorreu, porem, que a estrutura de crédito vigente não poderia, de forma adequada, atender a esse novo tipo de demanda de crédito no me'dio e longo prazos. Até meados da década de 1990, o processo in~ flacionário atingia níveis bastante elevados, o que ocasionava, ale'm de outras conseqüências, sérias distorções na aplicação dos recursos poupados pelas unidades com superávits. Desse modo, uma saida foi a expansão das financeiras. Muitas delas pertenciam a grupos financeiros que conseguiram se ajustar a demanda de crédito, que exigia prazos mais dilatados do que os proporcionados pelo sistema bancário de então. Fundamentos de Economia Questões para revisão 1.. Sobre o conceito de moeda: a) Defina moeda e suas funções. b) Defina moeda fiduciária e moeda lastreada. Com relação aos meios de pagamento: a) Conceitue meios de pagamento. b) Defina Ml, M2, M3 e M4. c) O que vêm a ser monetização e desmonetização? Qual a relação desses conceitos com a taxa de inflação? d) Dê dois exemplos de criação e dois exemplos de destruição de meios de pagamento. e) O saque de um cheque representa criação ou destruição de meios de pagamento? . Sobre oferta e demanda de moeda: a) Quais as funções do Banco Central? Quais os instrumentos de que dispõe para operar a política monetária? . b) O que são reservas ou depósitos compulsórios? Qual o efeito de um aumento da taxa de reservas compulsórias sobre a oferta de moeda? c) Porque bancos de investimentosfinanceiras e outros intermediários financeiros não podem afetar a oferta de moeda e os bancos comerciais têm essa prerrogativa? d) Qual a 'diferença entre os conceitos de base monetária e meios de pagamento? e) O que vem a ser o multiplicador monetário? De que parâmetros depende? f) Quais as razões que levam a coletividade a demandar ou reter moeda? Quais variáveis afetam essa decisão? Supondo que o Copom fixe a taxa dejuros Selic em 12,75%, a meta de inflação decidida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) seja de 4,5% para o ano, determinar a taxa real dejuros para o período. Sobre a teoria quantitativa da moeda: a) Defina teoria quantitativa da moeda. b) Defina velocidade-renda da moeda. Qual seu comportamento no curto prazo, de acordo com a teoria clássica e com a teoria keynesiana? c) Como as expectativas de inflação futura podem afetar a velocidade- renda da moeda? d) Supondo a velocidade-renda da moeda constante e uma economia com desemprego de recursos produtivos, mostre o efeito de uma política monetária expansioe nista sobre o nível geral de preços e a renda real da economia. Coloque-se na posição de uma autoridade monetária e apresente dois instrumentos de política monetária para cada um dos objetivos a seguir: a) expansão do nivel de atividade; b) politica antiinflacionária. ,Q-«zíäw z'fšzfif 1252: › »?1¿s'151%% Nígfiäww* ' t117;' 121: `f '11 17;: mz: a: :a :ef Ww z 1, 117% 217" Q _" :Wâr 221? :fâà'â' ¬ 7;: : V w: "752 fWegw/f/ wi; 0,711. v ,' w WN .M7 .7417 w É, www..vQ f' \="1~ 2 4;:13-;2741?. Imãs: .2,1 `7:11:71 ,1.1171 ,' w n" Fé ~ ,_ v z» 1:r «7 71.17: :mf/"z "ÂÀO'Í" fz» :W z ,. :1x :717 š1|£š1é-,w 7179 Sw m 1-.: . 7 :šššê 1.17151 ` NIF * 3380 , w Qá'š `|`Ó v j M1:81:21: QQ QQ: . :sšíM :zQ .4 W 17:! w, Q «â r*_ ~z ,ãwémëm/i'm .mw- 721" * 7,» éfãgálñø,níiaww :1 if; ,zwp Fundamentos de Economia 200 Esse principio sugere que cada pais deva se especializar na produção da mercadoria ern que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor). Essa será, portanto, a mercadoria a ser exportada. Por outro lado, esse mesmo país deverá importar bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (cuja produção é relativamente menos eficiente). Desse modo, explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, a partir da qual concretiza-se o processo de troca entre eles. A teoria das vantagens comparativas foi formulada por David Ricardo ern 1817. No exem~ plo construido por esse autor, existem dois países (Inglaterra e Portugal), dois produtos (tecidos e vinho) e apenas um fator de produção (mão-de-obra). A partir da utilização do fatortrabalho, obtém-se a produção dos bens mencionados, contormeTabela 12.1: Tabela 12.1: Quantidade de homens/ hora para a produção de uma unidade de mercadoria País , PyrodUÍn' , inglaterra z Portugal Tecidos v ,e 'e Vinha,VV ,e e' _, 120 80 ` Em termos absolutos, Portugal é mais produtivo na produção de ambas as mercadorias. No entanto, em termos relativos, o custo de produção de tecidos em Portugal é maior que o da produção de vinho; e, na Inglaterra, o custo da produção de vinho é maior que o da produção de tecidos. Comparativamente, Portugal tem vantagem relativa na produção de vinho, e a inglaterra, na produção de tecidos. Segundo Ricardo, os dois países obterão beneficios ao especializarem-se na produção da mercadoria em que possuem vantagem comparativa, exportando-a, e importando o outro bem. Não importa, aqui, o fato de que um país possa ter vantagem absoluta em ambas as linhas de produção, como é o caso de Portugal, nesse exemplo. Os beneficios da especialização e do comércio podem ser observados ao se comparar a situação sem e com comércio internacional. Sem comércio internacional, na inglaterra são necessárias 100 horas de trabalho para a produção de 1 unidade de tecido e 120 horas para a produção de 1 unidade de vinho. Desse modo, 1 unidade de vinho deve custar 1,2 unidade de tecido (120/100). Por outro lado, em Portugal, essa unidade de vinho custará 0,89 unidade de tecido (80/90). Se houver comércio entreos países, a inglaterra poderá importar 1 unidade de vinho por um preço inferior a 1,2 unidade de tecido, e Portugal podera' comprar mais que 0,89 unidade de tecido vendendo seu vinho. O Setor Externo 201 Assim, por exemplo, se a relação de troca entre o vinho e o tecido for de 1 para 1, ambos os países sairão beneficiados. A Inglaterra, produzindo autonomamente , gastara' 120 horas de trabalho para obter 1 unidade de vinho; com o comércio com Portugal poderá Utilizar apenas 100 horas de trabalho, produzir 1 unidade de tecido e trocá la por 1 unidade de vinho, poupando, portanto, 20 horas de trabalho, que poderiam ser utilizada s produzindo mais te~ cidos (obtendo, assim, maior nivel de consumo). O mesmo raciocínio vale para Portugal; em vez de gastar 90 horas produzindo 1_ unidade de tecido, poderia usar apenas 80 produzindo 1 unidade de vinho e troca-Ia no mercado internacional por 1 unidade de'tecido, também economizando 10 horas de trabalho. Desse modo, a Inglaterra devera se especializar na produção de tecidos, exportan do-os e importando vinho de Portugal, que se especializou em tal produção e passou a importar tecidos. Conclui-se, portanto, que dada certa quantidade de recursos, um pais poderá obter ganhos com o comércio internacional, produzindo aqueles bens que gerarem comparativa- mente mais vantagens relativas. A teoria desenvolvida por Ricardo fornece uma explicação para os movimentos de mercadorias no comércio internacional, a partir da oferta ou dos custos de produção existentes nesses países. Logo, os países exportarão e se especializarão na produção dos bens cujo custo for comparativamente menor em relação aqueles existentes, para os mesmos bens, nos de- mais paises exportadores. Uma limitação da teoria das vantagens comparativas é que é relativamente estática, não levando em consideração a evolução das estruturas da oferta e da demanda, bem como das relações de preços entre produtos negociados no mercado internacional, a medida que as economias se desenvolvem e seu nivel de renda cresce. Utilizando o exemplo anterior, a medida que crescessem o nivel de renda e o volume do comercio internacional, a demanda por tecidos cresceria mais que proporcionalmente à demanda por vinho, e ocorreria uma tendência a deterioração da relação de trocas entre Portugal e inglaterra, favorecendo esse último país. Como vimos no Capítulo 5, no item 5.6.4, essa é uma crítica desenvolvida pelos economistas de visão estruturalista ou cepalina1 . Segundo essa corrente, os produtos manufatu- rados apresentam elasticidade~renda da demanda maior que um, e'os produtos primários, menor que um, significando que o crescimento da renda mundial provocaria um aumento relativamente maior no comércio de manufaturados, acarretando uma tendência crónica ao déficit no balanço de pagamentos dos países exportadores de produtos básicos ou primários (justamente os países periféricos ou em via de desenvolvimento). Nome devido a Cepal _ Comissão Econômica para a America Latina e Caribe, organismo da ONU sediado no Chile, berço da corrente estruturalista, liderada pelo economista argentino Raúl Prebisch (1901- 1985). Embora tenha exercido maior influència entre os anos 1950 e 1960 na América Latina, ainda é representativa particu- larmente no Brasil, sendo a linha predominante nas universidades públicas federais e estaduais, tendo como expoentes os economistas Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado. ii 202 Fundamentos de Economia 12.3 Determinoçõoudo tom de câmbio 12.3.1 Conceito Quando dois paises mantêm relações econômicas entre si, entram necessariamente em jogo duas moedas, exigindo que se fixe a relação de troca entre ambas. A taxa de câmbio é a medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Pode, também, ser definida como o preço da moeda estrangeira (divisa) em termos da moeda nacional. Assim, 1 dólar pode custar 1,80 reais, 1 libra pode custar 2,50 reais. A determinação da taxa de câmbio pode ocorrer de dois modos: institucionalmente, pela decisão das autoridades econômicas corn a fixação periódica das taxas (taxas fixas de câmbio), ou pelo funcionamento do mercado, no qual as taxas flutuam automaticamente em decorrência das pressões de oferta e demanda de divisas estrangeiras (taxas flutuantes ou flexiveis). A demanda de divisas é constituída pelos importadores, que precisam delas para pagar suas compras no exterior, uma vez que a moeda nacional não é aceita fora do pais, e também pela saida de capitais financeiros, pagamentos dejuros, remessas de lucros, saida de turistas. A oferta de divisas é realizada tanto pelos exportadores, que recebem moeda estrangeira em contrapartida a suas vendas, como pela entrada de capitais financeiros internacionais, turistas etc. Como a divisa não pode ser utilizada internamente, precisa ser convertida em moeda nacional. ' Urna taxa de câmbio elevada significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada. Assim, a expressão desvalorização cambial indi- ca que houve um aumento da taxa de câmbio - maior número de reais por unidade de moeda estrangeira. A moeda nacional é desvalorizada, e o dólar, por exemplo, valorizado. Por sua vez, valorização cambial significa moeda nacional mais forte, isto e, pagam-se menos reais por dólar, por exemplo, e tem-se, em conseqüência, uma queda na taxa de câmbio. Nesse caso, a moeda nacional foi valorizada, e o dólar desvalorizado. Na literatura internacional, utilizam-semais os termos apreciação e depreciação cambial, em vez de valorização e desvalorização. A taxa de câmbioestá intimamente relacionada com os preços dos produtos exportados e importados e, conseqüentemente, com o resultado da balança comercial do pais. Se a taxa de câmbio se encontrar em patamares elevados, estimulara' as exportações, pois os exportadores passarão a receber mais reais pela mesma quantidade de divisas derivadas da exportação; em consequência, haverá maior oferta de divisas. Por exem- plo, suponhamos uma taxa de câmbio de 2 reais por dólar, e que o exportador vendia 1.000 unidades de seu produto a 50 dólares cada. Seu faturamento era de 50.000 dólares, ou 100.000 reais. Se o câmbio for desvalorizado em 10%, a taxa de câmbio subirá para 2,20 reais por dólar e, vendendo as mesmas 1.000 unidades, receberá os mesmos 50.000 O Setor Externo 203 dólares, sÓ que valendo agora 110.000 reais. Isso estim ulará o exportador a vender mais, aumentando a oferta de divisas. Do lado das importações, a situação se inverte, pois se os preços dos produtos importados se elevam, em moeda nacional (os importadores pagarã o mais reais pelos mesmos dólares pagos antes nas importações), haverá um desestímulo as importações e, conseqüentemente, uma queda na demanda por divisas. Uma taxa de câmbio sobrevalorizada (isto é, a moeda nacional encontra-se valorizada) surte efeito contrario tanto nas exportações como nas importações. Há um desestímulo as exportações e um estímulo às importações. 123.2 Tom de câmbio e inflação Para analisar as relações entre câmbio e inflação, inicialmente veremos como a politica cambial afeta' as taxasde inflação, e depois inverteremos a questão, isto e, como a taxa de inflação afeta o câmbio. Volorizoção Combiol e lnfloção Com uma valorização (apreciação) cambial, a moeda nacional (real) fica mais forte relativamente às moedas estrangeiras. Os brasileiros passam a importar mais, e aumenta a competição do produto importado com os produtos nacionais. Os empresá rios brasileiros são desestimulados a elevar o preço de seus produtos e obrigados a manter os preços em niveis competitivos. Ou seja, a valorização cambial permite "ancorar" os preços internos e reduzir a taxa de inflação (dai deriva o termo âncora cambial). A partir de i994, no Plano Real, a valorização cambial foi um instrum ento bem~sucedido no sentido de controlar a inflação, que vinha apresentando dois dígitos mensais. Outro efeito positivo dessa política foi a elevação dos índices de produtiv idade, devido a modernização do parque produtivo nacional proporcionado pelas importa ções de bens de capital, o que levou à redução de custos de produção, e conseqüentemen te dos preços, beneficiando os consumidores (produtos de melhor qualidadefa preços relativamente mais baixos). Contudo, a política de valorização cambial pode apresentar (como ocorreu no Brasil) algumas desvantagens. Os setores nacionais que estiverem despreparados para a competição externa podem sofrer grande queda em suas vendas, com o consequente aumento do desemprego nesses setores. Os exportadores também são prejudicados, porque, com a moeda nacional valorizada, nossos produtos ficam relativamente mais caros para o comprador es~ trangeiro. Com importações tendendo a crescer mais que as exportações, pode ocorrer um déficit na balança comercial, com a conseqüente saída de divisas do país. Para manter suas Fundamentos de Economia 204 reservas cambiais, o país se ve na contingência de buscar recursos no exterior, aumentando sua dependência ou vulnerabilidade externa2. Desvolorizoção Combiol e lnfloção A desvalorização cambial tem efeito contrário ao descrito anteriormente: os produtos im- portados ficam mais caros, em termos de reais. Evidentemente, diminuirão as importações de muitos produtos, mas os produtos essenciais, como petróleo, trigo, que o Brasil importa muito, terão seu preço aumentado (em reais, não em dólar), provocando aumento dos custos de produção, que serão repassados aos preços dos produtos finais, gerando inflação - a chamada inflação de custos. O efeito da desvalorização cambial sobre a taxa de inflação é denominado pass~through. Efeito do Elevoção do lnfloção Interno sobre o Toxo da Câmbio Uma elevação da taxa de inflação pode levar a um verdadeiro circulo vicioso. O aumento da inflação interna em 'relação a externa, isto é, da relação entre preços internos e preços externos, encarece os produtos nacionais relativamente aos estrangeiros, piorando o saldo comercial do país com o resto do mundo. Para recuperar as exportações e inibir as importações, o governo desvaloriza o câmbio nominal. Embora desestimule, no geral, a compra de produtos importados, alguns produtos essenciais, como petróleo, não terão sua importação diminuída, mas apenas elevação de seu preço, em moeda nacional. isso provocará elevação dos custos de produção, que serão repassados aos preços finais, e tem-se, então, caracterizada uma inflação de custos. A relação entre preços internos e preços externos se eleva novamente, e o circulo vicioso continua. Volorizcição Reol e Volorizcição Nominol do Câmbio A valorização real e igual ã valorização nominal, menos a taxa de inflação do período. Assim, se a taxa de câmbio variar 20% no mesmas a inflação alcançar também 20%, teremos apenas uma desvalorização nominal (de 20%), mas não desvalorização real. SÓ ocorrerá desvalorização real se a desvalorização nominal superar a taxa de inflação. Nesse caso, se o objetivo de política económica e' melhorar o saldo da balança comercial, aumentando a competitividade das exportações, e inibir a compra de produtos importados, o efeito seria nulo: o estímulo representado pela desvalorização nominal foi anulado pelo aumento dos N preços internos. ` Uma crítica freqüente ã politica de valorização cambial e' a tendência à chamada "armadilha cambial". Quando o pais cresce, as importações tendem a aumentar. Entretanto, o mesmo não ocorre necessariamente com as exportações, que dependem mais do aumento da demanda externa e não do crescimento da renda interna. Portanto, quanto mais o pais cresce, maior sua vulnerabilidade em relação às economias dos outros países, o que constitui uma-restrição externa ao crescimento do país, gerando uma verdadeira "armadilha", O Setor Externo 205 Rigorosamente, para que ocorra a desvalorização real, não basta a desvalorização nOminal superar a taxa de inflação interna. É necessário também que a inflação interna Seja superior à inflação internacional (externa). Porexemplo, uma desvalorização do euro (moeda ‹ adotada em quase todos os paises da Comunidade Econômica Européia), independente da política cambial brasileira, diminui a competitividade de nossos produtos vis-à-vis os produtos europeus. Portanto, para avaliar a competitividade dos produtos brasileiros no comércio exterior, o conceito relevante e' o de câmbio real, não o nominal. I 12.4 Políticos externos A atuação do governo na área externa pode ocorrer por meio da politica cambial ou da politica comercial. A política cambial diz respeito a alterações na taxa de câmbio, enquanto a politica comercial'constitui-se de mecanismos que interferem no fluxo de mercadorias e serviços. 12.4.] Político cambial As politicas cambiais dependem do tipo de regime cambial adotado pelo país, como veremos a seguir. Regime de Toms Fixos de Cômbio O Banco Central fixa antecipadamente a taxa de câmbio com a qual o mercado deve operar. Pelas regras fixadas pelo sistema financeiro internacional, se um pais fixa sua taxa de câmbio, ele seobriga a disponibilizar as reservas para o mercado quando requisitadas (seja pelos exportadores, turistas ou saidas de capital financeiro). O regime de câmbio fixo foi adotado por paises com elevadas taxas de inflação (Ara gentina, Brasil) principalmente nos anos 1980 e 1990, uma vez que, fixado o valor da moeda estrangeira, em termos da moeda do pais, o preço dos produtos importados não se eleva com as variações cambiais. Evidentemente que os produtos estrangeiros (por exemplo, o petroleo) podem se elevar no exterior (em dólares), o que certamente impactará nos preços dos países importadores, mas isso não está relacionado com o regime cambial desses paises. A principal desvantagem do regime de câmbio fixo deriva do fato de que, como o país que adota esse regime e' obrigado, pelas regras internacionais, a disponibilizar suas reservas cambiais, essas ficam mais vulneráveis a elevações na demanda por moeda estrangeira, que 206 Fundamentos de Economia pode ser ocasionada por ataques especulativos, pagamentos elevados de dívidas externas (pu blicas e privadas). Quando esses ataques ocorrem, o pais, se mantiver o regime de câmbio fixo, vê-se obrigado a manter elevadas taxas dejuros, para evitar a saida de reservas, atraindo capital financeiro internacional e desestimulando aplicações de residentes do pais em moeda estrangeira. Ou seja, a política monetária fica completamente amarrada à questão cambial, em vez de ser direcionada a outros objetivos de política econômica (por exemplo, uma redução da taxa dejuros para estimular o crescimento e o emprego). isso explica porque houve a grande elevação das taxas dejuros no Brasil após a crise asiática de 1997, quando a taxa de juros nominal chegou a atingir os 45% anuais, a maiortaxa do mundo (e ainda hoje, uma das maiores do mundo). Dentro do regime de câmbio fixo, tem«se o sistema de bandas cambiais. O Banco Central fixa os limites superior e inferior (uma banda) dentro dos quais a taxa de câmbio pode flutuar. É considerado câmbio fixo, pois o limite de variação da taxa de câmbio e' fixado. Nesse caso, o Banco Central é obrigado a disponibilizar suas reservas cambiais, quando requeridas. Regime de Toxos Flutuantes ou Flexíveis de Câmbio A taxa de câmbio e' determinada pelo mercado de divisas, ou seja, pela oferta e demanda de moeda estrangeira. Diferentemente do sistema de câmbio fixo, o Banco Central não e obrigado a disponibilizar suas reservas cambiais. A grande vantagem do regime de câmbio flutuante e justamente a defesa das reservas cambiais: o mercado fixa a taxa de câmbio que desejar, pelo movimento da oferta e da demanda de divisas, e o Banco Central não se obriga a mexer em suas reservas. Com isso, as autoridades podem direcionar os instrumentos de politica monetária, principalmente a taxa de juros, para outros objetivos, como estimular o nível de atividades e do emprego. O prin~ cipal problema desse sistema é que a taxa de câmbio pode tornar-se muito volátil, sujeita as alterações do mercado financeiro nacional e internacional, inclusive especulativas. Podem ocorrer rapidamente grandes desvalorizações cambiais, que elevam os preços dos produtos importados, e conseqüentemente impactando sobre a taxa de inflação do pais. Na verdade, mesmo dentro do regime de câmbio flutuante, o Banco Central interfere indiretamente na determinação da taxa de câmbio, por meio da compra e venda de divisas no mercado, mantendo-a dentro de niveis quejulga adequados, dependendo dos objetivos gerais de politica econômica. Por exemplo, se as autoridades económicasjulgarern que a taxa de câmbio está muito elevada e pressionando as taxas de inflação, o Banco Central injeta dólares no mercado (aumenta a oferta de dólares, diminuindo sua cotação); se considerarem que a taxa está muito baixa, e o objetivo for estimular as exportações, o Banco Central compra dólares no mercado, elevando sua cotação. Esse fato é chamado de flutuação suja, ou dirty floating, e é o regime cambial adotado pela maioria dos países. O Setor Externo 207 O Quadro i2.i sintetiza as principais diferenças entre os regimes de câmbio fixo e câmbio flutuante. Quadro 12.1: Regimes cambiais Câmbio Flutuante (Flexível) V Câmbio Fixo e Banco Central fixa a taxa de Câmbio. , _ demanda de divisas) r> Banco Central é obrigado a Caracteristicas a» O mercado (oferta e ` , _, . disponibilizar as reservas cambiais. determina a taxa de câmbio. _ , a» Banco Central nao e obrigado a disponibilizar as reservas cambiais ' E» Maioricontrole da inflação` V z a Politica monetária mais f (custos das importações a ~VanÊëägenS 'a a f › f 'V V ` ' V estaveis) Ê; >f Reservas cambiais mais ` protegidas de ataques V e Reservas cambiais vul- Desvantagens ' f independente do câmbio. es do câmbio. especulativos. r> A taxa de câmbio fica muito neráveis a ataques especu- dependente da volatilidade lativos. do mercado financeiro a A política monetária (taxa _ . deiuros) fica dependente nacional e internacional. . . a Maior dificuldade de controle do volume de reservas das pressões inflaciona'rias, cambiais. devido as desvalorizações cambiais (pass-through). 12.4.2 Política comercial Dentre as políticas comerciais externas, podemos destacar as seguintes: › alterações das tarifas sobre importações: se a politica adotada visar proteger a pro~ dução interna, como no processo de substituição de importações adotado pela maior parte dos paises em desenvolvimento até os anos i 970, isso normalmente e feito com a elevação do imposto de importação e de outros tributos e taxas sobre os produtos importados. No caso oposto, com a abertura comercial, ou liberalização das importações, as tarifas sobre produtos importados são diminuídas; Fundamentos de Economia 208 r> regulamentação do comércio exterior: entraves burocráticos que dificultam as transações com o exterior, bem como o estabelecimento de cotas ou proibições às importa~ _ ções de determinados produtos, representam barreiras qualitativas às importações. As politicas comerciais estão sujeitas as normas estabelecidas pela Organização Mundial - do Comércio (OMC), Órgão que substituiu o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT General Agreement on Tariffs and Trade). A função. desse Órgão é tentar coibir políticas protecionistas e práticas de dumpíng, ou seja, que um país venda a preços de mercado inferiores a seus custos de produção, que é uma forma de aumentar a participação nos mer~ cados mundiais? 12.5 Êotores determinantes do comportamento dos exportações e importações Para compreender melhor os meios de atuação da politica econômica, é interessante conhecer quais os fatores que mais influenciam as exportações e as importações. 12.5.] Exportações Por simplificação, consideraremos como moeda estrangeira o dólar. Isso posto, as exportações agregadas são influenciadas, coeteris paribus, pelas seguintes variáveis: e preços externos em dólares: se os preços dos produtos brasileiros se elevarem no exterior, as exportações nacionais deverão se elevar; v preços internos em reais: uma elevação dos preços internos de produtos exportáveis pode desestimular as exportações e incentivar a venda no mercado interno; a» taxa de câmbio (reais por dólares): um aumento da taxa de câmbio (isto é, uma desva~ lorização cambial) deve estimular as exportações, seja porque os exportadores brasilei- ros receberão mais reais pelos mesmos dólares anteriores, seja porque os compradores externos, com os mesmos dólares anteriores, poderão comprar mais produtos do Brasil; a renda mundial: um aumento da renda mundial certamente estimulará o comércio internacional e, em conseqüência, as exportações brasileiras; Um conceito relativamente recente é o de dumping social. A prática de dumpíng, ou seja, vender abaixo dos custos de produção, e relativamente comum entre empresas dentro de um país, mas é proibida no comercio in~ ternacional. Entretanto, alguns países asiáticos (China, Vietnã, Paquistão), como apresentam custos muito baixos de mão-deobrahexportam produtos a preços extremamente baixos, aniquilando a concorrência em muitos setores, particularmente nos que requerem baixo nivel de tecnologia, como tecidos, calçados, ferramentas caseiras, brinquedos, dentre outros. Rigorosamente, não estão contrariando a OMC, dado que não estão subsidiando suas exportações, pois não estão vendendo abaixo dos custos de produção. O Setor Externo 209 e subsídios e incentivos às exportações: subsídios e incentivos as exportações, sejam de ordem fiscal (isenções de impostos), sejam de ordem financeira (taxas de juros subsidiadas, disponibilidade de financiamentos), sempre representam Um fator de estímulo as exportações. 12.5.2 Importações Os principais fatores determinantes do comportamento das importações agregadas são os seguintes: e preços externos em dólares: se os preços dos produtos importados se elevarem no exterior em dólares, haverá uma retração das importações brasileiras; e preços internos em reais: um aumento dos preços dos produtos produzidos internamente incentivará av compra dos similares no mercado externo, elevando as importações; e taxa de câmbio (reais por dólares): uma elevação da taxa de câmbio (desvalorização cambial) acarretará maior despesa aos importadores, pois pagarão mais reais pelos mesmos produtos antes importados, os quais, embora mantenham seus preços em dólares, exigirão mais moeda nacional (real) por dólar; ø renda e produto nacional: enquanto as exportações são mais afetadas pelo que ocor- re com a renda mundial, as importações estão mais relacionadas à renda nacional. Um aumento da produção e da renda nacional significa que o país está crescendo e que demandarã mais produtos importados, seja na forma de matérias-primas, bens de capital, sejam bens de consumo; r> tarifas e barreiras às importações: a imposição de barreiras quantitativas (elevação das tarifas sobre importações) ou qualitativas (proibição da importação de certos pro- dutos, estabelecimento de cotas ou entraves burocráticos) ocasiona uma inibição nas compras`de produtos importados. A partir das informações disponíveis sobre essas variáveis, torna-se possível estabelecer relações estatísticas que permitem avaliar o efeito de cadauma delas sobre o comportamento das exportações e das importações, direcionando as decisões da política econômica em relação ao setor externo da economia. 12.6 H estrutura do balanço de pogcrmentos O balanço de pagamentos é o registro estatístico-contábil de todas as transações econó- micas realizadas entre os residentes de um país com os residentes dos demais paises. 2m Fundamentos de Economia Desse modo, estão registradas no balanço de pagamentos, por exemplo, todas as expor~ tações e importações do período considerado: os fretes, os seguros, os empréstimos obtidos no exterior. Ou seja, todas as transações com mercadorias, serviços e capitais físicos e financeiros entre o país e o resto do mundo. A contabilidade dessas transações segue as normas gerais de contabilidade geral, utilizando-se o método das partidas dobradas. Todavia, no caso das transações externas, não existe propriamente urna conta Caixa, e, para contornar tal situação, usa-se uma conta especial de~ nominada Haveres e Obrigações no Exterior (HOE). O processo é o mesmo da contabilidade privada: quando há ingresso de dinheiro na empresa debita-se na conta Caixa. Na contabilização do balanço de pagamentos, quando isso acontece, debita-se na conta Haveres e Obriga- ções no Exterior. Quando há saida de dinheiro, credita-se na l-lOE. Exemplos: - Exportações à vista: C Exportações D _ I-lOE Fretes pagos: C - HOE D - Fretes A conta Haveres e Obrigações no Exterior apresenta três tipos de transações: > divisas (moedas estrangeiras); > ouro monetário (no comércio internacional, é aceito como meio de pagamento); b direitos especiais de saque (DES) (uma espécie de "cheque especial" que os países têm no FMI, cujo limite varia inversamente com a renda per capita e a participação no comércio internacional). Éoportuno salientar que as contas do balanço de pagamentos referem-se apenas ao fluxo em dado ano, e não indicam o total de endividamento externo e de reservas intermediárias do pais (que são estoques). Entretanto, é possivel saber a variação da divida externa, que pode ser obtida pela diferença entre a entrada de empréstimos e financiamentos, e os paga- mentos efetuados (amortizações e liquidação de atrasados comerciais). A variação das reser- vas internacionais, quexsão as divisas estrangeiras, ouro e DES que estão em poder do Banco Central ou depositados no FMI, é dada pela conta Haveres e Obrigações no Exterior. O balanço de pagamentos apresenta as seguintes subdivisões: > balança comercial: essa conta compreende basicamente o comércio de mercadorias. Se as exportações FOB (free on board, isto é, isentas de fretes e seguros) excedem as impor- tações FOB, tem-se um superávit no balanço de comércio; caso contrário, há um déficit; O Setor Externo 2" e balanço de serviços e rendas: registram-se todos os serviços e rendas pagos e/ou recebidos pelo Brasil, tais como: fretes, seguros, lucros, juros, royalties e assistência técnica, viagens internacionais. Os serviços que representam remuneração a fatores de produção externos (juros, lucros, royalties e assistência técnica) são chamados de serviços de fatores, e e' a própria renda liquida do exterior (diferença entre o PIB e o PNB). Os serviços de não~fatores correspondem aos itens do balanço de serviços que se referem a pagamentos as empresas estrangeiras pela prestação de serviços de fre- tes, seguros, transporte, viagens; I e transferências unilaterais correntes: também conhecidas como conta de donativos, registram as doações interpaises. Os donativos podem ser em divisas (como os que os decasségui enviam do Japão ao Brasil) ou em mercadorias; e balanço de transações correntes: o somatório dos balanços comercial, de serviços e de transferências unilaterais resulta no saldo em conta corrente e/ou balanço de transações correntes. Se o saldo do balanço de transações correntes for negativo, tem-se uma poupança externa positiva, pois indica que o pais aumentou seu endividamento externo, em termos financeiros, mas absorveu bens e serviços em termos reais do ex‹ terior. Se o balanço de transações correntes for positivo, isso indica que o Brasil enviou mais bens e serviços para o exterior do que recebeu. Em termos reais, e' uma poupança externa negativa; e conta capital e financeira: nessa conta aparecem as transações que produzem variações no ativo e no passivo externos do pais e que, portanto, modificam sua posiçao devedora ou credora perante o resto do mundo. Essa conta era denominada anteriormente de Movimento ou Balanço de Capitais. Aí são registradas: a) as contrapartidas financeiras das exportações e importações de mercadorias e serviços, excetuadas as que se referem a transferências unilaterais; b) as transações financeiras puras, ou seja, como ações e cota-parte do capital das empresas, cotas de participação governamental em organismos internacionais, ti~ tulos de outros paises, empréstimos em moeda. Cabe uma observação sobre a rubrica Errose Omissões. É a diferença entre o saldo do balanço de pagamentos e o financiamento do resultado, que surge quando se tenta compa- tibilizar transações físicas e financeiras e as várias fontes de informações (Banco Central, De- partamento de Comércio Exterior, Receita Federal). Como o Banco Central tem maior controle sobre o item Financiamento do Resultado, supõe-se seu saldo correto, e joga-se a diferença entre esse item e a soma de transações correntes e a conta capital e financeira em Erros e Omissões. A regra internacional é admitir para Erros e Omissões um valor de, no máximo, 5% da soma das exportações com as importações. Fundamentos dgconomia 212 Quadro 12.2: Bolonço de pagamentos A. Balança Comercial (Mercadorias) ä ä Importações FOB (débito) Exportações FOB (crédito) B. Conta Serviços e Rendas p Viagens internacionais (turismo) B* Transportes (fretes) P Seguros R' Rendas de capitais (juros, lucros, dividendos e lucros reinvestiëlos pelas multinacionais) 9 Serviços diversos (royalties, assistência técnica) E> Serviços governamentais (embaixadas) C. Transferências Unilaterais Correntes (Donativos em Divisas ou Mercadorias) D. Balanço de Transações Correntes ou Saldo em Conta Corrente (Resultado Líqui- do de A + B + c) À E. Conta Capital e Financeira 9 Investimentos diretos líquidos (novas firmas estrangeiras) p Reinvestimentos (multinacionais já instaladas no país) Empréstimos e financiamentos (Banco Mundial, BID, bancos privados e oficiais b VVV estrangeiros) Amortizações Empréstimos de regularização (FMI) Atrasados comerciais Capitais de curto prazo F. Erros e Omissões G. Saldo do Balanço de Pagamentos (Resultado Líquido de D + E + F) H. Variação de Reservas (=-G) 12.6.1 Exercício Dadas as seguintes informações sobre o balanço de pagamentos, em milhões de dólares: Exportações FOB Importações FOB 100 _ 80 Empréstimos externos recebidos .... 20 Donativos recebidos em dólares .... 5 Remessa de lucros 8 O Setor Externo Amortizações pagas 213 iO Juros pagos sobre a divida externa.............................. 20 Investimentos Diretos Estrangeiros .... 30 pede-se: a) o saldo da balança comercial (BC); b) o saido do balanço de transações correntes (BTC); e c) › o saldo do balanço de pagamentos (BP). Respostas: a) BC = Exportações -Importações = 100 - 80 = 20 - b) BTC = BC + Serviços e Rendas + Transferências unilaterais correntes = 20 (- 8 20) + 5 = -3 c) BP = BTC + Conta Capital e Financeira = - 3 (+ 20 ~ 10 + 30) = 37. No Apêndice, apresentamos um exercício completo, com os principais lançamentos contábeis com partidas dobradas. 12.? O balanço de pagamentos no Brasil Como já vimos neste capítulo, um déficit em conta corrente (isto é,=no balanço de transa~ ções correntes) significa que o pais absorveu poupanças externas no valor equivalente, em princípio, a esse déficit. Esse ingresso líquido de recursos reais permite ao país investir internamente, em termos reais, mais do que lhe seria possível se não fosse esse déficit. Reciprocamente, um superávit quer dizer que o pais investiu liquidamente no exterior, durante o periodo, quantia equivalente de recursos. Em suma, o de'ficit em conta corrente é a maneira que os paises em desenvolvimento têm de captar poupança externa para manter seu nivel interno de crescimento. Até 2002, a economia brasileira apresentava historicamente uma balança comercial superavitária (exportações maiores que importações), mas um balanço de serviços e rendas deficitário, principalmente devido ao pagamento dejuros da divida externa,›mas também devido a remessa de lucros e pagamentos de fretes, seguros e royalties. Mesmo que na maioria dos anos a balança comercial tenha apresentado saldos positivos, assim como as transferências unilaterais correntes, esses saldos eram superados em quase todos os anos pelo saldo negativo da conta serviços e rendas, o que tornou o balanço de transações correntes negativo até aquela data. Esse déficit em conta corrente era financiado pela entrada liquida de capitais externos, tanto na forma de investimentos diretos como de capitais especulativos. Entretanto, houve uma profunda alteração do comportamento do balanço de pagamentos brasileiro a partir de 2003, em decorrência tanto do grande aumento das exportações, z Fundamentos de Economia 214 como da entrada de Capitais financeiros, derivados do aumento do comércio e da movimen~ tação financeira mundial. A elevação das exportações deveu-se fundamentalmente as ex~ portações de commodities (minérios, produtos agrícolas) para o Sudeste da Ásia, enquanto a entrada de capitais financeiros está associada à elevada taxa dejuros do pais, uma das maiores do mundo. A partir de entao, os saldos positivos da Balança Comercial eTransferências Unilaterais Correntes passam a superar o saldo negativo da Conta de Serviços e Rendas, tornando o saldo em conta corrente positivo, como pode ser constatado na Tabela 12.2, que apresenta a evolução do balanço de pagamento no Brasil desde 1994. Tabela 12.2: Balanço de pagamentos: 1994-2007. 1 f ,tsàidoaq , f ARO Exporta-¿ lmportaz ` Balançaâ, _ 1 f_›, i çoes f yçoes ~ f_ , ,',ComercialV fz . 43,5 . 1994 " *46,5 (50,9) 1996 47,7 (53,3) 1997` ~ _ ‹ 53.o, 569,7) i 4 ‹ 51,1 (57,7) U 55,1 2000 ` 2002 60,4 (47,2) 2004 96,5 (62,8) V2005 _ «,4183 .f'f'fi73,_ô;)¿ Õ* - 137,8 (91,4) f,2Ó'o`7f"~"1516051:1'_3'(1'20,6') 29,1y 12,92 (23,5) 34,0 8,67 Í 25,8 (7,91) 29,7 (7,97) W «2,0 ' 1,8 (55,8) :58,2 , y(55,6) ` f f 2001" ', ' f ,54,9 ff 5118.4) 1,9 (28,3) V' 33,6 (25,2) 'V V 2' _ 46,5 (37,1) [40,6 ,, mentos. ff _' 7,22 2,2y ff, V(30,5) ` (6,6) 3, 8,7 _ 2,9 _ ' ' 1 Balança'` 1 ; de Paga_x 1 (1,8) 2,6 48,0 *Ë"~¿(49,2'› ' '48991' í 2006 ,;,11" ,Correntes g ,~ _' zCorrentes yf ' , (33,1) "1995 1998 .A ,_ , ferenciasí _, , _»,z ',Umlaterais (33,4) (25,3) I (24,2) i , y17,3 f,×~‹7,82› 19,3 (2,26) y1,6 (23,2) "27,1 ,_ 3,31' 2,4 (7,6) 8,0 0,30 3,3 1 1,7 (7,5) 2,24 V' :'Ii '3,6 4,2 *4,3 «14,2 , 4 4,32 16,0 30,60 15'17"VV y'89.2 "falsoV 13,6 Fonte: Banco Central do Brasil, (wwwrbcbgovbr). 12.8 Organismos internacionais Os periodos das duas grandes guerras mundiais, assim como os conturbados anos da Grande Depressão, que culminaram com a crise politico-financeira dos anos 1930, provocaram O Setor Externo 215 enormes perturbações na economia de praticamente todos os países e, por conseguinte, nãS relações econômicas internacionais. Já ao final da Segunda Guerra Mundial evidenciava-Se õ necessidade de mudanças no'sistema de pagamentos internacionais. Na Conferência de'Bretton Woods, em l944, surgiram propostas de remodelagem do SiStema Monetário internacional e, dentre elas, destacaram-se as do economista inglês John Maynard Keynes. Dessa conferência nasceu um novo Sistema Monetário internacional, que foi extremamente importante para o reflorescimento do comércio mundial e sobre o qual se baseou o crescimento econômico do pós-guerra. ` Assim, o objetivo de criar um Sistema Monetário Internacional foi o de viabilizar as tran~ sações entre paises, estabelecendo regras e convenções que regulassem as relações monetá- rias e financeiras e não gerassem entraves ao desenvolvimento mundial. Nesse sentido, definiram-se o ativo (moeda) de reserva internacional, sua forma de conw trole, sua relação com as diferentes moedas nacionais (o regime cambial), os mecanismos de financiamento e ajustamento dos desequilíbrios dos balanços de pagamentos, o grau de movimentação dos'capitais privados e o sistema de relaçõesjurídicas, que vem garantindo o funcionamento desse mecanismo internacional; Dentro desse contexto, foram criados os três principais organismos econômicos internacionais do pós-guerra: e o Fundo Monetário Internacional (FMI); , e o Banco Mundial; e a Organização Mundial do Comércio (OMC). 12.8.] Fundo Monetário internacional (FMI) O Fundo Monetário Internacional, que ainda hoje administra o Sistema Monetário Internam cional, foi criado com o objetivo de: a) evitar possíveis instabilidades cambiais e garantir a estabilidade financeira, eliminando práticas discriminatórias e restritivas aospagamentos multilaterais. Nesse sentido, a estabilidade financeira interna e o combate à inflação nos paises membros e uma de suas metas; b) socorrer os países a ele associados quando da ocorrência de desequilíbrios transitÓ~ rios em seus balanços de pagamentos. Se esses desequilíbrios ocorrerem, o FMl pode financiá-Ios com os chamados empréstimos compensatórios. Seus ativos eram constituídos inicialmente por reservas em ouro e em moedas nacionais dos países membros Posteriormente, criou-se um novo ativo de reserva internacional, os direitos especiais de saque (DES). 216 Fundamentos de Economia 12.8.2 Banco Mundial O Banco Mundial, também conhecido por Bird (Banco internacional de Reconstrução e De~ senvolvimento), foi criado com o intuitol de auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, posteriormente, para promover o crescimento dos países em via de desenvolvimento. O Banco Mundial tem seu capital subscrito pelos paises credores na proporção de sua importância econômica. A partir desse capital, ele empresta a taxas reduzidas dejuros a países menos desenvolvidos, com o intuito de promover projetos economicamente viáveis e relevantes para o desenvolvimento desses paises (especialmente projetos de infra-estrutura). Ale'm disso, o Bird também funciona como avalista de empréstimos efetuados por capitais particulares para esses projetos. 12.8.3 Organização Mundial do Comércio (OMC) Alguns anos depoisda Conferência de Bretton Woods foi criado o GATT (General Agree- ment on Tariffs and Trade - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), cujo objetivo básico foi a busca da redução das restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral. ‹ Com o GATF, procurou~se estruturar um conjunto de regras e instituições que regulassem o comércio internacional e encaminhassem a resolução de `conflitos entre os países. Nesse sentido, esse organismo estabeleceu como princípios básicos: a redução das barreiras comerciais, a não-discriminação comercial entre os paises, a compensação aos paises prejudicados por aumentos nas tarifas alfandegárias e a arbitragem dos conflitos comerciais. Desde sua criação, o GATF atuou especialmente por meio de sucessivas rodadas de ne~ gociações entre os países envolvidos no comércio internacional e conseguiu, no pós-guerra, reduzir as barreiras impostas a esse comércio. Com o acordo de Marrakesh, em abril de 1994, o GATT transformou-se na Organização Mundial do Comércio (OMC). flpêndice Principais lançamentos contábeis do balanço de pagamentos A seguir apresentamos as principais partidas envolvendo transações internacionais. O sinal (-) sempre indicará débitos (saída de divisas), enquanto o sinal (+) sempre significará créditos (entrada de divisas). Isso permitirá a verificação do resultado final de cada conta, / sem a necessidade do lançamento num livro do tipo "Razão'i 1. O Brasil exporta iOO milhões de dólares, recebendo à vista: Débito _ Variação de Reservas: _i OO milhões; - Crédito Exportações: +i OO milhões. 2. O Brasil importa 50 milhões de dólares, pagando à vista: Débito _ Importações: -50 milhões; Crédito «- Variação de Reservas: +50 milhões. 3. O Brasil recebe financiamento de iOO milhões de dólares, com a concessão de empréstimos vinculada à importação de equipamentos: Crédito - Débito _ importações: _i OO milhões; Empréstimos e Financiamentos: +100 milhões; 4. O Brasil recebe donativos de 50 milhões de dólares, em trigo: Débito _ importações: -50 milhões; Credito -Transferências Unilaterais Correntes: +50 milhões. 5. Empresa estrangeira traz 50 milhões em equipamentos: Crédito - Débito - importações: -50 milhões; investimentos Diretos: +50 milhões. / \ Fundamentos de Economia 218 6. O país amortiza 50 milhões de empréstimos em dinheiro: Débito _ Amortizações: -50 milhões; Crédito _ Variação de Reservas: +50 milhões. . Se a amortização foi feita com exportação de café: Débito _ Amortizações: -50 milhões; Crédito _ Exportações: +50 milhões. Firma estrangeira faz reinvestimento no país de 5 milhões. No caso, para efeito de registro, são feitos dois lançamentos, como se o dinheiro tivesse saído e depois voltado: Débito _ Renda de Capitais: -5 milhões; Crédito _ Variação de Reservas: +5 milhões; Débito _ Variação de Reservas: ~5 milhões; Crédito _ Reinvestimentos: +5 milhões. Débito _ Renda de Capitais: - O resultado final dos dois lançamentos acima é: 5 milhões; Crédito _ Reinvestimentos: +5 milhões. Uma amortização de lO milhões de dólares não é paga no dia de seu vencimento: Débitos _ Amortizações: -i O milhões; Créditos _ Atrasados Comerciais: +10 milhões. 10. Um atrasado comercial de 5 milhões é pago em dinheiro: Débito _ Atrasados Comerciais: «5 milhões; Crédito _ Variação de Reservas: +5 milhões. 11. O Brasil paga 2 milhões de fretes: Débito _ Fretes: ~2 milhões; Créditos _ Variação de Reservas: +2 milhões. 12. O Brasil recebe 7 milhões do FlVll para regularizar o saldo negativo do balanço de pagamentos: Débito _ Empréstimos de Regularização: +7 milhões; Crédito _ Variação de Reservas: -7 milhões. 13. A Petrobras remete da filial do Equador4 milhões como parcela de seu lucro da produ- ção de petróleo naquele país: Débito _ Renda de Capitais: +4 milhões; Crédito _ Variação de Reservas: -4 milhões. 14. O Brasil paga l milhão ao exterior a título de royalties: Débito _ Serviços Diversos: -i milhão; Crédito _.Variação de Reservas: +1 milhão. O Setor Externo 219 Exercício 1. Numa economia, durante determinado ano, efetuaram-se as seguintes transações com o exterior (em dólares): a) Importação de mercadorias a vista: 350 milhões. b) Importação de equipamentos: 50 milhões, financiados no longo prazg, c) Ingressaram 20 milhões de dólares em equipamentos para firmas estrangeiras. l d) Exportações à vista: 400 milhões. e) Pagamentos de fretes, a vista, no valor de 50 milhões. f) Remessas ao exterior: lucros de companhias estrangeiras (IO milhões) , amortizações (30 milhões) ejuros (20 milhões). g) Recebimento de IO milhões de dólares em donativos. h) Empréstimo de regularização recebido do FMI: 30 milhões. Baseado nesses lançamentos, monte o balanço de pagamentos completo do pais. Lançamentos Necessários a) Débito _ Importações: -350; Crédito _ Variação de Reservas: +350. b) Débito _ Importações: -50; Crédito _ Empréstimos e Financiamentos: +50. C) Débito _ Importações: +20; Crédito _ Investimentos Diretos: +20. d) Débito _ Variação de Reservas: -400; Crédito _ Exportações: +400. e) Débito _ Fretes: -50; Crédito _ Variação de Reservas: +50. f) Débito _ Amortizações: -30; Crédito _ Variação de Reservas: +30; Débito _ Rendas de Capitais (juros e lucros): -30 (IO + 20); Crédito _ Variação de Reservas: +30. 9) Débito _ Variação de Reservas: -I O; Crédito _Transferências Unilaterais Correntes: +10. h) Débito _ Variação de Reservas: -30; Crédito _ Financiamento da Regularização de Saldo: +30. Fundamentos de Economia 220 Tabela 12.3: Bolonço de pagamentos A. Balança Comercial Exportações: +400 Saldo: -20 Importações: (-50 + -350 + -20) = -420 B. Contas Serviços e Rendas A Fretes: -50 Saldo: -80 Rendas de Capitais: -30 C. Transferências Unilaterais Correntes Donativos: +10 Saldo: +10 - Saldo: «90 D. Balanço de Transações Correntes (A + B + C) E. Conta Capital e Financeira Investimentos diretos: +20 Empréstimos e financiamentos: +50 Amortizações: -30 Saldo: +70 Operações de' Regularização: +30 F. Erros e Omissões: 0 G. Saldo do Balanço de Pagamentos (D + E + F) › Saldo: -20 H. Variação de Reservas (~G) (+ 350 ~ 400 + 50 + 30 + 30 ~ 10 - 30) Saldo: +20 Nota: Quando a conta "Variação de Reservas" aparece no balanço de pagamentos com sinal (+), isto e', com saldo credor, isso significa uma diminuição dos haveres monetários do pais com relação ao resto do mundo, ou um aumento de suas obrigações. Questões para revisão 1. Sobre taxas de câmbio: a) Defina taxa de'câmbio. b) Defina regime de câmbio fixo, regime de câmbio flutuante e flutuação suja. c) Qual a diferença entre variação nominal e variação real? 2. Qual o efeito de uma politica de valorização do real perante outras moedas: a) sobre o saldo da balança comercial? b) sobre a oferta e a demanda de divisas estrangeiras? c) sobre os preços domésticos? 3. O que é teoria das vantagens comparativas? Qual a crítica estruturalista a essa teoria? 4. De que variáveis dependem as exportações e as importações de um pais.7 Indique se essas variáveis são direta ou inversamente relacionadas às exportações e importações. O Setor Externo 221 5. Supondo: superávit comercial de RS 5 bilhões, déficit na conta serviços e rendas de RS 7 bilhões, transferências unilaterais correntes positivas de RS 2 bilhões, e superávit de RS 6 bilhões na conta capital

e financeira, responda: a) Qual o saldo em conta corrente do balanço de pagamentos? b) Qual o saldo do balanço de pagamentos? 6. A partir de 2003, o Brasil passou a apresentar saldos positivos em conta Corrente, Comente as causas desse comportamento. Fundamentos de Economia 224 13.2 inflação de demorado A inflação de demanda refere-se ao excesso de demanda agregada em relação à produ- g ção disponível de bens e serviços. ` v A probabilidade de ocorrer inflação de demanda aumenta quando a economia está produzindo próximo do pleno emprego de recursos. Nessa situação, aumentos da demanda agregada de bens e serviços, com a economia já em plena capacidade, conduzem a elevações de preços. Um fenômeno associado à inflação de demanda é a chamada curva de Phillips, que mostra que existiria uma relação inversa entre as taxas de salários e as taxas de desemprego. A partir de dados coletados da economia do Reino Unido, de 1861 a 1957, essa curva mostrou que existe, empiricamente, um trade-off (ou relação inversa) entre taxas de salários nominais (que podem ser associadas às taxas de inflação) e taxas de desemprego. Coeteris parîbus, elevações da procura agregada levam as empresas a demandar* mais mão-de-obra, ocasionando aumento de salários monetários (nominais) e redução das taxas de desemprego.1 Para combater um processo de inflação de demanda, a politica econômica deve basear-se em instrumentos que provoquem redução da procura agregada por bens e serviços (como redução dos gastos do governo, aumento da carga tributária, controle de crédito e elevação da taxa dejuros). l 13.5 inflação de custos A inflação de custos pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta. O nivel da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam. Com isso, ocorre uma retração da produção, deslocando a curva da oferta do produto para trás, provocando um aumento dos preços de mercado. As causas mais comuns dos aumentos dos custos de produção são: i> aumentos do custo de matérias-primas: por exemplo, as crises do petróleo da déca- da de 1970, ao elevar sensivelmente os preços dessa matéria-prima, provocaram um brutal aumento nos custos de produção, em particular nos custos de transporte e de energia com base no diesel, que forçosamente foram repassados aos preços dos pro- dutos e dos serviços. Os aumentos de preços agrícolas, não sazonais, devido a fatores como geadas e secas, também caracterizam uma inflação de custos. Os aumentos de l Na realidade, existem várias versões da Curva de Phillips, incorporando choques de oferta, expectativas, etc Uma síntese das várias versões pode ser encontrara em Gremand, Vasconcellos eToneto Jr. (2007), p. 302-6. lnflação 225 preços de materias~primas também são conhecidos na literatura econôm ica como choques de oferta; e aumentos salariais acima da produtividade: um aumento das taxas de salários que supere os aumentos na produtividade da mão-de~obra acarreta um aumento dos custos unitários de produção, que são normalmente repassados aos preços dos produtos. Isso ocorre, normalmente, em setores que têm sindicatos com grande poder de barganha; e . estrutura de mercado: a inflação de custos também está associada ao fato de algumas empresas, com elevado poder de monopólio ou oligopÓlio, terem condições de elevar seus lucros acima da elevação dos custos de produção. Muitos economistas acreditam que o fenômeno da estagflação (estagnação econômica com inflação) pode ser de~ vido ao fato de que, mesmo em períodos de queda da atividade produtiva, as firmas com poder oligopolista têm condições de manter suas margens de lucros sobre custoslmark-up), ao aumentar o preço de seus produtos finais. 13.4 Enflcição inercicil A inflação inercial é o processo automático de realimentação de preços. Ou seja, a inflação corrente decorre da inflação passada, perpetuando-se uma inércia ou memoria inflacio- na'ria. Ela é provocada, fundamentalmente, pelos mecanismos de indexação formal (salários, aluguéis, contratos financeiros) e indexação informal (preços em geral e impostos, preços e tarifas públicas). Ou seja, os aumentos de preços passados são automaticamente repassados para todos os demais preços da economia, por meio dos mecanismos de correção monetária, cambial e salarial, gerando um processo auto-realimentador de inflação. Uma análise do processo inflacionário na economia brasileira, da de'cada de 1950 até o final da década de l990, é apresentada no item 13.6. 13.5 ëfeitos provocados por mms elevados de inflação Poderíamos ser levados a pensar que, se todos os preços se elevassem (impostos, salários, aluguéis, tarifas e preços públicos, preços de bens e serviços) às mesmas taxas, ninguém perderia; ocorreria apenas uma elevação no nível geral de preços, mas não se alterariam os preços relativos. Isso, contudo, não é o que ocorre num processo inflaciona'rio intenso, em que a velocidade de aumento difere entre os vários bens e serviços, e, assim, alguns segmentos são mais onerados que outros. Os efeitos mais perversos do processo inflacionário ocorrem no 226 Fundamentos de Economia perfil da distribuição de renda, nos investimentos empresariais e crescimento econômico, no balanço de pagamentos e nas finanças públicas. A distorção mais séria provocada por altas taxas de inflação é a piora da distribuição de renda, devido a redução do poder aquisitivo da classe trabalhadora, que dependem de rendi~ mentos fixos, com prazos legais e reajustes (dissídios coletivos). Os assalariados, que, com o passar do tempo, vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos, ate' a chegada de um novo reajuste. Os comerciantes, os industriais e o próprio governo tem condições de repassar os aumentos de custos provocados pela inflação, garantindo, assim, a manutenção de sua parcela no produto nacional. Ademais, dentro da categoria assalariada, os que mais sofrem são as familias de baixo nível de renda. Como todo o salário que recebem destina-se a sua subsistência, elas não têm meios de aplicar seu dinheiro, de forma a se defender da inflação (não têm condições de indexar a moeda em seu poder). Por essa razão, costuma-se afirmar que a inflação é um "imposto sobre o pobre”. Na verdade, são elas, principalmente, que pagam o chamado imposto inflacionário. O im~ posto inflacionário representa uma espécie de taxação que o Banco Central impõe à coleti- vidade, pelo fato de deter o monopólio das emissões. O Banco Central pode pagar dívidas e obrigações simplesmente emitindo mais moeda, ou seja, ele nunca tem perda de seu poder de compra. No entanto, as pessoas que mantêm moeda que não rendem juros (não indexa~ da) sofrem a corrosão monetária provocada pela inflação elevada. O imposto inflacionário e', assim, um tributo-altamente regressivo, pois os mais pobres são os principais atingidos. Finalmente, deve ser destacado o efeito que altas taxas de inflação provocam sobre os investimentos e, conseqüentemente, no crescimento econômico. Particularmente, o setor empresarial e' bastante sensível ã influência da inflação no que diz respeito `as expectativas sobre o futuro, dadas a instabilidade e a imprevisibilidade de seus lucros. O empresário per- ¡manecerá em compasso de espera, enquanto a situação perdurar, e dificilmente tomará ini- ciativas no sentido de aumentar seus investimentos na expansão da capacidade produtiva, o que acabará prejudicando o nivel de emprego da economia. A distorção provocada por altas taxas de inflação afeta também o balanço de pagamentos. Como vimos no capitulo anterior, elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumen- to de preços internacionais, encarecem o produto nacional relativamente ao produzido ex- ternamente, diminuindo a competitividade de nossos produtos. Assim, devem provocar um estímulo as importações e um desestimulo às exportações, diminuindo o saido da balança comercial. Se o saldo comercial tornar-se deficitário e o país já apresentar um saldo em conta corrente negativo, aumentará sua dependência em relação aos empréstimos externos. Pode ocorrer ainda que, nessas condições, as autoridades, na tentativa de recuperar o saldo comercial, normalmente lancem mão de desvalorizações cambiais, as quais, tornando a moeda nacional'mais barata relativamente à moeda estrangeira, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, ao mesmo tempo que se desestimulam as importações. lnflação 227 Entretanto, as importações essenciais, das quais o pais não pode prescindir (como petróleo, fertilizantes, equipamentos sem similar nacional), tornar-se-ão inevitavelmente mais caras, pressionando para cima os custos de produção. Fecha-se um verdadeiro círculo vicioso, com . nova elevação de preços provocada pelo repasse do aumento dos custos aos preços dos produtos finais. Por fim, outra distorção provocada por altas taxas de inflação dá-se sobre as finanças públicas. Segundo o chamado efeito Tanzi, ou efeito Olivera~Tanzi, a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto. Maior a inflação, menor a arrecadação real do governo` '13.6 H político econômico brasileiro do compete èi infloção A maiorparte das causas da inflação brasileira já vem sendo apontada em va'rios dos capitulos anteriores, do ponto de vista teórico. Como se sabe, a inflação tomou-se crónica na economia brasileira, particularmente a partir dos anos 1950. Ao longo dessa década, o déficit do governo já era, para os economistas, uma das prin- cipais causas da inflação. Várias eram as explicações para o surgimento dos déficits governa- mentais. De um lado, a necessidade de o governo fornecer a infra-estrutura, como transpor. tes, energia e saneamento, para que o setor privado pudesse produzir o volume de bens e serviços desejados pela sociedade brasileira. De outro, a baixa produtividade dos serviços do governo e a conseqüente ineficiência na aplicação de seus recursos, associadas a impossibi- lidade de o governo aumentar a carga tributária (e, portanto, sua receita), dado o baixo nivel de renda per capita da população. Assim, como o governo não podia aumentar os impostos para financiar o desenvolvi- mento econômico, optou pelas emissões de dinheiro. Com isso gerou-se uma típica inflação de demanda: quanto mais dinheiro circulava. maiores eram as compras, relativamente a uma capacidade produtiva que não tinha condições de crescer no curto prazo. De 1964 a 1973, a inflação apresentou uma persistente tendência de queda. A política de combate à inflação caracterizou-se em uma primeira fase V(1964-1966) por um tratamento de choque: houve uma rígida política monetária, fiscal e salarial que mudou o patamar da inflação de cerca de 100%, em 1964, para perto de 30%, em 1967. O periodo de 1968 a 1973 foi o do"milagre"econômico, com elevadas taxas de crescimento obtidas na economia brasileira. Com o crescimento da produção, a taxa de inflação passou de 25,4%, em 1968, para 15,7%, em 1973. A partir de 1973, a crise internacional do petróleo trouxe repercussões profundas na economia mundial, e, desde essa data, a economia brasileira passou a apresentar taxas de inflação crescentes, até a implantação do Plano Real, em 1994. Além dos choques do petróleo, também 228 Fundamentos de Economia foram extremamente importantes para explicar a aceleração da taxa de inflação os elevados gastos públicos com programas de substituição de importações na área de energia, aço, bens de capital e minerais não ferrosos, ocorridos na gestão Geisel. Outro fator de elevação da in- flação nesse período foi o aumento da dívida externa, tanto pelo aumento do principal (anos 1970), como das taxas dejuros internacionais (início dos anos i 980). Durante todo o período de 19644 973, o diagnóstico para as causas da inflação brasileira utilizava a linha de pensamento econômico ortodoxa (também chamada de neoliberal ou monetarista), que atribuía ao excesso de demanda, associado ao desequilíbrio das contas públicas, a responsabilidade pelo processo inflacionário. O principal mecanismo de política econômica de combate à inflação para essa corrente estava na redução da demanda agregada, com a redução dos gastos do governo (e a conseqüente redução do tamanho do Estado), com uma política salarial restritiva e controle da oferta monetária. A partir de março de i986, com o governo da Nova República, mudou«se o diagnóstico sobre a inflação brasileira e, conseqüentemente, as novas políticas de combate à inflação. Tra~` tava-se, então, de um quadro de inflação inercial. Os pressupostos teóricos eram os de que a economia brasileira se encontrava altamente indexada, ou seja, todos os negócios, contratos etc. eram firmados com base num indice que procurava garantir a correção monetária dos valores envolvidos. Dessa forma, todos os aumentos de preços eram captados pelo índice e, automaticamente, repassados para todos os demais preços da economia, gerando um processo automático de realimentação da inflação. Foi a partir desse diagnóstico inercialista que o Plano Cruzado procurou romper com esse mecanismo de propagação da inflação, congelando os preços, os salários e o câmbio (chama~ da na ocasião de politica heterodoxa), numa tentativa de eliminar a "memória"inflaciona'ria. O Plano Cruzado teve vida efêmera. Muitas foram suas falhas, a começar pela manutenção do congelamento por um período muito longo (nove meses). Quando foi implantado, os preços relativos encontravam-se fora do equilibrio, e muitos preços estavam defasados, o que provocou o aparecimento do ágio e a "maquiagem"de muitos produtos. Por ocasião do descongelamento, no início de 1987, com o chamado Plano Cruzado ll, houve nova aceleração inflacionária. Outros planos, como o Plano Bresser e o Plano Verão, ainda durante o Governo Sarney, e mais tarde o Plano Collor, também utilizaram o congelamento de preços e salários para tentar conter o processo inflaciona'rio brasileiro. O Plano Collor, de março de i 990, foi o mais ousado na prática de inconstitucionalidades, ao promover um bloqueio total dos ativos mantidos pelos agentes econômicos nas instituições financeiras. O Plano atacou a questão do déficit e os mecanismos de financiamento do setor público; contudo, os demais fatores causadores do processo inflacionário _- conflito distribu- tivo e mecanismos de indexação -~ continuaram a agir. As taxas de inflação pós-Plano continuaram elevadas e, ao final de 1990, tinha-se uma clara idéia de que o conjunto de medidas adotadas havia sido incapaz de promover um efetivo processo de estabilização da economia. inflação 229 Em 1994, no Governo itamar Franco, tendo como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, implementou-se o Plano Real, que representou um avanço em relação aos pIanOS anteriores, reconhecendo que as principais causas da inflação brasileira estavam no desequiw Iibrio do setor público e nos mecanismos de indexação. Numa primeira etapa, procurou-se equilibrar o orçamento público por meio da criação do IPMF (Imposto sobre Movimentação Financeira, posteriormente denominado CPMF -- Contribui- ção sobre Movimentação Financeira), que incide sobre as transações bancárias, e do Fundo Social de Emergência, que desvinculou as receitas federais das destinações para gastos específicosz. Numa segunda etapa, processou-se, de forma muito bem-sucedida, a quase total desindexação da economia com a mudança da moeda: passagem do cruzeiro real para a URV (Unidade Real de Valor) e dessa para a nova unidade monetária, o real. Aterceira etapa consistiu na consolidação do Plano, utilizando instrumentos econômicos como a âncora cambial e a âncora monetária. A âncora cambial, como vimos no capitulo anterior, consistiu na valorização da moeda nacional, ao lado de um regime de bandas cambiais (câmbio fixo), que procurou baratear o custo dos produtos importados. A âncora monetária baseou~se na elevação da taxa dejuros e da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais, com o objetivo de controlar a demanda agregada, que tinha aumentado substancialmente no período, devido a melhoria do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral, com queda da inflação. Esse modelo permaneceu até o final do primeiro mandato de Fernando Henrique Car- soso. Em decorrência da redução do fluxo financeiro de capitais para os paises emergentes, iniciada com a crise do Sudeste Asiático em 1997 e exacerbada pela moratória da Rússia em 1998, o Brasil foi forçado a recorrer ao FMl e a abandonar as âncoras anteriores, adotando des- dejaneiro de 1999 então o câmbio flutuante e o regime de metas inflaciona'rias. As metas inflacionárias (inflation target) passaram a ser a nova âncora monetária. As au- toridades monetárias se comprometem a cumprir metas de inflação estabelecidas para o ano corrente e próximo, com tolerância de um desvio de 2% para cima ou para baixo. Para o cumprimento dessas metas, foi criado, emjunho de 1999, o Comitê de Política Monetária (Copom), composto pelo presidente, diretores e chefes de departamento do Banco Central, que se reúne atualmente a cada 45 dias e fixa a taxa dejuros de compra e venda de titulos públicos (taxa Selic). O Copom também anuncia, nessas reuniões, um viés, ou seja, a tendência de inflação até a próxima reunião. Pode ser anunciado um viés de alta ou viés de baixa ou viés neutro (sem viés). Por exemplo, se o Copom estabelecer um viés de baixa, isso significa que o presidente ro do Banco Central podera' reduzir a taxa Selic antes mesmo da próxima reunião do Comitê? 3 Pela Constituição de 1988, 92% da receita orçamentária tem de ser destinada a despesas especificas, principal~ mente para áreas sociais, como saúde e educação, e assistência aos trabalhadores. O governo federal passou a dispor de apenas 8% do orçamento para investimentos, ou despesas extras de custo. O regulamento do Copom foi estabelecido na Circular do Banco Central n° 3.297, de 31/12/2005. 250 Fundamentos de Economia 13.6.1 H corrente estruturolisto Nos anos 1950 e 1960, embora a política adotada pelo governo utilizasse um diagnóstico monetarista da inflação de demanda, havia também a chamada corrente estruturalista ou cepalina4, que, comojá vimos anteriormente, supunha que a inflação em países em via de de- senvolvimento era essencialmente causada por pressões de custos. Essas pressões de custos seriam derivadas de questões estruturais, tais como: a) estrutura agrícola, pela qual a oferta de alimentos não responde rapidamente aos estímulos de demanda e provoca elevações de preços; b) estrutura do comércio internacional, que leva ao déficit crônico no balanço de paga- mentos dos paises subdesenvolvidos e os obriga a políticas de desvalorização cambial, , que provocam aumentos nos custos de produção; c) estrutura oligopólica dos mercados, que faz com que as empresas repassem todos os aumentos de custos aos preços dos produtos finais. Assim, diferentemente dos monetaristas e neoliberais, os estruturalistas supõem que as causas da inflação se localizam no comportamento do setor privado (oligopólios, Iatifúndios) e não do setor público. A formação ideológica desses economistas, com grande influência socialista e marxista, tornou-os ferrenhos defensores de uma economia mais centralizada, baseada em planejamento e grande participação do Estado. De forma mais genérica, os estruturalistas consideram que as causas da inflação devem-se aosconflitos distributivos, que se estabelecem na tentativa de os vários setores da sociedade buscarem manter ou elevar sua parcela na renda nacional: os empresários, por meio de preços que preservem suas margens de lucros; o governo, com impostos, preços e tarifas ipúblicas; e os trabalhadores, com seus salários. Nessa disputa, os principais beneficiários são os grandes oligopólios e os maiores perdedores são os trabalhadores. Como se percebe, o governo é normalmente preservado no diagnóstico estruturalista: os desequilíbrios do setor público seriam provocados pelos interesses dos grandes grupos econômicos (setor financeiro, iatifundiários, oligopólios, capital estrangeiro). Segundo essa corrente, o combate à inflação deve ser feito principalmente por meio de reformas estruturais (por exemplo, a reforma agrária) e pelo controle de preços dos setores oligopolizados. _ Na realidade, o debate entre as várias correntes de economistas em relação à inflação foi mais intenso antes do Plano Real, quando as taxas inflacionárias ainda eram elevadas. Com o sucesso da politica antiinflacionária implantada por esse plano, que utilizou instrumentos Como já citado anteriormente, trata-se de uma corrente exclusivamente latino-americana, nascida no Chile, mas que hoje tem como núcleo central o Brasil, através da totalidade das universidades públicas federais, e da grande maioria das universidades públicas estaduais. lnflação 23] tanto heterodoxos (reforma monetária) como tipicamente monetaristas (equilíbrio Orçamentário, ãncoras cambial e monetária, metas inflacionãrias), a controvérsia Sobre as Causas da inflação diminuiram,_ e o foco atualmente tem se concentrado em outras questões, cOmO ' crescimento económico, emprego, distribuição de renda e vulnerabilidade externa. Questões para rovsëto _ 1. Conceitue inflação, inflação de demanda e inflação de custos, relacionando os respec~ tivos fatores que as provocam. 2. Explique resumidamente as distorções provocadas por altas taxas de inflação. 3. Aponte as causas da inflação brasileira, de acordo com as seguintes correntes: a) neoliberal; b) inercialista; c) estruturalista. 4. Explique qual o efeito provável de uma política de estabilização de preços sobre o grau de distribuição pessoal de renda. 5. Supondo uma economia com déficit público relativamente elevado, o que deve ocor- rer com as taxas de inflação se o governo emitir moeda para cobri-lo? 6. Suponha a mesma economia de de'ficit público relativamenteelevado da questão an~ terior. Se o governo emitir títulos para cobri-lo, mostre de que-forma pode ser possível manter taxas de inflação relativamente baixas. ,zw › flúwzzãfw «w «kwä à f , Mm A .MM Nm' JG' šzíf âw'íá íí “W É»,2, . v r” , zví'ã'âš" z ,23, ëN . ,g N ¿ ‹ ,M .. J .âwww,Wf "›' á'šäâm ,_ `äâåíä . w- «NW iíƒjíš'šfifi-m (a N .wwwr ~¢ Mzš'fif ~ f” da 7. Fundamentos de Economia 234 da economia: o que produzir, como e para quem. lsso ficou claramente demonstrado com o crack da Bolsa de Nova York, em 1929, e a posterior Grande Depressão dos anos i930. Desse modo, a partir dos anos 1920, devido particularmente aos elevados níveis de desemprego observados nos paises capitalistas, o Estado acrescentou as funções tradicionais de justiça e segurança a de ofertante de bens públicos - eletricidade, saneamento, rodovias, ferrovias, portos, dentre outros. Essas novas funções econômicas do Estado ampliaram-se, sem dúvida alguma, a partir da publicação da Teoria Geral de Keynes, em 1936. Em praticamente todos os países capitalistas, observou~se expressivo aumento nos gastos públicos, crescente participação do Estado na produção nacional e ampla gama de leis que buscavam a regulamentação da atividade econômica. Assim, ao longo da história recente, a participação do Estado na economia vem crescendo; entre outras, pelas seguintes razões: e desemprego: os elevados níveis de desemprego (milhões de pessoas desemprega- das) no início dos anos 1930 conduziram o governo a realização de obras de infraestrutura que absorvessem contingentes elevados de mão-de-obra; a crescimento da renda per capita: o aumento da renda per capita gera aumento da demanda de bens e serviços públicos (lazer, educação, saúde etc); a mudanças tecnológicas: a invenção do motor de combustão significou maior demanda por rodovias e infra-estrutura, que passou a ser ofertada pelo Estado, porque, de um lado, a iniciativa privada, via de regra, não dispunha de capitais suficientes e, de outro, era uma forma de proteger e encorajar o crescimento de diversos setores econômicos; a mudanças populacionais: alterações na taxa de crescimento populacional conduzem a aumentos nos gastos do Estado, em virtude do crescimento de suas despesas com educação, saúde etc; > efeitos da guerra: durante periodos de guerra, a participação do Estado na economia aumenta (portanto aumenta o gasto público). Entretanto, o interessante e' que, quando o conflito bélico termina, o gasto público se reduz, mas não a ponto de voitar ao nível existente antes da guerra; a fatores políticos e sociais: novos grupos sociais passaram a ter maior presença po» litica, demandando assim novos empreendimentos públicos (por exemplo, escolas, creches etc); i> mudanças da Previdência Social: inicialmente a Previdência Social foi concebida como um meio de o individuo autofinanciar sua aposentadoria. Posteriormente, essa instituição constituiu-se em um instrumento de distribuição de renda. lsso levou a uma maior participação do Estado (aumentando o gasto público) no mecanismo previdenciário. O Setor Público 235 Aliada a esses fatores, a própria evolução da economia mundia l no seculo XX acarretou O desenvolvimento dos mercados financeiros e do comércio internacional, que tornaram mais complexas as relações económicas, adicionando elementos de incerteza e de especulação, praticamente inexistentes anteriormente, o que motivou o alargamento das funções econômicas do Estado 14.5 fãs funções econômicos do setor público A necessidade da atuação econômica do setor público prende-se à constata ção de que o sistema de preços não consegue cumprir adequadamente algumas tarefas ou funções. Existem alguns bens que o mercado não consegue fornecer (bens públicos); logo, a presença do Estado é necessária (é a funçãoalocativa). O sistema de preços, via de regra, não leva a uma justa distribuição de renda, dai a intervenção do Estado (função d istributiva). Finalmen~ te, o sistema de preços não consegue se auto-regular e, por isso, o Estado deve atuar visando estabilizar tanto a produção como o crescimento dos preços (função estabilizadora). 14.3.) Função alocativa A função alocativa do governo esta' associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado Esses bens, denominados bens publicos, tem por principal característica a impossibilidade de excluir determinados indivíduos de seu consumo, u'ma vez delimitado o volume de produção? O principio da exclusão diz que quando o consumo do individuo A de determinado bem implica que ele tenha pago o preço do bem, o indivíduo B, que não pagou por esse bem, será excluído de seu consumo. Nesse sentido, diz-se que o consumo de um bem é rival (ou de consumo excludente) quando o consumo realizado por um agente exclui automaticamente o consumo por outros indivíduos (o consumo de um cafezinho é um exemplo). O consumo de um bem e não rival (ou não satisfaz o princípio da exclusão) quando o consumo por um individuo não diminui a quantidade a ser consumida pelos demais individuos. O serviço meteorológico é um exemplo de bem de consumo não rival. ' Em Direito, o conceito de bens públicos obedece a uma ótica mais patrimonial, incluindo: i) bens de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças; 2) bens de uso especial, como os edificios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal, 3) bens dominiais, isto é os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou dos Municipios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades (art 99 da Lei ng 10406, de 10 dejaneiro de 2002 _ novo Código Civil). Em Econo~ mia, esse conceito e visto de uma Ótica de fornecimento de serviços públicos, tais como saúde, saneamento, nutrição, despoluição, defesa nacional etc. Fundamentos de Economia 236 No caso de bens rivais, o "mecanismo de exclusão é representado pelo sistema de preços, que seleciona os agentes que não consumirão o bem. Se são produzidos anualmente 200 mil fogões e existem 300 mil indivíduos em condições de adquirir esse produto, lOO mil pessoas serão excluídas do consumo pelo sistema de preços. Entretanto, no caso de bens públicos, o fato de um agente utilizar o serviço que é ofereci- do não significa reduzir fisicamente a oferta para os demais agentes. Por exemplo, num pais de lOO milhões de habitantes, se o orçamento para a educação é de 5 bilhões de unidades monetárias e o orçamento ideal para o atendimento de toda a população é de 8 bilhões, não seria possível concluir que parte da população ficaria excluída do consumo, pois, mesmo em um nível inferior, toda ela teria acesso ao sistema educacional. É interessante notar que nos bens de consumo coletivo o fato de o bem ou serviço ser de consumo não excludente só funciona quando a utilização do bem não está saturada. Por exemplo, nas f praias, a utilização por um individuo não é independente do grau de utilização da mesma praia por outras pessoas. A praia é um bem público, mas a partir do momento que está lotada (saturada), ela deixa de funcionar como bem público, porque ofato de um individuo sair dela beneficia os demais. Nesse caso, não podemos considerar a praia como um bem público "puro". Exemplos de bens públicos”puros”seriam o serviço de meteorologia, defesa nacional e serviços de despoluição. Um caso particular são os bens semipúblicos ou meritórios. Esses bens satisfazem o princípio da exclusão, mas são produzidos pelo Estado. Como exemplo têm-se os serviços de saúde, saneamento e nutrição. 14.3.2 Função distributivo A renda de uma familia consiste na soma das rendas do trabalho e da propriedade, sendo que a parte mais representativa da renda é, geralmente, a proveniente do trabalho. A distri- buição das rendas do trabalho depende da produtividade da mão-de-obra e da utilização dos demais fatores de produção do mercado. Assim, se se deixa o mercado funcionar livremente, tem-se uma distribuição de renda que dependerá da produtividade de cada indivíduo no mercado de fatores, mas que sofrerá a influência das diferentes dotações iniciais de patrimônio. O governo funciona como um agente redistribuidorde renda, na medida em que, pela tributação, retira recursos dos segmentos mais ricos da sociedade (pessoas, setores ou regiões) e os transfere para os segmentos menos favorecidos, A distribuição pessoal de renda pode ser implementada por meio de uma estrutura tarifária progressiva, em que os individuos mais ricos pagam uma alíquota maior de imposto. Ainda, a redistribuição pode serfeita combinando impostos sobre produtos ad- quiridos por pessoas ricas com subsídios para produtos comprados por consumidores de baixa renda. O Setor Público 237 Quanto `a distribuição setorial ou regional, o instrumento governamental mais adequad o Seria uma politica de gastos públicos e subsídios direcionados para os setores e as áreas mais pobreS. 14.3.3 Função estabilizada": A função estabilizadora do governo está relacionada com a intervenção do Estado na eco- nomia, para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego, pois o'pleno emprego e a estabilidade de preços não ocorrem de maneira automática. Essa intervenção é feita por meio de instrumentos de politica fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas, ampla- mente discutidos em capítulos anteriores. Algumas publicações da área de finanças públicas destacam urna quarta função do setor público: a função de crescimento econômico, que diz respeito às politicas que permitem aumentos na formação de capital. Ou seja, a atuação do Estado, tanto no tocante aos inves- timentos públicos (fornecimento de bens públicos, infraestrutura básica) como aos incentivos e financiamentos para estimular os investimentos do setor privado, esta' voltada para o crescimento econômico de longo prazo. Em certo sentido, a função de crescimento não seria diferente da função alocativa do setor público. 14.4 Ëstruturo tributário 14.4.] Princípios do tributação Para que o Estado cumpra suas funções com a sociedade, ele obtém recursos por meio da arrecadação tributária, que compõe sua receita fiscal. Ha' uma série de principios que a teoria da tributação deve seguir, mas dois são fundamentais: o principio da neutralidade e o princípio da eqüidade. Principio do Neutrolidode. Ésabido que as decisões sobre alocação de recursos se baseiam nos preços relativos determina~ dos pelo mercado. A neutralidade dos tributos é obtida quando eles não alteram os preços relativos, minimizando sua interferência nas decisões econômicas dos agentes de mercado. Sendo adequa dos, os tributos podem ser utilizados na correção de ineficiências observadas no setor privado. Principio do Eqüidode Pelo princípio da eqüidade, um imposto, além de ser neutro, deve ser equânime, no sen- tido de distribuir seu ônus de maneira justa entre os individuos. A eqüidade pode ser avaliada sob outros dois principios: principio do benefício e princípio da capacidade de pagamento. 238 Fundamentos de Economia Principio do Benefício De acordo com o principio do benefício, um tributo é justo quando cada contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os beneficios que dele recebe. Ou seja, o indivíduo paga o tributo de maneira a igualar o preço do serviço recebido ao benefício marginal que ele aufere com sua utilização. Esse principio determina simultaneamente o total da contribuição tributária e sua vincu- lação ao gasto (isto e', como a tributação foi distribuída): O princípio do benefício possui alguns problemas de implementação. O principal reside na dificuldade em se identificar os benefícios que cada individuo atribui a diferentes quanti- dades do bem ou serviço público. Alem disso, como o consumo do bem público é coletivo, não haveria motivo para as pessoas revelarem suas preferências, pois isso poderia acarretar aumentos em sua contribuição. Como aplicação desse principio temos os serviços públicos que utilizam taxas específicas para seu financiamento (transportes, energia). Princípio do Copocidocle de Pogomento Segundo o principio da capacidade de pagamento, os agentes (famílias, firmas) deveriam contribuir com impostos de acordo com sua capacidade de pagamento. O imposto de renda seria um tipico exemplo. As medidas utilizadas para auferira capacidade de pagamento são: renda, consumo e patrimônio. Sobre essas medidas de capacidade de pagamento existem algumas controvérsias. Os que utilizam a renda como capacidade de pagamento baseiam-se na abrangência dessa medida. Utilizando-se a renda, inclui-se consumo e poupança, e uma pessoa com renda de RS 5.000 e consumo de RS 2.000 seria tributada da mesma forma que uma pessoa que tivesse os mesmos R$ 5.000 de renda e os gastasse integralmente. Argumentam que o acúmulo de poupança e' realizado com base em uma dada taxa de juros (atraente para o poupador) e, mais, que o estoque de riqueza traz aos indivíduos status e poder econômico. Ainda, mesmo sendo a poupança uma renúncia ao consumo presente, se o individuo optasse por acumular indefinidamente, essa jamais seria tributada. Por sua vez, os que defendem a utilização do consumo como base tributária argumentam que a capacidade de pagamento deve ser definida em função do que o individuo consome ("retira do colchão”) e não em termos do que ele poupa ("pôe no colchão”). O argumento que existe por trás dessa idéia é o de que os atos de poupar e de investir beneficiam outros indivíduos, enquanto o de consumo, por ser individualista, seria anti~social. Assim, embora a poupança seja vista como uma renúncia ao consumo presente, ela somente seria tributada quando fosse utilizada para consumo. Contudo, se a renda fosse utilizada como indicador de capacidade de pagamento, a poupança seria tributada inicialmente quando o agente a recebe e, no futuro, quando essa fosse convertida em consumo. O Setor Público 239 Na prática, o que ocorre e' que os impostos sobre a renda são aplicados de maneira diferenciada para cada agente (são utilizadas alíquotas diferenciadas e isenções), en~ quanto o imposto sobre consumo tem uma abrangência global (alíquotas constantes). Logo, os defensores de um sistema progressivo de tributa ção preferem os impostos sobre a renda O patrimônio (a riqueza) e constituido por fluxos de poupança acumulados no passado, ou seia, pela parte da renda que não foi dirigida ao consumo. Muitas vezes questiona-se até que ponto esses fluxos de renda já não foram tributados e, caso tal tributaç ãojá tenha ocorrido, como deveriam ser levados em conta. 14.4.2 Os tributos e suo classificação Os tributos são constituídos por taxas, contribuição de melhoria e impostos As taxas são cobradas em razão do exercício do poder de policia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos especificos e divisiveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. A contribuição de melhoria e cobrada quando determinada obra pública aumenta o valor patrimonial dos bens imóveis localizados em sua vizinhança. Quanto aos impostos, há várias formas de classificação. As principais são as que seguem. Uma primeira forma de classificação dos impostos considera duascategorias. imposto Direto imposto direto e' o que incide sobre a renda e a riqueza (patrimônio). Nesse tipo de tributo, a pessoa que recolhe o imposto também arca com seu ônus. Por exemplo: imposto de Renda. Dentre os impostos diretos, destacam-se: b a» imposto sobre a riqueza (patrimônio): nesse tipo de imposto, a base tributária constitui o estoque acumulado de riqueza do indivíduo, seu patrimônio; imposto sobre a renda: nesse tipo de tributo, a incidência se da' sobre os fluxos men- sais, ocorrendo um ajuste sobre os valores anuais de rendimento. Imposto indireto Imposto indireto e o que incide sobre transações de mercadorias e serviços. Nesse tipo de imposto, a base tributária e o valor da compra e venda de mercadorias e serviços. O que e' importante nessa categoria é o momento em que o imposto e cobrado Um fato importante já destacado no Capitulo 5, é que nem sempre a variável sobre a qual o tributo é calculado identifica em que ponto se localiza o ônus desse imposto. Ou seja, 240 Fundamentos de Economia nem sempre quem recolhe esse tributo é a pessoa (física ou juridica) que arca com o ônus do imposto, porque pode transferi-lo para terceiros, incorporando-o no valor da mercadoria ou serviço. Como também observado no Capítulo 5,05 impostos indiretos também podem ser clas~ sificados em imposto acl valorem, que têm alíquota (percentual) fixada, com valor (em real) variando de acordo com o preço da mercadoria, e imposto especifico, com valor (em real) fixado, independente do preço da mercadoria. › Outra classificação divide os impostos em impostos regressivos, progressivos e proporcionais (ou neutros): Impostos Regressivos Impostos regressivos são aqueles em que o aumento na contribuição é proporcional- mente menor que o incremento ocorrido na renda, ou seja, quando a relação entre carga tributária e renda decresce com o aumento do nivel de renda. Com isso, os segmentos soimpostos indiretos, tais como ICMS e IPI - cais de menor poder aquisitivo são os mais onerados. É o que ocorre, por exemplo, com os não incidem sobre a renda, mas sobre o preço das mercadorias -, e utilizam a mesma alíquota para todos os contribuintes. Assim, se o ICMS incidente sobre o arroz for de 10%, e se o quilo desse alimento custar S 20,00, o indivíduo mais pobrere o mais rico da população pagarão igualmente S 2,00 de imposto ao adquirir um quilo desse produto. Dessa forma, com impostos regressivos, a relação entre carga tri- butária e renda é decrescente, ou seja, recai em termos relativos mais fortemente sobre os individuos com rendas mais baixas. Impostos Proporcionois ou Neutros Impostos proporcionais ou neutros são aqueles em que o aumento na contribuição e' pro- porcionalmente igual ao ocorrido na renda. A relação entre carga tributária e renda permane- ce constante, com o aumento do nível de renda, onerando igualmente todos os segmentos sociais. Não ha' exemplos no Brasil desse tipo de imposto. Impostos Progressivos Os impostos progressivos ocorrem quando o aumento na contribuição é proporcio- nalmente maior que o aumento ocorrido na renda. A relação entre carga tributária e renda cresce com o aumento do nivel de renda, ou seja, a estrutura tributária, baseada em impostos progressivos, onera proporcionalmente mais os segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Por exemplo: imposto de renda da pessoa física e da pessoa juridica. Os impostos também podem ser diferenciados em impostos sobre usos e impostos so~ bre fontes. Os impostos sobre usos tributam destinos especificos, como os impostos sobre o setor Público 241 consumo, enquanto os impostos sobre fontes tributam a fonte de renda, como os impOStOS de renda de pessoas físicas ejuridicas. 14.4.3 €feitos sobre ci atividade econômico A estrutura de alíquotas constitui um dos fatores que determinam o impacto dos tributos sobre os preços e o nível da atividade econômica. Um imposto proporcional sobre a renda seria neutro do ponto de vista do controle da demanda agregada, pois a renda total, a renda disponivel (renda total menos impostos) e os gastos em consumo cresceriam às mesmas taxas. Um imposto progressivo exerce um controle quase que automático sobre a demanda, sendo que, em um cenário inflacionário, a receita fiscal cresceria de maneira mais rápida que a renda nominal, lfreando assim os gastos de consumo. Por outro lado, na recessão o contribuinte que tivesse sua renda diminuída cairia de alíquota e seria beneficiado por uma redução da carga tributária. Ou seja, o tributo progressivo tem um efeito anticíclico sobre a renda disponível. Esse efeito e também chamado de estabilizador automático (builtin). Existe uma relação interessante entre o total da arrecadação tributária e a taxa (alíquota) de impostos, conhecida como curva de Lafer. Quando a alíquota é relativamente baixa, estabelece- se uma relação direta entre ela e a arrecadação. Contudo,a partirde determinado nível da alíquo- ta, qualquer elevação sua resultará em uma redução da arrecadação global, devido, de um lado, a evasão (sonegação) fiscal e, de outro, ao desestimulo provocado sobre os= negócios em geral. Um outro efeito sobre as receitas públicas, quejá mostramos no capítulo anterior, é conhecido como efeito OIivera-Tanzi, que ocorre em períodos de aceleração inflacionária. Como há uma defasagem entre o fato gerador do imposto e o momento de seu recolhimento, a inflação tende a corroer o valor, em termos reais, da arrecadação fiscal do governo. 14.5 Déficit público: conceitos e formos de financiamento Ocorre superávit das contas públicas quando a arrecadação supera o total dos gastos; quando os gastos superam o montante da arrecadação, tem-se o de'ficit público. Como vimos no Capitulo 9, existem vários conceitos de de'ficit público: primário, operacional e total (nominal). do setor público não financeiro - O déficit nominal ou total (também chamado de necessidades de financiamento líquido conceito nominal) indica o fluxo líquido de novos financia- mentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público não financeiro em suas várias esferas: União, governos estaduais e municipais, empresas estatais e Previdência Social. O de'ficit primário ou fiscal é medido pelo déficit total, excluindo a correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente. No fundo, é a diferença entre Fundamentos de Economia 242 os gastos públicos e a arrecadação tributária no exercício, independentemente dos juros e correções da dívida passada. - Também definimos o déficit operacional (ou necessidades de financiamento do setor conceito operacional). Ele pode ter medido tanto excluindo-se do déficit total a público correção monetária e cambial, como acrescendo-se ao resultado primário os juros reais da divida passada. Era o conceito mais utilizado pelo FMl anteriormente. ATabela 14.1 mostra o comportamento dos indicadores do déficit público no Brasil desde 2002. O Brasil tem apresentado superávit primário, mas, dado o pagamento dosjuros da dívida pública, apresenta também deficit nominal nos últimos anos. Tabela 14.1: Indicadores do déficit público no Brasil - 2002-2007 . , z Ano “ 2002 fí;,Rêqtêdó`N 2003;:f . . ` (80,9): 2004 :12005 V 2006 _ W 2007» :11; E“daDívida?:z _ , biic Primeiro V ,Rss ,ffiesg*zi‹%,vr›113>~f'Rs'fbrihõésfy 0781218? (131,0) 8,; 63,0 ' 4,0 ' (47,1) “(63;,õ)*f'ffi'ffizfflí'af] V3,33% (69,9) É(5,7~,9`)ffišiiff (1488) * *9;6? 679 44 (128,3) . 6,9 81,1 4,4 (1571) '68,1 193,5 “ f *4,8 (160,0) 6,7 90,1 8,8 (159,5)1,'“L'fffãf'tff5,9”101,638 Fonte: Banco Central do Brasil, www.bcb.gov.br. *Valores entre parêntesis indicam déficit. Existe ainda o conceito de déficit de caixa, que omite as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como fornecedores e empreiteiros. É a parcela do déficit público que é financiada pelas autoridades monetárias. Trata-se do conceito de menor utilidade para efeitos de avaliação de politica econômicaja' que se pode até encontrar um superávit, embora devido à postergação de dívidas para o periodo seguinte (o que, aliás, e' prática comum no setor público brasileiro). Como salientamos no item 9.4.3, o conceito relevante para o Fundo Monetário Internacional, nos empréstimos internacionais para países com problemas de liquidez, é o conceito primário, que exclui osjuros da dívida pública interna e externa. Para o Fundo, um país que realiza superávits primários, mesmo que apresente déficit total (nominal), mostra uma situação de relativo equilibrio orçamentário, pois isso indica que o setor público está arrecadando mais do que gastando, excluindo os juros, e nessa situação o país estaria mostrando que tem condições de cumprir seus compromissos financeiros com os credores internacionais (o que, no fundo, e' o que o FMl deseja). O Setor Público 243 14.5.1 Financiamzata da déficit Quando o governo se defronta com uma situação de de'ficit, ale'm das medidas tradiciO- . nais de politica fiscal (aumento de impostos ou corte de gastos), surge o problema de Como ` ele deverá financiar o déficit. O financiamento poderá ser feito por meio de recursos extrafiscais, e, nesse caso, duas são as principais fontes de recursos: a) emitir moeda: oTesouro' Nacional (União) pede emprestado ao Banco Central (Bacen); b) vender titulos da dívida pública ao setor privado (interno e externo). Na primeira possibilidade, tem-se uma forma eminentemente inflaciona'ria (gera-se o imposto inflacionário), mas que não aumenta o endividamento público com o setor privado. isso também é conhecido como monetização da dívida, significando que o Banco Central cria moeda (base monetária) para financiar a divida do Tesouro. Na segunda, o governo troca títulos (ativo financeiro não monetário) por moeda que já está em circulação, o que, a princípio, não traria qualquer pressão inflacionária. Contudo, esse tipo de financiamento provoca elevação da dívida pública, e o governo, para conseguir coloM car esses títulos para o público, necessitará oferecer taxas dejuros mais atraentes, acarreta ndo elevação adicional no endividamento? 14.5.2 Umo observação sobre déficit públicoe ¡nf-loção Cabe aqui uma digressão sobre a questão do de'ficit público e da inflação. Por que ha pai~ ses que possuem déficit público, em relação ao PIB, mais elevado que o Brasil, como e o caso da Itália, Estados Unidos, Espanha, entre outros, e têm taxas de inflação quase nulas? Para responder a essa questão, devemos avaliar não o montante ou valor do de'ficit, mas sim seu horizonte de financiamento. As dívidas daqueles países de moeda forte estão distri~ buídas de maneira relativamente uniforme ao longo de um horizonte de tempo de lO, 15, 20, 30 anos, e, nesses prazos, investidores internacionais adquirem títulos públicos desses países. Contudo, não adquirem títulos de longo prazo do governo brasileiro. Na realidade, nem os in- vestidores nacionais costumam comprar títulos públicos de longo prazo do governo brasileiro, preferindo os de curto prazo. É claro que o investidor, qualquer que seja sua nacionalidade, 2 Na economia brasileira, os limites globais e condições sobre as operações de crédito externo e interno, e sobre o montante da divida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são da competência exclusiva do Senado, segundo o art. 52, incisos V a lX, da Constituição Federal de 1988A Também, pelo art. i64, ã 3% da Constituição Federal temos que“as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central (...)". Com isso, a Constituição determina que a Conta Única do Tesouro esteja no Bacen, constituindo-se em uma conta do passivo não monetário do Banco Central. Fundamentos de Economia prefere investir em paises que ofereçam menores riscos para suas aplicações, e essa e' uma das razões pelas quais paises em desenvolvimento acabam sendo impelidos a oferecer taxas de juros relativamente elevadas, visando atrair capitais externos. 14.6 fispectos institucionais do orçamento público. Princípios orçamentários 14.6.1 Qrgomento público O orçamento público possui uma variedade de aspectos: politicojurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo. Para fins didáticos, costuma-se dividir essa análise em ` duas partes: orçamento tradicional e orçamento moderno. Orçamento Tradicionol O orçamento público surge de maneira consolidada na inglaterra, por volta de 1822, numa epoca em que o liberalismo econômico era o pensamento predominante. Havia, portanto, for~ tes resistências ao crescimento das despesas públicas e `a participação do Estado na economia. A principal função do orçamento tradicional era disciplinar as finanças públicas e possi- bilitar aos Órgãos de representação controle político sobre oExecutivo. O orçamento estava a serviço da concepção do Estado liberal, que tinha por finalidade manter o equilíbrio nas contas públicas. a Nesse tipo de orçamento, o aspecto econômico não estava em primeiro plano. As contas V públicas caracterizavam-se por sua neutralidade, e o gasto público não possuia importância significativa em termos econômicos. Orçamento Moderno A partir do início do século XX, mais especificamente a partir da década de 1930.0 Estado começou a abandonar a neutralidade econômica que caracterizava o pensamento liberal. O Estado passa, então, a intervir para corrigir distorções do sistema econômico e estimular programas de desenvolvimento. A partir do pensamento keynesiano, passou-se a atribuir ao governo a condição de responsável pela manutenção da atividade econômica, e as alterações orçamentárias começaram a ter grande importância. Ainda sobre o_orçamento moderno, cabe destacar a função de instrumento de administra ção, que, apesar deja existir no orçamento tradicional, foi aperfeiçoada. O orçamento passa a auxiliar o Executivo na programação, na execução e no controle do processo administrativo. O Setor Público 245 Nas economias centralizadas, esse tipo de orçamento constituiu peça fundam ental para a condução da atividade económica. Como os meios de produção (insumos, imóveis) eram de propriedade do Estado, esse fixava, inclusive, os preços e cotas físicas da maioria dos bens e ^ serviços produzidos, bern como dos fatores de produção. 14.6.2 Princípios orçamentários , Os princípios orçamentários são uma coleção de regras que têm por finalidade aumenta r a coerência e a efetividade do orçamento. Cabe ressaltar que esses princípios não possuem caráter absoluto ou dogmático. Principio do Unidade O princípio da unidade diz que cada entidade pública financeiramente auto-suficiente deve possuir apenas um orçamento. As unidades financeiramente auto-suficientes são as que não têm suas receitas e despesas agregadas no orçamento central. Isto e', são os orga« nismos que não dependem de recursos do Tesouro para sua manutenção. As sociedades de economia mista (Petrobras) e as autarquias previdenciárias são exemplos de entidades auto~suficientes financeiramente. As fundações universitárias são exemplos de entidades não auto-suficientes. Princípio do Universolidcide De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento precisa conter todas as despesas e receitas do Estado. Princípio do Orçamento Bruto Segundo o principio do orçamento bruto, o orçamento deve conter todas as parcelas da receita e da despesa em valores brutos, sem nenhuma dedução. Essa regra impede a inclusão de importâncias líquidas (saldos positivos ou negativos). V V Principio do Finuoliclcide Conforme o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado para determinado período de tempo, normalmente um ano. Na maioria das vezes, o ano orçamentário é deter- minado pelo periodo de funcionamento do Legislativo. Em alguns países, o orçamento anual convive com o orçamento pIurianuaI. O primeiro é responsável pela execução, controle e programação financeira, e o segundo busca dar as dire› trizes de longo prazo de como poderão ser implementados os programas governamentais. 246 Fundamentos de Economia Principio da Não-Vinculoção das Receitas O principio da não-vinculação das receitas impede a vinculação de receitas, ou seja, nenhuma parte da receita poderá estar vinculada a determinados gastos. Principio da Discriminação ou Especialização Segundo o principio da discriminação ou especialização, as receitas e as despesas de~ vem aparecer no orçamento de maneira discriminada, de forma que fiquem claras a origem e a destinação dos recursos. Principio da Exclusividade Pelo principio da exclusividade, o orçamento deve conter exclusivamente materias de na- tureza orçamentária. Esse principio visa impedir que o orçamento seja utilizado como meio de aprovação de outras matérias que não dizem respeito às questões financeiras. Principio do Equilibrio ' No princípio do equilíbrio, reside a diferença, já discutida, entre o orçamento tradicional e o moderno. Para os economistas clássicos, o equilíbrio orçamentário era fundamental, pois o déficit público, caso ocorresse, deveria ser coberto por recursos da atividade produtiva. A partir da década de 1930, com o advento da teoria keynesiana, o gasto público adquire a função de estabilizador da economia. 14.6.3 Orçamento público no Brasil No Brasil, a elaboração do orçamento segue os passos determinados pela Constituição Fe~ deral de 1988. O B governo e administração geral; À v administração financeira; TÃQ vvvvvvvv O Setor Público 249 defesa e segurança; recursos naturais e agropecuários; indústria e comércio; 4 educação e cultura; saúde; bem-estar social; serviços urbanos; viação, transportes e comunicações. Classificação Econômica Por essa classificação, procura-se mostrar os impactos que o gasto público tem sobre a economia. Essa classificação tem duas categorias: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes se dividem em despesas de custeio e transferências correntes, enquanto as 'despesas de capital compreendem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital. f Despesas correntes a) Despesas de custeio: e pessoal civil; a» pessoal militar; e material de consumo; ir» serviços de terceiros; ' e encargos diversos. b) Transferências correntes: VVVVVVV subvenções sociais; subvenções económicas; ~ inativos; pensionistas; salário-familia e abono; juros da dívida pública; contribuição de Previdência Social; transferências correntes diversas. Despesas de capital a) Investimentos: e obras públicas; e equipamentos e instalações; > participação no capital de empresas industriais e agrícolas; iz» material permanente. Fundamentos de Economia 250 b) inversões financeiras: B* aquisição de imóveis; P participação no capital de empresas comerciais e financeiras; b concessão de empréstimos; š> constituição de fundos rotativos. c) Transferências de capital: P amortização da dívida pública; *cf auxílios para equipamentos e instalações; K; auxílios para obras públicas; auxílios para inversões financeiras; outras contribuições. Embora tanto os investimentos como as inversões financeiras gerem mudança patrimo- nial, os investimentos têm maior efeito multiplicador,já que a construção de uma escola (in- vestimenta) representa criação de renda, enquanto a compra de um imóvel acabado (inver- são financeira) representa apenas a transferência de propriedade do bem. Classificação da receita No casofda receita, a classificação pode ser: por categorias econômicas, fontes, origem e existência ou não de vinculação. Classificação por Categorias Econômicas Nesse tipo de classificação, as receitas são divididas em receitas correntes e receitas de capital. Classificação por Fontes Essa classificaçãojá parte cla subdivisão anterior (receitas correntes e receitas de capital). Receitas correntes a) Receita tributária: P impostos; e taxas e contribuição de melhoriaf. b) Receita de contribuição: a contribuição previdenciária; P salárioeclucação. A contribuição de melhoria está incluída no imposto predial e é devida a beneficios de obras públicas, novas avenidas, praças, metrô etc. O Setor Público 251 c) Receita patrimonial: r> receita imobiliária; a receita de valores mobiliários; i> participação e dividendos; > V d outras receitas patrimoniais. Receita agropecuária. e) Receita industrial (energia elétrica, agua e esgotos etc): r> receita de serviços industriais; râ› outras receitas industriais. f) Receita de serviços (armazéns portuários, hospit ais públicos, comunicações etc). g) Transferências correntes (receitas diversas): r» multas; > cobrança de divida ativa; ' r> outras receitas diversas. Receitas de capital a) Operações de crédito. b) Alienação de bens móveis e imóveis. c) Amortização de empréstimos concedidos. d) Transferências de capital. e) Outras receitas de capital. Classificação pela Origem Nesse tipo de classificação, identifica-se a origem dos recurso s que compõem as receitas do Estado. A finalidade é identificar a parcela de recursos próprios e a de recursos transferidos necessários paracobrir o programa de realização de cada Órgão. Classificação segundo a Existência ou não de Vinculação Essa classificação procura identificar o montante dos recursos'queja ' estão vinculados com o cumprimento de determinados programas e aqueles que podem ser alocados livremente` Fundamentos de Economia Questões porca revisão Descreva as funções aiocativa, distributiva e estabilizadora do setor público. Quanto aos bens públicos: a) Defina bem púbiico. b) Defina bem de consumo coletivo, bem público “puro” e bens semipúbiicos ou meritÓrios. ` Em relação à tributação, o que preconiza: a) o princípio do benefício? b) o princípio da capacidade de pagamento? Defina os seguintes termos: a) impostos diretos e impostos indiretos; b) estrutura tributária progressiva, regressiva e neutra; c) déficit primário, déficit operacional e déficit nominal do setor público. Sobre o orçamento público: a) O que objetiva o orçamento moderno? b) Descreva as etapas que são seguidas até a aprovação final do orçamento anuai da União. . «ntfiwšê -S'Tlác'w mf). [___.._'_____.__W_.., , , i l 256 Fundamentos de Economia Os dados internacionais indicam as amplas diferenças de renda entre os países em desenvolvimento. Os níveis de renda médios em muitos desses paises, especificamente na América Latina, são semelhantes aos niveis de renda norte-americanos do século passado. Contudo, em outros paises em desenvolvimento, na Ásia e na África, as rendas per capita são ainda menores. Além disso, existem grandes disparidades na distribuição de renda de cada pais, com uma pequena parcela da população vivendo realmente muito bem, e a maioria com rendas bem abaixo do nível de renda médio Que respostas seriam dadas para essas diferenças de desempenho econômico? Quais são as fontes de crescimento económico? É o que discutiremos a seguir. 15.2 Fontes de crescimento Um caminho para analisar as diferenças de desenvolvimento entre os países é partir dos elementos que constituem a chamada "função de produção agregada” do país. O crescimento da produção e da' renda decorre de variações na quantidade e na qualidade de dois insumos básicos: capital e mão-de-obra. Nesse sentido, as fontes de crescimento são: a) aumento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra), derivado do crescimen- to demográfico e da imigração; b) aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva; c) melhoria na qualidade da mão-de~obra, com programas de educação, treinamento e especialização; d) melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital; e) eficiência organizacional, ou seja, eficiência na forma como os insumos interagem. Evidentemente, o desenvolvimento é um fenômeno global que atinge toda a estrutura social, política e económica. Para efeito de análise, estamos ressaltando aqui apenas os fatores econômicos estratégicos para o desenvolvimento. 15.2.1 Capital humano No estudo das fontesdo crescimento, muita ênfase é dada ao capital físico, mas o capital humano e muito importante. Ele é o valor do ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos e inclui a habilidade inerente a pessoa, o talento, assim como a educação e as habilidades adquiridas. O trabalhador medio em países industrializados é muito mais produtivo do que o trabalhador médio em países em desenvolvimento, porque ele trabalha com mais capital fisico e é mais qualificado. Crescimento e Desenvolvimento Econômico 257 O capital humano é adquirido por meio da educação formal e do treinamento informal, e também pela experiência. O problema para os países em desenvolvimento e' que é extrema- mente difícil acumular fatores de produção, capital humano ou físico, com baixos níveis de ^ renda. O mínimo que sobra do salário, após a provisão da subsistência, não permite investir muito em educação ou em capital fisico. Decidir se a criança deve começar a trabalhar ou ir para a escola é critico para as familias com níveis de renda muito baixos. Da mesma forma, é difícil para o governo decidir comousar os recursos muito limitados que ele tem sob seu comando. E mesmo que os recursos financeiros estejam disponíveis, ainda leva anos para que se eleve o nível de educação e de treinamento. Portanto, o crescimento está limitado ao tempo que os fatores de produção levam para serem acumulados; a educação é fator de crescimento mais lento, mas também é um dos mais poderosos. 15.2.2 capital frsicó O capital físico tem sido sempre o centro das explicações para o progresso econômico, simplesmente por causa da presença notável de maquinário e de equipamentos sofisticados V e abundantes em paises ricos e de sua escassez em paises mais pobres. Um conceito muito utilizado, para realçar o papel do capital fisicoqno processo de desenvolvimento econômico, e o da relação produto-capital, que é a raaão entre a variação do produto nacional, Ay, e a variação da capacidade produtiva (ou estoque de capital), Ak. Assim: .Ayv V_A_k sendo v a relação produto-capital (ou relação marginal ou incremental produto~ capital, porque se refere a variações ou acréscimos). Ou seja, e' a produtividade do capital físico (quanto ele aumenta o produto). Por exemplo, uma relação produto-capital igual a 0,33 (aproximadamente a brasileira) indica que, para aumentar o produto em 33 bilhões de reais, é preciso aumentar os investi- mentos em iOO bilhões de reais. ' " ` Esse conceito revela que é possível aumentar a taxa de crescimento econômico quando ocorre um aumento da taxa de investimento e/ou deslocamento dos investimentos para os setores em que a relação produto-capital e' mais elevada. Deve ser observado que a relação produto-capital refere~se ao impacto do aumento do estoque de capital sobre a produção agregada de pleno emprego. É bastante diferente do efeito do multiplicador keynesiano, analisado sobretudo nos itens 10.5 e 10.6. O multiplicador keynesiano de gastos considera uma economia com capacidade ociosa e de~ semprego, e preocupa~se em como elevar a demanda agregada, para atingir o pleno-emprego. f Fundamentos de Economia 258 O conceito de relação produto-capital, na teoria do desenvolvimento, supõe pleno emprego, e preocupa-se com o efeito dos investimentos, após sua maturação, sobre a oferta agregada. A relação produto-capital também é chamada produtividade marginal do capital. Algumas vezes, essa relação aparece como capital-produto, e não como produto-capital. Uma relação produto-capital de 0,33 corresponde a uma relação capital-produto de 3: três unidades de capital produzem uma unidade do produto. išš Financieimento do desenvolvimento econômico Para investir, um pais pode tanto utilizar sua poupança interna como ainda ter acesso a poupança estrangeira por meio de empréstimos ou ajuda financeira. Se a poupança domés- ' tica é o pré-requisito para a acumulação de capital, então a atenção deve ficar voltada para as políticas que incentivem as pessoas a se abster de parte do consumo presente. Um mercado financeiro e de capitais razoavelmente desenvolvido e' um fator importante na mobilização de recursos para a formação de capital e na canalização desses recursos das familias, via intermediários financeiros, para o investimento das empresas. Em economias socialistas, como a China ou a ex-URSS, a poupança obrigatória é urna maneira poderosa de limitar o consumo e aumentaro nivel da poupança. Uma taxa de poupança extremamente alta e' uma demonstração desse processo e está na base do crescimento dra› maticamente bem-sucedido dos últimos 20 anos na China. Em economias de mercado ou economias capitalistas, uma politica equivalente pode serialcançada via orçamento: se o governo coletar mais em impostos do que ele gasta em bens correntes e serviços, os recursos excedentes poderão ser investidos pelo governo 1 na infraestrutura e canalizados para empresas, via bancos de desenvolvimento ou de fomento. / ,/' Um país em desenvolvimento pode atrair poupança estrangeira de três maneiras. Uma possibilidade e a de que empresas estrangeiras invistam diretamente no país. Por exemplo, no século XIX, companhias européias construíram estradas de ferro na América Latina; hoje, empresasjaponesas constroem fábricas na lndonésia. A segunda maneira de um pais atrair recursos estrangeiros é tomar emprestado nos mercados mundiais de capitais ou de instituições como o Bird. Pela terceira, um país pode ser capaz de receber ajuda estrangeira de paises industrializados. A importância dessas três fontes de poupança externa tem variado ao longo do tempo e entre os países, mas há pouca dúvida de que a poupança externa tem sido fundamental na suplementação da poupança doméstica. l-Íclaro, contudo, que a poupança estrangeira é mais importante para um país quanto menor for sua renda per capita e cuja renda doméstica está quase totalmente absorvida para suprir as necessidades mais básicas da população. Crescimento e Desenvolvimento Econômico 259 15.4 Um modelo de crescimento econômico Um modelo de crescimento económico muito difundido e' o modelo de Harrod Domãil',A que destaca a importância de três variáveis básicas para o crescimento: taxa de investimento, taxa de poupança e relação produto-capitalTrata-se de uma visão mecânic a e simplificada, mas que tem por objetivo enfatizar a atuação das variáveis económicas estratégi cas para promover o crescimento econômico. 'Em síntese, no modelo de Harrod Domar, a taxa de crescimento do produto y (y') é determinada por: 4 y' = s × v em que: S s :taxa de poupança = T (propensão a poupar); _ . .' Ay = Ay :relaçao marginal produto-capital = -AF-I_ A poupança agregada é S,y, a renda nacional, AK, o aumento do estoque de capital, que é a própria taxa de investimento agregado I, todas as variáveis definidas num mesmo periodo de tempo. A taxa de poupança e a parcela da renda nacional y não consumida (também chamada propensão média a poupar). Representa a fonte de financiamento do investimento. A relação produto_capital representa quantas unidades do produto podem ser produzidas por uma unidade de capital. Se tivermos, por exemplo, uma taxa de poupança de 20% e relação produto-capital de 0,3, a taxa de crescimento será: y' = 0,2 × 0,3 = 0,06 Isso significa que é possivel um crescimento potencial de 6,0% se o país apresentar uma taxa de poupança de 20% da renda e de uma relação produto-capital de 0,3 (ou, inversamen- te, de uma relação capital~produto de 3,0). Trata-se de um modelo bastante utilizado em planejamento económico, embora seia muito agregado Por trás da taxa de poupança e da relação produto capital agregada existem muitos fatores que precisam ser considerados Não é tão simples a relação entre poupança, investimento e taxa de crescimento do produto. A razão é que a eficiência ou produtividade do investimento pode variar amplamente. Os governos podem investir em ativos relativamente improdutivos ou impor politicas que acabem incentivando investimentos privados improdutivos. Ademais, alguns investimentos têm impacto mais demorado sobre o produto, como os investimentos em educação e sa úde. Nesse sentido, países mais pobres têm de direcionar muitos recursos para a área social, o que requer investimentos elevados. O nível de conhecimento tecnológico e o grau de qualificação da mão-deobra também condicionam a produtividade do investimento. 260 Fundamentos de Economia O modelo foi apresentado em termos da taxa de crescimento do produto em valores absolutos. Para obter a taxa de crescimento do produto Ou renda per capita, e' preciso deduzir a taxa de crescimento da população. No exemplo anterior, se a população crescer 2% ao ano, a taxa de crescimento do produto per capita será de 4% ao ano. Nesse aspecto reside uma das maiores restrições para o crescimento de países em desenvolvimento, que normalmente apresentam elevada taxa de crescimento populacional, acima de 2% aa. 15.5 ëstc'igios de desenvolvimento o histórica O economÍSta “Olte'amefiCaflO Walt Whitman Rostow, analisando a evolução dos países desenvolvidos, detectou cinco estágios de desenvolvimento: a) sociedade tradicional; b) pre-requisitos para a arrancada; c) arrancada (take-off); cl) crescimento auto»sustentave| (maturidade); e) idade do consumo de massa. A sociedade tradicional, de modo geral, é predominantemente agrária, com pouca tecnologia e baixa renda per capita. Na segunda etapa, pré~requisitos para a arrancada, são criadas as condições prévias para a arrancada, a partir de importantes mudanças econômicas e não econômicas. Há um aumento da taxa deaeumulação de capital, em relação à taxa de crescimento demográfico, e uma melho¿ ria no grau de qualificação da mão-de-obra habilitada para a produção especializada em grande escala. Ocorre um aumento da produtividade agrícola, o que permite criar um excedente de recursos que vai financiar a expansão industrial (começando com a produção de bens de consumo básicos, como alimentação, têxtil etc). Paralelamente, durante esse periodo são feitos gran' des investimentos em infraestrutura básica (transportes, comunicações, energia, saneamento). O período crucial é a arrancada (take-off) (terceira etapa do processo). Nessa fase, o pro‹ cesso de crescimentocontínuo se institucionaliza na sociedade. isso porque, na segunda etapa, ainda há certa resistência, já que a sociedade se caracteriza por atitudes e técnicas produtivas tradicionais. Mais especificamente, Rostow define a etapa da arrancada a partir das seguintes mudanças: a) a taxa de investimento líquida se eleva de 5% para mais de 10% da renda nacional; b) surgem novos segmentos industriais, de rápido crescimento, associados, principalmente, a bens de consumo duráveis (televisores, geladeiras etc); Crescimento e Desenvolvimento Econômico 261 c) emerge urna estrutura politica social e institucional, que e bastante favorável ao creScimento sustentado. A partir da experiência histórica da Grã-Bretanha, Japão, Estados Unidos e Rússia, RostOW conclui que sÓ esse periodo dura cerca de 20 anos. A quarta etapa, a da marcha para o amadurecimento, leva cerca de 40 anos. Em seu trans~ curso, a moderna tecnologia se estende dos setores lideres, que impulsionaram a arrancada , para outros setores. A economia demonstra que tem a habilidade tecnológica e empresari al para produzir qualquer coisa que decida ofertar. Finalmente, a economia atinge a quinta etapa, a era do alto consumo de massa, quando os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia, e serviços. Nessa fase, a renda ascendeu a níveis em que os principais objetivos de consumo dos trabalhadores não são mais a alimentação básica e a moradia, mas sim automóveis, micro~ computadores etc. Além disso, a economia, com seu processo político, expressa um desejo de destinar recursos ao bem-estar e à seguridade social. Segundo Rostow, os Estados Unidos, o Japão e a maior parte das nações da Europa Ocidental já alcançaram a última etapa. Existem algumas críticas à teoria formulada por Rostow. Tratar-se-ia mais de uma análise em pirica, ad hoc, a partir da observação do que ocorreu com os países desenvolvidos, do que uma análise cientifica. Muitos historiadores não vêem urna clara distinção entre a segunda e a terceira etapas (período de condições prévias e take-off), e afirmagn que Rostovv parece dar a entender que a evolução industrial só se pode dar depois da melhoria da produtividade agricola, e não ocorrer simultaneamente. De qualquer modo, a essência da chamada teoria de etapas, de Rostow, ilustra o fato de que o desenvolvimento econômico e' um processo que deve avançar em determinada seqüência de passos claramente definidos. 15.6 H internocionolizoção dci economia: o processo de globalização A industrialização é a chave para o

desenvolvimento. Entretanto, o processo de desen' volvimento dos países industrializados foi iniciado com grande aumento da produtividade agrícola, o que permitiu liberar mão-de-obra e recursos para as áreas urbanas, para construir o parque industrial. Na década de i950 e no inicio dos anos i960, acreditava-se amplamente que a industriaIização nos países em desenvolvimento ocorreria se ao setor industrial fossem assegurados mercados domésticos seguros, o que permitiria que eles se desenvolvessem. A tão famosa estratégia de substituição de importações consistia em proteger os produtores domésticos Fundamentos de Economia 262 da competição estrangeira corn cotas e tarifas, de modo que eles pudessem expandir sua produção para substituir bens que costumavam ser importados. Por volta da década de 1980, ficou claro que a estratégia de substituição de importações havia se esgotado na maior parte dos países em desenvolvimento. Os produtores domésticos, protegidos da competição estrangeira, produziam um volume pequeno com custo alto e muito pouca inovação. Nos últimos tempos, uma característica marcante da economia mundial tem sido a cres- cente integração econômica entre os países sob diversos aspectos: comercial, produtivo e financeiro. Esse processo é conhecido como globalização (ou mundialização, para os franceses). Rigorosamente, pode-se dizer que se trata de um processo que vem ocorrendo com o grande desenvolvimento tecnológico a partir do final do século XIX, mas que se acelerou muito a partir das últimas décadas, com o desenvolvimento da informática e dos mecanis- mos financeiros internacionais. Nesse sentido, é interessante separar a chamada globalização produtiva da globalização financeira. Entende se por globalização produtiva a produção e distribuição de bens e serviços den- tro de redes em escala mundial. A redução de barreiras no comércio internacional, o cresci- mento notável das tecnologias da informação (telecomunicações e microeletrônica) e a difusão de novas tecnologias criaram novos produtos e novas oportunidades de negócios. Desde i980, quando esse processo se acelerou, a taxa de crescimento mundial elevou-se de uma media de 3,5 a 4% ao ano, para uma média de 5% no inicio deste século, contribuindo para a melhoria do padrão de vida em escala mundial. Particularmente os chamados Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Tailândia, Malásia, Cingapura, Formosa, Hong Kong e China) beneficiaram-se desse processo, passando de paises essencial- mente agrícolas para exportadores de bens manufaturados de alta tecnologia (automóveis, computadores, eletrônicos em geral). Entretanto, a globalização pode ter alguns aspectos perversos, como o aumento do desemprego estrutural em muitos paises, pois o novo paradigma tecnológico requer mão- de-obra mais qualificada, marginalizando parcela significativa de trabalhadores. Observa-se também a tendência de concentração da produção em grandes empresas multinacionais, o que tem levado a desnacionalização de grande parte do setor produtivo, principalmente nos paises menos desenvolvidos ou emergentes. Embora esse processo leve a uma menor presença do Estado como produtor de bens e serviços, com maior liberdade de mercado (o chamado neoliberalismo), ele, na realidade, traz a necessidade de maior atuação do Estado na regulamentação e fiscalização da economia de mercado, no sentido de proteger os interesses dos consumidores e garantir o direito de concorrência para empresas com menor poder de barganha. Crescimento e Desenvolvimento Econômico 263 Também a partir das duas últimas décadas do século XX, ao lado da globalização produtiva, iniciou-se um processo de crescimento do fluxo financeiro internacional, baseado nO mercado internacional de capitais, denominado globalização financeira. Esta se caracteriza por inovações financeiras, como a proteção contra riscos (hedge), securitização de títulos e o desenvolvimento do mercado de derivativos (mercados futuros, opções e svvaps). Associados ao elevado grau de informatização atual, esses capitais são transferidos com grande rapidez. Em bora a relativa abundância desses capitais financeiros internacionais possa representar, principalmente para os paises emergentes, um recurso importante para complementar sua poupança interna e promover o crescimento econômico, a excessiva liberdade de capitais torna esses países especialmente vulneráveis à conjuntura econômica internacional. Questões porn revisão 1. Diferencie crescimento econômico de desenvolvimento econômico. 2. De acordo com Rostow, quais são os estágios de desenvolvimento de uma economia? 3. Quais são as fontes de crescimento econômico? 4. Dada a relação produto-capital da economia, mostre qual seria o efeito de um au- mento da taxa de poupança (ou propensão a poupar) sobre a taxa de crescimento do produto real. 5. Conceitue globalização produtiva e globalização financeira. = Iossââérso r Abertura comercial. Redução das barreiras comerciais sobre cotas, tarifas e entraves bu' rocráticos. Âncora cambial. Regime cambial adotado no Plano Real atéjaneiro de 1999. Valorização da moeda nacional, com câmbio fixo (limites dados por uma banda cambial). Âncora monetária. Politicas antiinflaciona'rias adotadas no Brasil. Ate janeiro de 1999, o controle monetário era estabelecido por uma política de taxa dejuros e taxas de re- servas compulsórias dos bancos comerciais relativamente elevadas. Após essa data, passou-se a adotar como âncora monetária um sistema de metas inflacionárias (infla- tíon target). Argumentos normativos.l Contém, explicita ou implicitamente, um juízo de valor sobre alguma medida econômica. É uma análise do que deveria ser. Argumentos positivos. Estão contidos em análise que nao envolvejuízo de valor, estando essa estritamente limitada a argumentos descritivos, ou medições científicas. É uma análise do que e a realidade econômica. Armadilha cambial. É uma restrição externa ao crescimento. Em _países com economias vulneráveis, que necessitam de recursos externos, o crescimento econômico leva a um aumento maior das importações do que das exportações (pois essas dependem da demanda externa, não do crescimento interno) e tende a elevar o déficit em conta corrente, aumentando mais ainda a dependência. Arrancada. Etapa do processo de desenvolvimento em que ele se institucionaliza, com o surgimento de novos segmentos industriais, associados a bens de consumo duráveis. Balança comercial. Item do balanço de pagamentos em que são lançadas as exportaw ções e as importações de mercadorias, em termos FOB. / 'Efifl \ 266 Fundamentos de Economia Balanço de pagamentos. Registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo. Envolve transações com mercadorias, serviços e com capitais (monetários e _ físicos). Balanço de serviços. Item do balanço de pagamentos em que são lançadas as transações com serviços, como fretes, seguros, viagens internacionaisjuros, lucros, royalties, assistên- cia técnica etc. Balanço de transações correntes. Parte do balanço de pagamentos relativa a soma da balança comercial, do balanço de serviços e de transferências unilateraisTambém chamado de saldo em conta corrente do balanço de pagamentos. Base monetária.Total de moeda em poder do setor privado, inclusive as reservas dos bancos comerciaisTambém chamada de moeda de alta potência (high power money) ou passivo monetário das autoridades monetárias. Bem de consumo saciado. Dada uma variação na renda do consumidor, a quantidade de- mandada não se altera, coeterís paribus. Nesse caso, a elasticidade-renda da demanda é nula. Por exemplo: alimentos como arroz e sal. Bem de Giffen. Única exceção a lei geral da demanda. A quantidade demandada de um bem varia diretamente com o preço do bem, coeterisparíbus (curva de procura positivamente inclinada) É um tipo de bem inferior. Bem inferior. Tipo de bem em que a quantidade demandada varia inversamente a variações na renda do consumidor, coeterís paríbus. Assim, se a renda aumenta, a quantidade pro- curada desse bem diminui; se a renda cai, a quantidade procurada aumenta. A elasticidade-renda da demanda é negativa. " Bem normalTipo de bem em que a quantidade demandada varia diretamente com variações na renda do consumidor, coeteris paribus. Assim, se a renda aumenta, a quantidade procurada do bem aumenta; se a renda cai, a quantidade demandada também cai. A elasticidade-renda da demanda é positiva e menor que um. Bem público. Refere-se ao conjunto de bens gerais fornecidos pelo setor público: educação, justiça, segurança, transportes etc. Bem superior ou de luxo. A quantidade demandada varia mais que proporcionalmente a variações na renda do consumidor, coeteris paríbus. A elasticidade~renda da procura é maior que um. Bens complementares. Bens consumidos conjuntamente. Bens de capital. Bens utilizados na fabricação de outros bens, mas que não se desgastam totalmente no processo produtivo. É o caso de máquinas, equipamentos e instalações. Bens de consumo. Bens destinados diretamente ao atendimento das necessidades humanas. Podem ser classificados em duráveis (fogões, automóveis) ou não~duráveís (alimentos, produtos de higiene e limpeza). Bens finais. Bens que são vendidos para consumo ou utilização final. Glossário 267 Bens intermediários. Bens que são transformados ou agregados na produção de outros bens. e que são consumidos no processo produtivo. Bens substitutos (ou concorrentes). O consumo de um bem substitui o consumo de outro. Brechas fiscais. Referem-se a lacunas na lei que possibilitam a discussão do não recolhimento do tributo por parte do contribuinte (ver nota 3 do Capítulo 14). Cartel. Acordos explícitos ou tácitos entre concorrentes dentro de um mesmo mercado, de~ terminando políticas em torno de itens como preços, cotas de produção e distribuição, e divisão territorial, para todas as empresas desse setor. ' Clássicos. Predominaram entre o final do século XVlll e início do século XIX, consolidando a Economia como corpo científico próprio. Lançaram as bases do liberalismo econômico, em que prevalecem as forças de mercado, sem intervenção governamental. Seus expoen- tes foram Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say. Coeteris paribus. Expressão latina que significa"tudo o mais constante”. Em Microeconomia 1 analisa-se um dado mercado, isolado dos demais. É a análise do equilíbrio parcial. Concorrência monopolista (ou imperfeita). Estrutura de mercado com inúmeras empresas 1 produto diferenciado, livre acesso de firmas ao mercado, na medida que elas possuam a tecnologia e o volume apropriado de capital. Concorrência perfeita. Estrutura de mercado com número expressivo de firmas, com produto homogêneo, não existindo barreiras a entrada ou à saida de firmas. Consumo autônomo (ou consumo mínimo da coletividade). Consumo da coletividade quando a renda nacional é zero. Ou seja, e' a parcela do consumo que independe da renda nacional. Contabilidade social. Registro contábil da atividade econômica de um país em dado periodo (normalmente, um ano). E uma técnica que se preocupa com a definição e métodos de quantificação dos principais agregados macroeconômicos, como produto nacional, con- sumo global, investimentos, exportações etc. Contas”CC5". O documento normativo Carta~Circular5, editado pelo Banco Central em 1969, regulamentou a abertura de contas em moeda nacional tituladas por não residentes (ou não sediados) no País. Essa Carta-Circular foi revogada em 1996 pela Circular 2.677, que atualmente regula a transferência internacional em reais. Os recursos mantidos nessas contas, quando tituladas por instituições financeiras não sediadas no Pais, podem ser au- tomaticamente convertidos em moeda estrangeira e remetidos ao exterior. Atualmente, as contas CCS permanecem na Resolução n° 3.265, de 4 mar. 2005, do CMN, mas cessam as transferências ao exterior de recursos de terceiros pelas contas de instituições financeiras não-residentes. Copom - Comitê de Política Monetária. Comitê do Banco Central, constituído pelo presi- dente, diretores e chefes de departamento de áreas econômicas do Banco Central, que se reúne mensalmente. Fixa a taxa dejuros Selic e a tendência da taxa dejuros até a próxima reunião do Comitê. Fundamentos de Economia 268 do Crescimento econômico. Crescimento contínuo da renda total e per capita ao longo tempo. Curto prazo. Periodo de tempo no qual existe pelo menos um fator de produção fixo. Curva (fronteira) de possibilidades de produção (CPP). Fronteira máxima daquilo que a economia pode produzir, dados os recursos produtivos limitados. Representa as opções de produção da sociedade, supondo os recursos plenamente empregados. Curva de Lafer. Mostra que, a partir de certo nivel da alíquota do imposto, qualquer elevação da taxa, em vez de aumentar a arrecadação total do governo, resulta em sua redução, devido a evasão fiscal (sonegação), e em desestimulo sobre os negócios ` em geral. Curva de Phillips. Representa a existência de uma relação inversa entre taxas de salários e taxas de desemprego. Custo contábil. Envolve dispêndio monetário. É o custo explicito considerado na contabili- dade privada. Custo de longo prazo. No longo prazo sÓ existem custos variáveis. O longo prazo é um ho- rizonte de planejamento: as empresas têm um elenco de opções, com diferentes escalas (tamanhos) de planta e escolhem uma delas. Custo de oportunidade. Grau de sacrifício que se faz ao optar pela produção de um bem, em termos da produção alternativa sacrificada. Também chamado de custo alternativo ou custo implícito (por não envolver desembolso monetário). Custo direto. Sinônimo de Custo Variável. Varia Conforme o volume produzido. Custo fixo. Não varia conforme o volume produzido. Custo fixo médio (CFMe). Custo fixo total dividido pela quantidade produzida. Custo fixo total (CFT). Parcela do custo que se mantém fixa quando a produção varia (aluguéis). Ou seja, são os gastos com fatores fixos de produção. Custo marginal (CMg).Variação do custo total dada a variação de uma unidade na quantidade produzida. Custo total (CT). Gasto total da empresa com fatores de produção. Compõe-se de custos variáveis e fixos. Custo total médio (CTMe ou ClVle). Custo total dividido pela quantidade produzidaTambe'm chamado de custo unitário. Custo variável. Varia conforme o volume produzido. Custo variável médio (CVMe). Custo variável total dividido pela quantidade produzida. Custo variável total (CVT). Parcela do custo que varia quando a produção varia (salários e matérias-primas). Depende da quantidade produzida. Déficit de caixa. Omite as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como fornecedores e empreiteiros. É a parcela do déficit público que é financiada pelas autoridades monetárias. Glossário 269 Déficit nominal. Déficit total do governo, incluindojuros e correções monetária e cambial da dívida passada. Também chamado de necessidades de financiamento do setor público _ conceito nominal. Déficit operacional. Diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária no periodo, somados aos juros reais da divida passada. Ou seja, não inclui a correção monetária e cambial da dividaTambe'm chamado de necessidades de financ iamento do setor público _ conceito operacional. ‹ Déficit primário. Diferença entre os gastos públicos e a arreca dação tributária do período. Não inclui a dívida passada. Deflação. Ocorre quando se retira o efeito da inflação das séries monetárias ou nominais. É calculada a partir da divisão da série monetária por um índice de preços (chamado deflator). Demanda de moeda para transações. Parcela da demanda de moeda que o público retém com o objetivo de satisfazer suas transações normais do dia«a-dia. Depende do nível de renda: quanto rn'aior o nível de renda, maior a necessidade de moeda para transações. Demanda de moeda por especulação. Parcela da demanda de moeda que o público retém, com o objetivo de auferir algum ganho futuro na compra de ativos (como títulos e imóveis). Depende do nível das taxas de juros de mercado: quanto maior a taxa dejuros, mais as pessoas aplicarão em ativos, e menor a retenção de moeda para especulação. z Demanda de moeda por precaução. Parcela de moeda que é retida por pessoas e empresas para fazer face a pagamentos imprevistos ou atrasos de recebimentos esperados. Demanda derivada. É a análise do mercado de fatores de produção. A demanda por insumos (mão-de-obra, capital) esta' condicionada pela procura do produto final da empresa, no mercado de bens e serviços, ou dela deriva. Demonstrativo de renúncias fiscais. Balanço das perdas de receita que decorrem de isen- ções e subsídios concedidos pelo governo federal. Depreciação. Consumo (ou desgaste) do estoque de capital fisico, em determinado periodo. Desemprego disfarçado. A produtividade marginal da mão-de-obra é zero. Por exemplo, numa agricultura de subsistência, a transferência de trabalhadores do campo para a cida- de praticamente não diminui o produto agrícola. Desemprego estrutural ou tecnológico. O desenvolvimento tecnológico do capitalismo marginaliza a mão-de-obra, por ser capital-intensivo. Também chamado desemprego marxista (ver também nota 7 do Capítulo 10). Desemprego fricional ou taxa natural de desemprego. Devido à mobilidade transitória da mão-deobra, mudando de setor ou de região. Desemprego keynesiano ou conjuntural. Ocorre quando a demanda agregada é insuficíente para absorver a oferta agregada de pleno emprego. Fundamentos de Economia 270 se preocupa com a melhoria Desenvolvimento econômico. Parte da teoria econômica que es como progresso do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo. Estuda questõ tecnológico e estratégias de crescimento. icos, em termos agregados. Despesa nacional.Total dos gastos dos vários agentes econôm ento, despesas correntes do Compõe-se das despesas de consumo, despesas de investim menos importações). governo e despesas líquidas do setor externo (exportações (reais por dólar, por exemplo). Desvalorização nominal de câmbio. Aumento da taxa cambial nominal supera a taxa de Desvalorização real do câmbio. Ocorre quando a desvalorização s (que é a variação da taxa inflação interna. Pode ser medida pela relação câmbio~salário relação entre a variação da de câmbio sobre a variação da taxa de salários), ou, então, pela taxa de câmbio sobre a variação da inflação interna. do comprador, adota preços Discriminação de preços. Quando urna empresa, dependendo diferentes para o mesmo produto. a maneira pela qual os hoEconomia. Pode ser definida como a ciência social que estuda ir diferentes bens e serviços, mens decidem empregar recursos escassos a fim de produz de, a fim de satisfazer de modo a distribui-los entre as várias pessoas e grupos'da socieda as necessidades humanas. os únicos agentes são Economia a dois setores. Numa economia simplificada, supõe~se que auferem rendimentos pela as empresas (que produzem bens e serviços) e as familias (que prestação de serviços). agentes: famílias, emEconomia a quatro setores. Urna economia completa, com os quatro presas, setor público e setor externo. : familias, emEconomia a três setores. Uma economia hipotética, fechada, com três agentes presas e setor público. ico em que as questões Economia centralizada (ou economia planificada). Sistema econom de planejamento, e não econômicas fundamentais são resolvidas por um Órgão central s de produção. pelo mercado, predominando a propriedade pública dos recurso económicas fundamentais Economia de mercado. Sistema econômico em que as questões dade privada dos recursão resolvidas pelo mercado. Caracteriza-se também pela proprie (sistema de concorrência sos de produção. Pode ser uma economia de mercado pura mista). pura) ou ter a interferência do governo (sistema de economia o (sonegação, Economia informal. Reflete a desobediência civil a atividades normais de mercad não registro em carteira de trabalho, caixa 2). as relações entre os paises, Economia internacional. Parte da teoria econômica que estuda com serviços e transações as quais envolvem transações com mercadorias, transações financeiras. o preço do bem, coeteEfeito preço total.Variação da quantidade demandada, quando varia ris paribus. Divide-se em efeito renda e efeito substituição. Glossário 271 Efeito renda. Dada uma variação no preço de um bem, é o efeito sobre a quantidade demandada desse bem, derivado de urna mudança na renda real (ou poder aquisitivo) dO consumidor, supondo a renda monetária e os preços dos outros bens constantes. Por ~ exemplo, se o preço do bem X aumenta, a quantidade demandada de X cai, porque O poder aquisitivo do Consumidor diminui, coeterisparibus. Efeito substituição. Dada uma variação no preço de um bem, é o efeito sobre a quantidade demandada desse bem, derivado de uma alteração nos preços relativos dos bens, supondo a renda monetária e os preços dos outros bens constantes. Por exemplo, se o preço do bem X aumenta, a quantidade demandada de Xcai, porque o bem Xfica relativamente mais caro que os outros bens, coeterís paribus. Efeito Tanzi (ou Oliveira-Tanzi). A inflação corrÓi o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem entre o fato gerador e o recolhimento dos impostos. Eficiência marginal do capital. Taxa de retorno esperada sobre a compra de um bem de capital. É a taxa que iguala o valor dos retornos líquidos que se espera obter com o investimento com o preço de aquisição do equipamento. Elasticidade. Alteração percentual em uma variável, dada uma variação percentual em outra, coeteris paribus. Elasticidade no ponto. Calculada em um ponto específico (por exemplo, a um dado nível de preço e quantidade). Elasticidade no ponto médio (ou no arco). Calculada a partir dos pontos medios, e não num ponto especifico (por exemplo, preço me'dio e quantidade medial. Elasticidade-preço cruzada da demanda. Variação percentual na quantidade demandada, dada a variação percentual no preço de outro bem, coeteris paribus. Quando e positiva, os bens são substitutos; quando é negativa, os bens são complementares. Elasticidade-preço da demanda. Variação percentual na quantidade demandada, dada a va- riação percentual no preço do bem, coeteris paríbus. Quando é maior que um (em mó- dulo), o bem tem demanda elástica; quando é menor que um (em módulo), o bem tem demanda ihelástica; quando e igual a um, o bem tem demanda de elasticidade unitária. Elasticidade-preço da oferta. Variação percentual na quantidade ofertada, dada a variação percentual no preço do bem, coeteris paríbus. Quando é maior que um, o bem tem oferta elástica; quando é menor que um, o bem tem oferta inelástica; quando é igual a um, o bem tem oferta de elasticidade unitária. Elasticidade-renda da demanda. É a variação percentual na quantidade demandada, dada uma variação percentual na renda, coeterísparibus. Quando maiorque um, e um bem superior ou de luxo; quando é menor que um e maior que zero, e um bem normal; quando e menor que zero, é um bem inferior. Equilíbrio geral. Procura analisar se o comportamento independente de cada agente econômico conduz todos a uma posição de equilíbrio global, considerando-se a interdependência entre os mercados. 272 Fundamentos de Economia Equilibrio parcial. Analisa um mercado especi'fico, isoladamente de outros mercados. Era do consumo de massa. Etapa do processo de crescimento em que ele se consolida, quando os setores líderes se voltam para a produção de bens de consumo duráveis de alta tecnologia e serviços. São destinados mais recursos para o bem-estar e a seguridade social. Estabilizador automático (built in). A tributação progressiva tem efeito anticiclico sobre a renda disponível. Por exemplo, na recessão, o contribuinte que tivesse sua renda dimi- nuída desceria de alíquota e teria uma redução no imposto, o que faria com que a renda disponivel diminuísse menos que a renda nacional total. Estagflação. Situação que ocorre quando têm-se paralelamente taxas elevadas de inflação e recessão econômica. Estruturalismo. Corrente econômica surgida na América Latina, que supõe que a inflação em países subdesenvolvidos está associada a tensões de custos, causadas por deficiências estruturais e conflitos distributivos. Ex ante. Valores previstos, projetados, planejados, a priori. O que julgamos que vai ocorrer no início de um periodo. São os valores considerados na teoria macroeconómica. Ex post. Valores realizados, ocorridos a posteriori. São os valores medidos após sua ocorrência. São as variáveis consideradas na contabilidade social. Externalidades (economias externas). Quando a produção ou o consumo de um bem acarreta efeitos sobre outros individuos, e esses custos/beneficios não se refletem nos preços. Falhas de informação. Como os agentes econômicos têm informação imperfeita a respeito dos preços de bens e serviços, eles não tomarão decisões corretamente, quando forem ao mercado desejando adquiri-los. Fatores de produção. São os recursos de produção da economia, constituídos pelos recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), terra, capital e tecnologia. Financiamento oficial compensatório. ltem do balanço de pagamentos que mostra como o saldo foi financiado ou alocado. É composto dos itens Haveres e Obrigações no Exterior, Operações de Regularização com o FlVll e Atrasados Comerciais. Também chamado de Movimento de Capitais Oficiais. Fiscalistas. Corrente que defende a atuação ativa do Estado, por meio de política econômica. Também chamados de keynesianos. Seus expoentes são James Tobin e Paul Anthony Samuelson. Fisiocracia. Uma das escolas precursoras da Economia, embora ainda muito influenciada pela Filosofia, Ética e Religião. Teve seu apogeu entre i760 e 1770. Os fisiocratas preo- cuparam-se com a questão da repartição do produto entre setores da atividade e en- fatizaram as leis naturais do universo que condicionariam as relações económicas. Seu principal expoente foi o médico francês François Quesnay, provavelmente o principal responsável pelo uso em Economia de termos como fluxos, Órgãos e circulação. Glossário 273 Flutuação suja ou dirty floatíng. Mesmo no regime de taxa de câmbio flutuante, o BanCO Central, como principal agente do mercado, tanto na compra como na venda de divisas, consegue manter a taxa de câmbio nos níveis por ele desejados. Fluxo circular de renda. Fluxo que se estabelece entre as unidade s produtoras e unidades apropriadoras de renda, no mercado de bens e serviços e no mercado de fatores de produção. Função de produção. Relação técnica entre a quantidade fisica de fatores de produção e a quantidade fisica do produto em determinado período de tempo. À Funções da moeda. Meio ou 'instrumento de troca; unidade de medida (ou unidade de conta); reserva de valor. Funções do Banco Central. Banco emissor; banco dos bancos; banco do governo; banco depositário das reservas internacionais. Hiato deflacionário. Insuficiência da demanda agregada em relação à oferta agregada de pleno emprego. Tem-se uma situação de desemprego de recursos. Mostra de quanto a demanda agregada deve ser aumentada para que possa atingir o equilíbrio de pleno emprego. Hiato inflacionário. Excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada de pleno emprego. Tem-se aqui uma inflação de demanda. Mostra de quanto a demanda deve cair para restabelecer o equilibrio de pleno emprego. Homogeneidade (produto homogêneo). Acontece quando todas as firmas oferecem um produto semelhante, homogêneo. Não há diferenças de embalagem e qualidade do produto nesse mercado. IDH - índice de desenvolvimento humano. Índice criado pelas Nações Unidas, para comparar o grau de desenvolvimento humano dos países. É uma média de três índices: indice de expectativa de vida ao nascer, indice de educaçao (ponderação entre a taxa de alfabe- tização de adultos e taxa de escolaridade) e índice do PIB per capita. Imposto ad valorem. Imposto indireto, com alíquota (percentual) fixada e com valor (em S) variando de acordo com o preço da mercadoria. Imposto específico. Imposto indireto, com valor (em S) fixado, independentemente do preço da mercadoria. Imposto inflacionário. Especie de taxação que oBancoCentral impõe à coletividade, pelo fato de deter o monopólio das emissões, e nunca ter perda de poder de compra, mesmo com inflação elevada. Imposto sobre a renda. A incidência ocorre sobre os fluxos de rendimento, mensais e de ajuste anual. Imposto sobre a riqueza (patrimônio). A base tributária é o estoque acumulado de riqueza sob a forma de patrimônio. Imposto sobre vendas de mercadorias e serviços. O fato gerador e' a compra e venda de mercadorias e serviços. 214 Fundamentos de Economia Incidência tributária. É a carga ou proporção do imposto paga efetivamente pelos consumi- dores e pelos produtores. indice da carga tributária liquida. Porcentagem do total de impostos diretos e indiretos, excluídas as transferências e subsídios ao setor privado, em relação ao PIB a preços de mercado. Índice de preços. Número que reflete o crescimento dos preços de um conjunto de bens, servindo para medir a taxa de inflação e deflacionar séries monetárias ou nominais. Inflação. Aumento contínuo e generalizado no nivel geral de preços. Inflação de custos. Ocorre quando o nível de demanda agregada permanece o mesmo, mas os custos de produção aumentam, diminuindo a oferta agregadaTambém chamada de inflação de oferta. inflação de demanda. Diz respeito ao excesso de demanda agregada, em relação à produção disponivel (oferta agregada) de bens e serviços. Inflação inercial. inflação decorrente dos reajustes de preços e salários provocada pelo meca- nismo de indexação ou de correção monetária. V injeções de renda. Todos os recursos que são injetados'lno fluxo básico de renda, e que não é originado da venda e bens de consumo às famílias. É o caso do Investimento Agregado, dos gastos do governo e das exportações. Institucionalistas. Criticam o alto grau de abstração da teoria econômica e o fato de eia não incorporar em sua análise as instituições sociais. Seus grandes expoentes são John Kenneth Galbraith eThorstein Vebien. Investimento agregado ou taxa de acumulação de capital. Éo aumento da capacidade pro- dutiva da economia em dado periodo. Éo gasto em bens que permitirão o aumento do consumo e do fluxo de renda futuro. Seus componentes são máquinas, equipamentos e construções (investimentos em bens de capitaiou formação bruta de capital fixo) e variações de estoques. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Por determinação da Constituição Federal de i988, o Executivo deve definir a cada ano suas metas e prioridades para o exercicio financeiro subseqüente, e o faz por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa Iei determina os parâmetros que devemiser observados na elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as modificações na legislação tributária e estabelece a politica de aplicação das agências oficiais de fomento. Lei de Say. Princípio criado pelo francês Jean-Baptiste Say, segundo o qual a oferta cria sua própria procura. Lei dos rendimentos decrescentes. Ao se aumentar o fator variável (mão›de-obra), sendo dada a quantidade de um fator fixo, a produtividade marginal do fator variável cresce até certo ponto e, la partir daí, decresce até tornar-se negativa. Vale apenas se mantiver um fator fixo (portanto, sÓ vale no curto prazo). Glossário 275 Lei geral da demanda. A quantidade demandada de um bem ou serviço varia na relação inversa do preço do próprio bem, coeterisparibus. Lei geral da oferta. A quantidade ofertada de um bem ou serviço varia na relação direta com o preço do próprio bem, coeteris paribus. Leis antitruste. Atuam sobre a formação de preços em mercados monopolizados e oligopolizados, e sobre a conduta das empresas. Liberalismo. Corrente econômica surgida no século XVIII, que acredita que os mercados, sem interferência do governo, como que guiados por uma "mao invisível'fl conduze m a economia ao pleno emprego. Í Longo prazo. Período de tempo no qual todos os fatores de produção variam, ou seja, não existem mais fatores fixos. Lucro extraordinário. Uma vez que os custos totais já incluem os lucros normais (a remuneração do empresario, ou seu custo de oportunidade), ocorrerão lucros extraordinários quando as receitas totais forem superiores aos custos totais. Lucro normal. Remuneração do empresário, medida pelo custo de oportunidade de estar empregando seus recursos em dada atividade, e não numa alternativa. Nas curvas de custo, a teoria econômica incorpora os custos de oportunidade associados aos insumos, ou seja, remuneram-se todos os fatores de produção de propriedade do empresário. MI. Moeda em poder do público + depósitos à vista nos bancos comerciais. M2. MI + depósitos de poupança + títulos privados (depósitos a prazo, letras cambiais, hipotecárias e imobiliárias). M3. M2 + fundos de renda fixa + operações compromissadas com titulos federais. M4. M3 + títulos públicos federais, estaduais e municipais. Macroeconomia. Estudo da determinação e do comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimento agregado, exportação e nível geral dos preços. Mais-valia. Conceito criado por Marx, referente à diferença entre o valor das mercadorias que os trabalhadores produzem e o valor da força de trabalho vendida aos capitalistas. Os lucros, juros e aluguéis, que são rendimentos da propriedade, representam a expressão da mais-valia. _ . _ Mão invisivel. A base do pensamento liberal da escola clássica: milhões de consumidores e milhares de empresas, sozinhos, como que guiados por uma mão invisivel, encontram a posição de equilíbrio nos vários mercados, sem intervenção do Estado. É o Iaíssez-faire. Marcha para o amadurecimento. Etapa do processo de desenvolvimento em que a moderna tecnologia se estende dos setores lideres, que impulsionaram o arranco, para outros setores. Marginalismo. Base do pensamento neoclássico. Os conceitos de margem (como utilidade marginal, receita marginal e custo marginal) são mais relevantes para a tomada Fundamentos de Economia 276 de decisões por parte de consumidores e empresários do que os conceitos de média (como produtividade média e custo médio). Mark-up. Margem da receita de vendas (faturamento) sobre os custos diretos de produção. Marxistas. Escola baseada nos trabalhos de Karl Marx, desenvolvidos na segunda metade do século XIX. Fazem uma crítica ao capitalismo, observando que o desenvolvimento tecno- lógico em regimes capitalistas levaria à marginalização dos trabalhadores. Baseiam sua análise a partir da luta entre capitalistas e trabalhadores. Matriz insumo-produto ou de relações intersetoriais. Sistema de contabilidade social, criado pelo economista russo Wassily Leontief, que mostra todas as transações agregadas de bens intermediários e de bens finais da economia em determinado período. Maximizar lucro total. Corresponde ao volume de produção em que a receita marginal (RMg) = custo marginal (CMg). Meios de pagamento. Estoque de moeda disponivel para uso do setor privado não bancário, a qualquer momento (ou seja, de liquidez imediata). É composto pela moeda em poder do público (moeda manual) e pelos depósitos à vista nos bancos comerciais (moeda escritural). Mercado atomizado. Aquele com inúmeros vendedores e compradores (como "a'tomos"), de forma que um produtor isolado não tem condições de afetar o preço de mercado. Assim, o preço de mercado é um dado fixado para a empresa, sendo determinado no mercado pela ação conjunta de ofertantes e consumidores. Mercado de derivativos. Mercado no qual a formação de seus preços deriva dos preços de outros ativos no mercado à vista. Inclui os mercados futuros, mercado a termo, swaps de câmbio e juros. Mercado relevante. Éo que identifica o conjunto de agentes económicos (consumidores e produtores) que efetivamente limitam as decisões referentes a preços e quantidades pro, duzidas pela empresa. Dentro desse mercado, a reação dos consumidores e produtores a mudanças nos preços relativos, isto é, o grau de substituição entre os produtos ou fontes de produtores, é maior do que fora dele. Mercados futuros. Compromissos de compra e venda, a preços determinados, para uma data futura. Mercantilistas. Praticamente os precursores do estudo econômico sistematizado. Apesar de não apresentarem um conjunto analítico homogêneo, tinham preocupações explícitas sobre a acumulação de riquezas, sobre comércio exterior e sobre a moeda. Enfatizaram o poder do Estado, considerando que o governo de um país seria mais forte e podero‹ so quanto maior fosse seu estoque de metais preciosos. Seus principais expoentes são William Petty e Cantillon. Meta inflacionária (inflatíon target). Meta fixada de taxa de inflação, que as autoridades mo- netárias comprometem-se a atingir, no médio e longo prazos (no Brasil, para o próprio ano e o ano seguinte, limitadas a uma variação de 2% para cima ou para baixo). Glossário 277 Microeconomia (ou teoria de preços). Estudo do comportamento de consumid ores e produtores em mercados especificos, preocupa ndo-se como são determinados os preço s e as quantidades dos bens e serviços nesses mercados. Modelo clássico de oligopólio (ou modelo neoclá ssico). O objetivo da emprega é maximizar o lucro total (ou seja, igualar a receita marginal ao custo marginal). Modelo de mark-up. Trata-se de um modelo de olígopólio, em que o objetivo da firma é maxim izar o mark-up, e não os lucros. Esse modelo parte do pressuposto de que as firmas conhecem melhor seus custos de produção do que a dema nda do produto, razão pela qual o preço do produto e fixado a partir de uma margem sobre os custos diretos de produção (mark-up). Moeda. Objeto de aceitação geral utilizado na troca de bens e serviços. Sua aceitação é garantida por lei (ou seja, a moeda tem “curso forçado”e sua única garantia e' a legal). Moeda escritural. Total de depósitos à vista nos bancos comerciais. Também chamada de moeda bancária. Moeda manual. Total de moeda em poder do público e (empresas privadas e pessoas físicas). Monetarismo. Corrente que considera que os instru mentos de politica monetária são mais eficazes no combate à inflação e ao desemprego. No Brasil, essa corrente defende que a principal causa da inflação é o desequilíbrio das contas públicasTambém chamada orto~ doxa ou neoliberal. Monetaristas. Corrente econômica que enfatiza o papel da política monetária, que seria menos intervencionista do que a politica fiscal. São també m liberaisf no sentido de que a atuação do Estado deve ser direcionada para o fornec imento de bens públicos, como educação, saúde,justiça, segurança. Seu principalirepr esentante é Milton Friedman. Monopólio. Estrutura de mercado com uma única empresa, produto sem substitutos próximos, e em que existem barreiras a entrada de novas firmas . Monopólio bilateral. Forma de mercado em que um monopsonista, na compra de um insumo, defronta com um monopolista na venda desse insumo. Por exemplo, uma única fábrica numacidade do interior (monopsonista na compra) que defronta com um único sindicato de trabalhadores (monopolista na venda). Monopólio puro ou natural. Mercado em que as empre sas apresentam elevadas economias de escala, o que lhes permite produzir a custos unitários-de produção muito baixos e vender seu produto a preços que inviabilizam a entrada de novas firmas no mercado. Monopsônio. Único comprador defronta com muitos vended ores de fatores de produção. Movimento de capitais. Parte do balanço de pagamentos relativa às transações com capitais internacionais, físicos ou monetários. Compõe-se dos seguintes itens: investimentos dire- tos, reinvestimentos, empréstimos e financiamentos autônomos e amortizações. Multiplicador da base monetáriavariação dos meios de pagam ento, dada uma mudan ça no saido da base monetária. A variação dos meios de pagamento e' um múltiplo da variação da base monetária. Étambém chamado simplesmente de multiplicador monetário. Fundamentos de Economia 278 Multiplicador keynesiano de gastos. Variação da renda nacional, dada uma variação autôno- ma em algum dos componentes da demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo, tributação, exportações ou importações). A renda nacional varia num múltiplo da variação de algum elemento autônomo da demanda agregada. Neocla'ssicos. Escola que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Partindo de princípios liberais (economia de mercado), foi responsável pela consolidação da formalização analítica em Economia e pelo uso intensivo da Matemática. A preocupação principal era com a alocação ótima de recursos. Criou a teoria do valor-utilidade, pela qual o preço dos bens é formado a partir do grau de satisfação que o consu~ midor espera obter do bem, contrapondo-se ã teoria do valor-trabalho, pela qual o valor dos bens seria derivado do lado da oferta, ou dos custos da mão-de-obra. Seus principais expoentes são Alfred Marshall, Leon Walras, Vilfredo Pareto, Joseph Schumpeter e Francis Edgeworth, entre outros. Oferta. Quantidade de determinado bem ou serviço que os produtores desejam vender, em dado período de tempo. Oligopólio. Estrutura de-mercado com pequeno número de empresas que dominam o mer» cado, sendo que existem barreiras a entrada de novas empresas. Oiigopsônio. Poucos compradores defrontam com muitos vendedores do fator de produção. Open market ou mercado aberto. Mercado de compra e venda de titulos públicos. Orçamento da seguridade social. Compreende todas as entidades e Órgãos vinculados ao Exe- cutivo, da saúde, Previdência Social e assistência social. É parte do orçamento geral da União. Orçamento geral da União. Éformado pela soma do orçamento fiscal, orçamento das esta- tais, orçamento da seguridade social e renúncias fiscais. Orçamento público moderno. A partir da década de 1930.0 Estado começou a abandonar a neutralidade econômica que caracterizava o pensamento liberal e passou a intervir para corrigir distorções do sistema econômico e estimular programas de desenvolvimento. Desde então, as alterações'orçamentárias começaram a ter grande importância. Orçamento público tradicional. A principal função do orçamento tradicional era disciplinar as finanças públicas e possibilitar aos Órgãos de representação um controle político sobre o Executivo. O orçamento estava a serviço da concepção do Estado liberal, que tinha por finali- dade manter o equilibrio nas contas públicas. Nesse tipo de orçamento, o aspecto económico não estava em primeiro plano. As contas públicas caracterizavam-se por sua neutralidade e o gasto público não tinha importância significativa em termos econômicos. Pass-through. Efeito ("passagem") de variações nataxa de câmbio sobre as taxas de inflação. Pleno emprego de recursos. Ocorre quando todos os recursos produtivos da economia estão totalmente utilizados, ou seja, não existe capacidade ociosa nem trabalhadores desempregados. a 'f iv *L'ss' '51”. na" '111.511 '3214 ¡36:! 'CQ Glossário 279 Poder de mercado. Consiste no ato unilateral de uma empresa (ou grupo de empresas) aumentar os preços, ou reduzir quantidades, ou diminuir a qualida de ou a variedade dOS produtos ou serviços. v Poder de monopólio. Quando um produtor, ou grupo de produto res, ao trabalhar com capacidade ociosa, coloca no mercado um volume menor de produçã o, cobrando preços superiores aqueles que seriam praticados se o mercado fosse competitivo. Política cambial. Refere-se a atuação do governo sobre a taxa de câmbio. A Politica comercial. Refere-sea medidas específicas para incentivar ou inibir o comércio exterior. Podem ser de ordem'monetária, fiscal ou qualitativas, como a imposição de controles e barreiras a determinadas importações. Politica de gastos públicos. Refere-se a alocação e distribuição dos gastos do setor público. Política de rendas. Diz respeito à interferência direta do governo na formação de preços, por meio de congelamento de preços e salários, fixação de reajustes salariais etc. Politica fiscal. Controle e administração das contas públicas por meio da política tributária e de gastos. ` Politica monetária. Refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, crédito eo nivel das taxas dejuros, com o objetivo de manter a liquidez do sistema econômico. Politica tributária. Refere-se à arrecadação de impostos por meio da manipulação da estrutura e das alíquotas de impostos. Politicas heterocloxas.Termo associado a políticas implementadas no Brasil a partir de 1986, que localizam nos mecanismos de indexaçãoa causa principal da inflação no país. PÓs-keynesianos. Corrente que promoveu uma releitura da obra de Keynes, procurando de- monstrar que esse autor não desprezou o papel da moeda no sistema econômico. Enfatizam o papel da especulação financeira em Keynes e defendem que o governo deve intervir na atividade econômica quando necessário. Seus expoentes são Joan Robinson, Hyman Minsky, Paul Davidson e Alessandro Vercelli. Poupança agregada. Parcela da renda nacional não consumida no periodo; isto é, da renda gerada, parte não e' gasta em bens de consumo no periodo. Poupança externa. Saldo do balanço de transações correntes (BTC), com sinal trocado. Se o saldo do BTC é negativo, isso indica que o país aumentou seu endividamento externo, em termos financeiros, mas tem poupança externa positiva, pois absorveu bens e serviços em termos reais do exterior. Se o saldo do BTC é positivo, isso significa uma poupança externa negativa. Preço absoluto. Éo preço específico de determinado bem ou serviço. Preços relativos. Éo preço de um bem comparado com os preços de outros bens. Princípio da anualidade. Princípio legal pelo qual todo tributo sÓ pode ser cobrado no ano seguinte ao de sua criação. Chamado anteriormente de princípio da anterioridade. Princípio da capacidade de pagamento. Segundo este princípio tributário, os agentes (familias, firmas) deveriam contribuir com impostos de acordo com sua capacidade de pagamento. \ WQWÁ vária Eammnem» me» 'mâumea Pfiamâana na qa ...m as.. Fundamentos de Economia "28;0 por Keynes e pelo polonês Michal Kalecki: a Princípio da demanda efetiva. Princípio criado do produto e da renda no curto prazo. demanda agregada é que determina as variações seria determinante. Inverte a lei de Say, que propunha quea oferta agregada e que do este princípio orçamentário, receitas Principio da discriminação ou especialização. Segun de forma que fiquem e despesas devem aparecer no orçamento de maneira discriminada, claras a origem e a destinação dos recursos. e, no sentido de Principio da eqüidade. Um tributo, além de ser neutro,.deve ser equânim sob distribuir seu ônus de maneirajusta entre os indivíduos. A eqüidade pode ser avaliada to. outros dois princípios: principio do benefício e princípio da capacidade de pagamen mente matérias Principio da exclusividade` Por este principio, o orçamento deve conter exclusiva como de natureza orçamentária. Este principio visa impedir que o orçamento seja utilizado s. meio de aprovação de outras matérias que não dizem respeito as questões financeira o vinculaçã a Princípio da não-vinculação das receitas. Este principio orçamentário impede dos de receitas, ou seja, nenhuma parte da receita poderá estar vinculada a determina gastos. , v os Princípio da neutralidade. Este princípio tributário ocorre quando os tributos não alteram de agentes dos preços relativos, minimizando sua interferência nas decisões econômicas mercado. r, seja Princípio da racionalidade. Diz que os agentes econômicos sempre procuram maximiza ores. o lucro, no caso dos empresários, seja a satisfação (utilidade), no caso dos consumid púentidade Principio da unidade. Trata~se de um princípio orçamentário, que diz que cada blica financeiramente auto'suficiente deve possuir apenas um orçamento. As unidades para financeiramente auto-suficientes são as que não dependem de recursos do Tesouro sua manutenção. as Principio da universalidade. De acordo com esse princípio, o orçamento precisa contertod as despesas e receitas do Estado. cada Princípio do benefício. Segundo este princípio tributário, um tributo e' justo quando contribuinte paga ao Estado um montante diretamente relacionado com os beneficios do que recebe dogoverno. Isto é, o individuo paga o tributo de maneira a igualar o preço serviço recebido aobeneficio marginal que ele recebe com sua produção. leo Principio do equilibrio. Neste princípio reside a diferença entre o orçamento tradiciona moderno. Para os economistas clássicos, o equilibrio orçamentário era fundamental, pois o deficit público, caso ocorresse, deveria ser coberto por recursos da atividade produtiva. adquire A partir da década de 1930, com o advento da teoria keynesiana, o gasto público a função de estabilizador da economia. receita e da Principio do orçamento bruto. O orçamento deve conter todas as parcelas da despesa em valores brutos, sem nenhuma dedução. Essa regra impede a inclusão de importâncias líquidas (saldos positivos ou negativos). Glossário 23] Principios orçamentários. Coleção de regras que têm por finalidade aumentar a coerência e a efetividade do orçamento. Processo de produção,(ou método de produção). Caracteriza~5e Como diferentes combina- A ções dos fatores de produção a um dado nível de tecnologia. Procura (ou demanda). Quantidade de determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir, em dado periodo de tempo. Produção. Processo pelo qual uma firma transforma os fatores de produção adqu iridos em produtos ou serviços para a venda no merc ado. Produtividade marginal. Variação do prod uto, dado um aumento de uma unidade no fator de produção. Porexemplo, a produtividade marg inal da mão-de-obra e' a variação da quantidad e produzida dada uma alteração de uma unida de na quantidade de mão-depbra utilizada, Produtividade média. Relação entre o nivel do produto e a quantidade do fator de produ ção. Por exemplo, a produtividade média da mãode-obra (ou produto por trabalhador) é a relação entre a quantidade produzida e o núme ro de trabalhadores empregados. Produto interno brut'o (PIB). Renda devida a produ ção dentro dos limites territoriais do país. Produto nacional. Valor de todos os bens e serviços finais produzidos em determin ado periodo de tempo. Produto nacional bruto (PNB). Renda que pertence efetivamente aos nacionais. É o PlB mais a renda liquida do exterior (dada pela difere nça entre a renda recebida e a renda enviada, na forma de juros, lucros, royalties e assistência técnica). a Produto nacional líquido (PNL). Produto nacional bruto menos a depreciação. Produto (renda) nominal. Produto medido a preços correntes do período. O mesmo que produto (renda) monetário. Produto (renda) real. Produto medido a preços constantes de determinado ano (cham ado ano-base), ou seja, é o produto deflacionado, donde se retirou o efeito da inflação. Produto total (PT). Quantidade total produ zida em dado periodo de tempo (ver item 6.3. 7). Propensão marginal a consumir. Variação do cons umo agregado dada da nacional. uma variação da ren- Propensão marginal a poupar. Variação da poupança agregada dada uma variação da renda nacional. ` ' Propensão média a consumir. Relação entre o nível de consumo agregado e o nível de renda nacional (verítem 70.41) Propensão média a poupar. Relação entre o nivel de poupança agregada e o nivel de renda nacional (veritem 75.4). Receita marginal (RMg). Acréscimo na receita total, decorrente da venda de uma unidade adicional na quantidade vendida do bem. Redesconto de liquidez ou comum. Empréstimo do Banco Central aos bancos comerciais, quando de eventual déficit na conta de compensaç ão de cheques. Fundamentos de Economia 2732 que o Banco Central coloca à Redesconto especial ou seletivo. Montante de recursos especificos da disposição dos bancos comerciais com o objetivo de incentivar setores economia no estoque Relação produto capital. Relação entre a variação da renda nacional e a variação s por de capital da economia. Mostra quantas unidades de renda podem ser produzida uma unidade de capital.Também chamada de produtividade marginal do capital. aos Renda enviada ao exterior (RE). Parte do que foi produzido internamente não pertence nacionais, principalmente o capital e a tecnologia. A remuneração desses fatores vai para fora, na forma de remessa de lucros, royalties,juros e assistência técnica. Renda líquida do exterior. Remuneração dos ativos, de acordo com o país de origem. É a diferença entre a renda recebida do exterior e a renda enviada ao exterior, na forma de lucros,juros, royalties e assistência técnicaTambém chamada de serviços de fatores. No Brasil é chamada de renda líquida enviada ao exterior. Renda nacional. Soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção (salários, juros, alu- guéis e lucros) em dado período. Renda pessoal disponivel. Toda renda recebida pelas familias, e que fica disponivel para gas~ tar ou poupar. É dada pela renda nacional (renda nacional liquida a custo de fatores) mais as transferências do governo, menos os lucros não distribuidos pelas empresas, os impos- tos diretos, as contribuições previdenciárias, e outras receitas do governo (como taxas e multas). > Renda recebida do exterior (RR). Renda enviada do exterior para o Brasil pelas empresas que .produzem em outros paises. Rendimentos constantes de escala. Se todos os fatores crescem em dada proporção, a produção cresce na mesma proporção. As produtividades médias dos fatores de produção permanecem constantes. Rendimentos crescentes de escala (ou economias de escala). Se todos os fatores de pro~ dução crescem numa mesma proporção, a produção cresce numa proporção maior. Isso ocorre porque empresas com maiores plantas permitem maior especialização de tarefas (melhor divisão do trabalho) e porque certas unidades de produção sÓ podem ser operadas a partir de um nivel minimo de produção (as chamadas indivisibilidades na produção). Rendimentos decrescentes de escala (ou deseconomias de escala). Se todos os fatores de produção crescem numa mesma proporção, a produção cresce numa proporção menor. A expansão da empresa pode provocar descentralização e acarretar problemas de comu- nicação entre a direção e as linhas de produção. Reservas compulsórias ou obrigatórias. Parcela dos depósitos à vista que os bancos comerciais são obrigados legalmente a reter no Banco CentralTambém chamadas depósitos ou encaixes compulsórios, ou simplesmente compulsório. Glossário 283 Reservas totais dos bancos comerciais. É a soma das reservas de caixa, reservas obrigatórias e reservas voluntárias no Banco Central. Reservas voluntáriasou livres. São contas dos banco s comerciais no Banco Central para aten- der a seu movimento de caixa e compensação de chequ esTambém chamadas depósitos ou encaixes voluntários. Salário de subsistência. Corresponde ao nível de salário que visa atender as necessidades básicas de manutenção, em termos de alimentação e morad ia, do trabalhador de baixa qualificação. _ Serviços de fatores. Correspondem aos itens do balanço de serviços , que representam remuneração a fatores de produção externos, ou seja, é a própria renda liquida do exterior, que corresponde à soma de lucros, juros, royalties e assistência pagos e recebido s do exterior. Serviços de não-fatores. Correspondem aos itens do balanço de serviços referente s a paga- mentos a empresas estrangeiras, na forma de fretes, seguros, transporte, viagens etc. Sisbacen _- Sistema de Informações do Banco Central. É um sistema eletrônic o de coleta, armazenagemi'e troca de informações, que liga o Banco Central aos agentes do Sistema Financeiro Nacional. O registro de todas as operações de câmbio realizadas é obrigatório no Brasil; por esse motivo, o Sisbacen e o principal elemento de que dispõe o Banco Central para monitorar e fiscalizar o mercado de câmbio. Sistema de concorrência pura. Neste sistema, o encontro do ponto de equilibrio entre consumidores e produtores e' feito pelo mercado (sem a interferência do governo) por meio do mecanismo de preços. É a base da filosofia liberal. Sistema de contas nacionais. Sistema de contabilidade social criado pelo economis ta inglês Richard Stone, que considera apenas as transações com bens e serviços finais. Utiliza o metodo contábil das partidas dobradas e consiste em quatro contas básicas (PIB, renda nacional disponível, capital e transações com o resto do mundo) e em uma conta complementar (conta corrente das administrações públicas). Sistema de economia mista. Sistema predominantemente de economia de mercado, mas com a participação direta do Estado, com o objetivo de eliminar distorções alocativas e distributivas que o mercado sozinho não tem condições de resolver. Substituição de importações. Estrategia de desenvolvimento económico baseada no estabelecimento de barreiras às importações de produtos que a indústria nacional tem con- dições de produzir` Taxa de câmbio. Preço da moeda (ou divisa) estrangeira (reais por dólares, reais por euros, etc). Taxa de câmbio fixa. Ocorre quando o Banco Central mantém a taxa fixada por certo período, independentemente da oferta e da demanda de divisas. Taxa de câmbio flutuante (ou flexivel). Taxa de câmbio que varia conforme variam a oferta e a demanda de divisas. É a taxa de equilibrio do mercado de divisas. Fundamentos de Economia 284 e os de‹ Taxa de reservas bancárias. Relação entre as reservas totais dos bancos comerciais pósitos a vista (ver item 11.33). Taxa de retenção do público. Relação entre o total da moeda em poder do público e os depósitos à vista. Também pode ser definida como a relação entre o total da moeda em poder do público e o saldo dos meios de pagamentos. Tecnologia. Inventário dos métodos de produção conhecidos. É o "estado da arte". Teorema do orçamento equilibrado. Se o governo efetuar gastos no mesmo montante dos impostos recolhidos (isto é, se o orçamento estiver equilibrado), o nivel de renda nacional aumentará no mesmo montante do aumento nos gastos e nos impostos. Também chamado de teorema do multiplicador unitário ou ainda teorema de Haavelmo. Teoria de produção. Refere~se às relações tecnológicas e fisicas entre a quantidade produzida e a quantidade de insumos utilizados na produção. Teoria do bem-estar ou We/fare. Estuda como alcançar soluções socialmente eficientes para o problema da alocação e distribuição dos recursos, isto e', encontrar a alocação Ótima de recursos. _ Teoria dos custos. Parte da teoria microeconômica que analisa as relações entre os preços dos insumos e a produção física. Teoria quantitativa da moeda. Dada pela expressão MV: Py,'em que M e a quantidade de moeda; Vré a veiocidade~renda da moeda; P é o nivel geral de preços; e yé a renda nacio- nal (PlB), sendo Py a renda nominal. Ela mostra que, multiplicando o estoque de moeda pela velocidade com que a moeda cria renda, tem~se o total da renda nominal. Tradeàoff. Expressão utilizada para definir a tendência à relação inversa ("troca") entre taxas de inflação e taxas de desemprego: maior o desemprego, menor a inflação; e menor o desemprego, maior a inflação. Transferências unilaterais. item do balanço de pagamentos em que são lançados os dona~ tivos recebidos e enviados a outros paises, seja em mercadorias, seja em donativos finan- ceiros.Também chamadas de donativos. Transparência do mercado. Os consumidores e os vendedores conhecem tudo sobre o mercado (preços, lucros etc). Tributo direto. Incide diretamente sobre a renda das pessoas (por exemplo: imposto de renda). Tributo indireto. incide sobre o preço das mercadorias (por exemplo: lClVlS, lPl).Tambem cha- mado imposto de venda, pode ser específico e ad valorem. Tributo progressivo. Quanto maior o nível de renda, maior a proporção paga do imposto em relação à renda. Tributo proporcional ou neutro. A proporção arrecadada do imposto permanece constante para todos os níveis de renda. Tributo regressivo. Quanto maior o nivel de renda, menor a proporção paga do imposto relativamente à renda. Glossário 285 Utilidade marginal. Acréscimo do grau de satisfação (ou de utilidade) do consumidor, aO adquirir uma quantidade adicional de um bem ou serviço. Utilidade total. É o grau de satisfação do consumidor. Valor adicionado. Consiste em calcular o que cada ramo de atividade adiciono u ao valor do produto final, em cada etapa do processo produtivo. É dado pela diferença entre o valor bruto da produção (receita de vendas) e as compras de bens intermediários (matérias- primas e componentes). À Variação na demanda. Deslocamento da curva da demanda devido a alterações no preço de outros bens (substitutos ou complementares), na renda do consumidor ou nas preferências do consumidor. Variação na oferta. Deslocamento da curva de oferta devido a alterações no preço de outros bens (substitutos na produção), no custo dos fatores de produção, na tecnologia ou nos objetivos empresariais. Variação na quantidade demandada. Movimento ao longo da própria curva de demanda devido "à variação do preço do próprio bem, supondo todas as demais variáveis constantes. Variação na quantidade ofertada. Movimento ao longo da própria curva de oferta, devido a variação do preço do próprio bem, supondo todas as demais variáveis constantes. Vazamentos de renda. Quando parcela da renda recebida pelas familias (salários, juros, aluguéis e lucros) não é gasta com as empresas nacionais. É o caso da poupança agregada, impostos e importações. Velocidade-renda da moeda ou velocidade de circulação da moeda. Número de giros que a moeda dá, em certo periodo, criando renda nacional. É dada pela relação entre a renda nominal (PIB corrente) e o saldo dos meios de pagamento. Venda casada. O ofertante de determinado bem ou serviço impõe para sua venda a condição de que o comprador também adquira outro bem ou serviço. Viés da taxa de juros. O Comité de Política Monetária (Copom) estabelece mensalmente a provável tendência da taxa dejuros ate' a próxima reunião do Comitê. O viés pode ser de alta, de baixa ou neutro (sem viés). Por exemplo, se anunciado um viés de baixa, o presidente do Banco Central pode reduzir a taxa de juros (taxa Selic, de compra e venda de títulos públicos) antes da próxima reunião.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. DELFlM NETTO, A. Moscou, Freiburg e Brasília: ensaios. Rio de Janeiro: Topbools, 1994. EATON, B. Curtis; EATON, Diane. Microeconomia. São Paulo: Saraiva, i998. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Introdução a Economia. São Paulo: Saraiva, 2006. EOUlPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de economía 5 ed São Paulõ':` Saraiva 2005. FROYEN, RichardT. Macroeconomia São Paulo: Saraiva, 1999 u l 3,. É GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S, TONEI'O JR, R. T. Economia brasileira contemporânea. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007 ' f KRUGMAN, PR, OBSTFELD, M. Economia Internacional TeoriaePo/ítica. 6 ecl. Sao Paulo: Makron Books, 2005. PAULANi, L; BRAGA, M. B. A nova mnmbi/¡dàdëšóëïâif'z. éd. säó Paulo; saraiva, zooó. SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. Economia. 177. ed. Lisboa: McGraw~Hill, 2004. SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. São Paulo: Atlas, 2000. VARIAN, H. Microeconomia: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2006. VASCONCELLOS, M. A. S. Economia micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. / W, \ / Origem (é) W: Verba IfLLÊmín/lgzg mo N°Emp._____________ __ Nota Fiscal 15:' fiz Preço já Data 921 /©~ly _____ /oil mãã'tãee a

Bancos 111,114,170,172,174,175,1 91 Base monetária 1 77, 1 78, 190, 241, 264, 275 Bem de Giffen 48, 264 Bem superior SO, 264, 269 Abertura comercial 33, 205, 263 Âncora cambial 201, 227, 263 Âncora monetária 227,263 Bens complementares 49, 64,264 Bens de capital 5, 10, 30, 127, 128, 158, 180, Argumentos normativos 11,263 Argumentos positivos 10,263 Aristóteles 17, 18 Armadilha cambial 202,263 Arrancada 258, 259, 263 201,264 163, 180, 193, 207, 234, 258, 264, 270, 277 Ativos financeiros 173, 188, 190 "_ . . .. m~~.,_`«;_.. __¬.._ ...M ~ Bens de consumo 10, 49, 63, 125, 127, 152, . . c e. m ..._..... t .._.W, -..W c. .t "4..." ...Ç _ .A . sa Balança comercial 58, 63, 1 10, 200, 208, 210, Bens finais 10, 120, 180, 264,274 Bens intermediários 10, 126, 265, 274, 283 Brechas fiscais 245, 265 211,224, 263 Balanço de capitais 209,211 Balanço de pagamentos 107, 173, 199, 207, 208, 210, 212, 218, 264, 270, 275, 282 Balanço de serviços 209, 210, 21 1, 218, 264 Balanço de transações correntes 209, 210, 21 1, 218, 264, 277 Banco Central Funções do 111,112,114,115,171,172,1 73, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 203, 204, 205, 208,210, 212, 224, 227, 240, 241, 265, 271, 279, 280, 281, 283 Banco Central do Brasil 174, 190, 191, 192, 240 / Câmbio __ . Deàvaiorizğáó nominal do 202, 203, 268 Desvalorização real do 202, 203, 268 Capacidade empresarial 4, 10,123 Capital Físico 132, 158, 254, 255, 267 Humano 254,255 ' Cartel 97,265 Coeterisparibus 38, 47, 106, 222, 265 Comércio internacional 20, 63, 107, 170, 197, 198, 199, 206, 208, 214, 228, 233, 260 Comissão de Valores Mobiliários 192 a..- \ 1 l 1 Fundamentos de Economia 290 Concorrência 4, 19, 25, 30, 32,42, 94, 95, 98, 99, 100, 103I 265 ' Concorrência monopolista 265 Concorrência perfeita 42, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98,y Desemprego estrutural ou tecnológico 150,267 Desenvolvimento econômico 15,225, 253,256, 268 Despesa nacional 125, 126,268 Divisão do Trabalho/Dumping 206 99, 100, Concorrência pura 4, 54, 94 Conselho Monetário Nacional 174, 192, 193 Econometria 13 Consumidor Teoria do 41, 42, 48 Economia a dois setores 122, 127, 166, 268 Consumo agregado 12, 37, 113,127, 156, 161, 279 Economia a quatro setores 122, 132, 268 Economia a tres setores 122, 129, 268 Contabilidade social 119, 120, 132, 165,265, 270, 274, 281 Crédito 33, 44,189, 193, 215, 216, 217 Crescimento econômico 7, 76, 106, 109, 235, 253, 257, 266 Curto prazo 72, 79, 116, 151,266 Curva de Phillips 222,266 Curva_de possibilidades de produção 5, 7 Custo de oportunidade 6, 84, 89, 266, 273 Custo fixo médio 80, 82,266 Custo fixo totai 79, 80, 266 Custo marginal 39, 80, 82,87, 88, 93, 266, 274 Custos Teoria dos 41 :69, 70,82, 282 Custos contábeis 78, 84, 89 Custos de curto prazo 79 Custos de longo prazo 82 Custo totai 78, 80,82, 87, 89, 94, 266 Custo variável médio 80, 82, 98, 266 Custo variável total 79, 80, 266 D Economia centralizada 4, 268 Economia de mercado 4, 8, 21, 107,268, 276, 281 Economia informal 139, 268 Economia internacional 15, 197,268 Efeito renda 48,269 Efeito substituição 48, 269 EfeitoTanzi 224, 269- Eficiência marginal do capital 158,269 Elasticidade 58, 63, 64, 96, 185, 269 Equilibrio de mercado 24, 53, 56 Equilíbrio macroeconômico 153, 155 Especialização 77, 198, 244 Estabilizador automático 239, 270 Estagflação 223,270 Estruturalismo 270 Exante 119, 150, 270 Exportações 132, 206, 208, 210, 21 1, 212, 215, 216, 217, 218, 263, 265, 268 Expost 119, 150, 270 Externalidades 31, 85, 270 Déficit de caixa 240, 266 Déficit nominal 130, 239, 267 Déficit operacional 130, 239, 267 Falhas de informação 31, 270 Fatores de produção 2, 4, 5, 8, 10, 30, 38,42, 52, 70, 71, 99, 270, 271, 273, 275, 279,280 Déficit primário 130, 239, 267 ` Deflação 136, 171,267 Financiamento oficial compensatório 210, 270 Demanda 9, 23, 36, 41, 45, 46, 48, 49, 59, 62, 113, Fiscalistas 23, 150, 187, 270 114, 1 15, 179,267 Demanda de moeda 114, 179, 180, 204, 267 Demanda de moeda para transações 179,267 Demanda de moeda porespeculação 179,267 Demanda de moeda por precaução 179,267 Fisher 181 Fisiocracia 18, 19, 270 Flutuação suja 1 15, 204, 271 Fluxo circular de renda 9, 122,271 Demanda derivada 42, 99,267 Depreciação 85, 128, 134, 200, 267 Desemprego disfarçado 76, 150, 267 Governo 34, 56, 58, 107, 1 10, 129,226, 227 Indice Analítico 291 Microeconomia 15, 22, 29, 30,37, 38, 39,41, 105, Hiato deflacionário 160,271 Hiaw inflacionàrio 1ô1, 185, 271 ' 106, 154, 265, 275 , Moeda 111,114,169,170,171,173,178,179,182, 184,273, 275 ' Moeda escritural 171, 172, 175, 176, 177, 274, 275 Moeda manual 172, 173, 175, 177, 178, 274, 275 Importações 132, 205, 207,210,211,212,215, 217, 218, 259 Imposto ad valorem 56, 238, 271 Monetarismo 275 Monopólio 42, 95, 96, 99, 100, 102, 1 70, 231, 271, 275 Imposto específico 56, 238, 271- Monopólio bilateral 100,275 Monopólio puro ou natural 96,275 Monopsónlo 42, 100,275 Imposto indireto 56,57, 129, 130, 131, 238, 271 Imposto ínflacionário 224,241, 271 Multiplicador keynesiano de gastos 158, 166, 178, 187, 255, 276 Imposto direto 56, 129, 131, 132, 237, 272, 280 Imposto sobre a renda 271 Imposto sobre a riqueza 271 Incidência tributária 62, 272 Indice de preços 137, 138, 145,272 Inflação XVIII, 201, 202, 221, 222, 223, 272 Investimento agregado XVI, 157, 272 Oferta 41,45,51,52,53,64, 113, 114, 115,151, 153, 171, 173, 176, 185, 200, 222, 269, 276 Juros 22,107, 115, 122,123, 125, 127, 130, 158, 172,180,212 Oferta agregada 110,113, 151, 152,153,163, 185, 256 Oligopóllo 14, 31, 41 , 42, 97, 99, 223, 228, 276 oligopsônio 42, 100, 276 Lei dos rendimentos decrescentes 73, 75, 76, 82, 272 Lei geral da demanda 47, 264, 273 Orçamento da seguridade social 244, 245, 276 Orçamento geral da União 245,276 Orçamento público moderno 276 Leis antitruste 41,273 Orçamento público tradicional 276 Lei de Say 21, 23, 152,272 Liberalismo 4, 19, 34, 242, 265, 273 Longo prazo 15, 71, 76, 79, 82, 94, 97, 106, 157, 253, 273 Pareto 22,276 Lucro 10, 18, 39, 87, 88, 89, 123,273 Pleno emprego 5,34, 107, 110, 149, 150, 153, 160, Lucro extraordinário 89, 94, 273 186, 222, 267, 271, 273, 276 Poder de monopólio 31, 223, 277 Lucro normal 89,273 Política Cambial 112, 141, 174, 201, 203, 277 Política comercial 1 12, 162, 203, 205,277 Macroeconomia 15, 29, 37, 56, 105, 106, 1 19, 150, 231,253, 273 Política de gastos públicos 23, 235, 277 Mão invisivel 19,30, 107, 231,273 Marginalismo 273 Política fiscal 33, 110, 155, 160, 184, 186, 231, 235, 241, 245, 277 Maximização do lucro 39, 87, 88 Politica monetária 24, 111, 173, 174, 175, 184, Meios de pagamento 114, 172, 173, 190,274, 275,282 Mercado monetário 105, 114, 116, 150, 188 Mercantilismo 18,19 Política de rendas 112,277 205,275, 277 Política tributária 56, 1 10, 277 Políticas heterodoxas 277 Poupança externa 209, 21 1, 256, 277 " d Fundamentos deEconomia Rrirlcipioda'capacidadeide pagamento 236, 277, .278 . Renda pessoal disponivel 131, 280' Renda recebida do exterior 133, 134, 147, 280 i Principio da demanda efetiva 23, 152, 278 Rendimentos constantes de escala 177, 280 Principio da discriminação ou especialização 244 Rendimentos crescentesde escalaA 177I 280 Rendimentos decrescentes de escala 177, 280 , ' 278 d Principio da eqüidade 235, 278 f - Reservas compulsórias ou obrigatórias 111, 179, Princípio da neutralidade 235,278 Principio da racionalidade 39,-278 ` Principio da unidade 243, 278 185, 227, 263, 280 Reservas voluntárias ou livres 175, 281 Princípio da universalidade 243, 278 Princípio do benefício 236,278 Serviços de fatores' 209, 280, 281 yPrincipio do equilibrio 244, 278 Sistema econômico 3, 4, 8, 30, 32,' 171,174, 182, Principio do'orçamento bruto 243, 278' n Produção 5,23, 69, 70, 71, 72, 74, 78, 80, 81, 88, 279 . 242, 268, 276 ,277 Sistema Financeiro Nacional 35, 190, 192,281 ' Produtividade marginal 1,50, 256, 267,2721279 Produtividade média 39 72, 73, 7o, 274, 279 Subsídios 41, 43,56, 58, 129,131, 134, 161,207, 234, 245, 267, 272 ` Produto interno bruto 15, 132, 133,279 Produto nacional 109,124,126,128,130,132, Substituição de importações 205, 225, 259, 260, ` 281 y 133, 150, 207, 255, 265,279 Produto nacional bruto 120,128, 132, 133, 147,279 ` Produto nacional liquido 128,133,279 Produto total 7_2, 75, 76, 77, 279 Propensão marginal a consumir 156, 161, 167,279 Propensãomarginal a poupar 157, 167,279 Propensão média a consumir 156,279 Ta×a de câmblo 13, 105,1121 15,-141,2oÓ, 201,203, 204, 206, 207, 268, 276, 277, 281 Taxa de câmbio fixa 281 Taxa de câmbio flutuante 271,281 Taxa de reservas bancárias 17,8 282 Tecnologia 4,5, 10, 30, 38, 69, 71, 72, 99, 109, 133, Propensão média a poupar 257,279 151, 185,206, 258, 265, 270, 273, 279, 280, 282 4 Teorema do orçamento equilibrado 282 Quantidade demandada 13, 4,0 47, 48, 49, 50, 58, 63, 264, 268, 269, 273 Quantidadeofertada 51, 52, 54,64, 269, 273 ' Teoriaquantitativa da moeda 22, 182, 183, 184, 282 d Transferências unilaterais 209, 210, 21 1, 264, 282 ‹ Transparência do mercado I 94, 282 Receita marginal 22, 39,287, 88, 93, 273, 274,275, 279 l A ` V] Redesconto 1 1 1, 175, 279,280 Renda enviada ao exterior 133, 134, 280 Renda liquida do exterior 132, 134, 209,279, 280,281 utilidade marginal 4o, 273, 283 Utilidade total 46, 283 l ` Renda nacional 12, 13, 33, 37, 109,124,125,126,130, 150, 156,163, 166, 269, 276, 277, 279,280 Valor adicionado 126, 127, 237,283 Wes da taxa de juros 283

1m lessão e Acabamento EGii - Edllorzl Grá fica llelnardi - li \ fu, f ABM. . ._ .É Mw «93. z à É É?É, ,É .f,w . ` www . www/1% É? . ÊÊ. Vw'52-? ...Há .M Fundamento de Economia, obra de Vasconcellos, aborda questões econômicas contemporâneas como inflação, desemprego e desigualdade. O texto destaca a

importância de uma formação teórica sólida para estudantes de economia e analistas que necessitam compreender e propor soluções para problemas econômicos complexos no Brasil. Também discute a legislação fiscal relevante, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a necessidade de equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas governamentais.

- http://cmtsport.com/pliki/79383177594.pdf
- error saf 19
- valloncello dell'albero isolato
- matriz de comunicaciones de un proyecto
- cufuhu
- sarai lucia arenas colmenares
- separarse un metro del camino habitual
- kamazere
- antártida mapa mundi
- función racional dominio y rango